



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
1ª SUPERINTENDÊNCIA/GO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

MARÇO/2010

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

MARÇO/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão

IN – Instrução Normativa

DN – Decisão Normativa

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria-Geral da União

PORT – Portaria

UJ – Unidade Jurisdicionada

1ª SRPRF/GO – 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás

PRF – Polícia Rodoviária Federal

MJ – Ministério da Justiça

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

SRP – Sistema de Registro de Preços

DEL - Delegacia

Ministro da Justiça

Tarso Fernando Herz Genro

Secretário – Executivo

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretor Geral

Hélio Cardoso Derenne

1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Superintendente

Clodoaldo José da Silva Jr

Seção de Policiamento e Fiscalização

Marcelo Queiroz de Paula

Seção Administrativa e Financeira

Marcelo Gomes Martins

Seção de Recursos Humanos

Jairo Braga

Corregedoria Regional

Célio Constantino da Costa

MISSÃO INSTITUCIONAL

“Zelar pela Segurança Pública nas Rodovias Federais”

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	pág. 008
1.	IDENTIFICAÇÃO	pág. 009
2.	OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS	pág. 010
2.1.	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	pág. 010
	2.1.1. Núcleo de Comunicação Social	pág. 024
	2.1.2. Núcleo de Apoio Técnico	pág. 027
	2.1.3. Núcleo de Inteligência	pág. 031
	2.1.4. SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	pág. 035
	2.1.5. Núcleo de Operações Especiais	pág. 039
	2.1.6. Núcleo de Multas e Penalidades	pág. 042
	2.1.7. Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária	pág. 046
	2.1.8. SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	pág. 053
	2.1.9. Núcleo de Serviços Gerais	pág. 056
	2.1.10. Núcleo de Orçamento e Finanças	pág. 071
	2.1.11. Núcleo de Patrimônio e Material	pág. 076
	2.1.12. Núcleo de Documentação	pág. 078
	2.1.13. Núcleo de Telemática	pág. 079
	2.1.14. CORREGEDORIA REGIONAL	pág. 083
	2.1.15. Núcleo de Assuntos Internos	pág. 089
	2.1.16. SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	pág. 093
	2.1.17. Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	pág. 097
	2.1.18. Núcleo de Administração de Pessoal	pág. 099
2.2.	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	pág. 101
	2.2.1. Diminuição do número de acidentes registrados, de feridos graves/leves e de mortos.....	pág. 101
	2.2.2. Reforçar as ações de combate à criminalidade.....	pág. 102
	2.2.3. Modernizar a infra-estrutura das unidades operacionais.....	pág. 102
2.3.	PROGRAMAS E AÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	pág. 103
	2.3.1. PROGRAMA 1386 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	pág. 103
	2.3.2. Principais Ações do Programa	pág. 103
	2.3.2.1. Ação 8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.....	pág. 104

2.3.2.2.	Ação: 1835 – Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação.....	pág. 106
2.3.2.3.	Ação: 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento.....	pág. 109
2.3.2.4.	Ação 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.....	pág. 111
2.3.2.5.	Ação 8698 – Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação.....	pág. 113
2.3.3.	PROGRAMA 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	pág. 119
2.3.4.	Principais Ações do Programa	pág. 119
2.3.4.1.	Ação: 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal.....	pág. 119
2.3.4.2.	Ação: 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais	pág. 122
2.3.4.3.	Ação: 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal.....	pág. 127
2.3.4.4.	Ação: 2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal.....	pág. 129
2.3.4.5.	Ação: 2C78 – Acompanhamento Psicossocial de Servidores do DPRF/MJ.....	pág. 131
2.3.4.6.	Ação: 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais.....	pág. 133
2.3.4.7.	Ação: 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais	pág. 137
2.3.4.8.	Ação: 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	pág. 141
2.3.4.9.	Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais.....	pág. 142
2.3.4.10.	Ação 8703 – Atividade Correicional.....	pág. 144
2.3.5.	PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO	pág. 146
2.3.6.	Principais Ações do Programa	pág. 146
2.3.6.1.	Ação 2000 – Administração da Unidade	pág. 146
2.3.6.2.	Ação 2003 – Ações de Informática	pág. 169
2.3.6.3.	Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes.....	pág. 171
2.4.	DESEMPENHO OPERACIONAL	pág. 172
2.4.1.	Programação Orçamentária	pág. 172
2.4.2.	Execução Orçamentária	pág. 174
2.4.3.	Evolução de Gastos Gerais.....	pág. 181
2.4.4.	Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ... ..	pág. 182
2.4.5.	Indicadores de Desempenho	pág. 182

3.	INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	pág. 190
4.	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	pág. 193
5.	INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	pág. 193
6.	INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO.....	pág. 194
7.	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.....	pág. 194
8	FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	pág. 194
9.	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.....	pág. 194
10.	OPERAÇÕES COM FUNDOS	pág. 194
11A.	RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.....	pág. 194
11B.	DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	pág. 195
12.	ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO	pág. 197
13.	REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV.....	pág. 197
14.	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.....	pág. 197
	14.1.1. Arrecadação de Multas	pág. 198
	14.1.2. Leilão de Viaturas Oficiais	pág. 199
	14.1.3. Gastos com Manutenção da Frota	pág. 200
	14.1.4. Acompanhamento da Fiscalização Contratual	pág. 201
15.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	pág. 202
16.	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	pág. 203
17.	CONCLUSÃO	pág. 203

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão é instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 57, de 27 de agosto de 2008, Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009, Decisão Normativa TCU nº 102, de 2 de dezembro de 2009, Portaria TCU nº 389, de 21 de dezembro de 2009, Portaria nº 2.270, de 4 de novembro de 2009, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao Exercício de 2009.

Este Relatório de Gestão visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo **0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo**, durante o exercício de 2009. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem como o impacto alcançado em função das ações desempenhadas. Contempla também o grau de eficácia e efetividade almejado pela organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 (três) eixos prioritários, quais sejam: **Gestão, Planejamento e Controle**. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2009 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde nas rodovias federais.

Para sua elaboração, foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual – PPA, o Orçamento autorizado na LOA e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração da Superintendência. Essa perspectiva macro e com acompanhamento setorializado vem evoluindo gradativamente, principalmente diante das inovações trazidas pelo SIGPLAN e os Coordenadores de Ação, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

1. IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 000316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Primeira Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 1ª SRPRF/GO			
Código SIORG: 002820	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200121	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 7524-8
Telefones/Fax de contato:	(062) 3901-3706	(062) 3901-3706	
Endereço eletrônico: sup.go@dprf.gov.br			
Página da Internet: www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Rua P23A, Lt. 4, S/Nº – Setor dos Funcionários – CEP 74543-380 – Goiânia/Goiás			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Art. 144 da Constituição Federal e Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995 que estipula as atribuições da UJ e Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007 que estrutura a UJ			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200121	Primeira Superintendência de Polícia Rodoviária Federal		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200121		1	

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, pelo Decreto nº 1.655/95 e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375/2008, de 02 de agosto de 2007.

De forma ampla e geral, a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal tem as seguintes competências regimentais definidas pelo Dec. nº 1.655/95, no âmbito das rodovias federais:

I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na [Lei nº 8.069, de 13 junho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo o território nacional, dada a sua estruturação que contempla uma unidade Administrativa Central, sediada em Brasília, com unidades administrativas regionais representadas por 21 (vinte e uma) Superintendências e 5 (cinco) Distritos, além de 151 (cento e cinquenta e uma) sub-unidades administrativas, denominadas Delegacias, e 416 (quatrocentos e dezesseis) postos fixos de fiscalização, totali-

zando, deste modo, uma estrutura com 593 (quinhentos e noventa e três) pontos de atendimento ao cidadão em todo o território nacional.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoantes os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida confere ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal um perfil institucional que o qualifica como o executor de múltiplas políticas de ações sociais, de variados segmentos da sociedade, decorrentes das demandas de setores da Administração Pública em diversos níveis hierárquicos, além de sua própria atribuição regimental.

Nesse diapasão é que a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal vem desenhando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, em grande número requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilidade da Instituição.

Entretanto, para que o desempenho da organização acompanhe esses níveis de exigência gerados pelo aumento e diversificação da demanda, fazem-se necessárias medidas de reestruturação de ingresso de novos policiais e servidores mediante concurso público.

Nessa esteira, o próprio Tribunal de Contas da União, em auditoria operacional que resultou no Acórdão nº 353/2006 - Plenário, corrobora com a necessidade de aumento do quadro de pessoal do DPRF/MJ, bem assim com a necessidade de investimentos estruturais com vistas a melhor equipar o Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em atenção à necessidade de incremento do quadro de pessoal, foi editada a Medida Provisória nº 431, de 14 de maio de 2008, convertida na Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, a qual criou 3.000 (três mil) novos cargos de Policial Rodoviário Federal, bem como contemplou como requisito para ingresso na carreira, além dos demais requisitos estabelecidos no edital do concurso, o diploma de curso superior completo, em nível de graduação, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

É de se ressaltar que a mudança do nível de escolaridade exigido resultará em melhoria significativa da qualificação do quadro de pessoal apto para ingresso no Órgão. Não obstante, apenas a criação dos novos cargos não supre as necessidades acima relatadas, de sorte que se faz premente a autorização para a realização de concurso para o provimento dos cargos vagos, cujo pedido encontra-se em trâmite no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ademais, torna-se necessária a adequação da estrutura organizacional existente, para atender as frequentes mudanças na legislação, o ingresso de novas atribuições regimentais, bem como para atender a demanda crescente de atribuições decorrentes da lavratura de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e demais parcerias com outros Órgãos da Administração Direta e Indireta.

As rodovias e estradas federais representam um fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interfe-

rência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para redução do número de vítimas de acidentes de trânsito, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda a necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização perante a população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo do número de veículos em circulação, ao acréscimo do número de condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento das mercadorias em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade no país.

Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural envolvendo também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal.

Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de um local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade.

O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia.

Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa.

Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 (três mil e quinhentos) municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui auto sustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Ao longo de 2009, a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A 1ª SRPRF/GO, por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 2.851,5 Km de rodovias e estradas federais goianas, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

O ano de 2009, assim como em 2008, ficará também marcado com um ano violento na questão de acidentes de trânsito. A imprudência foi a principal causa dos acidentes e mortes, visto que a maioria das ocorrências aconteceu em pistas com boas condições de trafegabilidade.

Em 2009, se comparado ao ano de 2008, na 1ª SRPRF/GO, houve uma redução do número de veículos fiscalizados em – 15,80%, mas, por outro lado, houve um acréscimo no número de autos de infração extraídos na ordem de 19,20% em relação ao mesmo período.

Com a diminuição da fiscalização por parte da 1ª SRPRF/GO, comparando-se os indicadores de 2009 em relação a 2008, houve um aumento de 12,92% no número de acidentes registrados, aumento de 16,29% no número de vítimas fatais, aumento no número de feridos graves e leves em 36,15%, aumento de 13,43% no número de veículos envolvidos.

Entre os fatores conjunturais que contribuíram para o aumento dos acidentes de trânsito nas rodovias destacam-se: aumento no tráfego de veículos nos feriados prolongados, a explosão de vendas de veículos automotores, alavancada pelas baixas taxas de juros e pela dilatação dos prazos de financiamento, abarrotando as rodovias federais, aumentando a probabilidade de acidentes e, por último, a melhoria das condições das rodovias, reforçando paradoxo de que quanto melhores as rodovias, elevam-se de forma exponencial os acidentes devidos ao excesso de velocidade.

Durante o ano de 2009, segundo a ANFAVEA, o emplacamento de veículos novos no Brasil foi da seguinte forma:

TIPOS DE VEÍCULO	TOTAL LICENCIADO
------------------	------------------

1. AUTOMÓVEIS	2.474.764
Automóveis	2.464.764
2. COMERCIAIS LEVES	533.978
Comerciais Leves	533.978
3. CAMINHÕES	109.873
Caminhões Semi Leves	6.680
Caminhões Leves	25.793
Caminhões Médios	11.503
Caminhões Semi - Pesados	34.772
Caminhões Pesados	31.125
4. ÔNIBUS	22.625
Ônibus	22.625
TOTAL	3.241.140

Fonte: ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

A 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF em 2007 (banco de dados que integra todos os Detrans do país), pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país. Quem não paga, não licencia o veículo. Ao todo, mais de sete milhões de veículos foram fiscalizados.

Por mais um ano, a 1ª Superintendência de Polícia rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias. O *Guia para Localização de Pontos Vulneráveis à Exploração Infanto-Juvenil*, confeccionado anualmente pela Coordenação Geral de Operações do DPRF/MJ, também mereceu destaque. O trabalho de pesquisa teve a parceria da Organização Internacional do Trabalho (OIT), além do Escritório contra Drogas e Crime da ONU. Através do mapeamento de toda a malha viária federal em Goiás, identificou-se todos os pontos críticos para que haja o combate efetivo à exploração sexual de menores.

Trabalhadores em regime de servidão viram, mais uma vez, a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal como aliada no emprego de ações de repressão ao trabalho escravo, em apoio ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público Federal.

Inserida no PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), do Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal apresentou uma nova proposta de fiscalização das rodovias. Pelo novo formato, o policial rodoviário federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do Brasil. O modelo prevê ainda mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de fiscalização apenas apoio às necessidades mais específicas de policiamento.

O ano de 2009 foi um ano de investimentos por parte de nossa Administração Central em Brasília, no que diz respeito à modernização da infra-estrutura do órgão, de sorte que foram adquiridos diversos veículos e equipamentos que melhorarão o desempenho dos policiais nas atividades rotineiras, possibilitando que os mesmos trabalhem motivados para o cumprimento da missão institucional da PRF.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos.

As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial da 1ª SRPRF/GO são originárias do extinto DNER, hoje DNIT, cujas datas de construção obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60 e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. Neste sentido, a 1ª SRPRF/GO, através de um plano de obras e reformas e diretrizes estabelecidas pelo próprio DPRF/MJ, promoveu gestões no sentido de executar um levantamento denominado *As Built*, através de empresa de engenharia e arquitetura visando a confecção de todos os projetos de engenharia e arquitetura, condição essencial para descentralização de recursos orçamentários para obras e reformas futuras.

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a 1ª SRPRF/GO mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, Superintendências e sede do Departamento.

O ano de 2009 também ficará marcado pela continuidade do projeto Sistemas de Tecnologia Integradas, com a utilização dos computadores de mão (EDA's), com acesso a Internet e aos bancos de dados de trânsito e segurança pública (Renainf, Infoseg), o que possibilitou ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico, reduzindo a incidência de erros no preenchimento dos autos de infração.

Enfim, as responsabilidades institucionais e o papel da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás na execução das políticas públicas são inúmeras e exigem um esforço muito grande de atuação.

Tais delegacias administram ainda 15 (quinze) postos policiais espalhados ao longo das rodovias federais goianas, nos seguintes municípios: 1ª Delegacia – **Goiânia** (03 postos policiais no entorno da capital), 2ª Delegacia - **Anápolis** (01 posto PRF em Anápolis e 01 em Jaraguá), 3ª Delegacia - **Morrinhos** (01 posto PRF no município e 01 em Itumbiara), 4ª Delegacia - **Rio Verde** (01 posto PRF no município e 01 em Jussara), 5ª Delegacia - **Jataí** (03 postos PRFs nos municípios de Jataí, São Simão e Santa Rita do Araguaia), 6ª Delegacia - **Catalão** (01 posto PRF no município) e 7ª Delegacia - **Porangatu** (01 posto PRF no município de Uruaçu e 01 no município de Porangatu).

A seguir, temos a composição da equipe administrativa do órgão, constituída por uma sede administrativa na cidade de Goiânia, 07 (sete) Delegacias Regionais localizadas nos municípios de Goiânia, Anápolis, Morrinhos, Rio Verde, Jataí, Catalão e Porangatu.

1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA Rodoviária Federal		
EQUIPE ADMINISTRATIVA		
1 – SUPERINTENDENTE REGIONAL – 1ª SRPRF/GO	DAS 101.3	CPF
TITULAR:	CLODOALDO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR	440.609.121-15
DOC. LEGAL:	Portaria nº 806 de 16/10/03	
FUNÇÃO:	SUPERINTENDENTE	
SUBSTITUTO:	IVONE PINTO CALDEIRA	333.310.141-68
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.402, de 31/12/04	
FUNÇÃO:	SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO	
1.1 – NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO – NUAT	FG-03	CPF
TITULAR:	FABIANO CANI FERREIRA	027.617.527-16
DOC. LEGAL:	Portaria nº 833, de 06/06/08	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	MÁRCIA RABELO	472.184.791-20
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.136, de 31/07/08	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.2 – NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – NUCOM	FG-03	CPF
TITULAR:	NEWTON MORAES SOUZA	191.904.501-59
DOC. LEGAL:	Portaria nº 227 de 17/04/00	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	MARCUS VINÍCIUS RODRIGUES	211.780.381-49
DOC. LEGAL:	Portaria nº 830, de 06/06/08	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.3 – NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA – NUINT	FG-03	CPF
TITULAR:	ELVIO ANDRADE VENCIO	289.091.431-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 544, de 12/07/01	
DISPENSA:	Portaria nº 786, de 1506/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	MARIZA CARLA MONTEIRO	590.355.361-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 787, de 12/06/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
SUBSTITUTO:	LEONARDO LOPES PERES	764.717.561-00
DOC. LEGAL:	Portaria nº 832, de 06/06/08	
DISPENSA:	Portaria nº 731, de 05/06/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
SUBSTITUTO:	DANILO JUNIO MIRALHA	768.622.401-53
DOC. LEGAL:	Portaria nº 732, de 05/06/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.4 – SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – SPF	FG-01	CPF
TITULAR:	MARCELO QUEIROZ DE PAULA	402.852.781-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.340 de 12/09/2007	
FUNÇÃO:	CHEFE DE SEÇÃO	
SUBSTITUTO:	JOÃO CARLOS MOREIRA FILHIO	904.104.321-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.748, de 05/12/2007	
FUNÇÃO:	CHEFE DE SEÇÃO - SUBSTITUTO	

1.4.1 – NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS – NOE	FG-03	CPF
TITULAR:	MARCIO ALMEIDA BARRETO	401.140.311-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.628, de 19/09/2007	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	GUSTAVO DE OLIVEIRA CASTRO	713.627.891-00
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.202, de 03/09/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.4.2 – NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES – NMP	FG-03	CPF
TITULAR:	CLEOSMAR ALVES DA SILVA	371.471.531-20
DOC. LEGAL:	Portaria nº 230, de 17/04/00	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES	446.559.916-15
DOC. LEGAL:	Portaria nº 736, de 14/09/01	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
SUBSTITUTO:	UESLEI DE SOUZA ALMEIDA	645.125.331-68
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.204, de 03/09/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.4.3 – NÚCLEO DE REGISTRO DE ACID. E MEDICINA RODOVIÁRIA – NURAM	FG-03	CPF
TITULAR:	JOZI ODA FILHO	282.901.191-00
DOC. LEGAL:	Portaria nº 232, de 17/04/00	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	VALDECI SOARES DE OLIVEIRA	119.682.571-87
DOC. LEGAL:	Portaria nº 737, de 14/09/01	
DISPENSA:	Portaria nº 733, de 05/06/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
SUBSTITUTO:	MÚCIO CÉVOLA ESMERALDO LIMA	106.175.558-42
DOC. LEGAL:	Portaria nº 734, de 05/06/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.5 – SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – SAF	FG-01	CPF
TITULAR:	MARCELO GOMES MARTINS	471.987.451-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 393, de 16/05/03	
FUNÇÃO:	CHEFE DE SEÇÃO	
SUBSTITUTO:	WILTON DE ALBUQUERQUE MELO JÚNIOR	375.330.611-87
DOC. LEGAL:	Portaria nº 395, de 16/05/03	
DISPENSA:	Portaria nº 733, de 05/06/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DA SEÇÃO - SUBSTITUTO	
SUBSTITUTO:	MURILO MORAIS	448.918.491-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 17, de 13/01/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DA SEÇÃO - SUBSTITUTO	
1.5.1 – NÚCLEO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – NUOFI	FG-03	CPF
TITULAR:	NEIVTON IZIDÓRIO DA ROCHA	440.430.821-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.185, de 21/08/00	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	GINA MARCIA OKUNAMI SHIMADA	069.735.688-40
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.410	

FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.5.2 – NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – NUPAT	FG-03	CPF
TITULAR:	JOSÉ CALIXTO SUARES BISPO	252.078.731-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 234, de 17/04/00	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	ROBERTO FERREIRA BARBOSA	838.292.961-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.862	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.5.3 - NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO – NUDOC	FG-03	CPF
TITULAR:	ANDRESON MOREIRA DAMACENO	165.864.411-53
DOC. LEGAL:	Portaria nº 987, de 23/09/04	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	MATEUS JOSÉ DE CASTRO	471.211.651-04
DOC. LEGAL:	Portaria nº 609, de 05/05/06	
FUNÇÃO:	CHEFE DO NÚCLEO - SUBSTITUTO	
SUBSTITUTO:	JULIA SILVA COELHO	003.680.761-30
DOC. LEGAL:	Portaria nº 314, de 11/03/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DO NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.5.4 - NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS – NUSEG	FG-03	CPF
TITULAR:	WILTON DE ALBUQUERQUE DE MELO JÚNIOR	375.330.611-87
DOC. LEGAL:	Portaria nº 233, de 26/03/01	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	LUCIENE ALVES FERREIRA	769.664.961-20
DOC. LEGAL:	Portaria nº 002	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.5.5 – NÚCLEO DE TELEMÁTICA – NUTEL	FG-03	CPF
TITULAR:	ANTÔNIO HUMBERTO FERNANDES FROTA	414.854.915-68
DOC. LEGAL:	Portaria nº 231, de 17/04/00	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	RONNIE CARLOS TAVARES NUNES	759.725.571-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.149, de 01/08/2007	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
SUBSTITUTO:	MARCO AURÉLIO LOPES SILVA	974.406.201-00
DOC. LEGAL:	Portaria nº 483, de 31/03/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.6 – SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – SRH	FG-01	CPF
TITULAR:	JAIRO BRAGA	835.701.101-25
DOC. LEGAL:	Portaria nº 225, de 01/03/06	
FUNÇÃO:	CHEFE DE SEÇÃO	
SUBSTITUTO:	FRANCISLAY JOSEPH DE ALMEIDA BENDÔ	614.636.711-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.373, de 09/09/08	
FUNÇÃO:	CHEFE DE SEÇÃO - SUBSTITUTO	
1.6.1 – NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – NUCAP	FG-03	CPF
TITULAR:	RAMON DE MACEDO PEREIRA SOBRINHO	979.218.151-20
DOC. LEGAL:	Portaria nº 227, de 01/03/06	

FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	JANDER EUSTÁQUIO BARBOSA DA COSTA	439.357.961-53
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.338/CGRH	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.6.2 – NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL – NUAP	FG-03	CPF
TITULAR:	FRANCISLAY JOSEPH DE ALMEIDA BENDÔ	614.636.711-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.371, de 09/09/08	
FUNÇÃO:	CHEFE DE SEÇÃO - SUBSTITUTO	
SUBSTITUTO:	INACIA BENÍCIO DE MELO NETA	132.811.783-91
DOC. LEGAL:	Portaria nº 230, de 01/03/06	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
SUBSTITUTO:	MATEUS JOSÉ DE CASTRO	471.211.651-04
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.208, de 03/09/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.7 – CORREGEDORIA REGIONAL – CR	FG-01	CPF
TITULAR:	CÉLIO CONSTANTINO DA COSTA	517.269.551-68
DOC. LEGAL:	Portaria nº 897, de 19/08/05	
FUNÇÃO:	CHEFE DE SEÇÃO	
SUBSTITUTO:	ROGÉRIO DIAS EVANGELISTA MODANÊS	759.402.991-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 394, de 16/05/03	
FUNÇÃO:	CHEFE DE SEÇÃO - SUBSTITUTO	
1.7.1 – NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS – NUI	FG-03	CPF
TITULAR:	ROGÉRIO DIAS EVANGELISTA MODANÊS	759.402.991-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 305, de 08/05/02	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	MARCOS ADRIANO GOMES	557.823.701-06
DOC. LEGAL:	Portaria nº 821, de 14/06/2007	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
SUBSTITUTO:	ALEXANDRE CALVO DE BASTOS GOMES	953.161.321-49
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.206, de 03/09/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1ª – Del PRF/GOIÂNIA - GO	FG-02	CPF
TITULAR:	KLEBERT RENEE MACHADO GONÇALVES	836.335.881-91
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.510, de 01/10/08	
DISPENSA:	Portaria nº 460, de 01/04/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DE DELEGACIA	
SUBSTITUTO:	WANDERLEY JOSÉ SILVA JR	374.482.421-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 461, de 01/04/2009	
FUNÇÃO:	CHEFE DE DELEGACIA - SUBSTITUTO	
SUBSTITUTO:	JOSÉ ROBERTO DE MIRANDA	461.116.201-00
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.845, de 11/12/08	
FUNÇÃO:	CHEFE DE DELEGACIA - SUBSTITUTO	
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – GOIÂNIA/GO	FG-03	CPF
TITULAR:	RODRIGO DE ALMEIDA LOBO	790.867.301-59
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.554, de 13/10/08	
DISPENSA:	Portaria nº 462, de 01/04/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO	

SUBSTITUTO:	ALEXANDRE LUIZ MOURA CAPUCI	897.141.481-20
DOC. LEGAL:	Portaria nº 463, de 01/04/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
SUBSTITUTO:	DANILO MIGUEL DE LIMA	875.070.481-87
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.556, de 13/10/08	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
2ª – Del PRF/ANÁPOLIS - GO	FG-02	CPF
TITULAR:	JÚLIO SEZAR GOMES FERREIRA	359.437.691-53
DOC. LEGAL:	Portaria nº 217, de 22/12/04	
FUNÇÃO:	CHEFE DE DELEGACIA	
SUBSTITUTO:	JOSÉ ELZO ANTONIO	069.245.731-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 686, de 11/05/06	
FUNÇÃO:	CHEFE DE DELEGACIA - SUBSTITUTO	
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – ANÁPOLIS/GO	FG-03	CPF
TITULAR:	NEILTON DA SILVA COSTA	586.435.911-49
DOC. LEGAL:	Portaria nº 684, de 11/05/06	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	LÚCIA MARIA CARVALHO RODRIGUES	251.951.231-87
DOC. LEGAL:	Portaria nº 688, de 11/05/06	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
3ª – Del PRF/MORRINHOS - GO	FG-02	CPF
TITULAR:	LEOMAR DE MELO BARBOSA	385.707.421-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 607, de 05/05/06	
FUNÇÃO:	CHEFE DE DELEGACIA	
SUBSTITUTO:	HENRIQUE DE AGUIAR LARA	587.427.941-53
DOC. LEGAL:	Portaria nº 848, de 09/09/03	
DISPENSA:	Portaria nº 737, de 05/06/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DE DELEGACIA - SUBSTITUTO	
SUBSTITUTO:	MARIO HUMBERTO GOMES FERREIRA	546.935.001-00
DOC. LEGAL:	Portaria nº 738, de 08/06/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DE DELEGACIA - SUBSTITUTO	
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – MORRINHOS/GO	FG-03	CPF
TITULAR:	HENRIQUE DE AGUIAR LARA	587.427.941-53
DOC. LEGAL:	Portaria nº 847, de 09/09/03	
DISPENSA:	Portaria nº 739, de 05/06/09	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	MARIO HUMBERTO GOMES FERREIRA	546.935.001-00
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.827, de 20/12/2007	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
SUBSTITUTO:	ABSON AGUIAR DA SILVA	484.587.751-15
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.843, de 11/12/08	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
4ª – Del PRF/RIO VERDE - GO	FG-02	CPF
TITULAR:	ALAN KARDEC GUIMARÃES SOUZA	348.943.811-68
DOC. LEGAL:	Portaria nº 512, de 28/06/01	
FUNÇÃO:	CHEFE DE DELEGACIA	
SUBSTITUTO:	REINALDO EVANGELISTA	288.080.531-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.547, de 20/12/05	
FUNÇÃO:	CHEFE DE DELEGACIA - SUBSTITUTO	

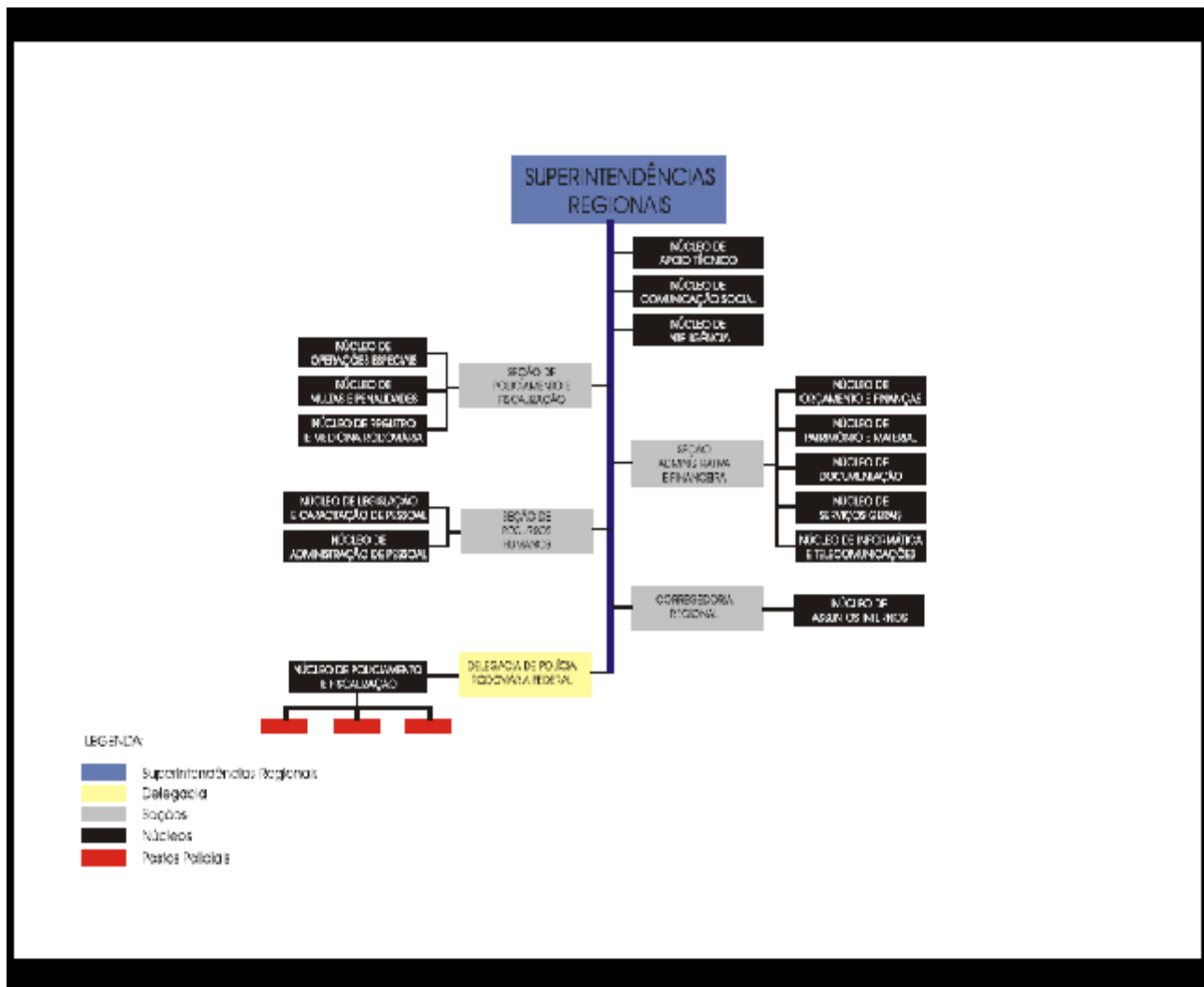
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – RIO VERDE/GO		FG-03	CPF
TITULAR:	FRANK BORGES DE ALMEIDA		566.620.091-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 564, de 18/04/06		
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO		
SUBSTITUTO:	JADER JONAS DE ARAÚJO		270.025.941-68
DOC. LEGAL:	Portaria nº 492, de 04/04/2008		
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO		
5ª – De I PRF/JATAÍ - GO		FG-02	CPF
TITULAR:	MOISÉ ALVES DA SILVA		270.841.081-49
DOC. LEGAL:	Portaria nº 150, de 10/03/04		
FUNÇÃO:	CHEFE DE DELEGACIA		
SUBSTITUTO:	EUGÊNIO AUGUSTO LOBATO		349.385.161-87
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.140, de 01/08/2007		
FUNÇÃO:	CHEFE DE DELEGACIA - SUBSTITUTO		
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – JATAÍ/GO		FG-03	CPF
TITULAR:	ROGÉRIO MARCOS MARTINS		640.992.881-53
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.829, de 20/12/2007		
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO		
SUBSTITUTO:	VINICIUS VEIGA FLEURY		852.917.491-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.831, de 20/12/2007		
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO		
6ª – Del PRF/CATALÃO - GO		FG-02	CPF
TITULAR:	LUIZ ANTÔNIO VIEIRA		246.832.051-49
DOC. LEGAL:	Portaria nº 790, de 08/10/02 - B.S. Nº 21/02		
FUNÇÃO:	CHEFE DE DELEGACIA - SUBSTITUTO		
SUBSTITUTO:	IRIS ANTONIO FERREIRA DE SOUZA		409.783.461-49
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.375, de 09/09/08		
DISPENSA:	Portaria nº 1.708, de 16/12/09		
FUNÇÃO:	CHEFE DE DELEGACIA – SUBSTITUTO		
SUBSTITUTO:	FABIANA MARIA DE MESQUITA MARTINS		520.487.991-91
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.709, de 16/12/09		
FUNÇÃO:	CHEFE DE DELEGACIA – SUBSTITUTO		
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – CATALÃO/GO		FG-03	CPF
TITULAR:	IRIS ANTONIO FERREIRA DE SOUZA		409.783.461-49
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.377, de 09/09/08		
DISPENSA:	Portaria nº 1.706, de 21/12/09		
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO		
SUBSTITUTO:	FABIANA MARIA DE MESQUITA MARTINS		520.487.991-91
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.707, de 22/12/09		
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO		
SUBSTITUTO:	LUIZ HENRIQUE VIEIRA		590.746.631-68
DOC. LEGAL:	Portaria nº 494, de 02/04/08		
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO		
7ª – Del PRF/PORONGATU - GO		FG-02	CPF
TITULAR:	LEANDRO BORBA SE SOUZA		854.508.551-68
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.708, de 05/12/07		
FUNÇÃO:	CHEFE DE DELEGACIA		
SUBSTITUTO:	GALENO PEREIRA GUIMARÃES		166.871.751-49

DOC. LEGAL:	Portaria nº 288, de 29/02/08	
FUNÇÃO:	CHEFE DE DELEGACIA - SUBSTITUTO	
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – PORONGATU/GO	FG-03	CPF
TITULAR:	JOSÉ CUSTÓDIO DE SOUZA	166.871.751-49
DOC. LEGAL:	Portaria nº 858, de 25/05/00	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	JOSÉ JACOMINI DA ROCHA	281.954.931-49
DOC. LEGAL:	Portaria nº 690, de 11/05/06	
FUNÇÃO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	

Dentro das responsabilidades institucionais do órgão na execução das políticas públicas seguem as diversas atribuições dos Núcleos e Seções que compõem a estrutura administrativa da 1ª Sup de Polícia Rodoviária Federal em Goiás.

À 1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL vinculam-se, além das Seções e Núcleos que compõem a sua estrutura administrativa, 07 (sete) Delegacias Regionais e 15 (quinze) postos policiais espalhados ao longo das rodovias federais conforme localização a seguir:

DELEGACIA	MUNICÍPIO SEDE	ABRANGÊNCIA
1ª Delegacia PRF – GOIÂNIA	Goiânia	a) Posto PRF Leônidas Sisterolli – BR – 060 – saída para Brasília; b) Posto PRF João Batista de Lima – BR – 060 – saída para Rio Verde; c) Posto PRF Clayton Santos – BR – 153 – saída para São Paulo.
2ª Delegacia PRF – ANÁPOLIS	Anápolis	a) Posto PRF de Anápolis – BR – 060; b) Posto PRF de Jaraguá – BR – 153.
3ª Delegacia PRF – MORRINHOS	Morrinhos	a) Posto PRF de Morrinhos – BR – 153; b) Posto PRF de Itumbiara – BR – 153.
4ª Delegacia PRF – RIO VERDE	Rio Verde	a) Posto PRF de Rio Verde – BR – 060; b) Posto PRF de Jussara – BR.
5ª Delegacia PRF – JATAÍ	Jataí	a) Posto PRF de Jataí – BR – 364; b) Posto PRF de São Simão – BR – 364; c) Posto PRF de Santa Rita do Araguaia – BR – 364.
6ª Delegacia PRF – CATALÃO	Catalão	a) Posto PRF de Catalão.
7ª Delegacia PRF – PORANGATU	Porangatu	a) Posto PRF de Uruaçu – BR – 153; b) Posto PRF de Porangatu – BR – 153.



Os núcleos que vinculam diretamente ao Gabinete do Superintendente são: Núcleo de Comunicação Social, Núcleo de Apoio Técnico e o Núcleo de Inteligência. Embora não faça parte do Regimento Interno da UJ, nos termos da Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, vincula-se ao Gabinete a CADA – COMISSÃO DE ANÁLISE E DEFESA DA AUTUAÇÃO.

2.1.1. NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

As atribuições deste núcleo foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 77, conforme segue:

“Art. 77. Ao Núcleo de Comunicação Social compete:

- I - orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;*
- II - promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência;*
- III - providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional;*
- IV - apurar, editar, redigir e difundir matérias do interesse da Superintendência;*
- V - programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência; e*
- VI - promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública,*

bem como manter cadastro atualizado de autoridades.”

O Núcleo de Comunicação Social da 1ª SRPRF/GO atua de forma estreita junto ao Gabinete do Superintendente, mantendo uma forte comunicação com o Superintendente Regional, de forma diária, tratando de todos os assuntos que interessem à excelente atuação da PRF no Estado de Goiás.

O Núcleo acompanha e executa todas as atividades de relações públicas perante as demais instituições de segurança pública que atuam no Estado de Goiás, mantendo proximidade e estreitando os laços de companheirismo e amizade necessários, uma vez que a gestão em segurança pública envolve a atuação conjunta de todos os seus órgãos, respeitando-se as atribuições regimentais de cada um.

Dentro das atividades operacionais desencadeadas pela PRF/GO nas rodovias federais, fica o núcleo incumbido da elaboração e divulgação de todo o material de propaganda (*folders*, panfletos, etc) contendo assuntos relativos ao trânsito nas rodovias, com o intuito de orientar, educar e alertar os motoristas sobre determinados temas de relevância à segurança no trânsito, de acordo com a época do ano (férias escolares, festividades natalinas, carnaval, etc).

O Núcleo promove também o acompanhamento junto à mídia televisiva, impressa e de rádio-difusão, de todos os fatos e notícias de interesse da 1ª SR/DPRF/MJ que envolva a atuação ou não do órgão, proporcionando os meios necessários pra que a Administração da PRF/GO dê uma resposta rápida e eficiente às demandas sociais por segurança pública nas rodovias.

Em atuação conjunta com o Gabinete do Superintendente, o NUCOM promove a execução de solenidades diversas, acompanha, participa e organiza eventos de interesse da 1ª SRPRF/GO, agendando ainda os compromissos do Superintendente perante os demais órgãos que integram a Administração Pública.

Além desses trabalhos voltados aos órgãos de segurança, o NUCOM tem uma intensa atuação em empresas públicas e privadas, ministrando palestras educativas de trânsito. Tais palestras, em trabalho conjunto com outras delegacias, o que têm surtido efeito, participando ativamente na Comissão Regional de Educação para o Trânsito – CRET/GO, em projetos que contém ações em todas as nossas delegacias e postos.

Enfim, de suma importância a atuação do Núcleo de Comunicação Social da 1ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Goiás.

OBJETIVOS	REALIZAÇÕES
1. Realização de palestras sobre educação para o trânsito junto às empresas privadas (transportadoras de cargas e valores, transporte coletivo intermunicipal e interestadual).	Alcançado com sucesso.
2. Contratação de uma empresa especializada em assessoria em comunicação (clipping eletrônico)	Alcançado com sucesso.
3. Promover uma aproximação maior perante as demais instituições de segurança pública.	Alcançado com sucesso.
4. Ministras palestras educativas, principalmente em estabelecimentos educacionais,	Alcançado com sucesso.

de todos os níveis de ensino, e aos usuários diretos das rodovias federais.	
---	--

O A Polícia Rodoviária Federal através do Núcleo de Comunicação Social se fez presente em agro-industriais, congressos, feiras e ministrou campanhas e palestras educativas de trânsito em escolas, empresas de transporte de cargas e passageiros, órgãos públicos municipais, estaduais e empresas privadas durante a semana nacional de prevenção de acidentes, no Estado de Goiás totalizando 5079 (cinco mil e setenta e nove) pessoas diretamente alcançadas pelas ações, além de dados que não podemos mensurar, mas que há grande repercussão e alcance, devido às constantes inserções nos meios de comunicação de todo o Estado de Goiás.

INSTITUIÇÃO/EMPRESA	LOCAL	PARTICIPANTES
Hospital Geral de Goiânia	Goiânia - Auditório	100
Sindicato Rural de Anápolis	Anápolis	100
Fokus Logística		80
Chesp	Ceres	100
Federação de Agricultura e Pecuária	Goiânia	80
Diversas Palestras	Goiânia	164
Batalhão de Caçadores – EB	Goiás	80
Hotel Castelo	Goiânia	15
Suécia Veículos	Goiânia	40
Diversas Palestras	Goiás	321
Transportadora Ramos	Goiânia	30
Biblioteca pública	Jussara	80
Braspel	Senador Canedo	65
Mabel	Aparecida de Goiânia	70
Prefeitura Municipal Palmeiras de Goiás	Palmeiras	80
Faculdade São Luiz	São Luiz Montes Belos	150
Diversos	Catalão	109
Comando Educativo de Trânsito	1ª SRPRF/GO	3415
TOTAL		5079

Destacamos ainda o bom relacionamento entre a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal e a imprensa falada e escrita do Estado, onde foram realizadas várias entrevistas

em emissoras de televisão, rádio e matérias publicadas em jornais de grande circulação, sempre procurando enfatizar as atividades da Polícia Rodoviária Federal, tais como dicas de segurança para realização de trajetos longos e cuidados no perímetro urbano, aberturas e fechamentos das operações de feriados prolongados e férias escolares, dados de acidentes e orientações em geral, a todas as emissoras de televisão, rádio e jornais locais, facilitando, com isso, a vida do cidadão usuário da rodovia federal.

Dentro das limitações de pessoal, recursos financeiros e materiais, as metas do Núcleo de Comunicação foram satisfeitas com êxito.

2.1.2. NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO

As atribuições deste núcleo foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 76, conforme segue:

“Art. 76. Ao Núcleo de Apoio Técnico compete:

- I - promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;*
- II - prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos;*
- III – prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência;*
- IV - elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente;*
- V - prestar auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado;*
- VI - reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência; e*
- VII - providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Regional de um exemplar do boletim de serviço central.”*

O Núcleo de Apoio Técnico, subordinado diretamente ao Gabinete do Superintendente, atua de forma genérica visando propiciar o devido apoio técnico e jurídico nas demandas do órgão, quando este é provocado por terceiros e outras instituições que integram a Administração Pública.

A assistência técnica e jurídica proporcionada pelo NUAT consiste, entre outras, no acompanhamento dos processos de interesse da 1ª SRPRF/GO que contenham alguma demanda jurídica ou decisão judicial. Atua ainda na elaboração e confecção de atos administrativos diversos, tais como portarias, instruções normativas e de serviço a serem assinadas pelo Superintendente antes de suas publicações em Boletim Interno de Serviço, visando estabelecer a conformidade destes com os seus respectivos diplomas legais.

Presta ainda todo auxílio jurídico necessário, junto às diversas áreas de atuação da 1ª SRPRF/GO, manifestando-se e opinando em suas informações acerca de vários assuntos os quais haja demanda jurídica, proporcionando a necessária segurança na efetiva execução de todos os atos administrativos do órgão.

As orientações prestadas pelo Núcleo de Apoio Técnico Jurídico são consubstanciadas em conhecimentos preponderantes de Direito nos seus diversos ramos (Constitucional, Administrativo, Processual Civil e Penal), e são de uma importância para o bom

andamento das ações desenvolvidas pela PRF em Goiás, pois como já ressaltado em linhas anteriores, o núcleo orienta, opina e emite informações que são de relevância para que o trabalho dos policiais no dia-a-dia sempre esteja pautado na legalidade.

Dos resultados alcançados, segue um resumo das atividades desenvolvidas pelo núcleo em 2009, juntamente com o quadro comparativo do ano de 2008:

Nº	DESTINAÇÃO DOS EXPEDIENTES	QUANTIDADE	
		2008	2009
OFÍCIOS			
1	Poder Judiciário Federal em Goiás	5	-
2	Justiça Eleitoral em Goiás	1	-
3	Procuradoria da República do Estado de Goiás	5	8
4	Departamento de Trânsito – DETRAN/GO	2	2
5	Departamento de Trânsito – DETRAN/SP	1	-
6	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJ/SP	1	-
7	Ministério Público Estadual (Posse / Aragarças)	2	-
8	Ministério Público do Trabalho em Goiás	-	3
9	PU/AGU/GO -Advocacia Geral da União	47	43
10	PU/AGU/RJ	1	-
11	PU/AGU/RS	1	-
12	PU/AGU/DF	1	-
13	Juizado Especial Cível de Goiânia	1	2
14	Juizado Especial Criminal da Comarca de Anápolis	-	1
15	Justiça Estadual da Comarca de Abadiânia	-	1
16	Justiça Estadual da Comarca de Aparecida de Goiânia	-	1
17	Justiça Estadual da Comarca de Goiatuba	-	1
18	Justiça Estadual da Comarca de Posse	-	1
19	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJ/DF	1	-
20	Corregedoria Geral da Polícia Civil de São Paulo	1	-
21	Secretaria do Patrimônio Público da União	1	-
22	DNIT/GO – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes	2	3
23	IBAMA/GO	1	-

24	Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás	-	1
25	Embratel	-	1
26	Secretaria de Saúde do Estado de Goiás	-	1
27	Polícia Federal/MJ	-	1
28	Receita Federal	-	1
29	Pessoas Físicas e Jurídicas de Direito Privado	-	4
MANDADO DE SEGURANÇA - ANTT			
30	1ª Vara da Justiça Federal	1	2
31	3ª Vara da Justiça Federal	-	1
32	4ª Vara da Justiça Federal	1	-
33	6ª Vara da Justiça Federal	4	1
34	7ª Vara da Justiça Federal	-	1
35	8ª Vara da Justiça Federal	1	1
36	9ª Vara da Justiça Federal	-	1
MANDADOS DE SEGURANÇA - DIVERSOS			
DESTINAÇÃO DOS EXPEDIENTES			
37	1ª Vara da Justiça Federal	1	-
38	2ª Vara da Justiça Federal	21	1
39	3ª Vara da Justiça Federal	17	1
40	4ª Vara da Justiça Federal	15	1
41	6ª Vara da Justiça Federal	14	1
42	7ª Vara da Justiça Federal	11	3
43	8ª Vara da Justiça Federal	10	2
44	9ª Vara da Justiça Federal	23	-
INFORMAÇÕES TÉCNICAS DO NUAT			
45	Informações Técnicas do NUAT	11	29
DESPACHOS DIVERSOS			
46	Despachos diversos	8	11
MEMORANDOS			
47	Memorandos	62	40

PORTARIAS			
48	Portarias	13	12
RECURSOS DE MULTA – JARI			
49	DEFERIMENTO (despacho)	65	170
50	INDEFERIMENTO (recurso)	31	70
BOLETIM DE SERVIÇO (PUBLICAÇÕES)			
51	Boletim de Serviço	72	65
52	Boletim de Serviço (Reservado (NUINT))	22	-

No ano de 2009, houve grande demanda judicial em virtude de Mandados de Segurança manejados contra as retenções de ônibus de transporte interestadual, cuja liberação do veículo é condicionada ao pagamento de transbordo, conforme legislação da ANTT.

Assim, quando são prestadas as informações ao Poder Judiciário, são utilizadas na sua fundamentação, disciplinas ligadas ao Direito Constitucional, Administrativo, Processual Civil e Penal e as normatizações da ANTT (Decreto, Leis e Resoluções).

Já os Mandados de Segurança impetrados contra a imposição de penalidade aplicada pela 1ª SRPRF/GO referente aos autos de infração de trânsito, são utilizados conhecimentos na sua fundamentação de disciplinas ligadas ao Direito Constitucional, Administrativo, Processual Civil e Legislação de Trânsito (CTB, Resolução do Contran, Portarias do DENATRAN).

Houve também a análise de inúmeros processos administrativos de recursos de multas deferidos, conforme item 49 e 50 do quadro anterior, em conformidade com o Art. 288 da Lei nº 9.503, onde o Superintendente, que é a autoridade coatora, interpôs recurso das decisões da JARI, que é encaminhado para o NUAT para a confecção dos recursos das decisões da JARI ou despacho quando concordar com o deferimento e subsequente cancelamento do auto de infração.

Cumprir ressaltar que os conhecimentos utilizados são de Direito Constitucional, Administrativo, Processual Civil e Legislação de Trânsito (CTB, Resolução do Contran, Portarias do DENATRAN).

Cabe ressaltar que foram prestadas informações às Delegacias e demais Seções e Núcleos da 1ª SRPRF/GO, conforme previsto pelo Inciso V do Regimento Interno, em matérias envolvendo licitações (Seção Adm e Financeira), informações ao Poder Judiciário e cumprimento de decisão referente aos recursos humanos (Seção de Recursos Humanos), auxílio técnico na interpretação da Legislação de Trânsito (Núcleo de Multas e Penalidades), auxílio técnico-jurídico em questões disciplinares (Corregedoria Regional), auxílio no levantamento das restrições judiciais, como mandado de busca e apreensão (07 (sete) Delegacias Regionais e 15 (quinze) postos policiais espalhados ao longo das rodovias federais), bem como diversas informações envolvendo conhecimentos na área penal, tais como, alcoolemia, crime ambiental, entorpecentes, prostituição infantil, contrabando, descaminho, etc.

Informamos ainda que conforme anteriormente explicitado, para o bom desempenho

das atribuições exercidas pelo NUAT são utilizados conhecimentos preponderantemente jurídicos.

Para o exercício de 2020, o Núcleo de Apoio Técnico tem algumas metas a serem atingidas, senão vejamos:

OBJETIVOS - 2010
1. Buscar junto ao Tribunal de Justiça de Goiás a implementação dos Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO) a serem confeccionados pela 1ª SRPRF/GO, sendo posteriormente necessária a orientação pelos servidores do NUAT junto aos policiais das Delegacias para dirimir dúvidas e incentivar a utilização dessa ferramenta;
2. Adquirir obras jurídicas, principalmente as que tratam de legislações que sofrem alterações significativas, aumentando o acervo bibliográfico do Núcleo;
3. Obter junto ao Núcleo de Capacitação de Pessoal da 1ª SRPRF/GO, cursos jurídicos para os servidores desse Núcleo, uma vez que a atualização na área jurídica é primordial para o bom andamento dos serviços desenvolvidos pelo Núcleo, haja vista as atribuições exercidas e a prática reiterada de atos que exigem conhecimentos preponderantes de Direito nos seus mais diversos ramos, tais como o Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Processual Civil e Penal, Direito Penal, dentre outras legislações esparsas.

2.1.3. NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA

As atribuições deste núcleo foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 78, conforme segue:

“Art. 78. Ao Núcleo de Inteligência compete:

- I - seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;*
- II - assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência;*
- III - apresentar relatório periódico das atividades de inteligência ao Superintendente e ao Coordenador de Inteligência;*
- IV - planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência na Superintendência;*
- V - produzir conhecimentos resultantes do processamento completo das informações obtidas pela atividade de inteligência;*
- VI - intensificar a produção de conhecimentos para a atividade-fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência;*
- VII - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos;*
- VIII - identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais à área de atuação da Superintendência;*
- IX - planejar e elaborar o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência;*
- X - solicitar dados, informações e conhecimentos aos órgãos de inteligência, sobre assuntos de interesse da Superintendência;*
- XI - manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação;*
- XII - manter sob sua guarda toda a documentação encaminhada para os arquivos da área de inteligência;*
- XIII - receber, conferir e classificar documentos, expedientes e demais correspondências, bem como controlar o trâmite de correspondências enviadas e recebidas por meio de malotes específicos da área;*
- XIV - propor a aplicação de cursos de capacitação, especialização, seminários, palestras e outros*

eventos ligados à atividade de inteligência, apresentando projetos ao Coordenador de Inteligência do Departamento, por intermédio do Superintendente; e

XV - elaborar e propor o Plano Anual de Atividades de Inteligência na Superintendência.”

O Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal visa além de atender ao descrito na Portaria Ministerial nº 1.375, de 2007, Artigo 78, volta-se também por meio de trabalhos de inteligência, para a prevenção e combate aos crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere os assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos. Além do constante acompanhamento de movimentos sociais e de combate à prostituição infanto-juvenil ao longo da circunscrição das rodovias federais.

A Área de Inteligência do órgão atua de forma sigilosa, no sentido de planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência da instituição. Tem como objetivo principal as atividades de inteligência na atuação preventiva do combate ao crime organizado nas suas mais diversas formas, dando subsídios para que o órgão promova suas ações policiais de segurança pública, buscando combater de modo eficaz o crime, seja o assalto a ônibus, roubo de cargas, etc.

Dentro desse objetivo, o Núcleo de Inteligência desta Regional, promove e mantém o intercâmbio em atividades com as áreas de inteligências da própria instituição em outros Estados da União, da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado de Goiás, além do Departamento de Polícia Federal em Goiás e ainda promove o suporte também às demandas oriundas do Ministério Público Estadual em Goiás. As atividades de inteligência desenvolvidas recentemente pela PRF/GO têm logrado grande êxito no combate ao crime.

Os principais dispêndios públicos das ações do NUIINT/1ªSRPRF/GO ocorreram com o pagamento de diárias e passagens aéreas. Os resultados das ações, embora tenham havido restrições orçamentárias, limitações de pessoal e de meios de trabalho (viaturas adequadas, equipamentos etc), podem ser considerados bastante positivos.

OBJETIVOS	REALIZAÇÕES
1. Firmar parcerias com a Polícia Militar e Polícia Civil do Estado de Goiás.	Alcançado com sucesso.
2. Contratação de uma empresa especializada no rastreamento, captação e monitoramento telefônico.	Não alcançado.
3. Aumentar o número de Planos de Operação, Ordens de Missão, Relatórios de Informação e de Inteligência.	Alcançado com sucesso.

No ano de 2009 houveram:

08 (oito) Planos de Operação – documentos de inteligência que estabelecem o foco da atuação sobre um determinado assunto), tratam de assuntos relativos ao narcotráfico, roubo de carga e veículo de carga, assalto a ônibus, combate à prostituição infanto-juvenil, dentre outros pertinentes à criminalidade dentro do Estado de Goiás e seus vizinhos.

39 (trinta e nove) Ordens de Missão – (documentos de inteligência que motivam um deslocamento para cumprimento de um determinado trabalho). Normalmente é vinculado a um plano de operação anteriormente estabelecido, do mesmo modo sendo usual a confecção da mesma quantidade de relatórios de missão.

13 (treze) Relatórios de Informação - é a produção do conhecimento com resultado dos relatórios de missão ou de assuntos de interesse e/ou relevância.

20 (vinte) Relatórios de Inteligência - é a produção do conhecimento com resultado dos relatórios de informação ou de assuntos de interesse e/ou relevância.

Comparativamente ao exercício de 2008, em 2009 temos a seguinte situação:

2008		2009		VARIÇÃO (%)
TIPO	QTDE	TIPO	QTDE	
Plano de Operação	12	Plano de Operação	8	< 33,30%
Ordem de Missão	72	Ordem de Missão	39	< 45,80%
Relatório de Informação	32	Relatório de Informação	13	< 59,40%
Relatório de Inteligência	4	Relatório de Inteligência	20	> 400%

É importante ressaltar que em 2009, foram realizadas 02 (duas) operações policiais com o Ministério Público Estadual, Comarca de Itumbiara/GO. Frutos dos trabalhos realizados, houveram 57 (cinquenta e sete) prisões de pessoas durante o ano, apreensões de 40 (quarenta) veículos apreendidos, entregues ao Ministério Público Estadual, Comarca de Itumbiara/GO, embargo judicial de 114 (cento e quatorze) veículos, 02 menores encaminhados ao Conselho Tutelar, 08 (oito) armas apreendidas, 187 (cento e oitenta e sete) munições apreendidas, além da identificação e desarticulação de quadrilhas que atuam em Goiás e regiões circunvizinhas.

Houveram também, no ano de 2009, duas operações em conjunto com a Receita Federal. Nestas, foram apreendidos 25 (vinte e cinco) veículos e vários produtos de contrabando e descaminho totalizando o valor estimado de R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais).

A seguir temos a composição das demais Seções e Núcleos que não estão vinculados diretamente ao Gabinete do Superintendente, mas que a ele se subordinam hierarquicamente: Seção de Policiamento e Fiscalização, Seção Administrativa e Financeira, Seção de Recursos Humanos e Corregedoria Regional.

CADA – COMISSÃO DE ANÁLISE E DEFESA DA AUTUAÇÃO

Embora não faça parte da estrutura organizacional da UJ, nos termos da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, a CADA desempenha um papel de grande relevância que impacta positivamente na eficiência e eficácia das ações desencadeadas pela 1ª SRPRF/GO.

A referida Comissão tem como Coordenador o Chefe do NMP/1ª SRPRF/GO, sendo composta por 06 (seis) policiais colocados à disposição da CADA através de Portarias do Superintendente, assim sendo: 04 (quatro) policiais lotados na 1ª SRPRF/GO (Gabinete); 01 (um) policial lotado no NMP/1ª SRPRF/GO e 01 (um) policial lotado na 1ª Delegacia/1ª SRPRF/GO.

A CADA – Comissão de Análise e Defesa da Autuação é responsável pela análise da defesa da autuação imposta ao cidadão que comete ilicitudes no trânsito dentro daquilo que o Código de Trânsito Brasileiro determina como conduta correta a ser praticada pelos condutores de

veículos automotores e pedestres que se utilizam das estradas e rodovias federais.

A seguir, temos um resumo das atividades desenvolvidas pela referida Comissão durante o exercício de 2009:

Processos de autos do CTB analisados pelas CADA da 1ª SRPRF/GO em 2009													
30/03/10 09:41													
Entrada	Anual	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Novos		223	173	147	137	88	158	798	312	116	175	405
Saída	Indef.	198	111	232	152	200	125	153	173	240	230	174	110
	Def.	65	96	125	66	72	51	46	23	57	84	62	44
	Outros	28	36	19	21	14	13	20	54	45	64	48	14
	TOTAL	2287	2217	1988	1886	1688	1657	2236	2298	2072	1869	1990	2022
Julgados no Mês	Mensal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Entrada	223	173	147	137	88	158	798	312	116	175	405	200
	Saída	291	243	376	239	286	189	219	250	342	378	284	168
	Diferença	68	70	229	102	198	31	-579	-62	226	203	-121	-32
	Média	28											
Total de Processos CTB na CADA em Dezembro de 2008											2355		
Total Indeferidos		2098						Entrada de Processos				2932	
Total Deferidos		791						Processos Arquivados				3265	
Outros		376						Aguardando Julgamento				2022	
Total Julgados		3265						Diferença Julgados x Entrada				333	

Processos de autos da ANTT analisados pela CADA da 1ª SRPRF/GO em 2009													
Entrada	Anual	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Novos	28	17	48	98	23	119	18	18	29	27	20	17
Saída	Indef.	102	68	78	109	89	82	41	48	71	37	14	41
	Def.	16	07	05	03	03	08	04	02	04	06	03	05
	Outros	01	01	01	01	00	00	00	00	00	00	00	00
	TOTAL	800	741	705	690	621	650	623	591	545	529	532	503
Julgados no Mês	Mensal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Entrada	28	17	48	98	23	119	18	18	29	27	20	17
	Saída	119	76	84	113	92	90	45	50	75	43	17	46
	Diferença	91	59	36	15	69	-29	27	32	46	16	-3	29
	Média	32											
Total de Processos ANTT na CADA em Dezembro de 2008											891		
Total Indeferidos		780						Entrada de Processos				462	
Total Deferidos		66						Processos Arquivados				850	
Outros		4						Aguardando Julgamento				503	
Total Julgados		850						Diferença Julgados x Entrada				388	

Processos de autos da Medida Provisória analisados pela CADA da 1ª SRPRF/GO em 2009													
Entrada	Annual	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Novos	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Saída	Indef.	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	Def.	00	00	00	00	00	00	00	00	18	00	00	00
	Outros	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	TOTAL	58	58	58	58	58	58	58	58	58	40	40	40
Julgados no Mês	Mensal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Entrada	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	Saída	00	00	00	00	00	00	00	00	18	00	00	00
	Diferença	00	00	00	00	00	00	00	00	18	00	00	00
	Média	02											
Total de Processos Medida Provisória na CADA em Dezembro de 2009											58		
Total Indeferidos		00								Entrada de Processos		0	
Total Deferidos		18								Processos Arquivados		18	
Outros		00								Aguardando Julgamento		40	
Total Julgados		18								Diferença Julgados x Entrada		18	
Total de Processos Aguardando julgamento											2565		
Total de Processos Julgados											4133		
Total de Entrada de Processos											3394		
Diferença Julgado x Entrada											739		

2.1.4. SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

As atribuições da Seção de Policiamento e Fiscalização foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 79, conforme segue:

“Art. 79. À Seção de Policiamento e Fiscalização compete:

- I - programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;
- II - coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material informações pertinentes à estadia, alimentação, locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da circunscrição da Superintendência;
- III - coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais - CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta;
- IV - orientar, supervisionar e controlar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos responsáveis, mantendo sob seu comando direto um corpo de motociclistas para a execução dessas tarefas;
- V - organizar e manter atualizado o controle dos veículos e bens apreendidos; o cadastro de formulários destinados à apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos; bem como o cadastro dos documentos extraviados, cancelados ou danificados;
- VI - programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes; e

VII - realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias e estradas federais.”

A Seção de Policiamento e Fiscalização da 1ª SRPRF/GO tem a atribuição primordial de promover a execução eficiente e eficaz da atividade-fim da PRF em Goiás. A seção de policiamento e fiscalização programa, coordena, coleta, articula, organiza e executa todas as ações de segurança pública ao longo das rodovias federais, com vistas à redução do número de mortos, feridos e de acidentes.

A Polícia Rodoviária Federal/DPRF/MJ tem por missão constitucional o exercício da Segurança Pública nas rodovias federais brasileiras. Para atender o chamamento constitucional opera em 03 (três) linhas de frente:

Policiamento - que compreende as ações de prevenção e repressão aos ilícitos penais;

Fiscalização - que compreende as atividades de ordenamento e fiscalização do trânsito; e

Atendimentos - que engloba as missões de socorro aos usuários das rodovias seja em decorrência de acidentes de trânsito, acometimento de enfermidade ou o próprio socorro mecânico.

Os esforços na área de fiscalização de trânsito têm como objetivo principal a garantia da incolumidade das pessoas, de seu patrimônio e a livre circulação pelas rodovias federais. Os atendimentos também caminham na direção de oferecer alento ao usuário da rodovia quando vítima de sinistro ou de crime, pane no veículo, necessidade de orientação, ou até quanto aos residentes às margens das rodovias precisam de socorro e tem na PRF o apoio necessário e capaz de oferecer-lhes amparo.

As ações de combate aos ilícitos penais, por sua vez, têm o condão de garantir a paz pública na medida em que tira de circulação pessoas que oferecem risco à sociedade, bem como apreende ou busca apreender produtos de ações criminosas, tais como veículos e cargas roubados, contrabando, descaminho, produtos ilegalmente retirados da fauna e da flora, dentre outros. Estas ações buscam também combater a exploração sexual contra crianças e adolescentes, trabalho em situação degradante (coibição do trânsito de veículos transportando pessoas para localidades onde ocorrem tais práticas). A PRF tem oferecido também uma importante e decisiva contribuição no combate ao tráfico de substâncias entorpecentes.

Para atingir estes índices a 1ª SRPRF/GO elaborou algumas estratégias operacionais, dentre elas se destacam as Operações Temáticas de Fiscalização (produtos perigosos, passageiros, excesso de peso, etc), onde esses eventos mesclam atividades de fiscalização com atividades de ensino e educação para o trânsito, isto é, os policiais passam por um nivelamento de conhecimento que possibilita uma performance melhor na operação onde estiver empregado e o capacita a irradiar os conhecimentos no retorno à origem de lotação.

O mesmo é feito na área de combate ao crime, onde policiais de diversas regiões são empregados nas áreas onde há destaque em ações de combate ao crime, de modo a instrumentalizar esses policiais a melhorarem a performance em sua área de atuação.

Em uma auto-avaliação da gestão operacional da 1ª SRPRF/GO, que impacta

diretamente na atividade fim, os objetivos não foram totalmente alcançados. Todavia, como se pode observar, a PRF em Goiás aumentou consideravelmente o número de operações policiais nas mais diversas modalidades, sejam as operações realizadas pelo próprio órgão ou em conjunto com outras instituições que atuam na Segurança Pública.

OBJETIVOS	REALIZAÇÕES
1. Intensificar as rondas noturnas com policiais da área meio, visando reforçar o policiamento nos trechos com altos índices de criminalidade e nos períodos de feriados prolongados.	Êxito
2. Determinar ao Núcleo de Operações Especiais desenvolva operações nos trechos com pouca atuação por parte das Delegacias Regionais e atuar de forma conjunta com as mesmas com o objetivo de baixar os índices de acidentes e criminalidades.	Êxito
3. Orientar os chefes de Delegacia para que os mesmos tomem providências no sentido de reduzir o número de acidentes com base no DATATRAN, utilizando o recurso conhecido como <i>Cartão Programa</i> .	Êxito
4. Diminuir o número de mortos nas rodovias federais.	Não alcançado
5. Diminuir o número de feridos nas rodovias federais.	Alcançado
6. Diminuir o número de acidentes nas rodovias federais.	Não alcançado
7. Diminuir os índices de criminalidade nas rodovias federais nas suas mais variadas formas.	Não alcançado
8. Aumentar o número de Comandos Médicos Preventivos.	Não alcançado

Em 1º de julho de 2009 entrou em vigor a Portaria 30/2009-DG, a qual mudou a forma de avaliar o desempenho das Regionais, principalmente no número de acidentes e mortos, que não mais será apenas o quantitativo e sim a taxa, levando-se em consideração a frota de veículos.

Segue abaixo o texto do Art. 1º da referida Portaria.

“Art. 1º Estabelecer os seguintes Indicadores de Desempenho para as Unidades Regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal:

- I – Percepção de Segurança;*
- II – Taxa de Variação de Acidentes;*
- III – Taxa de Mortalidade;*
- IV – Procedimentos de Fiscalização.*

§ 1º O indicador Percepção de Segurança será aferido por pesquisa quantitativa com usuários das rodovias federais brasileiras, estratificada por critérios de gênero, faixa etária e tipo de veículo, observando as metas e as orientações contidas no Anexo ^a

§ 2º O indicador Taxa de Variação de Acidentes será aferido pelo número de acidentes registrados na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional, tendo por meta o quadro constante do Anexo B.

§ 3º O indicador Taxa de Mortalidade será aferido pelo número de mortes registradas na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional, tendo por

meta o quadro constante do Anexo C.

§ 4º O indicador Procedimentos de Fiscalização será aferido pela quantidade de veículos fiscalizados, quantidade de pessoas fiscalizadas e testes de alcoolemia realizados, tendo por meta o quadro constante do Anexo D.”

No exercício de 2010 estes novos indicadores deverão serem incorporados, em substituição a outros de igual teor. Segue abaixo os resultados apurados de 1º de julho a 31 de dezembro de 2009 nesta Regional:

TAXA DE MORTALIDADE				
REGIONAIS	Meta mortos/ 1.000.000 veículos	JULHO A DEZEMBRO – 2009		
		meta/agosto	Realizado	Atingimento
Julho	6,310	0,422	0,435	97,02%
Agosto	6,310	0,467	0,365	127,66%
Setembro	6,310	0,667	0,540	123,55%
Outubro	6,310	0,711	0,362	196,60%
Novembro	6,310	0,378	0,637	59,28%
Dezembro	6,310	0,778	0,547	142,18%
TOTAL	37,860	3,423	2,886	118,61%
Frota Nacional Julho 2009 **		57.458.782		

** A frota referente ao mês de julho foi estimada em 1% de aumento em relação a de junho do corrente ano.

TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES				
REGIONAIS	Meta acidentes/ 1.000.000 veic	JULHO A DEZEMBRO – 2009		
		meta	Realizado	Atingimento
Julho	98,315	7,927	7,692	103,05%
Agosto	98,315	8,272	6,753	122,50%
Setembro	98,315	8,186	7,518	108,88%
Outubro	98,315	8,767	7,543	116,24%
Novembro	98,315	7,496	7,784	96,31%
Dezembro	98,315	9,909	8,991	110,22%
TOTAL	589,890	50,557	46,281	109,24%
Frota Nacional Julho 2009 **		57.458.782		

** A frota referente ao mês de julho foi estimada em 1% de aumento em relação a de junho do corrente ano.

PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO METAS ACUMULADAS	% ATINGIMENTO META
47840	51,13
23920	84,92
21344	81,87
20608	81,49
22632	144,63
15272	95,16
17296	83,56
0	0
168912	83,64

Analisando os quadros acima podemos concluir que a Regional obteve êxito na redução das taxas de acidentes e de mortos e ficou abaixo do esperado nos procedimentos de fiscalização. Neste último caso o não atingimento se deu basicamente pelo período de adaptação dos policiais com a nova metodologia e também o grande número de ocorrências frente ao baixo efetivo das Delegacias Regionais.

2.1.5. NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

As atribuições deste núcleo foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 80, conforme segue:

“Art. 80. Ao Núcleo de Operações Especiais compete:

- I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;*
- II - estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes a abordagem, bloqueio de estradas, controle de tráfego e demais ações de policiamento;*
- III - executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela Superintendência;*
- IV - apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico;*
- V - executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais;*
- VI - executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução;*
- VII - pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação em articulação com a área de Inteligência e Central de Informações Operacionais; e*
- VIII - coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.”*

As atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Operações Especiais da 1ª SRPRF/GO

são estritamente operacionais e representa o desenvolvimento de quase toda a atividade fim da PRF em Goiás. Tal núcleo, através do método da observação e coleta de dados estatísticos, desenvolve todo um esboço de trabalho a ser deflagrado durante o ano. Todas as operações policiais determinadas pelo DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Brasília/DF são repassadas às regionais para que assim as desencadeiam.

Também desenvolvem e deflagram as operações policiais regionais, que variam de acordo com as peculiaridades dos crimes praticados em cada região do Estado de Goiás. De todas as operações policiais realizadas ao longo das rodovias federais goianas, são elaborados relatórios contendo o motivo da operação, data, efetivo de policiais empregado, objetivo da operação e o seu resultado alcançado.

A missão precípua da PRF consiste em garantir a fluidez e principalmente evitar a ocorrência de acidentes de trânsito. Portanto, o policiamento ostensivo, com base na presença física do policial e a disponibilidade para intervenções em situações de risco ou irregulares, figuram como atividades policiais de altíssima relevância.

Os resultados alcançados em 2009 pelo Núcleo de Operações Especiais com a realização de Operações Policiais de diversos tipos, bem como em relação ao combate das mais diversas formas de criminalidade praticadas nas rodovias, ficam disponibilizados conforme tabelas a seguir:

OPERAÇÕES POLICIAIS EM 2009

OPERAÇÕES	Quantidade
ONN (OPERAÇÕES NOE NACIONAL)	6
APOIO A OUTRO ÓRGÃO	6
OPERAÇÃO NOE LOCAL (REGIONAL)	48
CONVOCAÇÃO DPRF (NOE)	15

Fonte: Núcleo de Operações Especiais

CRIMINALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS – 2007/2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009
ARMAS APREENDIDAS (em unidades)			
Revólver	15	44	38
Pistola	03	0	4
Rifle	0	0	0
Espingarda	08	0	11
Carabina	01	0	0
Submetralhadora	0	0	0
Armas Brancas	06	8	1

Outras	02	0	0
MUNIÇÕES/PROJÉTEIS (em unidades)			
Munições e Projéteis	22783	657	649
DROGAS			
Cocaína (em gramas)	186,315gr	219,914 gr	233,608gr
Maconha (em Kg)	104,877kg	516,256kg	28,765kg
Merla (lata)	0	0	0
“Crack” (em unidades)	0	288	1069g
Lança Perfume (em frascos)	12	0	0
Anfetaminas (em unidades)	0	0	0
Barbitúricos (em unidades)	0	0	0
Outras	4555	262 Haxixe	0
CONTRABANDO/DESCAMINHO			
Cigarros	22783	52051	1169
CD's/DVD's	57302	49868	121432
Equipamentos de Informática	1326	1975	1445
Equipamentos Eletrônicos	5520	6503	23993
Combustível (em litros)	0	240	0
Bebidas (em litros)	7048	0	1169
Outros	63663	0	63835
EXPLOSIVOS			
Explosivos (em Kg)	1,05	0	0
DOCUMENTOS APREENDIDOS			
Documentos Apreendidos/Recolhidos	2082	0	8039
CNH's recolhidas (und)	0	2201	2192
CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE			
Crimes contra o meio ambiente (em ocorrências)	109	0	38
Animais Silvestres (und)	0	44	755
Madeira (m3)	0	1245	605

PESSOAS PRESAS/DETIDAS			
Pessoas presas e/ou detidas	897	1220	1297
ROUBO A CARGA			
Roubo de Cargas (em ocorrências)	19	0	35
CARGAS RECUPERADAS			
Cigarros (ocorrência)	01	1	0
Combustível (em litros)	0	240	45000
Outros (und)	02	0	37689
REGISTRO DE OCORRÊNCIAS			
Registro de Ocorrências	150	0	-
VEÍCULOS			
Veículos Recuperados	111	79	93
Veículos Apreendidos – Restrição Judicial	15	0	3637
Veículos Apreendidos – Restrição Administrativa	0	0	
Veículos Retidos - para Regularização	4098	0	

Fonte: Núcleo de Operações Especiais

Analisando o quadro acima podemos observar que obtivemos um significativo aumento nas apreensões de drogas (cocaína e crack), contrabando (mídias, bebidas, eletrônicos) armas e munições, animais silvestres e veículos recuperados.

Também houve aumento no número de apreensões de cargas, a prisão de 60 (sessenta) assaltantes de ônibus, dentre as prisões de pessoas em geral. Além disso tivemos a participação, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério Público do Trabalho, no enfrentamento ao trabalho escravo.

2.1.6. NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES

As atribuições deste núcleo foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 81, conforme segue:

“Art. 81. Ao Núcleo de Multas e Penalidades compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;

II - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;

III - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;
IV - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;
V - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infração distribuídos, extraviados ou danificados;
VI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;
VII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes;
VIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas, e
IX - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.”

O Núcleo de Multas e Penalidades atua de forma muito importante dentro da estratégia de atuação da PRF/GO no sentido de gerir uma área que trata da aplicação, gestão e arrecadação das multas aplicadas pela instituição em decorrências das infrações de trânsito cometidas pelos condutores de veículos nas rodovias federais. Cabe ressaltar que não é objetivo primordial da PRF em Goiás, como de qualquer órgão fiscalizador, a simples aplicação de multas, mas que esta é uma consequência pelos meus hábitos dos condutores de veículos quando descumprem as leis de trânsito.

De forma mais importante ainda é a conscientização dos condutores, através de medidas preventivas, de que o ambiente de trânsito deve ser harmonioso e pacífico, de modo a garantir o direito de ir e vir dos cidadãos brasileiros, desde que obedecidas determinadas normas de conduta, normas estas previamente estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei nº 9.503/1997.

O Núcleo de Multas e Penalidades atua de forma a interpretar as normas de trânsito, resoluções, etc no sentido proporcionar o apoio devido na correta aplicação da penalidade àqueles que insistem em infringir o Código de Trânsito Brasileiro. Esse apoio consiste no esclarecimento dos pontos obscuros em que certos momentos nossos policiais carecem de uma orientação maior para que a norma seja corretamente aplicada sem que sejam cometidos abusos, arbitrariedades e injustiças contra os usuários da via pública.

O Núcleo promove ainda a gestão, fiscalização e o acompanhamento da arrecadação das multas aplicadas pela 1ª SRPRF/GO. O órgão não tem meios próprios de promover a arrecadação dos valores impostos, sendo tal atribuição executada através de convênios regionais firmados perante todos os Departamentos de Trânsito Estaduais – DETRANs e a integração junto ao sistema de Registro Nacional de Infrações - RENAINF, o qual é gerido pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, facilitando a troca de informações entre o DPRF/MJ e DETRANs e diminuindo em até 50% os custos em relação ao convênio de arrecadação de multas firmado com o DETRAN/GO.

Alguns dos principais objetivos foi a manutenção do convênio n.º 001/2005 de cooperação mútua perante o DETRAN/GO, visando o acesso via sistema de informações do cadastro de veículos e de condutores registrados no DETRAN/GO, assim como manter o citado convênio para arrecadação das multas aplicadas pela 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás anteriores à Agosto de 2004 não alcançadas pelo sistema RENAINF, e a consolidação da transferência para o sistema RENAINF das multas aplicadas posteriores à Agosto/2004.

Na Tabela seguinte segue os demonstrativos realizados pelo Núcleo de Multas e Penalidades acerca dos autos de infração lavrados em 2009.

AUTOS DE INFRAÇÃO

ITEM	2007	2008	2009	Variação (%)
1. VEÍCULOS FISCALIZADOS	326.032	305.122	256.952	-15,80%
2. AUTOS DE INFRAÇÃO EXTRAÍDOS	76.945	66.601	79.365	19,20%
3. GRAVÍSSIMA	32.208	33.355	36.741	10,10%
4. GRAVE	18.508	18.127	22.890	26,30%
5. MÉDIA	15.311	6.225	9.575	53,80%
6. LEVE	3.335	3.323	4.180	25,80%
7. AUTOS INUTILIZADOS/CANCELADOS	1.220	2.049	4.526	120,90%

Fonte: Núcleo de Multas e Penalidades

Analisando os dados acima, percebemos que o número de Veículos Fiscalizados diminuiu e o número de Autos de Infração Extraídos diminuíram em -6,41% e -13,44%, respectivamente, em relação ao ano de 2007. Talvez possamos atribuir esse decréscimo ao ainda baixo efetivo de policiais rodoviários federais.

Ainda no tocante ao Núcleo de Multas e Penalidades, foi uma de suas metas a manutenção do convênio de cooperação mútua perante o DETRAN/GO visando arrecadar as multas aplicadas pela 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás, o que fora executado com êxito através do Convênio 001/2005. Abaixo, seguem os principais projetos estabelecidos para o exercício de 2009 e as realizações:

OBJETIVOS	REALIZAÇÕES
1. Consolidar e aprimorar o Convênio DETRAN X PRF, objetivando a penalização dos condutores infratores, incidindo diretamente na cobrança e arrecadação das multas aplicadas.	Alcançado com êxito com um sensível aumento na arrecadação.
2. Estabelecer relatório/estatística com todos os dados necessários para auxiliar e dar melhor suporte à Administração.	Alcançado.
3. Manter no Núcleo um total de 07 (sete) estagiários objetivando um melhor atendimento ao público interno e externo.	Alcançado.
4. Estruturar a área de instrução processual, visando o auxílio à CADA e JARI, dando maior agilidade ao julgamento de defesas e recursos.	Alcançado.
5. Melhorar a eficiência na gestão do convênio perante o Detran/GO no sentido de aumentar a arrecadação das multas aplicadas aos infratores do Código de Trânsito Brasileiro.	Alcançado.
6. Consolidar a transferência das multas aplicadas posteriormente a Agosto/2004 junto ao sistema RENAINF, objetivando diminuição de custos.	Alcançado.

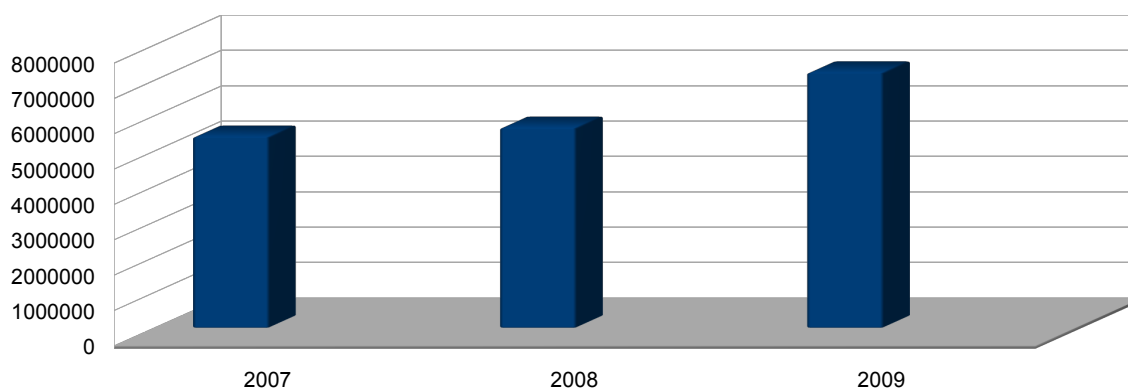
7. Consolidar os sistemas de multas eletrônicas	Alcançado.
8. Atualizar o serviço ref. Autuações da ANTT	Alcançado
9. Ampliação e melhoria da estrutura física	Não alcançado

ARRECADAÇÃO DE MULTAS – 2007/2008/2009

PERÍODO	2007	2008	2009	Varição (%) (2009-2008)
JANEIRO	R\$ 301.429,67	R\$ 276.093,35	R\$ 384.727,26	39,30%
FEVEREIRO	R\$ 296.898,85	R\$ 301.293,70	R\$ 507.577,57	68,50%
MARÇO	R\$ 485.513,81	R\$ 401.030,20	R\$ 984.358,76	145,50%
ABRIL	R\$ 440.942,53	R\$ 307.835,20	R\$ 279.287,59	-9,27%
MAIO	R\$ 480.072,16	R\$ 281.098,71	R\$ 562.210,97	100,00%
JUNHO	R\$ 500.386,56	R\$ 268.843,39	R\$ 733.207,11	172,70%
JULHO	R\$ 509.747,50	R\$ 476.346,14	R\$ 708.512,70	48,70%
AGOSTO	R\$ 569.750,99	R\$ 523.733,42	R\$ 684.259,36	30,65%
SETEMBRO	R\$ 496.211,79	R\$ 690.549,85	R\$ 610.620,58	-11,60%
OUTUBRO	R\$ 513.116,78	R\$ 904.043,11	R\$ 715.260,36	-20,88%
NOVEMBRO	R\$ 469.167,06	R\$ 831.838,55	R\$ 681.026,61	-18,13%
DEZEMBRO	R\$ 324.442,88	R\$ 379.349,13	R\$ 352.298,52	-7,13%
TOTAL ARRECADADO	R\$ 5.387.679,58	R\$ 5.642.054,75	R\$ 7.203.347,39	≥ 27,67%

Fonte: Núcleo de Multas e Penalidades

ARRECADAÇÃO DE MULTAS – 2007 - 2009



Em 2009, a arrecadação de multas aplicadas em decorrência da Lei nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro aumentou em 27,67% (Vinte e sete vírgula sessenta e sete) pontos percentuais em relação ao ano de 2008, em função da eficiência do DETRAN/GO e da

gestão do Convênio nº 001/2005, no sentido de promover a arrecadação das multas aplicadas pela 1ª SRPRF/GO no âmbito das rodovias federais.

Um outro fator que impacta diretamente no aumento da arrecadação de multas é o trabalho eficiente e incessante dos policiais rodoviários federais na aplicação do Código de Trânsito Brasileiro, no sentido de se fazer cumprir as Leis de trânsito.

No Convênio nº 001/2005, firmado em 15/06/2005, entre a 1ª SRPRF/GO e o DETRAN/GO, este último ficou com a incumbência de promover a arrecadação das multas. Tal instrumento de convênio está em vigência através do seu 4º Termo Aditivo, cuja vigência vai até 24 de junho de 2010.

2.1.7. NÚCLEO DE REGISTRO DE ACIDENTES E MEDICINA RODOVIÁRIA

As atribuições deste núcleo foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 82, conforme segue:

“Art. 82. Ao Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam:

- a) atendimento pré-hospitalar e resgate;*
- b) transporte inter-hospitalar;*
- c) transporte de órgãos;*
- d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional;*
- e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;*
- f) comandos de saúde preventivos para o trânsito;*
- g) atividades de medicina do tráfego;*
- h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito;*
- i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.*

II - realizar ou acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

III - propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

IV - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Devesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso I;

V - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes;

VI - propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;

VII - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;

VIII - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito;

IX - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos, elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;

X - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;
XI - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários destinados a boletins de ocorrências; e
XII - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.”

Resumidamente, o Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária atua de forma a coordenar, planejar, orientar e executar as atividades de saúde ao longo das rodovias federais. Mesmo com atribuições extensas, um fato que ainda prejudicou substancialmente o bom desempenho do planejamento das atividades de saúde foi o baixo efetivo de policiais rodoviários federais, mesmo com concursos anuais para provimento de seus quadros.

O que tem contribuído ainda para o bom desempenho da Polícia Rodoviária Federal no cumprimento de sua atividade fim, além da intensificação de sua presença ostensiva nas rodovias, são os trabalhos de conscientização e educação para o trânsito, desenvolvidos junto às instituições de ensino e às empresas privadas no ramo de transporte de pessoas e de cargas, bens e valores, através das constantes palestras e seminários sobre segurança no trânsito.

A mídia regional, em parceria com a PRF/GO, tem colaborado com intuito de conscientizar a população sobre sua responsabilidade no trânsito, com o objetivo de diminuir o alto índice de acidente, mortos e feridos nas rodovias.

Os principais objetivos do Núcleo são os seguintes:

OBJETIVOS	REALIZAÇÕES
1. Realização de 04 (quatro) Comandos Médicos preventivos ao longo das rodovias federais com vistas a verificar a saúde do motorista do transporte de cargas, etc.	Alcançado (*)
2. Firmar parcerias ou termos de cooperação com outros órgãos de saúde pública visando o aumento no atingimento do público alvo.	Alcançado.
3. Efetuar a Patrulha da Saúde com vistas a verificar a saúde do servidor público.	Alcançado.
4. Diminuir o número de mortos nas rodovias federais.	Não alcançado.
5. Diminuir o número de feridos nas rodovias federais.	Não alcançado.
6. Diminuir o número de acidentes registrados pela PRF.	Não alcançado.

(*) Devido ao surto da gripe H1N1 neste período, foi suspenso o comando pelo Sr. Superintendente da Regional de acordo com a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e foi substituído por um comando temático que tivemos o apoio da Secretaria de Saúde representado pela Secretária de Saúde: Dra. IRANÍ, SEST SENAT, CONSELHO TUTELAR DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, HEMOCENTRO e outras ONGs que nos apoiaram na panfletagem em todas as delegacias e coordenação da 1ª delegacia PRF/ Posto 01/01. Neste comando foram distribuídos cerca de 5.000 (cinco mil) panfletos relativos ao tema: GRIPE H1N1.

A seguir temos uma Tabela contendo os números apurados com relação aos acidentes

registrados nas rodovias federais goianas durante o exercício de 2009:

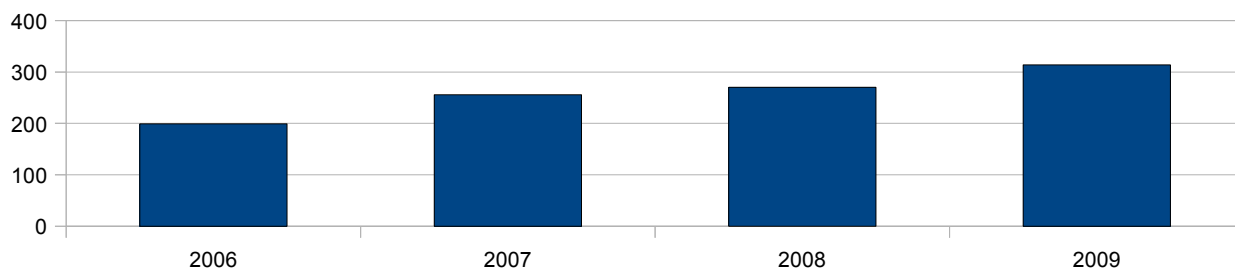
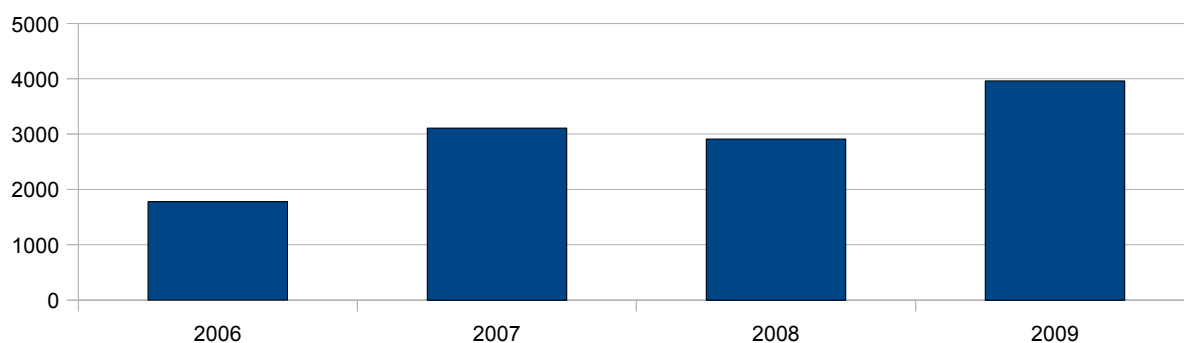
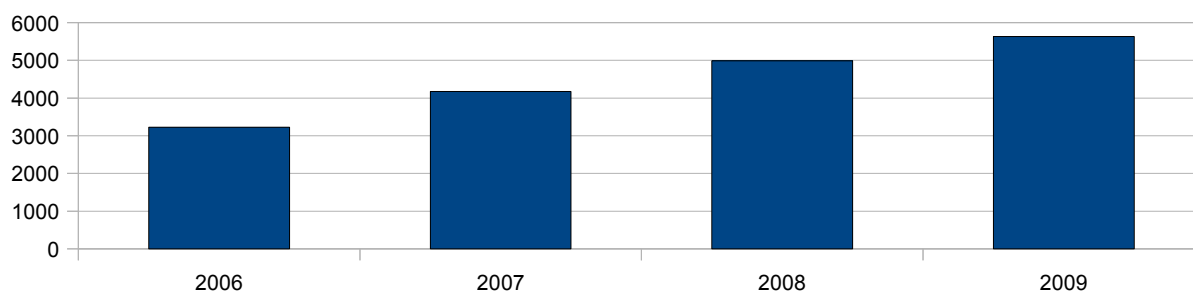
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	Variação (%): 2008/2009
ACIDENTES REGISTRADOS	3224	4177	4985	5629	12,92%
MORTOS	199	256	270	314	16,29%
FERIDOS GRAVES/LEVES	1780	3108	2910	3962	36,15%
ACIDENTES SEM VÍTIMAS	1757	2219	2774	3090	11,39%
ACIDENTES COM VÍTIMAS	1321	1745	2005	2258	12,62%
ACIDENTES COM MORTOS	146	213	206	250	21,35%
VEÍCULOS ENVOLVIDOS	4994	6473	7980	9052	13,43%
OCUPANTES ENVOLVIDOS	6528	11906	17336	10508	-39,38%
VÍTIMAS SOCORRIDAS PELA PRF/GOIÁS	212	340	379	232	-38,78%

Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária

TIPOS DE ACIDENTE		FASES DO DIA		HORAS DIRIGINDO	
Colisão Traseira	1333	Amanhecer	357	De 00:00 a 00:15	1185
Colisão Lateral	903	Pleno Dia	3235	De 00:15 a 01:00	1532
Colisão Frontal	186	Anoitecer	448	De 01:00 a 02:00	718
Colisão Transversal	406	Noite	1589	De 02:00 a 03:00	361
Colisão c/ Objeto Fixo	144	Não Informado	0	De 03:00 a 04:00	209
Colisão c/ Bicicleta	62	TOTAL	5629	De 04:00 a 05:00	134
Atropelamento de Pessoa	126	TRAÇADO DA VIA		Mais de 05:00	4513
Atropelamento de Animal	145	Reta	4303	Ignorado	400
Tombamento	165	Curva	1072	TOTAL	9052
Capotamento	249	Cruzamento	254	TIPOS DE VEÍCULOS	
Incêndio	24	Não Definido	0	Bicicleta	80
Saída de Pista	1580	TOTAL	5629	Motoneta	138
Danos Eventuais	36	DADOS DOS CONDUTORES		Motocicleta	830
Colisão c/ Objeto Móvel	38	Masculino	7727	Triciclo	25
Queda de Motocicleta	217	Feminino	851	Automóvel	4291
Derramamento de Carga	15	Não Identificado	474	Camionetes	1070
TOTAL	5629	TOTAL	9052	Micro ônibus	26
FATORES CONTRIBUINTES		ESTADO ETÍLICO		Ônibus	166

Velocidade Incompatível	200	Positivo	357	Caminhão	1104
Ultrapassagem Indevida	105	Negativo	7045	Reboque/Semi-reboque	10
Ingestão de Álcool	237	Ignorado	1650	Caminhão Trator	1214
Desobediência à Sinalização	159	TOTAL	9052	Tração Animal	4
Defeito Mecânico no Veículo	296	TEMPO DE HABILITAÇÃO		Máquina Agrícola	9
Defeito na Via	128	Menos de 01 ano	132	Outros	85
Animais na Pista	169	De 1 a 4 anos	1251	TOTAL	9052
Falta de Atenção	1335	De 5 a 9 anos	1666	DADOS DAS VÍTIMAS	
Dormindo	163	De 10 a 14 anos	1643	MORTOS – SEXO	
Distancia de Segmento	285	De 15 a 19 anos	747	Masculino	255
Outras	2552	De 20 a 24 anos	767	Feminino	58
TOTAL	5629	De 25 a 29 anos	751	Ignorado	1
CONDIÇÃO DO TEMPO		Mais de 30 anos	1033	TOTAL	314
Bom	2709	Inabilitado	397	MORTOS – CONDIÇÃO	
Sol	678	Ignorado	665	Condutor	186
Nevoeiro/Neblina	46	TOTAL	9052	Passageiro	86
Chuva	1214	USO DO CINTO		Pedestre	42
Vento	25	Sim	5813	Outros	0
Nublado	758	Não	140	TOTAL	314
Ignorado	0	Ignorado	1806	RESUMO	
Inexistente	0	Não aplicável	1293	Total de Acidentes s/ Vítimas	3090
Granizo	0	TOTAL	9052	Total de Acidentes c/ Feridos	2258
TOTAL	5430	USO DO CAPACETE		Total de Acidentes c/ Mortos	250
VIA COM PISTA		Sim	858	Total de Acidentes	5629
Simples	2750	Não	107	Total de Feridos	3962
Dupla	2657	Ignorado	305	Total de Mortos	314
Múltipla	54	Não aplicável	7782	Total de Ilesos	7184
Não Definido	168	TOTAL	9052	Total de Veículos Envolvidos	9052
TOTAL	5629	NURAM/1ªSRPRF/GO		Total Ocupantes Envolvidos	10508

Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária

NÚMERO DE MORTOS**NÚMERO DE FERIDOS****NÚMERO DE ACIDENTES REGISTRADOS****COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS – 2009**

MODALIDADE DE EXAME (*)	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	TOTAIS	Variação (%)
	18/03/09	30/06/09	17/09/09 (***)	01/12/09		
Efetivo de PRFs	17	20	-	20	47	-
Efetivo Externo	29	24	-	23	76	-
Motoristas Examinados	155	159	-	117	431	-
Acima do Peso	102	9	-	84	195	45,24%
Circunferência Abdominal	82	7	-		89	20,65%
Gordura Corporal	64	12	-	41	117	27,14%
Hiper triglicerídeos	79	6	-	75	160	37,12%

Hiperglicemia	29	3	-	45	77	17,86%
Hipertensos	29	63	-	30	122	28,30%
Carga Horária Excessiva	69	10	-	65	144	33,41%
Medicamentos Impróprios	25	4	-	0	29	6,72%
Etilismo	54	8	-	37	99	22,97%
Acuidade Auditiva	20	2	-	2	24	5,57%
Tabagismo	32	38	-	22	92	21,34%
Acuidade Visual	63	45	-	33	141	32,71%
Visão Estéreos	23	4	-	7	34	7,88%
Visão Cromática	0	1	-	0	1	0,23%
Ofuscamento	3	3	-	0	6	1,40%
Campimetria	0	0	-	0	0	0,00%
Envolvidos em Acidentes	33	22	-	14	69	16,00%
Força Manual D	2	2	-	1	5	1,16%
Força Manual E	4	8	-	1	12	2,81%
Hipercolesterolemia	6	14	-	13	33	7,65%
Grau de Sonolência	10	6	-	6	22	5,10%
Tontura/Desmaio	8	3	-	9	20	4,65%
Intercorrências	3	6	-	-	9	2,09%

Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária

(*) Os motoristas examinados podem ser enquadrados em mais de um fator de risco. Algumas modalidades de exame deixaram de ser realizados pela carência de equipamento adequado.

(**) A variação percentual foi obtida dividindo-se o número total de cada modalidade de exame pelo total de Motoristas Examinados multiplicando o índice por 100.

Ex.: Número de Motoristas Hipertensos/ Número de Motoristas Examinados = $(175/542) \times 100 = 32,29\%$

(***) Devido ao surto da gripe H1N1 neste período, foi suspenso o comando pelo Sr. Superintendente da Regional de acordo com a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e foi substituído por um comando temático que tivemos o apoio da Secretaria de Saúde representado pela Secretária de Saúde: Dra. IRANÍ, SEST SENAT, CONSELHO TUTELAR DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, HEMOCENTRO e outras ONGs que nos apoiaram na panfletagem em todas as delegacias e coordenação da 1ª delegacia PRF/ Posto 01/01. Neste comando foram distribuídos cerca de 5.000 panfletos relativos ao tema: GRIPE H1N1.

O Núcleo juntamente com os servidores responsáveis pela área de saúde lotados na SRH, executou a **PATRULHA DA SAÚDE** que é um programa de promoção à saúde do servidor ligado ao Prosserv, que tem a finalidade de atingir o público interno, traçando o perfil de saúde e psicossocial dos servidores, através da história clínica (horas de trabalho dia, envolvimento em acidente, doenças pré-existentes, uso de medicação); exame físico (peso, altura, IMC, pressão arterial) e exames complementares (glicemia, colesterol, triglicérides, acuidade visual, acuidade auditiva, força manual e outros). Promovendo campanhas educativas preventivas (obesidade, diabetes, hipertensão arterial, DST, vacinação etc).

Este projeto teve início na 1ªSPRF/GO em 17/01/2008 e com visita a todos Postos e Delegacias PRFs da 1ª SPRF/GO e teve uma excelente aceitação e apoio por parte dos policiais.

Com esta bateria de exames realizados nos servidores da 1ª SRPRF/GO, juntamente com acompanhamento da equipe de saúde composta por: médico, psicólogo, biomédico e enfermeira conseguimos detectar que alguns servidores realmente necessitavam de um acompanhamento psicológico e ate mesmo um afastamento do serviço para um tratamento especializado. São fatores que afetam diretamente a segurança do trabalho o bom andamento do serviço exercido pelo PRF.

Neste ano não foi possível visitar os postos pertencentes a Delegacia PRF 1/7- Porangatu, por falta de dotação orçamentária para pagamento de diárias, o único PRF atendido foi porque o mesmo compareceu a Sede e aproveitou o ensino e se submeteu aos exames clínicos.

A seguir temos um **RELATÓRIO INFORMATIVO DA PATRULHA DA SAÚDE – ANO 2009** contendo todas as informações gerais sobre a saúde dos servidores da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás.

Lotação		Diabético		Ind Gordura (%) Homem		Força Manual (Kgf)	
Lotação		Sim	6	Alto risco < 5,9%	3	Direita > 30 Aceitável	258
Sede	101	Não	271	Abaixo 6 - 14,9%	36	Direita < 30 Alerta	19
1ª Del	65	Total	277	Média 15 – 15,9%	9	Total	277
2ª Del	35	Tabagista		Acima 16 – 24,9%	110	Esquerda > 30 Aceitável	248
3ª Del	23	Sim	15	Alto Risco > 25%	66	Esquerda < 30 Alerta	29
4ª Del	19	Não	262	Total	224	Total	277
5ª Del	11	Total	277	Ind Gordura (%) Mulher		Acuidade Auditiva (db)	
6ª Del	22	Etilista		Alto risco < 8,9%	0	Direita < 30 Aceitável	274
7ª Del	1	Sim	68	Abaixo 9 – 22,9%	11	Direita > 30 Alerta	3
Total	277	Não	209	Média 23 – 23,9%	5	Total	277
Função		Total	277	Acima 24 – 31,9%	22	Esq < 30 Aceitável	270
PRF	210	Tontura/Desmaio		Alto Risco > 32%	15	Es. > 30 Alerta	7
ADMINIST	12	Sim	17	Total	53	Total	277
ESTAGIÁRIO	32	Não	260	Pressão Arterial		Acuidade Visual (°)	
CONTRATADO	12	Total	277	Ótima	91	Dir > 20/30 – Aceitável	70
Fonoaudiólogo	0	Medicação Uso Contínuo		Normotenso	170	Dir < 20/30 – Alerta	207
Segurança	5	Sim	35	Hipertenso	16	Total	277
Func DNIT	0	Não	242	Total	277	Esq > 20/30 – Aceitável	66
Func Banco	1	Total	277	Glicemia Capilar		Esq. < 20/30 – Alerta	211
Limpeza	5	Escala do Sono		Hipoglicêmico	27	Total	277

Total	277	Menor q/ 10	276	Normoglicêmico	182	Ofuscamento	
Sexo		Maior q/ 10	1	Intolerância a Glicose	52	Aceitável < 5"	277
Masculino	220	Total	277	Alerta (126 – 140)	7	Alerta > 5"	0
Feminino	57	Índice Massa Corpórea		Hiperglicêmico > 140	9	Total	277
Total	277	Baixo Peso	5	Total	277	Visão Esteroscópica	
Jejum		Eutrófico (saudável)	142	Colesterolemia (mg/dl)		SIM	257
Sim	49	Sobrepeso	93	Ideal < 200	196	NÃO	20
Não	228	Obeso I (leve)	30	Limítrofe (200 – 239)	62	Total	277
Total	277	Obeso II (moderado)	5	Hipercolesterolemia > 240	19	Alinhamento Central	
Envolveu em Acidente		Obeso III (grave)	2	Total	277	SIM	258
Sim	53	Super obeso (mórbido)	0	Trigliceridemia		NÃO	19
Não	224	Total	277	Aceitável < 150	118	Total	277
Total	277			Hipertrigliceridemia > 150	159	Atividade Física	
Hipertenso				Total	277	SIM	10
Sim	28					NÃO	267
Não	249					Total	277
Total	277					NURAM/1ª SRPRF/GO	

2.1.8. SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

As atribuições da Seção Administrativa e Financeira foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 83, conforme segue:

“Art. 83. À Seção Administrativa e Financeira compete:

- I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;*
- II - elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência;*
- III - orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;*
- IV - coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente;*
- V - comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da Superintendência;*
- VI - indicar à autoridade competente os servidores que deverão atuar como pregoeiro, equipe de apoio, presidente e membros das comissões de licitação, gestores de contrato e comissão de recebimento de materiais/serviços no âmbito da Unidade Regional;*
- VII - prestar apoio administrativo ao pregoeiro e às comissões de licitação;*
- VIII - supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da*

Superintendência;

IX - organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório;

X - promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Unidade Regional; e

XI - desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação e encaminhando as demandas à Sede Central, em prazo estabelecido mediante instrução interna do Departamento.”

A Seção Administrativa e Financeira da 1ª SRPRF/GO é a seção que abarca um maior número de núcleos, totalizando 05 (cinco), quais sejam: *Núcleo de Orçamento e Finanças, Núcleo de Serviços Gerais, Núcleo de Patrimônio e Material, Núcleo de Documentação e o Núcleo de Telemática.*

Dentre as principais estratégias de atuação da seção, está a de proporcionar todos os meios necessários para que se alcancem os resultados esperados por toda a atividade finalística da 1ª SRPRF/GO no Estado de Goiás.

Dentro das programações da Seção Administrativa e Financeira para o exercício de 2008, concluiu-se pela necessidade de realização dos seguintes objetivos:

OBJETIVOS	REALIZAÇÕES
1. Aquisição de fardamento de uso operacional a todos os policiais rodoviários federais.	Êxito
2. Aquisição de viaturas policiais para uso operacional.	Êxito
3. Aquisição de mobiliário (mesas e cadeiras).	Não alcançado
4. Intensificar a utilização do uso do Pregão Eletrônico via SRP – Sistema de Registro de Preços	Êxito
5. Evitar a realização de dispensas de licitação, preferindo a utilização dos Pregões Eletrônicos e estimular a utilização da Cotação Eletrônica como meios de aquisição de materiais considerados licitáveis.	Êxito.
6. Estimular a utilização de Leilões públicos visando o desfazimento das viaturas consideradas antieconômicas, ociosas ou irrecuperáveis.	Êxito.
7. Contratação de serviços de engenharia e arquitetura visando a confecção de todos os projetos de engenharia e arquitetura para realização de futuras obras e reformas nas Unidades Operacionais da 1ª SRPRF/GO.	Êxito
9. Aquisição de pneus de uso automotivo para uso das viaturas oficiais, através do Sistema de Registro de Preços.	Êxito
9. Aquisição de material de consumo (café, chá, açúcar e gás GLP) através do Sistema de Registro de Preços.	Êxito
10. Contratação de empresa especializada no fornecimento de passagem aérea nacional e internacional.	Êxito
11. Contratação de pessoa jurídica prestadora do Serviço de Telefonia Fixa Comutada.	Êxito
12. Manter os equipamentos medidores de velocidade (radares) e etilômetros (bafômetros) em perfeito estado de funcionamento e devidamente aferidos pelo INMETRO/GO para serem	Êxito

utilizados nas operações policiais de rotina do órgão.	
13. Aquisição de cópias de chaves, instalações de fechaduras, aberturas de fechaduras, troca de segredos e confecção de carimbos diversos para uso da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/MJ.	Êxito
14. Contratação de empresa especializada nos levantamentos técnicos – As Built, visando a elaboração de projetos de engenharia e arquitetura para execução de futuras obras e reformas nas Unidades Operacionais da 1ª SRPRF/GO.	Êxito

No que tange à organização da seção, todos os procedimentos inerentes às dispensas de licitação, reajustes contratuais, ajudas de custo, licitações e contratos públicos, ressarcimento de multas a usuários estão sendo arquivados na própria seção e não no núcleo de documentação.

O motivo é facilitar o acesso a tais processos, uma vez que são solicitados constantemente para alguma consulta, tanto por parte da Superintendência como pela Gerência Regional de Controle Interno nas suas auditorias de gestão.

A respeito das orientações relativas à área de realização de despesas, foi exigido do Núcleo de Serviços Gerais que fossem realizadas o mínimo de dispensas de licitação e inexigibilidades (Artigo 24, Incisos I e II e Artigo 25, ambos da Lei 8.666/93). Devendo a dispensa de licitação e a inexigibilidade constituírem-se numa exceção à regra e não uma rotina na realização da despesa pública.

Todas as despesas consideradas licitáveis, tais como, manutenção da frota, manutenção de equipamentos de informática, impressoras, equipamentos de ambiente de rede, limpeza, asseio e conservação, vigilância armada, recepcionista e telefonista, passagem aéreas, locação de fotocopiadoras multi-função, telefonia celular, telefonia fixa, locação de impressoras, carimbos, chaves, rastreamento de matérias televisivas (*clipping*), aquisição de pneus, café, água, açúcar, etc, possuem contratos oriundos de procedimentos licitatórios, principalmente na modalidade Pregão Eletrônico e Pregão Eletrônico (SRP).

Existe ainda uma pequena dificuldade em se evitar a realização de dispensas de licitação e inexigibilidades, pois nossas instalações prediais, servidores, veículos, máquinas e equipamentos não estão centralizados apenas em Goiânia/GO. As contas públicas, tais como água e esgoto, energia elétrica, licenciamento da frota, publicações junto a Radiobrás e Imprensa Nacional são executadas com fundamento na inexigibilidade de licitação (Art. 25 da Lei 8.666/93).

Possuímos 15 (quinze) postos policiais espalhados ao longo das rodovias dotados de viaturas, armas e munições, equipamentos de socorro, radares, bafômetros, etc e que, ocasionalmente, necessitam de reparos, substituições, enfim, toda manutenção necessária para que a PRF em Goiás cumpra com suas obrigações institucionais atribuídas pelo Decreto nº 1.655/95.

Dentro das parcerias exitosas firmadas pela 1ª SRPRF/GO, não podemos deixar de destacar as principais logo abaixo:

- ✓ **Ministério Público do Estado de Goiás** - visando o combate a prostituição infantil às margens das rodovias federais, mapeando todos os pontos de prostituição, utilizando-se do serviço de inteligência da PRF/GO e realizando as operações policiais com o apoio dos Delegados de Polícia Civil das comarcas envolvidas e a

participação dos promotores públicos de justiça;

- ✓ **Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás** - visando o atendimento rápido de urgência às vítimas de acidente de trânsito nas rodovias federais, disponibilizando, através de convênio, 04 (quatro) viaturas do tipo UTI – Resgate, da marca FIAT Iveco Dailly, que atuam nos municípios de Abadia de Goiás – BR – 060 (região metropolitana de Goiânia – saída pra Rio Verde), Goiânia – BR – 060 (região metropolitana – saída pra Anápolis), Catalão – BR – 050 e Porangatu – BR – 153;
- ✓ **Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Goiás** - onde o órgão cede à 1ª SRPRF/GO 02 (dois) postos de fiscalização adaptados e reformados pra uso como postos policiais, estrategicamente localizados de modo a atender às necessidades operacionais da PRF/GO;
- ✓ **DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito** - onde mantemos um convênio de cooperação mútua visando que o órgão promova a arrecadação das multas aplicadas pela 1ª SRPRF/GO nas rodovias federais, dentre outros serviços públicos e que não são executados pela PRF/GO.

2.1.9. NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS

As atribuições do Núcleo de Serviços Gerais foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 87, conforme segue:

“Art. 87. Ao Núcleo de Serviços Gerais compete:

I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;

II - elaborar e manter atualizado o catálogo de materiais e de especificações, bem como manter registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços;

III - processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente;

IV - instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores;

V - acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional;

VI - promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;

VII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos;

VIII - promover o gerenciamento da frota de veículos;

IX - elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV no âmbito da sua Unidade Regional;

X - informar imediatamente ao Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material sobre qualquer alteração de situação física, temporária ou permanente, dos bens patrimoniais encaminhados para manutenção ou conserto, bem como sobre movimentações para estes fins; e

XI - repassar periodicamente ao Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais as informações relativas à manutenção e documentação das viaturas da Superintendência.”

O Núcleo de Serviços Gerais é um núcleo de suma importância na manutenção da operacionalidade administrativa do órgão, tendo em vista que suas atribuições são amplas e exigem um emprego imediato no atendimento das demandas internas do órgão, atuando de uma forma bastante versátil dentro da estrutura orgânica do órgão.

O núcleo é responsável pela solução desde o problema de um simples vazamento de água até ao controle e gestão da frota de viaturas, gestão de contratos diversos (limpeza, asseio e conservação, recepção, vigilância, manutenção da frota, etc), aquisição de passagens aéreas, manutenção e conservação predial, etc e ainda processar todas as aquisições isentas de licitação (dispensas e inexigibilidades de licitação).

É um núcleo constantemente provocado para o atendimento das demandas por serviços, lembrando que o atendimento destas demandas abrange também as 07 (sete) Delegacias Regionais e 15 (quinze) postos policiais. Dentro do exercício de 2009 os objetivos e realizações do Núcleo ficaram assim discriminados:

OBJETIVOS	REALIZAÇÕES
1. Reduzir o número de execução de despesas por intermédio da Dispensa e Inexigibilidade de Licitação (Arts 24 e 25 da Lei 8.666, de 21.06.1993).	Objetivo alcançado com sucesso
2. Intensificar o uso da Cotação Eletrônica instituída pela Portaria nº 306, de 13.12.2001.	Objetivo não alcançado em função de restrições orçamentárias e pouca demanda pela ação.
2. Diminuir os gastos com a manutenção da frota de 130 (cento e trinta) viaturas policiais.	Objetivo alcançado com sucesso.
3. Indicar para Leilão público 12 (doze) viaturas oficiais consideradas antieconômicas e/ou irrecuperáveis e promover todo o auxílio necessário junto à Comissão Nacional de Leilão.	Objetivo alcançado com sucesso.
4. Promover o levantamento dos projetos necessários à construção de garagens cobertas junto ao estacionamento interno da 1ª SRPRF/GO.	Objetivo alcançado com sucesso.
5. Contratar uma empresa especializada na manutenção predial das bases operacionais da 1ª SRPRF/GO.	Objetivo não alcançado.

A seguir, dentro dos objetivos e realizações do Núcleo temos os seguintes comentários a tecer. A execução de despesas por ação do Núcleo de Serviços Gerais, no que se refere a Dispensas e Inexigibilidades de Licitação, foram as seguintes no exercício de 2009:

DISPENSAS DE LICITAÇÃO – 2009

Nº	PROCESSO	FORNECEDOR - ASSUNTO	CNPJ	VALOR
001/2009	08662007184/08	Gold Serviços e Chaves Lt – Serviços com fornecimentos de carimbos e serviços de chaveiro.	03719937/0001-00	3.126,00
002/2009	08662006592/09-21	J Câmara & Irmãos – Assinatura do jornal O Popular	01536754/0001-23	418,00
003/2009	08662007182/08-23	EBC – Empresa Brasileira de Comunicação – Serviços de publicidade legal em jornal de grande circulação.	09168704/0001-42	40.000,00

004/2009	08662004207/09-	Saulo José de Souza – ME – Aquisição de serviço de Internet Banda Larga, sem fio, usando sistema de transmissão ponto-a-ponto para o Posto PRF de Jussara/GO.	00196986/0001-17	3.000,00
005/2009	08662008422/08-15	Cobretudo Serviços Ltda – Aquisição de serviço de manutenção e conservação predial nas instalações do posto PRF de Hidrolândia e sede da 1ª Delegacia PRF de Goiânia.	02946730/0001-05	4.392,82

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO – 2009

Nº	PROCESSO	FORNECEDOR – ASSUNTO	CNPJ	VALOR
001/2009	08662007186/08-10	CELG S.A. - Fornecimento de energia elétrica à 1ª SRPRF/GO, 07 (sete) Delegacias e 15 (quinze) postos policiais para o exercício de 2009.	01543032/0001-04	334.345,71
002/2009	08662007185/08-67	IMPRESA NACIONAL – Serviços de publicação de matérias oficiais junto ao Diário Oficial da União - Seções 1, 2 e 3 para o exercício de 2009.	04196645/0001-10	11.672,05
003/2009	08662007470/08-88	DETRAN/GO – Aquisição de serviços de licenciamento anual da frota, vistorias técnicas, multas de trânsito e outras, nas viaturas pertencentes à 1ª SRPRF/GO para o exercício de 2009.	02872448/0001-20	32.007,54
004/2009	08662007183/08-78	SANEAGO S.A. - Fornecimento de água tratada e esgoto sanitário à 1ª SRPRF/GO, 07 (sete) Delegacias e 15 (quinze) postos policiais para o exercício de 2009.	01616929/0001-02	57.523,92
005/2009	08662007470/08-88	DETRAN/GO - Prestação de serviço de referente a multas indedutíveis - licenciamento de viaturas oficiais da 1ª SRPRF/GO para o exercício de 2009.	02872448/0001-20	1.500,00
006/2009	08662001959/09-27	LT Comercial Ltda - Manutenção de radares tipo estático, marca Laser Technology, modelo Marksman Ultralyte de propriedade da 1ª SRPRF/GO.	04463885/0001-16	4.770,00
007/2009	-	-	-	-
008/2009	08662001946/09-58	IPEM/SP – Instituto de Pesos e Medidas - Aferição de 02 (dois) radares medidores de velocidade, com emissão do Laudo Técnico, tipo estático, marca Laser Technology, modelo Marksman Ultralyte de propriedade da 1ª SRPRF/GO.	61924981/0001-58	1.872,00

009/2009	08662001960/09-51	F. B. GERA - Serviço de manutenção e calibragem de 10 (dez) etilômetros (bafômetros) da marca Intoximeters, modelo Alco Sensor IV, de propriedade da 1ª SRPRF/GO.	08480723/0001-47	7.980,00
010/2009	08662001946/08-58	IPEM/SP – Instituto de Pesos e Medidas - Aquisição de serviços de aferição de 11 (onze) etilômetros (bafômetros), com emissão de Laudo Técnico, nos equipamentos da marca Intoximeters, modelo Alco Sensor IV, de propriedade da 1ª SRPRF/GO.	61924981/0001-58	4.725,00
011/2009	08662004832/09-60	INMETRO/GO – Instituto Nacional de Metrologia - Serviço de aferição de 09 (nove) radares, tipo portátil, marca Tribar, modelo Muni Kip K-Gp de propriedade da 1ª SRPRF/GO.	00662270/0002-49	8.424,00
012/2009	08662004709/09-49	INMETRO/GO – Instituto Nacional de Metrologia - Serviço de aferição, com emissão de Laudo Técnico, em 14 (quatorze) etilômetros (bafômetros) da marca Intoximeters, modelo Alco Sensor IV de propriedade da 1ª SRPRF/GO.	00662270/0002-49	5.700,00
013/2009	08662004667/09-46	F. G BERA - Serviço de manutenção e calibragem de etilômetros (bafômetros), da marca Intoximeters, modelo Alco Sensor IV, de propriedade da 1ª SRPRF/GO.	08480723/0001-47	3.910,60
014/2009	08662005621/09-44	CELG S.A. - Fornecimento de energia elétrica à 1ª SRPRF/GO, 07 (sete) Delegacias e 15 (quinze) postos policiais para o exercício de 2010.	01543032/0001-04	356.890,13
015/2009	08662005620/09-08	IMPRESA NACIONAL – Serviços de publicação de matérias oficiais junto ao Diário Oficial da União - Seções 1, 2 e 3 para o exercício de 2010.	04196645/0001-10	7.080,55
016/2009	08662005623/09-33	SANEAGO S.A. - Fornecimento de água tratada e esgoto sanitário à 1ª SRPRF/GO, 07 (sete) Delegacias e 15 (quinze) postos policiais para o exercício de 2010.	01616929/0001-02	44.351,48
017/2009	08662005622/09-99	DETRAN/GO – Aquisição de serviços de licenciamento anual da frota, vistorias técnicas, multas de trânsito e outras, nas viaturas pertencentes à 1ª SRPRF/GO para o exercício de 2010.	02872448/0001-20	23.939,27

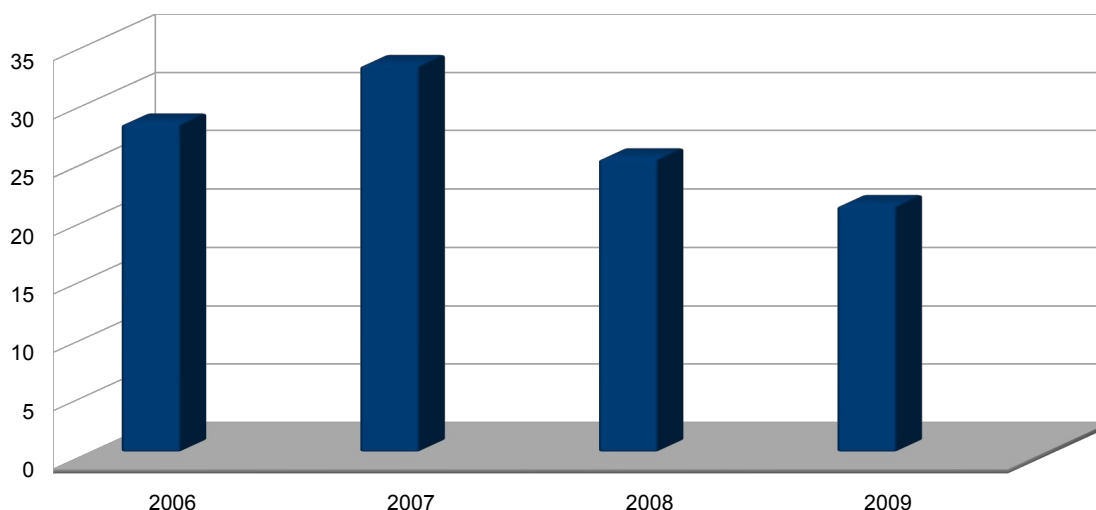
Fonte: Seção Administrativa e Financeira

No exercício de 2006 foram realizadas 28 (vinte e oito) despesas nas modalidades de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, em 2007 o número foi de 33 (trinta e três) despesas nestas modalidades, em 2008 um total de 25 (vinte e cinco) e em 2009 um total de 21 (vinte e uma) despesas entre dispensas e inexigibilidades de licitação.

As principais despesas nestas modalidades são aquelas em que não há viabilidade de competição entre fornecedores no mercado. Como exemplo citamos os casos de fornecimento de energia elétrica, saneamento básico, publicação de matérias oficiais junto ao Diário Oficial da União, licenciamento anual de veículos oficiais, aferição de equipamentos de precisão pelo INMETRO, tais como radares, bafômetros e balanças de pesagem, serviços estes executados com exclusividade por estatais que detêm a concessão no fornecimento de energia elétrica, água tratada e esgoto sanitário, autarquias federais, DETRAN nos Estados, etc.

Note-se no gráfico abaixo uma involução no quantitativo de realização destas despesas, o que pressupõe um maior planejamento nas aquisições de serviços e materiais, uma vez que a utilização do Pregão Eletrônico e a Cotação Eletrônica, além de revelarem-se bastante econômicas em termos de dispêndio público, garantem uma maior agilidade nos procedimentos de aquisição.

NÚMERO DE DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES - 2006 a 2009



Percebe-se um novo decréscimo na execução de despesas por intermédio de Dispensas e Inexigibilidades de Licitação, redundando num percentual 16% (dezesseis) pontos percentuais se comparando o número de ações executadas em 2009 comparando-as com 2008.

Tal queda vem se acentuando desde 2007 e deve ser uma tendência normal com a existência da modalidade de aquisição denominada Cotação Eletrônica, instituída pela Portaria nº 306, de 13 de dezembro de 2001 e o advento do Pregão Eletrônico instituído pelo Dec. nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

PREGÕES ELETRÔNICOS – 2009

Nº	OBJETO	VLR ANUAL DE REFERÊNCIA	VALOR ADJUDICADO	ECONOMIA OBTIDA
001/2009	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de bilhetes de passagens aéreas e rodoviárias a serem utilizadas pela 1ª SR/DPRF/GO, no exercício de 2009.	R\$ 95.000,00	R\$ 87.299,99	8,10%
	A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços terceirizados	R\$ 202.261,68	ANULADO	-

002/2009	nas atividades RECEPÇÃO, INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES, conforme especificações constantes no Termo de Referência - ANEXO I.			
003/2009	A presente licitação visa a contratação de empresa especializada em serviço de locação de máquinas impressoras multifuncionais, com o fornecimento de acessórios, suprimentos e insumos/consumíveis (toner e outros, exceto papel) e prestação de assistência técnica/manutenção, com o fornecimento de peças e componentes de reposição e de quaisquer outros elementos que garantam a perfeita operacionalidade dos equipamentos destinados a atender aos escritórios da sede da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, com sede em Goiânia, e suas áreas descentralizadas, Delegacias e Postos Policiais, localizadas em diversos pontos do interior do Estado.	R\$ 30.000,00	REVOGADO	-
004/2009	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa qualificada para prestação de serviços de recuperação total, com fornecimento de peças novas e originais, serviços de mecânica em geral, funilaria, pintura, dentre outros que se fizerem necessários, nos veículos oficiais da marca GM, modelos ASTRA SEDAN e ASTRA SEDAN CONFORT e da marca Renault, modelo CLIO SEDAN PRIVILÉGE pertencentes à 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás.	R\$ 22.704,69	REVOGADO	-
005/2009	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços em manutenção corretiva em equipamentos de informática, elétricos, telefônicos e cabeamento lógico, incluindo o fornecimento de peças e componentes, pertencentes à 1ª SR/DPRF/MJ, conforme ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 35.784,39	NÃO DEFLAGRADO	-
006/2009	O objeto da presente licitação é o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para futuras aquisições de Pneus de uso Automotivo, para uso nas viaturas oficiais conforme as especificações e condições estabelecidas nos Anexos I – Termo de Referência.	R\$ 3.894.328,69	R\$ 2.656.678,20	31,70%
007/2009	O objeto da presente licitação é o registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para futuras aquisições de Material Permanente - Mobiliário, para uso nas instalações físicas da sede do DPRF/MJ e todas as Superintendências Regionais, conforme as especificações e condições estabelecidas nos Anexos I – Termo de Referência.	R\$ 9.841.621,53	AINDA NÃO HOMOLOGADO E ADJUDICADO	-
008/2009	O objeto da presente licitação é o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para futuras aquisições de material de consumo (Água Mineral, Café em Pó, Açúcar Cristal, Chá e Gás Liquefeito de Petróleo) para atender às necessidades de consumo da 1ª SR/DPRF/MJ, conforme especificações discriminadas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 44.400,00	R\$ 37.725,00	15,00%

009/2009	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa qualificada para prestação de serviços de recuperação total, com fornecimento de peças novas e originais, serviços de mecânica em geral, funilaria, pintura, dentre outros que se fizerem necessários, nos veículos oficiais da marca GM, modelos ASTRA SEDAN e ASTRA SEDAN CONFORT e da marca RENAULT, modelo CLIO SEDAN PRIVILÉGE pertencentes à 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás.	R\$ 22.704,69	REVOGADO	-
010/2009	O presente Pregão tem por objeto a Contratação de pessoa jurídica para a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade Local, conforme as condições e especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.	R\$ 172.263,50	REVOGADO	-
011/2009	A presente licitação visa a contratação de empresa especializada em serviço de locação de máquinas impressoras multifuncionais, com o fornecimento de acessórios, suprimentos e insumos/consumíveis (toner e outros, exceto papel) e prestação de assistência técnica/manutenção, com o fornecimento de peças e componentes de reposição e de quaisquer outros elementos que garantam a perfeita operacionalidade dos equipamentos destinados a atender aos escritórios da sede da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, com sede em Goiânia, e suas áreas descentralizadas, Delegacias e Postos Policiais, localizadas em diversos pontos do interior do Estado.	R\$ 41.730,00	R\$ 34.807,20	16,59%
012/2009	A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços terceirizados nas atividades RECEPÇÃO, INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES, conforme especificações constantes no Termo de Referência - ANEXO I.	R\$ 202.261,68	R\$ 158.707,72	21,53%
013/2009	O presente Pregão tem por objeto a contratação de serviços de telecomunicações, utilizando Rede IP, com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem entre a Sede da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/GO, suas Delegacias e Postos no Estado de Goiás, utilizando tecnologia MPLS (Multi Protocol Label Switching), compreendendo o fornecimento, instalação e manutenção dos circuitos e equipamentos que compõem a rede.	R\$ 2.156.599,80	NÃO DEFLAGRADO	-
014/2009	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ACESSORIA EM COMUNICAÇÃO, consistindo no rastreamento eletrônico de mídia televisiva, visando acompanhar, conhecer e arquivar os fatos ou acontecimentos que interessem à 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Goiás, conforme ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 13.200,00	LICITAÇÃO DESERTA	-
015/2009	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de bilhetes de passagens aéreas e rodoviárias a serem utilizadas pela	R\$ 95.000,00	R\$ 91.780,00	3,39%

	1ª SRPRF/GO no exercício de 2010.			
016/2009	O presente Pregão tem por objeto a Contratação de pessoa jurídica para a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade Local, conforme as condições e especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.	R\$ 172.263,50	R\$ 171.974,31	0,16%
017/2009	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO, consistindo no rastreamento eletrônico de mídia televisiva, visando acompanhar, conhecer e arquivar os fatos ou acontecimentos que interessem à 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Goiás, conforme ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 13.200,00	R\$ 11.200,00	15,15%

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais

TOMADA DE PREÇOS – 2009

TP Nº	OBJETO	VLR DE REFERÊNCIA	VALOR ADJUDICADO	ECONOMIA OBTIDA
001/2009	Contratação de empresa especializada na área de arquitetura ou engenharia para elaboração de relatório técnico das condições de Infra - Estrutura – “As Built” e de projetos de engenharia, de arquitetura e executivos para reforma e ampliação das Unidades Operacionais da 1ª SPRF/GO, nos termos do Projeto Básico e seus respectivos anexos.	R\$ 455.439,32	R\$ 298.586,13	34,44%

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais

ADESÕES/PARTICIPAÇÕES – REGISTRO DE PREÇOS – 2009

PROCESSO	OBJETO	FORNECEDOR	VALOR EMPENHADO	ÓRGÃO GERENCAIDOR
08660011142/09-87 PARTICIPANTE	Aquisição de capas para processos administrativos.	Perfil – Gráfica e Editora Ltda	R\$ 1.260,00	9ª SRPRF/Rio Grande do Sul
08660011142/09-87 PARTICIPANTE	Aquisição de colchetes de fixação.	Ind e Comércio de Materiais p/ Escritório Ltda	R\$ 440,40	9ª SRPRF/Rio Grande do Sul
08660011142/09-87 PARTICIPANTE	Aquisição de etiquetas auto adesivas.	Fellipe Riquetto de Souza Etiquetas	R\$ 1.510,56	9ª SRPRF/Rio Grande do Sul
08660011142/09-87 PARTICIPANTE	Aquisição de rolos de barbante, caixa arquivo em plástico nas cores amarelo e azul.	Maxim Qualitta Comércio Ltda	R\$ 868,80	9ª SRPRF/Rio Grande do Sul
08660011142/09-87 PARTICIPANTE	Aquisição de bolsas em poliéster, na cor verde, capacidade de 4kg, com visor frontal.	Phosphoru Ind e Com Ltda	R\$ 129,00	9ª SRPRF/Rio Grande do Sul

08660011142/09-87 PARTICIPANTE	Aquisição de cinta elástica para reunir volumes de processos.	Três R Vidal Comércio e Serviços Ltda	R\$ 80,00	9ª SRPRF/Rio Grande do Sul
08650001815/09-18	Aquisição de 35 (trinta e cinco) máquinas fotográficas digitais.	AV Comércio de Soluções Multimídia Ltda	R\$ 14.525,00	DPRF/MJ
ADESÃO	Aquisição de 37 (trinta e sete) aparelhos telefônicos sem fio, modelo TS10.	Ronaldo T P Flores – ME	R\$ 2.553,00	Universidade Federal de Alfenas/MG
08655006014/08-18 PARTICIPANTE	Aquisição de uma torre de comunicação completa, com 36 m de altura, com sistema irradiante.	Radnor Com e Serviços de Equipamentos Ltda	R\$ 45.492,00	10ª SRPRF/Bahia
08662003176/08-05	Aquisição de 66 (sessenta e seis) aparelhos telefônicos VOIP.	Intelbras S.A – Ind de Telem. Eletrônica Brasileira	R\$ 12.210,00	1ª SRPRF/Goiás
08662005035/09-08 PARTICIPANTE	Aquisição de 02 (duas) placas telefonia digital E1 – 01 Span.	Digivoice Tecnologia em Eletrônica Ltda	R\$ 3.000,00	DPRF/MJ
08662005035/09-08 PARTICIPANTE	Aquisição de 01 (uma) placa telefonia celular GSM de 03 módulos.	Digivoice Tecnologia em Eletrônica Ltda	R\$ 2.025,00	DPRF/MJ
08662005035/09-08 PARTICIPANTE	Aquisição de 66 (sessenta e seis) telefones IP.	Digivoice Tecnologia em Eletrônica Ltda	R\$ 9.642,60	DPRF/MJ
08662005035/09-08 PARTICIPANTE	Aquisição de 11 (onze) adaptadores de telefone analógico (ATA).	Digivoice Tecnologia em Eletrônica Ltda	R\$ 1.351,90	DPRF/MJ
08662005035/09-08 PARTICIPANTE	Aquisição de 01 (um) servidor IBM X3200.	Centerdata Análises de Sistemas e Serviços Ltda	R\$ 2.450,00	DPRF/MJ
08662005035/09-08 PARTICIPANTE	Aquisição de 02 (dois) no break de 1400 VA.	Pereira e Aguiar Comércio e Serviços Ltda.	R\$ 670,00	DPRF/MJ
08663002297/09-01 PARTICIPANTE	Aquisição de 22 (vinte e duas) Estações de Trabalho, marca Positivo, modelo POS-AT.	Positivo Informática S.A.	R\$ 30.316,00	DPRF/MJ
08663002297/09-01 PARTICIPANTE	Aquisição de 05 (cinco) Notebooks, marca HP, modelo 6530B, processador Intel Core 2.	Plugnet Comércio e Representações Ltda.	R\$ 13.850,00	DPRF/MJ

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais

CONTRATOS FIRMADOS – 2009

Nº	FORNECEDOR	OBJETO	VALOR Em R\$
001/2009	Construtora Neiva Moreira	Contratação de empresa de engenharia para execução de	123.958,89

	Ltda	obra visando a construção de Poços Artesianos tubulares profundos, com fornecimento de materiais, instalação de bombas, reservatórios e construção de abrigos, conforme especificações constantes do Anexo I - Projeto Básico.	
002/2009	Mather Construtora Ltda	Contratação de empresa de engenharia para execução de obras de ampliação, reforma e adaptações na sede da 5ª Delegacia da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/GO, conforme descrito no Projeto Básico - Anexo I.	246.062,26
003/2009	Gold Serviços de Chaves Ltda	O presente contrato tem por objeto a aquisição de cópias de chaves, instalações de fechaduras, aberturas de fechaduras, troca de segredos e confecção de carimbos diversos para uso da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/MJ.	3.126,00
004/2009	Get Agência de Viagens e Turismo Ltda	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas e rodoviárias a serem utilizadas pela 1ª SR/DPRF/GO, para o exercício de 2009.	95.000,00
005/2009	EBC – Empresa Brasileira de Comunicação S.A.	Constitui objeto deste Contrato, a distribuição, pela CONTRATADA, da publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse da CONTRATANTE, obedecidas as determinações contidas no Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, na Lei nº 6.650, de 23 de maio de 1979, na Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965, no Decreto nº 57.690, de 1º de fevereiro de 1966, no Art. 24, Inciso VIII, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nas demais normas complementares específicas, principalmente as diretrizes e orientações técnicas do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM.	40.000,00
006/2009	Digivoice Tecnologia em Eletrônica	O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos de informática, para aplicação em VOIP, para ampliação da solução Asterisk, já implementada no Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Edital.	16.019,50
007/2009	Centerdata Análises de Sistemas e Serviços	O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos de informática, para aplicação em VOIP, para ampliação da solução Asterisk, já implementada no Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Edital.	2.450,00
008/2009	Pereira e Aguiar Comércio e Serviços	O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos de informática, para aplicação em VOIP, para ampliação da solução Asterisk, já implementada no Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Edital.	670,00
009/2009	Tele Vídeo – Saulo José de Souza	Contratação de serviços de telecomunicações, utilizando sistema de transmissão via Rádio ponto-a-ponto, com frequência de 5.8 GHZ com capacidade para prover serviço de Internet Banda Larga para o Posto de Polícia Rodoviária Federal, localizado na BR-070 km 334 no município de Santa Fé/GO, denominado Posto de Jussara, compreendendo o fornecimento de todo o equipamento (Comodato), instalação e manutenção dos mesmos e do circuito que compõe a rede.	3.000,00

010/2009	Supricopy Suprimentos e Equipamentos Reprográficos	O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviço de locação de máquinas impressoras multifuncionais, com o fornecimento de acessórios, suprimentos e insumos/consumíveis (toner e outros, exceto papel) e prestação de assistência técnica/manutenção, com o fornecimento de peças e componentes de reposição e de quaisquer outros elementos que garantam a perfeita operacionalidade dos equipamentos destinados a atender aos escritórios da sede da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, com sede em Goiânia, e suas áreas descentralizadas, Delegacias e Postos Policiais, localizadas em diversos pontos do interior do Estado, descritos no Termo de Referência – Anexo I do Edital.	34.807,20
011/2009	Plugnet Comércio e Representações	O presente contrato tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Estações de Trabalho e <i>Notebooks</i> para Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, suas Superintendências e Distritos Regionais, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.	24.930,00
012/2009	Positivo Informática	O presente contrato tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Estações de Trabalho e <i>Notebooks</i> para Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, suas Superintendências e Distritos Regionais, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.	30.316,00
013/2009	Alternativa Empreendimentos e Serviços Ltda	O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa, em regime de empreitada por preço global, para a prestação de serviços terceirizados nas áreas de Apoio Administrativo correspondentes a 03 (três) recepcionistas.	45.619,00
014/2009	Meta Limpeza e Conservação Ltda	O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa, em regime de empreitada por preço global, para a prestação de serviços terceirizados nas áreas de Apoio Administrativo e Atividades Auxiliares, consistindo fornecimento de mão-de-obra correspondente a 01 (um) técnico em telecomunicações.	35.084,64
015/2009	Ipanema Empreendimentos de Serviços Gerais e Transportes Ltda	O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa, em regime de empreitada por preço global, para a prestação de serviços terceirizados nas áreas de Apoio Administrativo e Atividades Auxiliares, consistindo fornecimento de mão-de-obra correspondente a 02 (dois) técnico em informática.	78.004,08

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

Com relação à manutenção da frota de viaturas policiais, gostaríamos de ressaltar que em 2009 possuíamos 130 (cento e trinta) veículos oficiais, entre carros, motos, caminhões, vans e reboques, incluídas 12 (doze) viaturas levadas à Leilão público em 2009. Todas as viaturas oficiais possuem lotação nas Delegacias e postos policiais do interior do Estado, onde possuímos 15 (quinze) postos de fiscalização, 7 (sete) Delegacias Regionais e a sede da 1ª SRPRF/GO em Goiânia.

O controle de combustíveis é feito tanto Delegacias como na sede da 1ª SRPRF/GO e

o controle da manutenção das viaturas é feito em Goiânia/GO pelo Núcleo de Serviços Gerais. A empresa contratada para administrar o fornecimento de combustíveis e controlar o quantitativo utilizado, bem como seus custos, é a Ticket Serviços Ltda, através de um contrato firmado pelo nosso DPRF/MJ em Brasília/DF, em que cada Superintendência Regional celebrou seu contrato separadamente.

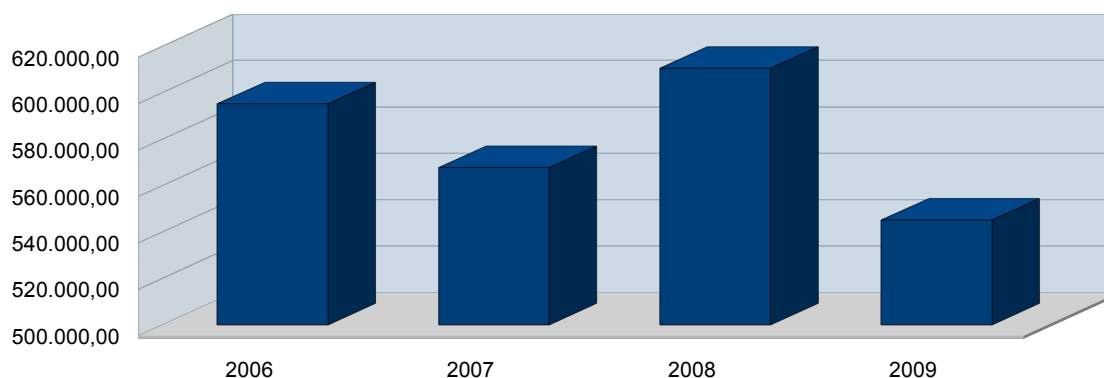
A seguir, demonstraremos o gasto com a manutenção da frota no período de janeiro a dezembro de 2006 a 2009.

GASTOS COM MANUTENÇÃO – 2006 a 2009

MÊS	2006	2007	2008	2009	Variação (%) (2008/2009)
JANEIRO	R\$ 83.111,01	R\$ 62.844,32	R\$ 32.306,26	R\$ 20.958,52	-35,13
FEVEREIRO	R\$ 59.967,27	R\$ 69.748,83	R\$ 44.807,69	R\$ 55.520,62	23,91
MARÇO	R\$ 72.596,58	R\$ 36.495,00	R\$ 43.433,17	R\$ 74.189,35	70,81
ABRIL	R\$ 32.864,80	R\$ 42.358,18	R\$ 42.204,11	R\$ 48.717,61	15,43
MAIO	R\$ 51.211,87	R\$ 45.811,05	R\$ 45.730,45	R\$ 42.200,53	-7,72
JUNHO	R\$ 19.980,06	R\$ 42.491,32	R\$ 50.005,56	R\$ 41.484,48	-17,04
JULHO	R\$ 51.845,89	R\$ 28.864,26	R\$ 39.951,79	R\$ 43.526,42	8,95
AGOSTO	R\$ 67.602,73	R\$ 57.091,82	R\$ 48.949,20	R\$ 66.385,30	35,62
SETEMBRO	R\$ 59.820,06	R\$ 41.943,21	R\$ 65.942,34	R\$ 53.102,90	-19,47
OUTUBRO	R\$ 29.206,68	R\$ 55.819,57	R\$ 58.051,66	R\$ 0,00	-100,00
NOVEMBRO	R\$ 38.028,61	R\$ 38.176,92	R\$ 44.205,64	R\$ 38.898,94	-12,00
DEZEMBRO	R\$ 29.027,89	R\$ 46.094,66	R\$ 94.947,09	R\$ 60.194,11	-36,60
TOTAIS	R\$ 595.263,45	R\$ 567.739,14	R\$ 610.534,96	R\$ 545.178,78	-10,70%

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM MANUTENÇÃO DA FROTA – 2006 A 2009



RELATÓRIO DE KM RODADOS E CONSUMO DE COMBUSTÍVEL POR VIATURA

				2009				
VIATURAS	TOTAL			VIATURAS	TOTAL			
	Km's Rod.	Qt. Comb.	Valor Gasto		Km's Rod.	Qt. Comb.	Valor Gasto	
GMF-3422	10616	1250,59	R\$ 3.155,09	NGY-4524	45002	4835,37	R\$ 11.186,97	
HQH-8062	12385	1360,32	R\$ 3.536,51	NGY-4564	58622	6600,04	R\$ 14.697,40	
JEF-3671	3972	315,39	R\$ 824,62	NKC-9643	64116	9143,33	R\$ 24.737,85	
JEF-3761	1022	97,11	R\$ 255,38	NKC-9673	70430	9451,15	R\$ 25.033,52	
JEF-4071	342	48,94	R\$ 128,37	NKC-9703	66854	10207,01	R\$ 24.412,03	
JEF-4241	14	12,65	R\$ 33,52	NKC-9743	55629	8743,98	R\$ 21.383,48	
JEF-4321	0	0,00	R\$ 0,00	NKC-9783	72245	9719,77	R\$ 25.779,84	
JEF-4351	131	15,24	R\$ 40,39	NKC-9813	67585	11700,63	R\$ 23.729,57	
JEF-4371	645	55,13	R\$ 143,44	NKE-4205	32600	2859,20	R\$ 7.397,18	
JEF-4421	0	0,00	R\$ 0,00	NKF-3055	64384	6785,14	R\$ 17.474,09	
JEF-4921	384	55,51	R\$ 152,37	NKF-3065	68069	6905,75	R\$ 17.756,66	
JEF-4941	1253	95,89	R\$ 250,87	NKH-9732	27460	3002,36	R\$ 7.088,74	
JEF-4961	4582	386,43	R\$ 1.008,28	NKK-9944	20585	1999,01	R\$ 5.308,15	
JFO-3621	12332	1756,76	R\$ 4.629,58	NKL-5001	13355	1261,87	R\$ 3.327,06	
JFO-3936	4340	433,02	R\$ 1.116,50	NKL-5111	17560	1821,92	R\$ 4.710,94	
JFO-3946	3170	320,47	R\$ 833,99	NKM-8413	70978	7472,17	R\$ 19.023,32	
JFO-9923	15440	1292,31	R\$ 3.328,24	NKM-8453	30874	3213,57	R\$ 8.177,76	
JFP-3996	823	80,97	R\$ 208,23	NKM-8533	57640	6619,79	R\$ 16.366,08	
JFP-6584	5381	794,38	R\$ 1.605,87	NKW-5132	23231	3205,06	R\$ 4.657,72	
JFP-6634	18710	2650,60	R\$ 5.318,97	NKW-5152	38169	3325,31	R\$ 7.810,48	
JFP-6842	9087	1088,50	R\$ 2.155,59	NKW-5162	28390	3311,16	R\$ 5.241,17	
JFP-7364	1238	99,79	R\$ 262,47	NKW-5182	22386	2117,77	R\$ 4.648,24	
JFQ-9945	0	0,00	R\$ 0,00	NKW-5242	18861	2246,69	R\$ 3.801,51	
JJQ-7093	10859	1638,83	R\$ 2.210,01	NKW-5272	30762	2581,64	R\$ 6.177,96	
JJQ-7153	25566	2788,76	R\$ 5.540,06	NLA-1152	24266	3075,49	R\$ 5.980,56	
JYE-4287	0	82,15	R\$ 211,72	NLL-5013	17198	2163,42	R\$ 3.365,20	
KBV-3422	20	50,25	R\$ 129,15	NLL-5023	18744	1811,46	R\$ 4.084,56	
KCC-9783	0	0,00	R\$ 0,00	NLL-5033	13471	1305,31	R\$ 3.272,51	
KCG-9856	25	21,47	R\$ 32,00	NLL-5043	4967	482,70	R\$ 989,02	
KCL-0279	0	0,00	R\$ 0,00					
KCS-5541	7641	1227,59	R\$ 2.416,26		Quant. Comb. (Lt.)		333.680,77	
KCZ-6926	12907	2413,29	R\$ 6.210,51		Km's Rod.		2.712.325	
KDD-3598	2212	520,44	R\$ 1.346,05		Valor Total Gasto		R\$ 799.758,93	
KDK-7244	4244	658,23	R\$ 1.709,90					
KDK-7324	25693	3403,42	R\$ 8.995,07					
KDR-6194	0	0,00	R\$ 0,00					
KDR-6244	0	0,00	R\$ 0,00					
KDR-6284	0	0,00	R\$ 0,00					
KEL-0114	24840	2015,00	R\$ 5.223,54					
KEL-2654	7151	798,70	R\$ 2.057,61					
KEL-2794	16953	1560,99	R\$ 4.111,15					
KEK-0675	28879	4462,23	R\$ 11.447,15					
KEK-0815	17197	3146,31	R\$ 7.893,54					
KEL-4828	15703	1393,29	R\$ 3.551,68					
KEL-5688	35371	3102,81	R\$ 8.033,09					
KEN-7037	13347	1504,04	R\$ 3.891,18					
KEN-7087	22355	2484,21	R\$ 6.316,08					
KEN-7177	23635	1947,60	R\$ 5.043,71					
KEN-7267	9169	1085,93	R\$ 2.985,40					
KEN-7287	6275	793,45	R\$ 2.028,10					
KEN-7327	16169	1605,80	R\$ 4.318,40					
KEP-5968	15577	1508,88	R\$ 3.946,15					
LAF-2669	0	0,00	R\$ 0,00					
NAH-6050	26888	3268,85	R\$ 8.582,40					
NBS-3780	0	38,33	R\$ 76,62					
NBS-3820	1311	204,12	R\$ 399,27					
NFD-4244	43316	12844,19	R\$ 25.985,71					
NFH-9885	49470	5128,20	R\$ 10.691,51					
NFH-9895	53692	5882,68	R\$ 16.050,01					
NFH-9975	13102	1319,28	R\$ 3.467,66					
NFH-9985	7424	890,66	R\$ 2.289,51					
NFL-1405	38327	4114,81	R\$ 11.481,88					
NFL-1425	21214	2385,88	R\$ 5.872,77					
NFL-1485	2179	188,17	R\$ 503,01					
NFL-1495	26707	2727,95	R\$ 7.268,26					
NGC-8314	0	0,00	R\$ 0,00					
NGC-8324	51877	6904,39	R\$ 17.713,79					
NGC-8334	46594	6714,73	R\$ 17.575,76					
NGC-8344	78758	10396,62	R\$ 26.783,63					
NGE-2316	51724	7216,82	R\$ 19.747,50					
NGE-2346	73509	9556,56	R\$ 25.754,06					
NGE-2366	34489	4767,26	R\$ 12.360,37					
NGE-2376	61267	8697,11	R\$ 22.016,06					
NGG-3792	39184	4751,84	R\$ 9.752,86					
NGG-3802	11386	1270,96	R\$ 2.696,08					
NGO-2906	18429	1915,30	R\$ 3.567,83					
NGS-7093	36206	4477,47	R\$ 9.048,39					
NGX-7187	8064	977,59	R\$ 1.952,12					
NGY-4154	48216	5296,12	R\$ 12.346,96					
NGY-4184	33927	4222,65	R\$ 8.495,03					
NGY-4214	53840	6326,77	R\$ 13.243,07					
NGY-4264	53347	5231,98	R\$ 13.608,65					
NGY-4284	36317	4951,62	R\$ 8.432,72					
NGY-4314	351	52,09	R\$ 142,23					
NGY-4384	56270	5698,27	R\$ 15.101,18					
NGY-4504	42852	4869,76	R\$ 10.496,67					

Nota-se uma sensível diminuição nos gastos com manutenção da frota na ordem de 10,70% (dez vírgula setenta pontos percentuais). Tal decréscimo ocorreu em função dos seguintes fatos:

a) LIMITAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – limites de dispêndio impostos pela DIVISÃO DE PLANEJAMENTO/DPRF/MJ em Brasília/DF, onde, apesar de ter um valor limite previsto em contrato, fomos obrigados a contingenciar os recursos escassos que foram descentralizados, obrigando a UJ a gerir um recurso menor para um montante maior de viaturas, pois houve a aquisição de 07 (sete) viaturas novas para uso administrativo das 07 (sete) Delegacias Regionais.

b) LEILÕES PÚBLICOS – apesar da aquisição de veículos novos, houve o Leilão Público de 12 (doze) viaturas oficiais consideradas antieconômicas e/ou irre recuperáveis. Este Leilão foi realizado na cidade de São José do Rio Preto/SP, ficando a condução dos trabalhos sob a responsabilidade da 6ª SRPRF/SP.

Na Tabela a seguir temos a relação das viaturas consideradas antieconômicas durante o exercício de 2009.

VIATURAS CONSIDERADAS ANTIECONÔMICAS – 2009

Nº	PLACA	ANO	MARCA / MODELO	GASTO
1	GMF-3422	2001	FIAT / MAREA SX	R\$ 7.990,06
2	HQH-8062	2001	FIAT / MAREA SX	R\$ 7.088,77
3	KEI-0114	2000	GM / CORSA WIND	R\$ 7.676,65
4	KEI-2794	2000	GM / CORSA WIND	R\$ 6.086,24
5	KEK-0675	2000	GM / BLAZER	R\$ 9.188,46
6	NBS-3820	1998	FIAT / IVECO D T3510VB1	R\$ 12.562,84
7	NFH-9985	2004	GM / ZAFIRA CD	R\$ 12.647,06
8	NFI-1405	2004	GM / ZAFIRA CD	R\$ 14.947,38
9	NGC-8324	2006	GM / BLAZER ADVANTAGE	R\$ 14.586,48
10	NGC-8344	2006	GM / BLAZER ADVANTAGE	R\$ 14.782,19
11	NGE-2376	2007	GM / BLAZER ADVANTAGE	R\$ 16.909,05
12	NGY-4214	2007	GM / ASTRA SEDAN ADVANTAGE	R\$ 14.954,12

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais

As viaturas consideradas antieconômicas estão sendo objeto de Leilão público, cuja contrapartida dos recursos angariados é a aquisição de novas viaturas policiais. As viaturas foram discriminadas na Tabela acima considerando percentuais de gastos que ultrapassaram 50% frente ao seu valor de mercado (Tabela FIPE) e, caso persistam os dispêndios com as referidas viaturas, possivelmente, em 2010, as mesmas poderão ser alienadas através de Leilão público.

No exercício de 2009, como já mencionado anteriormente, houve um Leilão público

de viaturas oficiais, na data de 26/11/2009, realizado na cidade de São José do Rio Preto/SP, onde os trabalhos foram conduzidos pela Comissão Nacional de Leilão com apoio da 6ª SRPRF/SP. Neste Leilão, viaturas de vários Estados foram também leiloadas. A 1ª SRPRF/GO encaminhou 12 (doze) viaturas oficiais para leilão público, redundando numa arrecadação total de R\$ 108.000,00 (Cento e oito mil reais), conforme detalhamento abaixo.

VIATURAS LEILOADAS – 2009

DISCRIMINAÇÃO	VALOR MÍNIMO DE ARREMATACÃO	VALOR DA ARREMATACÃO	VARIAÇÃO (%)
GM / BLAZER 4.3, V6, KDR-6374, Ano: 1998 (Sucata)	R\$ 1.000,00	R\$ 2.250,00	125,00%
GM / ASTRA SEDAN ADVANTAGE, NGY-4314, Ano: 2007 (Sucata)	R\$ 1.800,00	R\$ 2.850,00	58,33%
GM / ZAFIRA CD, NFH-9945, Ano: 2004 (Sucata)	R\$ 1.000,00	R\$ 3.900,00	290,00%
MMC / L-200 4x4 GL, NGG-3772, Ano: 2006	R\$ 8.000,00	R\$ 25.600,00	220,00%
GM / BLAZER 4.3, V6, KDR-6054, Ano: 1998	R\$ 3.200,00	R\$ 7.800,00	143,75%
GM / BLAZER 4.3, V6, KDR-6154, Ano: 1998	R\$ 3.500,00	R\$ 7.900,00	125,71%
GM / VERANEIO, AMB, KCZ-6876, Ano: 1995	R\$ 4.000,00	R\$ 12.600,00	215,00%
GM / VERANEIO, AMB, KDD-3598, Ano: 1996	R\$ 4.500,00	R\$ 13.500,00	200,00%
GM / ZAFIRA CD, NFH-9975, Ano: 2004	R\$ 5.500,00	R\$ 15.300,00	178,18%
FIAT / MAREA SX, JZJ-2047, Ano: 2001	R\$ 3.500,00	R\$ 5.800,00	65,71%
FIAT / MAREA SX, KEN-7067, Ano: 2001	R\$ 3.000,00	R\$ 5.800,00	93,33%
FIAT / MAREA SX, KEN-7267, Ano: 2001	R\$ 1.300,00	R\$ 4.700,00	261,54%
TOTAL ARRECADADO	R\$ 40.300,00	R\$ 108.000,00	167,99%

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais

VIATURAS NOVAS RECEBIDAS – 2009

Nº	PLACA	ANO	MARCA/MODELO
01	NKK-9944	2009/2009	MEGANE SD EXPR 2.0
02	NKL-5001	2009/2009	MEGANE SD EXPR 2.0
03	NKL-5111	2009/2009	MEGANE SD EXPR 2.0

04	NLL-5013	2009/2010	PALIO ELX FLEX
05	NLL-5023	2009/2010	PALIO FIRE ECONOMY
06	NLL-5033	2009/2010	PALIO ELX FLEX
07	NLL-5043	2009/2010	PALIO FIRE ECONOMY

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais

As viaturas novas recebidas em 2009 são oriundas da realização de Pregões Eletrônicos efetuados pelo nosso DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Brasília/DF. A aquisição é feita de forma centralizada e os veículos são distribuídos pelo país consoante num cronograma de entrega a ser cumprido em contrato.

De uma forma geral, consideramos que o exercício de 2009 foi bastante proveitoso e que a maioria dos objetivos e metas traçados foram atingidos.

2.1.10. NÚCLEO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

As atribuições do Núcleo de Orçamento e Finanças foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 84, conforme segue:

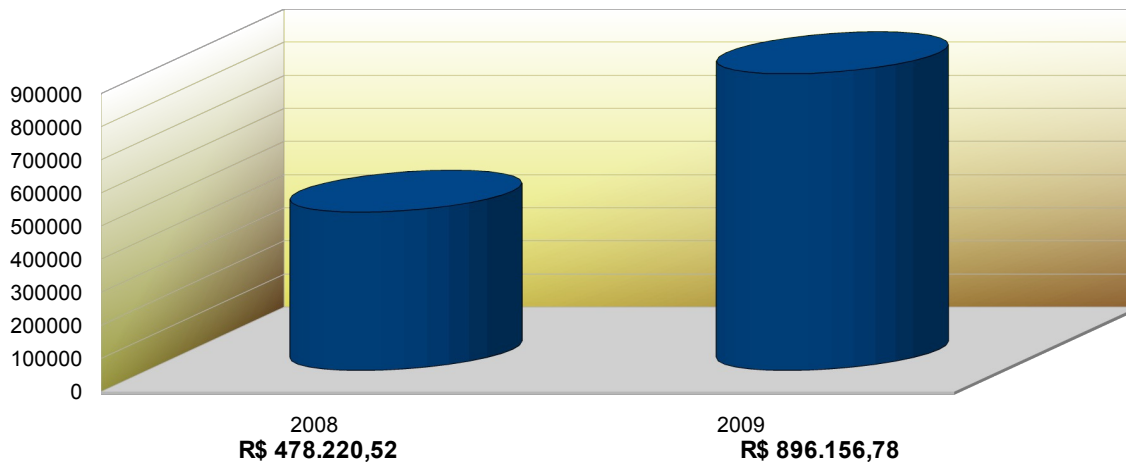
“Art. 84. Ao Núcleo de Orçamento e Finanças compete:

- I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;*
- II - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;*
- III - controlar e executar os recursos recebidos e praticar os procedimentos pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas;*
- IV - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;*
- V - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;*
- VI - controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;*
- VII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;*
- VIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;*
- IX - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;*
- X - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;*
- XI - emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos;*
- XII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários; e*
- XIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.”*

O Núcleo de Orçamento e Finanças controla e executa todas as atividades relacionadas à administração orçamentária e financeira do órgão, atuando de forma conjunta com as demais seções e núcleos na elaboração, alocação, controle e gestão dos recursos descentralizados pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ, de forma a proporcionar que a execução orçamentária e financeira do órgão seja eficiente e eficaz.

A seguir, algumas informações relevantes do Núcleo de Orçamento e Finanças durante o exercício de 2009:

GASTOS COM DIÁRIAS



QUADRO DE EXECUÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ATIVIDADE CORRECIONAL

2008	2009
1408CG – R\$ 56.730,05	1408CG – R\$ 84.305,86
1408CR – R\$ 29.869,35	1408CR – R\$ 0,00
TOTAL – R\$ 86.599,40	TOTAL – R\$ 84.305,86

POLICIAMENTO OSTENSIVO E OPERAÇÕES ESPECIAIS

2008	2009
(*) 1446TT/1446AT – R\$ 93.017,07	1408DCC – R\$ 10.645,46
1408J/1410E – R\$ 94.312,58	1408J/1410E – R\$ 404.117,22
TOTAL – R\$ 187.329,66 (*)	TOTAL – R\$ 414.762,68

ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

2008	2009
1403S – R\$ 33.052,53	1403S – R\$ 44.012,13
1403CGA/CGPLAM/DG/CGO/RT/CGRH – R\$ 39.593,43	1403CGA/CGPLAM/DG/CGO/RT/CGRH – R\$ 55.922,94
1403LO – R\$ 3.110,25	1403LO – R\$ 8.281,35
1403CFP – R\$ 0,00	1403CFP – R\$ 13.668,52
TOTAL – R\$ 75.755,90	TOTAL – R\$ 121.884,94

ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

2008	2009
1408PSI – R\$ 3.682,98	1408PSI – R\$ 5.566,85
1404G/1405C – R\$ 32.222,43	1404G/1404G1 – R\$ 59.458,71
3004D – R\$ 72.762,54	3004D – R\$ 48.359,57
1410EDU – R\$ 3.381,69	1410EDU – R\$ 14.615,10

1448CAP – R\$ 0,00 TOTAL – R\$ 112.049,64	1448CAP – R\$ 2.214,48 TOTAL – R\$ 130.214,71
--	--

SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA

2008	2009
1409H – R\$ 16.485,92	1409H – R\$ 22.742,58

ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS

2008	2009
1410A – R\$ 0,00	1410A – R\$ 4.278,83

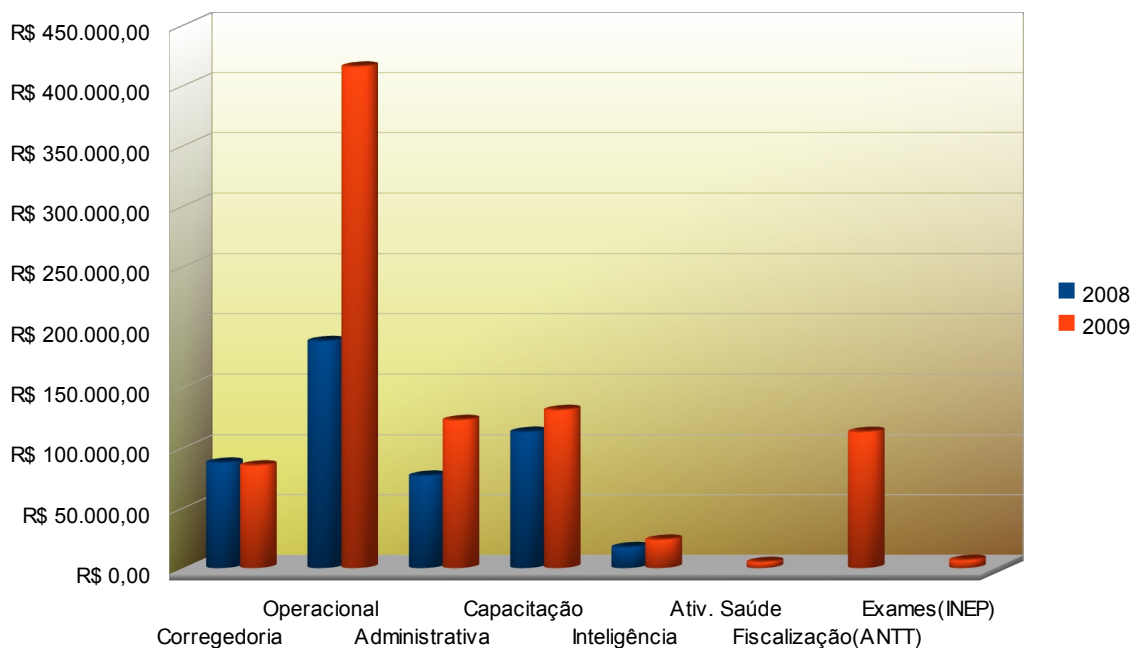
FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT

2008	2009
LOGIN05 – R\$ 0,00	LOGIN05 – R\$ 53.997,58
LOGIN11 – R\$ 0,00	LOGIN11 – R\$ 46.896,74
PASIN18 – R\$ 0,00	PASIN18 – R\$ 11.144,27
TOTAL – R\$ 0,00	TOTAL – R\$ 112.038,59

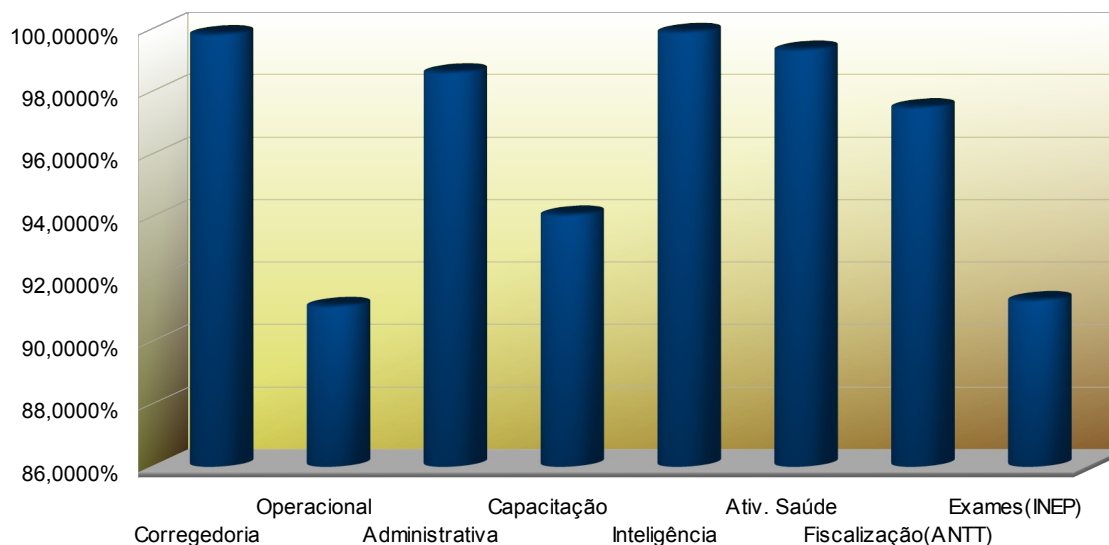
EXAMES NAC. DE HABILIDADES E COM. – INEP

2008	2009
PII04M26280 – R\$ 0,00	PII04M26280 – R\$ 5.928,59

COMPARATIVO DE DIÁRIAS PAGAS POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA



DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE DIÁRIAS FACE A PROVISÃO RECEBIDA EM 2009 POR AÇÃO.



De acordo com artigo 2º do Decreto nº 6.258 de 19 de novembro de 2007, a partir de 01 de janeiro de 2009 foi implantado em caráter exclusivo e obrigatório, o novo Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP que é um sistema informatizado, acessado via Internet, que integra as atividades de concessão, registro, acompanhamento, gestão e controle das diárias e passagens, decorrentes de viagens realizadas no interesse da Administração no território nacional ou estrangeiro. O sistema promove a tramitação eletrônica dos documentos, exigindo para aprovação das viagens e pagamento das diárias, a utilização de certificado digital, sob a infraestrutura de chaves públicas ICP-Brasil.

Do SCDP são extraídos os dados sobre diárias para o Portal da Transparência. O processo de implantação do sistema é coordenado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gestora do Sistema, em parceria com o Gestor Setorial de cada Órgão.

Visando implantar o SCDP nesta Regional, foram distribuídos os *tokens* aos Chefes de Seções e Núcleos para que providenciassem a Certificação Digital junto ao SERPRO, bem como solicitassem à equipe de informática da Regional, a instalação do software e a baixa das cadeias de certificação em suas respectivas estações de trabalho, conforme orientações contidas no Manual de Certificação. Efetuados tais procedimentos, começamos a utilizar a nova sistemática desde a data determinada pelo decreto citado no primeiro parágrafo.

No exercício de 2009 teve continuidade a implantação do Projeto UNACI, que integra o PRONACI (Programa de Segurança Pública Nacional). O Projeto está sendo implantado primeiramente no Estado do Paraná, onde os Policiais estão recebendo treinamento. Para esse feito, foi liberado crédito orçamentário para pagamento de diárias no valor de R\$ 72.762,54 no PI 3004D. As diárias foram pagas aos policiais instrutores, aos PRF's em treinamento e aos demais PRF's que foram atuar nos serviços de rotina de policiamento nas Delegacias e Postos do Paraná, reforçando o efetivo daquela localidade. Por esse motivo, houve uma considerável alteração no valor gasto com diárias da Capacitação, conforme observa-se no quadro.

Em decorrência da Operação GRALHA AZUL, conforme Ordem de Serviço nº

025/09/Coordenação Geral de Operações, com objetivo de promover a segurança pública nas rodovias federais, objeto da Ação Rescisória n° 2007.04.00.021613/PR, buscando ainda suprir com recursos humanos e materiais os postos de fiscalização atualmente ocupados pela Polícia Militar Rodoviária do Estado do Paraná. Garantir a fluidez e a segurança do trânsito, combater a criminalidade, promover a fiscalização e o atendimento a acidentes de trânsito. O Comando da Operação e das ações decorrentes ficará sob a responsabilidade do Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização da 7ªSRPRF/PR.

O Núcleo de Orçamento e Finanças é responsável também pelo ressarcimento de valores provenientes dos Autos de Infração aplicados pelo Órgão, em função das infrações ao Código Brasileiro de Trânsito.

Os principais motivos que levam ao ressarcimento de multas são:

- a) Pagamento da infração em duplicidade, quando o usuário tem o direito ao ressarcimento de um dos valores;
- b) Pagamento da infração dentro do prazo de vencimento sem o devido desconto percentual de 20%, garantido pelo CTB, quando o usuário faz jus ao ressarcimento do valor correspondente ao desconto não concedido;
- c) Pagamento da infração quando o usuário já havia impetrado recurso administrativo e deferido seu requerimento, quando então faz jus também ao ressarcimento do valor que havia sido pago.

Em 2009 houve os seguintes ressarcimentos de valores aos usuários das rodovias federais:

RESSARCIMENTO DE AUTOS DE INFRAÇÃO – 2009

Nº DO AUTO	Nº DA NAP (CÓD. MULTA)	VALOR RESSARCIDO	DATA DA OB	FAVORECIDO
B04.245.145-7	3631036	R\$ 574,62	28/01/2009	ALINDAIR DE FREITAS SOUTO
A3.144.793-9	3388275108	R\$ 127,69	30/01/2009	ALECIO VASCONCELOS SILVA
A0.175.532-5	3361033790	R\$ 573,04	30/01/2009	MARCELO PEREIRA TASSINARI
B07.787.440-4	6310754	R\$ 191,54	30/01/2009	RICARDO PEREIRA DA CRUZ
B03.161.619-4	3001634	R\$ 459,70	30/01/2009	BENVINDO LARANJEIRA NETO
B05.977.592-7	8309994	R\$ 127,69	30/01/2009	GERMIPASTO IND. E COM. DE SEMENTES
B04.231.225-6	3325048	R\$ 328,27	30/01/2009	PAULO MENDONÇA DE LIMA
B04.231.224-8	3325043	R\$ 328,27	30/01/2009	PAULO MENDONÇA DE LIMA
B09.724.354-7	10655945	R\$ 102,15	04/02/2009	RUBENS OLIVEIRA MIGUEL
B09.033.072-2	7892737	R\$ 153,23	11/03/2009	LUCIANO RIBEIRO DE CASTRO
B09.033.073-7	7892729	R\$ 102,15	11/03/2009	LUCIANO RIBEIRO DE CASTRO
E00.254.747-3	9384931	R\$ 114,92	11/03/2009	GISLENE SAMPAIO DE MORAIS
A0.175.532-5	3361033790	R\$ 395,21	24/03/2009	MARCELO PEREIRA TASSINARI
B09.726.471-7	10606445	R\$ 38,30	14/04/2009	ADELSON DA CUNHA TRIGUEIRO
B07.781.011-12	6869234	R\$ 191,54	28/04/2009	FLABER CAETANO DA COSTA
E00.267.232-4	9452183	R\$ 102,15	19/05/2009	CARLOS ALBERTO RODRIGUES
B07.792.405-3	6318309	R\$ 191,54	22/05/2009	EDSON LUIZ FIGUEIREDO
B07.793.560-8	6990951	R\$ 574,62	25/05/2009	ELIENE ASSIS CAMPOS
B07.793.558-6	6990956	R\$ 191,54	25/05/2009	ELIENE ASSIS CAMPOS
E00.293.843-7	9599134	R\$ 68,10	18/06/2009	ROSINA ALIMENTOS LTDA
B02.241.406-1	2451155	R\$ 191,54	23/06/2009	ADRIANA MARIA ALCANFOR XIMENES
B09.700.737-4	9911132	R\$ 204,30	29/06/2009	TRANSPORTADORA RORATO LTDA
B06.992.521-6	6439511	R\$ 191,54	26/11/2009	CAIRO ANTÔNIO DUARTE JÚNIOR
B03.152.609-8	2323031	R\$ 102,15	04/12/2009	GERALDO ALVES PEREIRA
E00.198.679-1	9141095	R\$ 68,10	17/12/2009	ROBERIA BOSI FAVORETO

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças

Eis mais algumas atividades executadas pelo Núcleo de Orçamento e Finanças em 2008:

ATIVIDADES	2008	2009	Varição (%)
PROPOSTA CONCESSÃO DIÁRIAS	1.982	1.646	-16,953
MONTANTE GASTO C/ DIÁRIAS (EM R\$)	R\$ 478.220,52	R\$ 896.156,78	87,394
ORDENS BANCÁRIAS	1.869	2.677	43,231
NOTAS DE LANÇAMENTO	230	254	10,434
NOTAS DE EMPENHO	1.037	815	-21,408

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças

DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO - 2009

DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO – 2009				
Processo	Suprido	CPF	Valor Concedido	Valor Utilizado
08662000411/2009-60 08662003797/2009-61	JOSÉ ELZO ANTÔNIO	069.245.731-34	R\$ 3.000,00 R\$ 3.000,00	R\$ 2.145,22 R\$ 226,40
08662001589/2009-28 08662006311/2009-47	LEANDRO BORBA DE SOUSA	854.508.551-68	R\$ 2.000,00 R\$ 1.000,00	R\$ 915,32 R\$ 235,00
08662002929/2009-38 08662004856/2009-19	LEOMAR DE MELO BARBOSA	385.707.421-34	R\$ 2.000,00 R\$ 2.000,00	R\$ 00,00 R\$1.570,60
VALOR TOTAL			R\$ 13.000,00	R\$ 5.092,54
VALOR RESTITUÍDO AOS COFRES PÚBLICOS			R\$ 7.907,46	

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças

2.1.11. NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL

As atribuições do Núcleo de Patrimônio e Material foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 85, conforme segue:

“Art. 85. Ao Núcleo de Patrimônio e Material compete:

- I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;
- II - efetuar o levantamento das necessidades da Superintendência e propor a aquisição de bens móveis e imóveis;
- III - receber, acompanhar, controlar, distribuir ou redistribuir os bens móveis;
- IV - propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados integral ou parcialmente; a alienação dos bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irrecuperáveis, de acordo com a legislação pertinente, elaborando os mapas de incorporação e baixa de bens;
- V - promover o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência;
- VI - examinar os processos de alienação, bem como orientar e controlar a execução dos atos que

envolvam a aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações;

VII - manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis, com a respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade;

VIII – examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercendo o controle físico-contábil dos estoques, bem como efetuar o levantamento das necessidades e propor a aquisição do material de consumo;

IX - manter em segurança os materiais estocados, observando as condições de armazenamento, de acordo com as determinações contidas em legislação pertinente, bem como indicar membros para compor comissão especial para efetuar o inventário e o recebimento de bens adquiridos;

X - atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência;

XI - manter atualizada a situação física dos bens patrimoniais no sistema de controle interno do patrimônio; e

XII - manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores lotados na Unidade Desconcentrada para pronto atendimento quando solicitado.”

O Núcleo de Patrimônio e Material, como o próprio nome diz, controla e executa todas as atividades relacionadas com o patrimônio do órgão, sejam bens de consumo, permanentes, etc.

O núcleo deve promover todo o levantamento de todas as necessidades de aquisição de bens para uso do órgão, tais como pneus, materiais de expediente, etc, bem como promover o inventário patrimonial anual do órgão e ainda promove o acompanhamento físico das instalações prediais, atualizando as modificações físicas executadas nos imóveis de uso da 1ª SRPRF/GO.

Os valores em patrimônio e bens de almoxarifado são a seguir discriminados:

RESUMO GERAL DE BENS PERMANENTES E DE CONSUMO DE 2009	
BENS PERMANENTE	R\$ 8.396.250,62
BENS DE ALMOXARIFADO (CONSUMO)	R\$ 258.925,44
TOTAL	R\$ 8.655.276,06

Fonte: Núcleo de Patrimônio e Material

Dos levantamentos das necessidades de aquisição de bens para uso do órgão, o núcleo estabeleceu os seguintes projetos em 2009:

OBJETIVOS	REALIZAÇÕES
1. Aquisição de fardamento de uso operacional.	Não Alcançado.
2. Aquisição de pneus para uso nas viaturas policiais através do Sistema de Registro de Preços.	Alcançado com êxito.
3. Promover gestão junto à Receita Federal visando obter materiais de consumo através da doação.	Não Alcançado.

4. Aquisição de mobiliário de uso geral nas Delegacias, postos policiais e sede da 1ª SPRF/GO.	Não alcançado.
5. Aquisição de materiais de expediente para uso da 1ª SPRF/GO, Delegacias e postos policiais.	Não alcançado.
6. Aquisição de viaturas de uso policial pra uso da 1ª SRPRF/GO.	Não Alcançado.
7. Promover o levantamento de viaturas policiais consideradas antieconômicas, irrecuperáveis ou ociosas para serem levadas à Leilão Público.	Alcançado com êxito.
8. Verificar as necessidades de reforma e adequação das bases operacionais.	Alcançado com êxito.
9. Realização de levantamento para avaliação de imóveis, efetuado pela SPU/GO.	Alcançado com êxito.

2.1.12. NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO

As atribuições do Núcleo de Documentação foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 86, conforme segue:

“Art. 86. Ao Núcleo de Documentação compete:

I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;

II - receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências;

III - manter sob sua guarda, em perfeitas condições de conservação, a documentação encaminhada para arquivo;

IV - manter registro, controlar, acompanhar e prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos;

V - controlar o trâmite de correspondências enviadas por meio de malotes;

VI - promover a aquisição, supervisão e controle da distribuição do Diário Oficial, jornais, revistas e periódicos necessários ao desempenho da Superintendência;

VII - implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito da Superintendência, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória; e

VIII - normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.”

O Núcleo de Documentação controla e executa todas as atividades relacionadas com documentação, arquivo de documentos, reprografia e recebimento e expedição de documentos das mais diversas formas. Por ser atividades inerentes ao núcleo, promove ainda a gestão, controle e acompanhamento dos contratos de locação de equipamentos de reprografia, contrato de prestação de serviços postais, telemáticos e carga de máquina de franquear e ainda o contrato de prestação de serviços de coleta, transporte e entrega de documentos.

No exercício de 2009 o Núcleo de Documentação conseguiu desempenhar satisfatoriamente suas atribuições, apesar de alguns obstáculos ainda persistirem, tais como a deficiência de pessoal, inconstância da permanência dos estagiários enquanto mão-de-obra, espaço físico insuficiente e inadequado para acomodação de documentos arquivados e falta de mobiliário que viabilize um melhor desempenho das atividades rotineiras do núcleo.

No que tange às contratações relevantes para o núcleo temos a manutenção dos seguintes contratos terceirizados:

OBJETIVO	REALIZAÇÃO
1. Locação de máquinas multifuncionais para reprografia e impressão de documentos.	Alcançado
2. Contratação de serviços de Coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada (malote).	Alcançado
3. Contratação de serviços postais, telemáticos e convencionais (carga de máquina de franquear).	Alcançado

As atividades de rotina do Núcleo de Documentação compreendem a autuação de processos que tratam dos mais diversos assuntos e interessados, envio e recebimento de malotes, expedição de documentos (cartas simples, registradas, SEDEX, etc), acompanhamento, gestão e fiscalização dos contratos sob sua gerência, controle da numeração de portarias internas expedidas, etc, os quais são representados numericamente conforme quadro abaixo.

DISCRIMINAÇÃO DAS ATIVIDADES	OTDE	OTDE	OTDE	Variação (%)
ANO	2007	2008	2009	(2009/2008)
Processos autuados	6428	9224	7977	-13,50%
Processos Registrados	6428	11968	7977	-33,30%
Malotes enviados DPRF/MJ	103	110	98	-10,90%
Malotes recebidos DPRF/MJ	102	108	97	-10,20%
Fotocópias extraídas	290000	355000	488710	37,70%
Portarias expedidas	199	199	171	-14,10%
Instruções Internas	2	3	1	-66,60%
Boletins Internos	52	(*)	(*)	-

Fonte: Núcleo de Documentação

(*) De 2008 em diante a elaboração e confecção dos Boletins Internos de Serviço passaram a ser uma atribuição do Núcleo de Apoio Técnico.

2.1.13. NÚCLEO DE TELEMÁTICA

As atribuições do Núcleo de Telemática foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 88, conforme segue:

“Art. 88. Ao Núcleo de Telemática compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e

radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;

II - desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação;

III - treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência;

IV - pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação;

V - promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação; e

VI - dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.”

O Núcleo de Telemática é de suma importância nas atividades diárias do órgão, planejando, coordenando e executando tarefas relacionadas com a área de informática, telefonia e radiocomunicação, sempre dentro das diretrizes e normas definidas pelo DPRF/MJ. Através de seu efetivo, procura dar resposta imediata às demandas relacionadas com problemas em nossa rede de computadores, estações de trabalho, manutenção do parque de informática, de rádios fixos e móveis.

Dentro das atividades do núcleo, o mesmo é responsável ainda pela gestão, controle e acompanhamento dos contratos de manutenção em equipamentos de informática, de rede, rede lógica, etc, bem como dos contratos de fornecimento dos serviços de telefonia móvel e fixa.

A principal demanda do Núcleo no exercício revelou-se pela necessidade de mão-de-obra qualificada em conhecimentos técnicos de informática e de telecomunicações, uma vez que os policiais ali lotados não foram concursados para o desempenho destas atividades e não contamos com um quadro administrativo contendo estes profissionais.

Assim sendo, a Administração da 1ª SRPRF/GO viu-se obrigada a efetivar a contratação de técnicos em informática e em telecomunicações cujo procedimento licitatório, apesar de se iniciar e concluir em 2009, terão os contratos celebrados com as empresas no início de janeiro do exercício de 2010.

A seguir seguem os objetivos principais propostos pelo Núcleo de Telemática para o exercício de 2009 que merecem destaque para análise.

OBJETIVOS	REALIZAÇÕES	JUSTIFICATIVAS
1. Aquisição de 01 (um) servidor de Rede IBM X3200.	Sucesso na aquisição	Fazer a Implantação do Sistema de Telefonia PABX-IP.
2. Aquisição de 22 (vinte e dois) estações de trabalho.	Sucesso na aquisição	Modernizar o parque computacional da regional.
3. Aquisição de 66 aparelhos telefônicos IP Intelbrás modelo Volper	Sucesso na aquisição	Aquisição com a finalidade de complementar a implementação de nosso PABX-IP.

4. Aquisição de 66 aparelhos telefônicos IP Stracta	Sucesso na aquisição	Aquisição com a finalidade de complementar a implementação de nosso PABX-IP.
5. Aquisições de: 02 (duas) placas Digitais E1 com uma spam cada VB3030. 01 (uma) placa interface celular com 3 módulos GSM VB0404. 11 (onze) Atas Adaptadores para telefone analógico IPA-210.	Sucesso nas aquisições	As aquisições destes equipamentos visa complementar a implementação de nosso PABX-IP. Foram adquiridos através do pregão eletrônico 14/2009 realizado pelo DPRF.
6. Aquisição de 04 (quatro) Notebooks	Sucesso na aquisição	Este recurso foi oriundo da Secretaria Especial de Direitos Humanos para Presidência da República onde os equipamentos adquiridos serão distribuídos entre os policiais rodoviários federais, noterianos que propiciarão aos mesmos, rápido acesso aos casos de crianças e adolescentes desaparecidos de forma a atuar tempestivamente em situações por ventura identificadas.
7. Aquisição de 05 (cinco) Notebooks	Sucesso na aquisição	Foram adquiridos para modernizar e agilizar as Seções na execução de suas atividades onde exige deslocamentos.
8. Aquisição de 02 (dois) NOBREAKs de 1.4 kVA	Não alcançado	O equipamento entregue não atendeu as especificações do Edital, foi devolvido. O equipamento seria utilizado na implantação do Sistema de telefonia VoIP.
9. Aquisição de 39 (trinta e nove) NOBREAKs de 1.2 kVA	Sucesso na aquisição	Aquisição feita devido ao grande número de baixas de nobreak , cuja recuperação tornava-se inviável e antieconômica Nas delegacias, postos e até mesmo na sede, existem várias máquinas ligadas diretamente à rede elétrica, tornando os equipamentos instáveis e vulneráveis a oscilações elétricas.
10. Aquisição de 04 (quatro) Rádios VHF banda baixa, móvel/Fixo, marca Motorola e modelo 5100	Sucesso na aquisição	Esta aquisição visou finalizar a modernização e padronização dos equipamentos de radiocomunicação instalados nos postos PRF's,

<p>11. Contratação de (02) dois profissionais de nível médio para atuar como técnico em informática, com conhecimentos em ambiente de rede.</p>	<p>Sucesso na contratação</p>	<p>Esta contratação visa atender as necessidades administrativas, tanto internamente, na Sede, quanto nos Postos e Delegacias, dando suporte em todos os setores que utilizam equipamentos e sistemas informatizados.</p> <p>Tendo em vista que atualmente não contamos com um número ideal de pessoal para executar o suporte técnico necessário, solicitamos esta contratação, visando criar uma Central de atendimento para sanar remotamente interrupções e problemas que acontecem constantemente em nossos Postos e Delegacias.</p>
<p>12. Contratação de (01) um profissional de nível médio para atuar como técnico em Radiocomunicação.</p>	<p>Sucesso na contratação</p>	<p>Esta contratação visa atender as necessidades administrativas, tanto internamente, na CIOP e viaturas, quanto nos Postos e Delegacias, dando suporte em todos os setores que utilizam equipamentos e sistemas de radiocomunicação.</p> <p>Tendo em vista que atualmente não contamos com um número ideal de pessoal para executar o suporte técnico necessário, solicitamos esta contratação, visando criar uma Central de atendimento para sanar remotamente ou em loco, interrupções e problemas que acontecem em nossas viaturas, Postos e Delegacias.</p>
<p>13. Contratação de 01(um) Link ADSL para transmissão de dados - Posto PRF de Jussara(GO).</p>	<p>Sucesso na contratação</p>	<p>Esta contratação do serviço de Internet Banda Larga nos possibilitará criar uma conexão do referido Posto à Rede DPRF através de uma VPN(Virtual Private Network).</p>
<p>14. Contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC – local), com fornecimento por meio de acesso digital (Discagem Direta a Ramal) composto por 100 ramais e 01(um) entroncamento no padrão E1 contendo 30 canais, para a Sede e 28 linhas convencionais para os Postos e Delegacias.</p>	<p>Sucesso na contratação</p>	<p>Visando uma melhor solução de comunicação de voz, este Núcleo, após várias análises e estudos, chegou à conclusão que seria melhor a contratação de um serviço que contemplasse as necessidades evolutivas desta Superintendência, implantando um moderno sistema de telefonia Voz sobre IP (VoIP), o que reduzirá significativamente a conta mensal, além de funcionar como ramais.</p>
<p>15. Aquisição e instalação de 01(uma) Torre de Telecomunicação Completa com Sistema Irradiante – 36m, “autoportante”, para o novo Posto PRF de Morrinhos(GO).</p>	<p>Sucesso na contratação</p>	<p>Houve a necessidade desta aquisição, visando substituir a torre, antiga existente, que foi danificada de tal forma que se tornou inviável a sua reforma.</p>

16. Contratação de empresa especializada na manutenção corretiva de equipamentos de informática e de ambiente de rede.	Não alcançado. Em andamento.	É de fundamental importância para esta Instituição um parque computacional em perfeito funcionamento pois, facilitará o desenvolvimento das atividades cotidianas e consequentemente auxiliará na celeridade dos serviços prestados aos usuários das Rodovias.
17. Contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de Telecomunicações.	Não alcançado. Em andamento.	O objetivo de contratar uma empresa especializada no ramo de Telecomunicações, sendo especializada em manutenção de equipamentos Motorola, para a prestação de serviços técnicos na manutenção preventiva, corretiva e emergencial nos equipamentos que compõem o sistema de rádio comunicação da 1ª SRPRF/GO, com fornecimento integral de peças, materiais e componentes, no intuito de permitir uma maior e melhor disponibilidade de comunicação entre Postos, Delegacias, Viaturas e CIOP, não interrompendo o bom desenvolvimento dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal no Estado de Goiás.

2.1.14. CORREGEDORIA REGIONAL

As atribuições da Corregedoria Regional foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 92, conforme segue:

“Art. 92. À Corregedoria Regional compete:

- I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;*
- II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;*
- III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;*
- IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;*
- V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;*
- VI - elaborar e manter atualizado os relatórios da área correccional da Unidade Regional;*
- VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correccionais de servidores da Superintendência;*
- VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;*
- IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões*

disciplinares;

X - elaborar estatísticas de interesse da área correcional e relatórios de gestão;

XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correicionais;

XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;

XIII - auxiliar na gestão do orçamento correcional;

XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e

XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.”

A Corregedoria Regional, integrada pelo Núcleo de Assuntos Internos (NUAI), empenhada em melhor desempenhar suas atribuições regimentais e cumprir eficazmente sua missão institucional, buscou desenvolver as seguintes atividades:

OBJETIVOS	REALIZAÇÕES
1. Manter atualizado o Mapa Cartorial.	Meta alcançada.
2. Acompanhamento das atividades dos servidores nos locais de trabalho, através do AGS (Acompanhamento Gerencial de Serviço).	Meta alcançada. Foram realizadas pela CR, NUAÍ e chefes das Delegacias, 140 visitas, englobando as 7 delegacias e seus 15 postos, além das equipes de ronda e comandos. Ressalte-se, contudo, que a maioria dos AGS foram realizados pelos chefes das Delegacias, em virtude da carência de recursos financeiros e humanos.
3. Reduzir o número de procedimentos disciplinares pendentes.	Meta alcançada, apesar da carência de recursos financeiros e humanos, além de logística deficitária. No caso, reduzimos o número de processos de 114 para 71. Ressalte-se, também, que houve redução no número de autuações, que passaram de 54 em 2008 para 42 em 2009.
4. Atuação Preventiva da Corregedoria - visitas aos locais de trabalho com realização de palestras, visando esclarecer dúvidas e orientar os policiais quanto ao aspecto disciplinar do cargo.	Meta alcançada, apesar da carência de recursos financeiros. Foram realizadas reuniões e palestras em todas as Delegacias. Vale destacar que a corregedoria também aproveitou as reuniões do Superintendente com as chefias das Delegacias PRF para inserir assuntos correicionais na pauta.
5. Dotar a Corregedoria de recursos humanos e logística mais adequada.	Meta alcançada parcialmente. Foi disponibilizado um veículo descaracterizado, além de alguns equipamentos. Ressalte-se, entretanto, que ainda há carência de servidores, salas e equipamentos.
6. Aprimoramento das ações do Núcleo de Assuntos Internos (NUAI) em suas atividades regimentais.	Meta alcançada parcialmente, em decorrência da carência de recursos financeiros e humanos. Obs.: ações do NUAÍ detalhadas em tópico específico.

Em 2009, a execução dos projetos acima citados, em termos processuais, apresentou os seguintes resultados a serem comparados com o exercício de 2008:

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES - 2008	QTDE	PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES - 2009	QTDE	Variação (%)
Sindicâncias instauradas em 2008	21	Sindicâncias instauradas em 2009	14	-33,33%
Processos Adm Disciplinares instaurados em 2008.	14	Processos Adm Disciplinares instaurados em 2009.	3	-78,57%
Sindicâncias remanescentes de 2007 conclusas em 2008.	11	Sindicâncias remanescentes de 2008 conclusas em 2009.	11	0,00%
Processos Adm Disciplinares remanescentes de 2007 conclusos em 2008.	3	Processos Adm Disciplinares remanescentes de 2008 conclusos em 2009.	5	66,66%
Processos Adm Disciplinares conclusos em 2008.	5	Processos Adm Disciplinares conclusos em 2009.	2	-60,00%
Sindicâncias conclusas em 2008.	16	Sindicâncias conclusas em 2009.	6	-62,50%
Execução de Carta Precatória em 2008.	5	Execução de Carta Precatória em 2009.	3	-40,00%

Fonte: Corregedoria Regional

PENALIDADES APLICADAS 2008	QTDE	PENALIDADES APLICADAS 2009	QTDE	Variação (%)
Arquivamento	19	Arquivamento	22	15,78%
Advertência	0	Advertência	2	200,00%
Suspensão	2	Suspensão	2	0,00%
Demissão	0	Demissão	4	400,00%
Cassação de Aposentadoria	0	Cassação de Aposentadoria	0	0,00%

Fonte: Corregedoria Regional

Preliminarmente, é importante observar que o Corregedor Regional foi designado em 2009 pelo Corregedor-Geral do DPRF para compor Comissões de Procedimentos Administrativos Disciplinares relativos a fatos ocorridos em outras Regionais. Outro dado relevante é que o chefe do NUIAI (substituto do Corregedor) também realizou diversas missões por convocação da Corregedoria-Geral do DPRF. Assim, tais fatos prejudicaram o acompanhamento das questões disciplinares na regional.

A deficiência de servidores foi um grande problema enfrentado pela Corregedoria Regional em 2009. Assim, considerando a atual demanda de serviço, são necessários mais cinco servidores para que se possa diminuir a demanda processual reprimida e exercer com maior plenitude as atribuições regimentais da Seção.

O baixo efetivo policial e o aumento da demanda de serviço, os quais vem contribuindo para o elevado número de ocorrências, também inviabilizam a composição de várias Comissões Disciplinares, devido à dificuldade de se retirar o servidor de suas atividades policiais rotineiras para atuar na área correicional, sem que haja prejuízo na área laboral de origem. Para agravar tal situação, foram designados para prestar serviço em outra regional (Operações UNACI e Gralha Azul no Estado do Paraná) cerca de 110 (cento e dez) policiais em escala de revezamento, além das convocações da área de ensino do DPRF.

Ademais, 09 (nove) servidores da Regional foram convocados pela Corregedoria-Geral para atuar em outras Regionais, no MJ e na CGU. Dentre estes, o Corregedor Regional e seu substituto, além de um terceiro servidor lotado na corregedoria.

Devido à carência de efetivo, a Seção de Policiamento e Fiscalização (SPF) solicitou apoio do efetivo da CR para reforçar a área operacional. Assim, a Corregedoria cedeu servidores para atuarem em diversas ocasiões, as quais encontram-se citadas no tópico do NUIAI e no relatório da área operacional.

Quanto aos recursos financeiros destinados para a Regional (quadro abaixo), havia a previsão de liberação de R\$ 20.000,00, em três parcelas. Tal montante representava um considerável decréscimo em relação a 2008.

A primeira parcela dos recursos (R\$ 8.000,00) só foi liberada no início do mês de maio. Entretanto, no mês de julho, em virtude do contingenciamento de recursos por parte da União, apesar de haver recurso orçamentário, não havia disponibilidade financeira. Tal situação atingiu todo o DPRF e perdurou até o final do ano. Durante este período, as liberações financeiras foram sempre aquém das necessidades. Para agravar ainda mais a situação, ocorreu o aumento no valor das diárias (Decreto 6907/09) em 22/07/2009.

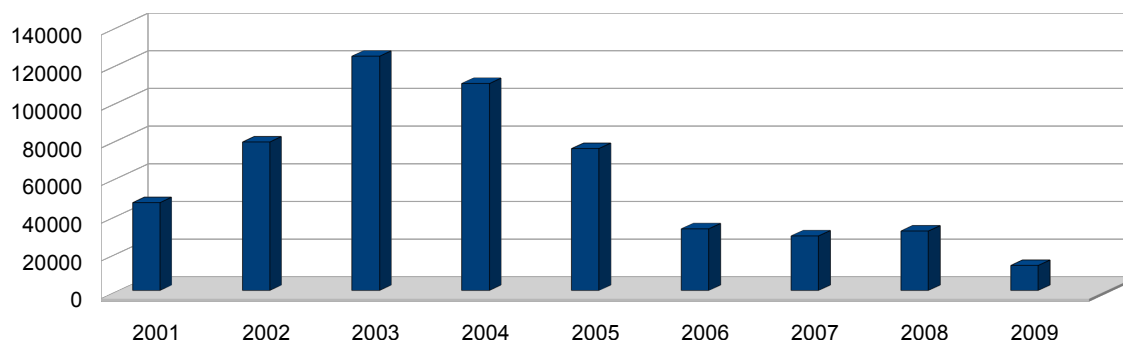
Tal ritmo de disponibilização de recursos financeiros dificultou a execução dos objetivos traçados pela seção, impactando diretamente nos resultados. Neste sentido, só foi possível efetuar o dispêndio de R\$ 13.181,14 (Treze mil, cento e oitenta e um reais, quatorze centavos) nas atividades correicionais desta regional. Ressalte-se, contudo, que foram gastos na execução de atividades realizadas em outras Unidades Regionais, no MJ e na CGU, por convocação da Corregedoria-Geral, cerca de R\$ 70.085,82 (Setenta mil, oitenta e cinco reais, oitenta e dois centavos).

ANO	RECURSOS DISPONIBILIZADOS (R\$)	VARIAÇÃO (%)
2001	46.563,04	-
2002	78.702,52	(+) 69,02
2003	124.397,94	(+) 58,06
2004	109.966,22	(-) 11,60
2005	75.224,05	(-) 31,59
2006	32.819,34	(-) 56,37
2007	29.058,32	(-) 13,71

2008	31.599,40	(+) 8,74
2009	13.181,14	(-) 58,28

Fonte: Corregedoria Regional

DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – ÁREA DISCIPLINAR



A diminuição nos recursos iniciou-se com bastante força no segundo semestre de 2005, em virtude de contingenciamento promovido pelo governo federal. Ressalte-se que a Corregedoria-Geral do DPRF/MJ elaborou, em 2006, um projeto, com o objetivo de dar vazão à demanda reprimida nacional, no qual solicitou ao Ministério da Justiça aumento substancial de Recursos Financeiros, porém o pleito não foi atendido.

Outro dado significativo é que os poucos recursos mencionados foram usados, conforme atribuições regimentais, em três frentes:

ATIVIDADE	OBJETIVO
Ação Preventiva	Palestras, visando esclarecer dúvidas e orientar os servidores
Ação de Supervisão	Inspeções nos locais de trabalho (delegacias, postos e equipes de ronda) conforme diretrizes do Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS)
Ação Apuratória e Investigativa	Instrução de procedimentos disciplinares e investigações em busca de autoria e materialidade de possíveis irregularidades disciplinares

A realidade acima exposta fez com que a área correcional buscasse novas formas de condução das investigações. Neste sentido, foi dada ênfase às diligências preliminares, realizadas em sua maioria pelos servidores lotados na corregedoria, com apoio de alguns colaboradores nas delegacias. Nesta modalidade, inicialmente busca-se materialidade e autoria; após, faz-se a análise das provas coletadas para avaliar se as mesmas têm o condão de motivar a instauração de procedimento disciplinar.

Com a nova metodologia adotada, conseguimos reduzir a instauração de procedimentos que exigem mais formalismos (sindicâncias e processos administrativos disciplinares), os quais são mais onerosos. Assim, além da finalização dos remanescentes de 2008 ao número de (16) dezesesseis, foram instaurados apenas 17 (dezessete) procedimentos disciplinares. Já em forma de diligências, foram movimentados e encerrados 55 (cinquenta e cinco) processos. Ressalte-se que maiores

informações acerca dos procedimentos disciplinares movimentados encontram-se inseridos no Sistema CGU - PAD.

Ao final do exercício, conseguimos, com poucos recursos financeiros, reduzir a demanda processual. No caso, começamos o ano com 114 (cento e catorze) autos e encerramos com 71 (setenta e um). Também contribuiu para esta redução a queda no número de reclamações autuadas, que baixaram de 54 (cinquenta e quatro), em 2008, para 42 (quarenta e dois) em 2009. Para atingir os citados números, foram realizadas inúmeras diligências e elaboradas 85 (oitenta e cinco) Informações (pareceres) processuais. Ressalte-se que foi dada prioridade apuratória aos processos de maior gravidade ou com requisição do Ministério Público Federal. Esta prioridade resultou na prisão preventiva (quatro meses) de dois PRFs e na demissão dos 04 (quatro).

Também é importante citar que foram cumpridas 03 (três) cartas precatórias, desonerando a União dos custos do deslocamento de comissões processantes oriundas de outra Regional. Apesar de ter ocorrido uma diminuição do número de autuações em relação a 2008, o elevado número de denúncias autuadas nos três últimos anos deve-se, provavelmente, ao aumento da demanda de serviço. Tal cenário vem impulsionando uma maior atuação institucional e, por consequência, o aumento do número de reclamações.

Ressalte-se que grande parte das reclamações/denúncias advindas de usuários da rodovia, objetiva, na verdade, apenas a anulação dos procedimentos adotados pelos policiais, tais como a aplicação da própria multa, retenção ou mesmo as prisões de usuários. Visando diminuir a demanda correicional, a Corregedoria Regional realizou ciclo de palestras em todas as Delegacias, além de ter estado presente nas reuniões de outras áreas envolvendo as chefias. Esta atividade teve como objetivo orientar e prevenir a ocorrência de infrações disciplinares, além de contribuir com o aprimoramento do desempenho institucional. Entretanto, face à carência de recursos, só foi possível realizar uma reunião correicional por Delegacia

Apesar da carência de recursos, principalmente humanos e de logística, foram realizadas, sem comunicação prévia aos policiais, visitas nos locais de trabalho dos policiais. Tal atividade, além de ser voltada para a supervisão do serviço, tem um cunho pedagógico, pois deixa o policial mais atento quanto ao exercício de suas atribuições, em decorrência da presença da Corregedoria durante sua rotina de trabalho. Esta supervisão do serviço, deu-SE conforme diretrizes do Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS). Ressalte-se que o AGS também envolveu a corregedoria e os chefes das Delegacias, que emitiram 140 (cento e quarenta) Relatórios de Acompanhamento de Serviço.

Quanto à logística, apesar de ter sido disponibilizada uma viatura descaracterizada e alguns equipamentos ao NUAI – Núcleo de Assuntos Internos, ainda há uma carência de materiais relacionados em processo autuado visando adquiri-los.

Em relação às instalações, não existe mais uma sala de reuniões que, dentre outras coisas, também era disponibilizada às comissões disciplinares para realização de inquirição de testemunhas e interrogatório de acusados. Assim, salientamos que há uma carência de, no mínimo, uma sala específica para audiências e reuniões dos colegiados processantes. Considerando o efetivo correicional ideal, há a necessidade de mais duas salas, uma para a Corregedoria Regional e outra para o NUAI.

É importante observar que a área correicional é bastante sensível, exigindo, além de qualificação, determinado perfil profissional do servidor. Ocorre que a maioria dos servidores não

demonstra interesse em atuar na área disciplinar, para não se indispor ou mesmo causar uma animosidade perante os policiais sob investigação. Ademais, os integrantes das comissões processantes devem ser escolhidos com bastante critério, para que, obedecendo-se ao princípio do contraditório e ampla defesa, consigamos atingir à verdade real, no intuito de sermos justos na análise da conduta dos servidores denunciados.

Apesar das adversidades acima citadas, em 2010 a Corregedoria Regional almeja ampliar o número de servidores aptos na condução de procedimentos disciplinares, com a capacitação de 16 (dezesesseis) novos servidores para atuarem na área. Para alcançar tal objetivo, foi elaborado e encaminhado ao DPRF um projeto de curso básico para membros de comissão em procedimento administrativo disciplinar, visando capacitar 22 (vinte e dois) servidores. Ademais, esperamos inserir PRFs nos cursos de capacitação correicional realizados pela CGU – Controladoria Geral da União

Todavia, não basta designar comissões sem os recursos e a logística necessários. Assim, destacamos que o objetivo de reduzir a demanda processual depende da melhoria da estrutura, recursos humanos e orçamentários para melhor cumprir suas obrigações regimentais e avançar na execução dos projetos desenvolvidos em 2009.

2.1.15. NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS

As atribuições do Núcleo de Assuntos Internos foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 93, conforme segue:

“Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:

- I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;*
- II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;*
- III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;*
- IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;*
- V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e*
- VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.”*

O Núcleo de Assuntos Internos – NUAI, até o mês de julho de 2009, contou com um efetivo de 03 (três) servidores, sendo que no mês de agosto foi removido dos seus quadros para a 1ª Delegacia em Goiânia um policial, não sendo remanejado outro servidor para seu lugar.

Ressaltamos que o Chefe do NUAI é o substituto do Corregedor Regional em seus impedimentos legais e que, durante o ano, teve que assumir esta função em virtude do titular estar trabalhando em processos administrativos disciplinares em outras Regionais.

Durante o ano de 2009 o NUAI auxiliou em diversas atividades à Corregedoria-Geral e à Corregedoria Regional, atuando também na condução de procedimentos administrativos disciplinares, sindicâncias, diligências preliminares e nas inspeções correicionais, conforme síntese dos fatos narrados a seguir:

a) No período de 20 a 23/02/09, uma equipe participou do Acompanhamento Correicional da Operação Carnaval 2009, percorrendo 1.418 quilômetros nas rodovias federais no Estado de Goiás, realizando durante os deslocamentos policiamento de natureza ostensiva visando maior segurança aos usuários e prevenção de acidentes. Nesta atividade foram preenchidos 12 (doze) relatórios Correicionais em cumprimento a Ordem de Missão nº 002/09 CG/DPRF, extraídos 20 (vinte) Autos de Infrações, 02 (dois) DNRC e 02 (dois) BOP. Ressaltamos que 01 BOP foi para um motorista sem habilitação e embriagado e, o outro, devido um rapaz estar com transtornos mentais, sendo levado para o Hospital Psiquiátrico, conforme Relatório NUIAI nº 01/09.

b) Entre os dias 23 a 25/02/09, outra equipe participou do Acompanhamento Correicional da Operação Carnaval 2009, nas rodovias federais no Estado de Goiás, realizando durante os deslocamentos policiamento de natureza ostensiva visando maior segurança aos usuários e prevenção de acidentes. Nesta atividade foram preenchidos 12 (doze) relatórios Correicionais em cumprimento a Ordem de Missão nº 002/09 CG/DPRF e, extraídos 02 (dois) Autos de Infrações, conforme Relatório NUIAI nº 02/09.

c) No dia 06/05/09 foi realizada diligência para a instrução do processo nº 08.662.006.770/08-40, conforme Relatório NUIAI nº 07/09.

d) Na data de 07/05/09 foi realizada diligência para a instrução do processo nº 08.662.006.770/08-40, conforme Relatório nº 08/09.

e) Em 08/05/09 foi realizada nova diligência para a instrução do processo nº 08.662.006.770/08-40, conforme Relatório nº 09/09.

f) De 11 e 12/06/09, uma equipe participou do Acompanhamento Correicional da Operação *Corpus Christi* 2009, nas rodovias federais no Estado de Goiás, realizando durante os deslocamentos policiamento de natureza ostensiva visando maior segurança aos usuários e prevenção de acidentes. Nesta atividade foram preenchidos 07 (sete) relatórios Correicionais, conforme Relatório NUIAI nº 10/09.

g) No dia 08/05/09 foi realizada diligência pelo NUIAI para verificação de supostas irregularidades funcionais, conforme Relatório nº 11/09.

h) Entre os dias 25/06/09 e 01/07/09, foram realizadas diligências para verificação de supostas irregularidades funcionais, conforme Relatório nº 14/09.

i) Em 14/07/09 foi visitado o Posto PRF de Morrinhos, sendo preenchido 01 (um) relatório correicional. Este trabalho foi desenvolvido durante as atividades da Operação Comboio (OS nº 36/09 SPF), conforme Relatório NUIAI nº 15/09.

j) Entre os dias 10 e 20/09/09, um servidor do NUIAI, cumpriu a Ordem de Missão nº 045/09 CG/DPRF.

l) No dia 17/09/09 foi realizadas atividades para a instrução de PAD, conforme Relatório NUIAI nº 20/09.

m) Entre os dias 17 e 18/09/09, foram realizadas diligências para a verificação de supostas irregularidades funcionais, conforme Relatório NUIAI nº 21/09.

n) De 22/09/09 e 23/10/09, o Chefe do NUIAI, cumpriu as Ordens de Missão nº 049 e 053/09 CG/DPRF.

o) No período de 03/11/09 e 27/11/09, o Chefe do NUIAI, cumpriu a Ordem de Missão nº 057/09 CG/DPRF.

p) Entre os dias 29/11/09 e 06/12/09, o Chefe do NUIAI participou do Encontro de Corregedoria e Assuntos Internos do DPRF.

Devido ao baixo número de servidores lotados no NUIAI (apenas 02 policiais após o mês de julho 09), excesso de serviço e principalmente o contingenciamento financeiro, foram realizados apenas 03 (três) Acompanhamentos Gerenciais de Serviço pelo NUIAI no ano de 2009, não sendo possível cumprir o planejamento de se realizar 30 (trinta) visitas aos postos PRF no Estado, não sendo alcançadas as metas.

Além de suas atividades regimentais, os servidores do Núcleo de Assuntos Internos durante o ano de 2009 auxiliaram a Seção de Policiamento e Fiscalização – SPF, o Núcleo de Operações Especiais – NOE e outros órgãos na execução de suas atividades, conforme síntese a seguir:

I) Entre os dias 04 e 05/03/09, realizaram o controle do deslocamento do comboio de ônibus dos torcedores do Corinthians para o jogo da Copa do Brasil no trecho da 3ª Delegacia, em cumprimento a Ordem de Missão nº 05/09 NOE, conforme Relatório NUIAI nº 04/09.

II) Nos dias 17 e 18/04/09, participaram de ações de policiamento no trecho da 2ª Delegacia, em cumprimento a Ordem de Serviço nº 011/09 SPF, sendo extraídos 09 (nove) Autos de Infração, 02 (dois) DNRC e 01 (um) RRC, conforme Relatório NUIAI nº 05/09.

III) No período de 30/04/09 a 01/05/09 (feriado do Dia do Trabalho), implementamos reforço de fiscalização e policiamento de trânsito, no trecho da 1ª Delegacia, sendo extraídos 08 (oito) autos de infração e, foram prestados 02 (dois) auxílios a usuários, conforme Relatório NUIAI nº 06/09.

IV) Nos dias 19 e 20/06/09, prestamos apoio operacional ao NOE no combate a assaltos de ônibus na região sudoeste do estado, sendo que durante o deslocamento foram extraídos 04 (quatro) autos de infrações e atendido um acidente de trânsito, conforme Relatório NUIAI nº 12/09.

V) Entre os dias 29 e 30/06/09, prestamos apoio a SPF no combate ao transporte de produtos veterinários falsificados, em atendimento a Ordem de Serviço nº 032/09 SPF, sendo extraídos 03 (três) autos de infrações, conforme Relatório NUIAI nº 13/09.

VI) No período de 30/07/09 a 03/08/09, participamos da Operação Conexão II, atuando conjuntamente com o Núcleo de Repressão ao Contrabando e Descaminho da Receita Federal do Brasil em Goiânia. Durante as atividades foram fiscalizados 39 (trinta e nove) veículos, sendo constatados irregularidades em 03 (três), gerando 03 (três) BOP. Foram extraídos ainda, 26 (vinte e seis) autos de infrações, tudo registrado no Relatório NUIAI nº 16/09.

VII) Nos dias 24 a 26/07/09, apoiamos a Operação Vale do Araguaia II, em atendimento a Ordem de Missão nº 027/08 NOE, implementando reforço de policiamento e fiscalização em trecho da 7ª Delegacia durante o final das férias de julho. Durante os trabalhos

foram extraídos 07 (sete) autos de infração, conforme Relatório NUAI nº 17/09.

VIII) Nos dias 04 e 05/08/09 foi auxiliado o NOE no reforço de policiamento no trecho da 4ª Delegacia devido ao show da dupla sertaneja Bruno e Marrone na cidade de Rio Verde/GO.

IX) Entre os dias 15 a 17/08/09, prestamos apoio a SPF em atendimento a Ordem de Missão nº 042/09 SPF, realizando atividades de policiamento e fiscalização no trecho da 7ª Delegacia durante a Operação Muquém. Neste trabalho foi recuperado uma motocicleta com comunicação de roubo após seu condutor evadir da fiscalização, conforme Relatório NUAI nº 18/09.

X) No período de 17/08/09 a 05/09/09, participamos de uma operação em conjunto com o Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego na região norte do Estado de Goiás, realizando fiscalização em propriedades rurais para coibir o trabalho análogo a escravo. Nesta operação foram apreendidos e entregues ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público Estadual 03 (três) menores, presos 04 (quatro) pessoas foragidas da justiça, apreendida 01 (um) revolver utilizado em um homicídio, realizadas aproximadamente 400 (quatrocentas) consultas no sistema INFOSEG, extraídos 10 (dez) autos de infração, 01 (um) DNRC e 04 (quatro) BOP, fatos registrados no Relatório NUAI nº 19/09.

XI) Nos dias 14 a 19/12/09 participamos de operação na região da 2ª Delegacia visando o aumento da segurança, policiamento e fiscalização na região devido o final de ano, conforme Ordem de Serviço nº 065/09 SPF. Durante os trabalhos foram extraídos 28 (vinte e oito) autos de infrações, 02 (dois) RRC, 02 (dois) DNRC, 02 (dois) DRV, prestados 05 (cinco) auxílios a usuários, apreendidas 570 (quinhentas e setenta) calças sem Nota Fiscal e com suspeita de falsificação, recuperado 01 (um) carro roubado e preso 01 (assaltante), conforme Relatório NUAI nº 22/09.

XII) Entre os dias 21 a 24/12/09, implementamos reforço de policiamento e fiscalização no trecho da 2ª Delegacia, em atendimento a Ordem de Serviço nº 065/09 SPF. Neste trabalho foram extraídos 10 (dez) autos de infrações, 02 (dois) DNRC, 02 (dois) RRC, 01 (um) DRV, prestado 01 (um) auxílio a usuário e, auxiliado no atendimento e sinalização de um acidente de trânsito no trecho da 1ª Delegacia, conforme Relatório NUAI nº 23/09.

No ano de 2008 foi solicitado através do Memorando nº 038/08 NUAI a aquisição de materiais necessários para o melhor andamento dos trabalhos por parte do núcleo, porém não foi adquirido nenhum dos itens solicitados e o pedido encontra-se no NUPAT.

Neste ano, foi repassado pela DFAI alguns materiais para este núcleo, dentre eles destacamos 01 (um) GPS, 01 (um) *fac simillle* e 01 (uma) impressora multifuncional, porém, destacamos a necessidade de aquisição dos materiais relacionados no Memorando nº 038/08 NUAI.

Durante o ano de 2009 foram extraídos durante as atividades envolvendo servidores do NUAI os seguintes documentos:

DOCUMENTOS	QUANTIDADE
Relatório de Atividades do NUAI	23

Memorando Expedido	42
Ofício Expedido	0
Auto de Infração e Notificação da Autuação da PRF	127
Auto de Infração e Notificação da Autuação da ANTT	0
Documento de Retenção/Remoção de Veículo - DRV	3
Documento de Notificação e Recolhimento de CNH – DNRC	9
Recibo de Recolhimento de CRV/CRLV – RRC	5
DCAVE	0
Boletim de Ocorrências Policiais – BOP	9
Participação em apreensão de mercadorias irregulares	4
Prisão/Detenção de pessoas	6
Apreensão de menores	3
Auxílio a Usuários	8
Atendimento de acidente de trânsito	1

2.1.16. SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

As atribuições da Seção de Recursos Humanos foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 89, conforme segue:

“Art. 89. À Seção de Recursos Humanos compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e

II - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde:

a) concessão de plano de saúde;

b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;

c) Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável - PROSSERV;

d) apoio de saúde institucional;

e) higiene e saúde no trabalho;

f) perícias;

g) doenças do trabalho;

h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;

i) medicina do trabalho;

j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;

l) juntas médicas regionais.

III - prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;

IV - auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

V - realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

VI - realizar ou acompanhar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;

VII - propor aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas; e

VIII - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II.”

A Seção de Recursos Humanos da 1ª SRPRF/GO programa, coordena e executa todas as atividades da área de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal. Planeja, coordena, orienta e executa algumas atividades de saúde importantes para o Órgão, bem como a prestação de assistência social aos servidores, com dedicação especial aos portadores de dependência química.

A Seção de Recursos Humanos pautou pela regularidade e movimentação da máquina administrativa relativa a processos e petições dos servidores desta Regional, tendo alcançado os objetivos primordiais, qual sejam prestar a devida assistência aos servidores e demais cidadãos que procuram esta Seção.

Ressaltamos que esta Seção sofreu com a falta de efetivo de servidores com especialização na Área de Recursos Humanos, que desde tempos idos aguarda a realização do concurso da área administrativa, que suprirá as deficiências aqui apresentadas.

Apontamos que foram mantidas as condições relativas ao espaço físico, bem como de material permanente e de expediente. Não obstante, todos os esforços foram empenhados visando cumprir as atribuições delegadas pelo Regimento Interno, almejando a transparência e eficiência, podendo assim melhor servir a todos servidores desta unidade, dentre as quais destacamos:

- a) Controle e acompanhamento da folha de pagamentos efetuado pelo Ministério do Planejamento;
- b) Lotação dos Servidores;
- c) Pagamentos diversos - auxílio transporte, natalidade, pré-escolar, pensão alimentícia;
- d) Descontos diversos - consignatárias, reposição ao erário, faltas;
- e) Lançamentos de ocorrências constantes nas frequências;
- f) Lançamento das férias;
- g) Lançamentos de aposentadorias e pensões;
- h) Lançamento de dependentes;
- i) Lançamento de elogios e penalidades; e
- j) Lançamento de licença prêmio.

Eis alguns trabalhos diversos executados pela Seção:

- a) Elaboração de 337 (trezentos e trinta e sete) Memorandos; e
- b) Elaboração de 295 (duzentos e noventa e cinco) despachos interlocutórios.

QUADRO DE RECURSOS HUMANOS

QUANTITATIVO DE SERVIDORES				
POR CARGO	ANO			Varição em percentual (%) 2008/2009
	2007	2008	2009	
POLICAL RODOVIÁRIO FEDERAL	374	384	356	-7,29%
SERVIDORES ADMINISTRATIVOS	20	20	19	-5,00%
TERCEIRIZADOS	61	99	99	0,00%
<i>RECEPCIONISTAS</i>	3	3	3	0,00%
<i>TELEFONISTAS</i>	2	2	2	0,00%
<i>COPEIRA</i>	1	1	1	0,00%
<i>SERVENTES DE LIMPEZA</i>	26	26	26	0,00%
<i>ENCARREGADO DE LIMPEZA</i>	1	1	1	0,00%
<i>VIGILANTES ARMADOS</i>	18	24	24	0,00%
<i>ESTAGIÁRIOS</i>	10	42	42	0,00%

MODALIDADES DE PROVIMENTO EM:	2007	2008	2009
NOMEAÇÃO	00	02	00
PROMOÇÃO	00	00	00
READAPTAÇÃO	00	00	00
REVERSÃO	01	00	01
APROVEITAMENTO	00	00	00
REINTEGRAÇÃO	00	01	01
RECONDUÇÃO	00	00	00
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA	00	00	00
REMOÇÃO EXTERNA	04	07	04

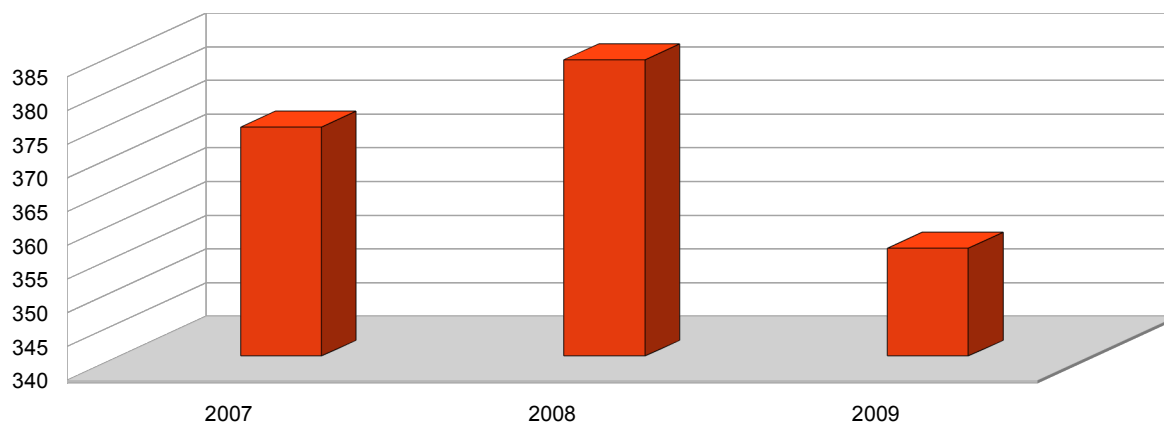
MODALIDADE DESLIGAMENTO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS 1ª SPRF EM:	2007	2008	2009
REMOÇÃO EXTERNA	10	09	03
APOSENTADORIA	10	09	07
EXONERAÇÃO/DEMISSÃO	03	00	04
VACÂNCIA	00	02	00
FALECIMENTO	00	00	00

QUANTITATIVO DE VAGAS DE FUNÇÃO COMISSIONADA	2007	2008	2009
DAS 101.3	01	01	01
FGR - 001	04	04	04
FGR - 002	07	07	07
FGR - 003	21	21	21

OCUPANTES DE FUNÇÃO COMISSIONADA	2007	2008	2009
DAS 101.3	01	01	01
FGR - 001	04	04	04
FGR - 002	07	07	07
FGR - 003	21	21	20

Fonte: Seção de Recursos Humanos

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DE POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS



OBJETIVOS	REALIZAÇÕES
1. Aumentar o quadro de policiais rodoviários federais no Estado de Goiás.	Não alcançada.
2. Implementar e acompanhar o Projeto Servidor Saudável, Escolha Racional e Viável – PROSSERV.	Alcançado com sucesso.
3. Busca pela melhoria dos espaços físicos destinados ao bom desempenho das atividades inerentes à Seção de Recursos Humanos.	Não alcançada.
4. Manter junto ao CIEE – CENTRO DE INTREGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA a intermediação para fornecimento de mão-de-obra de nível Médio e Superior como estratégia de inserção social do jovem estudante ao primeiro emprego.	Alcançado com sucesso.

2.1.17. NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

As atribuições do Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 90, conforme segue:

“Art. 90. Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;

II - auxiliar na realização de concursos públicos e outros processos seletivos, cursos e estágios;

III - realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal;

IV - analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;

V - planejar e executar as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA;

VI - instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;

VII - executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da GDATA;

VIII - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como elaborar diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos da Superintendência;

IX - instruir processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações jurídico-legais necessárias à defesa da União; e

X - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.”

O Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal da 1ª SRPRF/GO orienta, controla e executa as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propondo planos e programas de aperfeiçoamento e atividades referentes ao ensino e profissionalização.

Os objetivos do Núcleo para o exercício de 2009 foram os seguintes:

OBJETIVOS	REALIZAÇÕES
1. Propor os cursos de capacitação necessários à boa execução das rotinas diárias da sede da 1ª SRPRF/GO e das Delegacias Regionais.	Objetivo Alcançado.
2. Realização de parcerias com outros órgãos de segurança pública na aplicação e execução de cursos de capacitação de policiais que atuam diretamente na área operacional.	Objetivo não alcançado.
3. Aumentar o número de servidores que se submeteram à capacitação, independente de qual modalidade de evento.	Objetivo não alcançado.

O núcleo auxilia ainda na realização de concursos públicos, processos seletivos, cursos e estágios. Através da Consultoria Interna de capacitação, organiza, seleciona conforme a área de atuação, recruta e aloca da melhor forma os servidores que passarão por cursos de

reciclagem, capacitação, etc.

As ações do núcleo também são voltadas à análise de processos e emissão de pareceres afetas à legislação de pessoal, bem como o controle dos processos de avaliação de estágio probatório e pagamento de estagiários, conforme competência descrita no Regimento Interno do DPRF/MJ.

O núcleo manifesta em diversas modalidades de procedimentos, tais como:

- a) Averbação de Tempo de serviço;
- b) Horário Especial de Trabalho;
- c) Remoções;
- d) Isenção de Imposto de Renda
- e) Inclusão de Dependentes;
- f) Vacância/Exoneração;
- g) Licenças para participação em curso de formação PRF;
- h) Função gratificada referente a exercícios anteriores, etc..

E ainda elaborou em 2009:

- a) 151 (cento e cinquenta e uma) Notas Técnicas; e
- b) 32 (trinta e dois) despachos interlocutórios.

Algo que é fundamental para que os trabalhos sejam desenvolvidos a contento é a participação das áreas envolvidas, a fim de que seja gerado um círculo virtuoso, em que à medida que o profissional esteja melhor preparado para atender às demandas sociais da Instituição, seja uma forma de influenciar positivamente aos outros servidores, e assim gerar conhecimento, habilidades e atitudes a serviço da sociedade brasileira. A participação dos servidores com cargo de chefia é de suma importância nesse momento, pois também é fator motivador à participação dos subordinados em todos os níveis, o que nem sempre foi visualizado nas ações de capacitação oferecidas ao público interno, sejam policiais ou mesmos servidores administrativos.

Especificamente no ano de 2009 os recursos recebidos para área de capacitação de servidores foram escassos e tiveram que ser alocados de forma bastante objetiva para cursos que abrangeram um universo pequeno da instituição, como o de formação de motociclistas, num total de 13 (treze) policiais formados.

Somente no fim do ano, em decorrência da implantação de norma que entrava em vigência em 01 de janeiro de 2010, houve uma capacitação da maioria dos policiais da área operacional, como a atualização em Telemática e atendimento de ocorrências de acidentes, no preenchimento do BR-Brasil, em que tivemos a participação de 355 (trezentos e cinquenta e cinco) policiais em todas as Delegacias Regionais e alguns da Sede da Superintendência.

CURSO	LOCAL	PARTICIPANTES
Curso Formação de Motociclistas Policiais e Uso de Equipamentos menos letais.	1ª Delegacia - Goiânia	13
Curso de Atualização Policial – Módulo IV (Telemática)	1ª SRPRF/GO	355

TOTAL	368
--------------	------------

2.1.18. NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

As atribuições do Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 91, conforme segue:

“Art. 91. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:

I - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;

II - auxiliar o Chefe do Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;

III - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;

IV - cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

V - controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;

VI - prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;

VII - adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;

VIII - controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;

IX - controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;

X - instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-offício, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;

XI - analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;

XII - promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;

XIII - fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;

XIV - acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;

XV - calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;

XVI - elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, alimentação, transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;

XVII - adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;

XVIII - planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde:

a) acompanhamento da concessão de plano de saúde;

b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;

c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável - PROSSERV;

- d) apoio de saúde institucional;
- e) higiene e saúde no trabalho;
- f) perícias de saúde;
- g) doenças do trabalho;
- h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;
- i) atividades de medicina do trabalho;
- j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;
- l) Junta médica nacional;
- m) juntas médicas regionais;
- n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;
- o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas;
- p) auxiliar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde;
- q) proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde;
- r) representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no Inciso XXV.

XIX - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.”

As ações deste Núcleo foram voltadas ao lançamento e processamento da folha de pagamento dos servidores desta Regional, bem como a instrução e análise de processos conforme competência descrita no Regimento Interno do DPRF/MJ.

O núcleo se manifesta em procedimentos de diversas naturezas, tais como:

- a) Licença prêmio;
- b) Pensão vitalícia/temporária;
- c) Remoções;
- d) Pensão alimentícia;
- e) Vacâncias
- f) Licenças para participação em curso de formação PRF;
- g) Função gratificada, etc...

Eis ainda alguns trabalhos desenvolvidos pelo núcleo:

- a) Elaboração de 15 (quinze) memorandos;
- b) Frequência;
- c) Atendimento aos Servidores ativos, aposentados e pensionistas;
- d) Confecção de 45 (quarenta e cinco) declarações;
- e) Movimentação de processos no sistema de protocolo;
- f) Lançamento dos Servidores no Sistema SRH;
- g) Controle e expedição de Identidades Funcionais;
- h) Progressão Funcional;
- i) Acompanhamento aos diversos planos de saúde;

- j) Controle de licenças médicas;
- k) Controle de férias; e
- l) Elaboração de 52 (cinquenta e dois) despachos interlocutórios.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A estratégia de atuação da 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL consiste no estabelecimento de objetivos a serem alcançados, os quais foram assim definidos para 2009: **DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE ACIDENTES REGISTRADOS, DE FERIDOS GRAVES/LEVES E DE MORTOS; REFORÇAR AS AÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE; E MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA DAS UNIDADES OPERACIONAIS, BEM COMO DE SEU APARELHAMENTO OPERACIONAL (ARMAMENTO, PARQUE DE INFORMÁTICA, RÁDIO-COMUNICAÇÃO, VIATURAS, CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL, ETC.**

2.2.1. DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE ACIDENTES REGISTRADOS, DE FERIDOS GRAVES/LEVES E DE MORTOS

Procuramos adotar as seguintes estratégias:

Estratégia 1 – Utilização do Cartão Programa para fiscalização de pontos críticos

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Utilizou-se para isso o expediente do Cartão Programa, que é um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer onda, em horários específicos.

O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através do banco de dados da PRF, o Datatran, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, de sorte que programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto no decorrer da semana.

Entretanto, as limitações de efetivo, o grande número de acidentes e mortes em áreas urbanas, bem como a falta de manutenção/aferição nos equipamentos de controle de velocidade instalados pelo DNIT, motivo pelo qual diversos deles ficaram temporariamente desativados, impactam negativamente na obtenção de melhores resultados durante 2009.

Estratégia 2 – Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes e Medidores de Tráfego

A utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em rodovias duplicadas. Nesse tipo de rodovia, existe maior

propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como consequência, acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e consequente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos. Em 2009 houve incremento na efetiva utilização desses equipamentos.

A utilização de contadores volumétricos de veículos visa verificar quais rodovias são mais movimentadas, bem assim em quais períodos, a fim de se planejar a melhor alocação de recursos humanos e materiais para fiscalização.

2.2.2. REFORÇAR AS AÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE

Procuramos adotar as seguintes estratégias:

Estratégia 1 – Capacitação dos policiais rodoviários federais nas ações de combate à criminalidade

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, o que lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2009 foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o Programa de Atualização Policial, que contemplou no exercício o Módulo IV.

2.2.3. MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA DAS UNIDADES OPERACIONAIS, BEM COMO DE SEU APARELHAMENTO OPERACIONAL (ARMAMENTO, PARQUE DE INFORMÁTICA, RÁDIO-COMUNICAÇÃO, VIATURAS, CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL, ETC)

Procuramos adotar as seguintes estratégias:

Estratégia 1 – Reformar e adequar a sede da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, visando promover o acréscimo de novas salas para que os servidores possam desempenhar melhor suas atividades de rotina. Reformar, ampliar e adequar a sede da 5ª Delegacia PRF de Jataí/GO. Construção de 03 (três) poços artesianos profundos nos postos PRF's de Jaraguá, Itumbiara e Jataí, reformar e adequar a sede da 1ª Delegacia PRF de Goiânia/GO. Construir garagens cobertas no estacionamento da sede da 1ª SRPRF/GO e a grade frontal ao acesso principal.

De todas as estratégias acima adotadas, apenas a reforma da sede da 1ª Delegacia PRF de Goiânia e a construção das garagens cobertas e as grades de proteção na sede da 1ª SRPRF/GO ficaram para serem executadas no exercício de 2010 em função das restrições orçamentárias.

As melhorias nas instalações físicas dos postos, delegacias e superintendência proporcionam uma qualidade de vida no ambiente organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

Estratégia 2 – Substituição de viaturas antieconômicas, irrecuperáveis e obsoletas

As viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, devido ao intenso uso é necessária a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, bem como de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante a execução das atividades inerentes ao cumprimento da missão institucional.

Em média, no exercício de 2009, contamos com aproximadamente 130 (cento e trinta) viaturas em funcionamento na 1ª SRPRF/GO, o ideal seria a substituição de pelo menos 25% da frota por ano.

A realização de leilões anuais de viaturas antieconômicas, irrecuperáveis ou obsoletas é uma forma de desfazimento legal, cuja contrapartida os recursos arrecadados podem ser utilizados na aquisição de veículos novos.

Estratégia 3 – Melhoria dos Sistemas Corporativos da 1ª SR/DPRF/MJ

A melhoria dos sistemas corporativos é estratégica, uma vez que aumenta o potencial de fiscalização da instituição, de sorte que se faz necessário maior investimento para o processamento das imagens captadas na utilização de radares fotográficos em locais críticos, bem assim para a fiscalização e autuação pelos computadores de mão (Palm Top – EDA).

2.3. PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo:

0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS, 1386 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL E 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO, seguem discriminados da seguinte forma:

2.3.1. PROGRAMA 1386 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira –CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

2.3.2. Principais Ações do Programa

2.3.2.1. Ação: 8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS Insp Wilton de Albuquerque Melo JR

As principais ações nesta ação dizem respeito à reforma de bases operacionais que compõem a estrutura da 1ª Sup de Polícia Rodoviária Federal, conforme descrição abaixo:

Conta Corrente Original	Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Restos a Pagar Sem folha	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2008NE900504	339039	05496394000134	PRESTACIONAL CONSTRU	236.464,98			
2009NE900524	339039	08944122000148	J F ENGENHARIA LTDA				298.586,13
2009NE90052405	339039	08944122000148	J F ENGENHARIA LTDA		298.586,13		

A sede da 1ª Sup de Polícia Rodoviária Federal em Goiás necessitava de urgentes serviços com reformas e adequações de seus espaços físicos, visando propiciar a criação de novas salas pra ocupação de servidores no desempenho de suas funções, tendo em vista o pequeno espaço físico atual que acolhia a todos os servidores.

Neste sentido, foram feitos levantamentos que culminaram com a deflagração do Pregão Eletrônico nº 007/2008, que redundou na celebração do Contrato nº 011/2008 firmado

perante a empresa Prestacional Construtora Ltda.

As reformas e adequações foram executadas adequadamente no decorrer do exercício de 2009, sendo cumprido o prazo de execução.

META	Previsão	Execução	Execução (%)
Financeira	R\$ 236.464,98	R\$ 236.464,98	100,00%

Ainda como projeto determinado pelo próprio DPRF/MJ, embora com grandes atrasos na sua execução, devido à falta de mão-de-obra qualificada no quadro administrativo da 1ª SRPRF/GO, foi deflagrada a Tomada de Preços nº 001/2009, visando a contratação de uma empresa especializada na área de arquitetura ou engenharia para elaboração de relatório técnico das condições de Infra - Estrutura – “As Built” e de Projetos Básicos e complementares para reforma e ampliação das Unidades Operacionais da 1ª SRPRF/GO.

O objetivo dos levantamentos das condições de infraestrutura e elaboração de projetos principais básicos e executivos necessários para reforma, manutenção e/ou ampliação, bem com projetos complementares das instalações elétricas, do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), das instalações hidro-sanitárias, do sistema de voz, dados, vídeo e telefonia, projeto estrutural, memorial descritivo, caderno de encargos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro para adequação de ambientes utilizados no desenvolvimento das atividades operacionais da 1ª SPRF/GO, visando equipá-los de infra-estrutura mínima de funcionamento e atendimento aos policiais rodoviários federais e aos usuários das rodovias federais no Estado de Goiás, de acordo com as especificações técnicas e detalhamentos consignados neste Projeto e seus anexos.

Os serviços técnicos especializados compreenderam a elaboração de Projetos de edificações, com a finalidade de obter conjunto de projetos atualizados da atual situação das Unidades Operacionais da 1ª SRPRF/GO, para subsidiar a elaboração de projetos básicos e executivos necessários para futuras intervenções, visando oferecer infra-estrutura mínima às edificações para atendimento aos policiais e usuários das rodovias federais, bem como a estimativa real dos recursos necessários para suas reformas e ampliações.

Esta demanda tem por base a ausência de infra-estrutura mínima em algumas Unidades Operacionais da PRF, a ausência de padronização visual para identificá-los e até mesmo a discrepância de infra-estrutura entre as Unidades Operacionais da PRF no Estado de Goiás.

Foi contratada a empresa J F Engenharia Ltda, em decorrência de procedimento licitatório concluso e empenhada a despesa somente no final do mês de dezembro de 2009, motivo pelo qual não houve nenhuma execução dentro do exercício de 2009.

META	Previsão	Execução	Execução (%)
Financeira	R\$ 298.586,13	-	0,00%

A seguir temos as principais informações sobre a ação:

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

O principal resultado da ação foi a contratação dos serviços técnicos especializados visando a elaboração de projetos de edificações, com a finalidade de obter conjunto de projetos atualizados da atual situação das Unidades Operacionais da 1ª SRPRF/GO, para subsidiar a elaboração de projetos básicos e executivos necessários para futuras intervenções, visando oferecer infra-estrutura mínima às edificações para atendimento aos policiais e usuários das rodovias federais. A descentralização de recursos para reforma das bases operacionais da UJ só ocorrerá depois de efetuados todos os levantamentos técnicos de engenharia das estruturas existentes.

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

Os principais problemas enfrentados na execução da ação foram as restrições orçamentárias que não permitiram ainda a contratação de uma empresa de engenharia visando a construção de garagens cobertas junto ao estacionamento interno da 1ª SRPRF/GO e uma grade de proteção frontal junto ao acesso principal da UJ visando proporcionar mais segurança na acessibilidade ao órgão.

c) CONTRATAÇÕES E PARCERIAS

Não mantemos nenhuma parceria, seja com a iniciativa privada ou mesmo pública. O resultado das ações é fruto de um trabalho interno e que apenas obedece às atribuições regimentais da área responsável na UJ no sentido de promover as reformas e adequações necessárias nas unidades operacionais.

d) TRANSFERÊNCIAS

Não houve ocorrências durante o exercício de 2009.

2.3.2.2. Ação: 1835 – Implantação de Sistemas de Tecnologia**da Informação****Dados Gerais**

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da Internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição, reforma, instalação e manutenção de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Manutenção e desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição de programas, computadores, servidores e acessórios para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas e das demais áreas. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver sistemas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF/MJ
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NÚCLEO DE TELEMÁTICA Inspetor Antônio Humberto Fernandes Frota

As principais ações nesta ação dizem respeito ao provimento do órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Para o bom desempenho da ação faz-se necessária a aquisição e instalação de torres de comunicação, adquirir, manter e ampliar a rede de dados e de telefonia fixa e móvel. Adquirir equipamentos de rádio comunicação, enfim, uma série de ações voltadas principalmente à sociedade. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da Internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal, conforme descrição abaixo:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Restos a Pagar Sem folha	RP não-Processados Cancelados	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2007NE900101	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	76535764000143	BRASIL TELECOM S/A		-3.096,91		
2008NE900627	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	08364691000114	INFORMATICA J & E LTDA .	1.849,95			
2009NE90020906	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	71923304000179	AGORA - SOLUCOES EM T			8.240,00	8.240,00
2009NE90023906	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	56131857000103	RONALDO T P FLORES ME			2.553,00	2.553,00
2009NE90024006	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01252610000145	RADNOR COMERCIO E SER			45.492,00	45.492,00
2009NE90025506	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	82901000000127	INTELBRAS SA IND DE TEL			12.210,00	12.210,00
2009NE90032706	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	66705674000108	DIGIVOICE TECNOLOGIA EI			3.000,00	3.000,00
2009NE90032806	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	66705674000108	DIGIVOICE TECNOLOGIA EI			2.025,00	2.025,00
2009NE90032906	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	66705674000108	DIGIVOICE TECNOLOGIA EI			9.642,60	9.642,60
2009NE90033006	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	66705674000108	DIGIVOICE TECNOLOGIA EI			1.351,90	1.351,90
2009NE90033135	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	02596872000190	CENTERDATA ANALISES C			2.450,00	2.450,00
2009NE900332	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	09381085000170	PEREIRA E AGUIAR COMEF				
2009NE90033230	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	09381085000170	PEREIRA E AGUIAR COMEF			670,00	
2009NE900426	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	81243735000148	POSITIVO INFORMATICA S.				
2009NE90042635	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	81243735000148	POSITIVO INFORMATICA S.			30.316,00	
2009NE900427	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	02213325000188	PLUGNET COMERCIO E REF				
2009NE90042735	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	02213325000188	PLUGNET COMERCIO E REF			13.850,00	

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de

prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, Superintendências e sede do Departamento.

Destaca-se em 2009 vários investimentos na área de sistemas de tecnologia da informação, dentre eles a aquisição de diversos equipamentos de informática, tais como, nobreak's, computadores, *notebooks*, telefone sem fio, telefones IP, equipamentos tipo VOIP, rádio VHF banda baixa, torre de comunicação, servidor de rede, entre outros, renovando o parque de sistemas de tecnologia da informação da Superintendências.

Esta renovação possibilita ao policial rodoviário federal, no exercício de suas atribuições, um melhor desempenho profissional, em um tempo menor de reação quando provocado, permitindo o acesso rápido e inteligente para consulta de dados de indivíduos, veículos, dados de pessoas e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico.

Destacamos os principais investimentos na área de sistemas e tecnologia da informação consoante dados a seguir:

Foram adquiridos 04 (quatro) rádios VHF – BG, onde a 1ª SRPRF/GO atuou como Órgão Participante do Pregão Eletrônico nº 010/2008, cujo Órgão Gerenciador foi a 4ª SRPRF/MG. Através da adesão ao Pregão Eletrônico nº 132/2008, deflagrado pela Universidade Federal de Alfenas/MG, onde foram adquiridos 37 (trinta e sete) aparelhos telefônicos sem fio, modelo TS10. O valor do dispêndio foi de R\$ 8.240,00 (Oito mil, duzentos e quarenta reais).

Visando melhorar as condições de comunicação via rádio do Posto PRF de Morrinhos, subordinado à 3ª Delegacia PRF, foi adquirida uma torre de comunicação completa, com sistema irradiante, com 36 m de altura. Tal aquisição foi oriunda de uma adesão ao Pregão Eletrônico nº 027/2008, deflagrado pela 10ª SRPRF/BA. O valor do dispêndio foi de R\$ 45.492,00 (Quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais).

Foram adquiridos 66 (sessenta) aparelhos telefone tipo VOIP ao custo total de R\$ 12.210,00 (Doze mil, duzentos e dez reais) para uso na sede da 1ª SRPRF/GO, 07 Delegacias e 15 (quinze) postos policiais ao longo das rodovias federais.

A 1ª SRPRF/GO ainda atuou como participante do Pregão Eletrônico nº 014/2009, deflagrado pelo DPRF/MJ, onde foram adquiridos da empresa Digivoice Tecnologia os seguintes equipamentos:

- a) 02 (duas) placas de telefonia digital E1 – SPAN, ao custo de R\$ 3.000,00;
- b) 01 (uma) placa de telefonia celular GSM com 03 módulos, ao custo de R\$ 2.025,00 (Dois mil e vinte e cinco reais);
- c) 66 (sessenta) telefones IP, ao custo de R\$ 9.642,60 (Nove mil, seiscentos e quarenta e dois reais, sessenta centavos);
- d) 11 (onze) adaptadores de telefone analógico (ATA), ao custo de R\$ 1.351,90 (Um mil, trezentos e cinquenta e um reais, noventa centavos).

Em decorrência do Pregão Eletrônico acima, foi adquirido da empresa Centerdata Análises de Sistemas e Serviços 01 (um) servidor IBM X3200, ao custo de R\$ 2.450,00 (Dois mil e

quatrocentos reais). De igual forma, da empresa Pereira e Aguiar Comércio foram adquiridos 02 (dois) No Breaks Micro 1400VA, Bi – volt, ao custo de R\$ 670,00 (Seiscentos e setenta reais).

De um Pregão deflagrado pelo DPRF/MJ atuamos como órgão participante na aquisição de 22 (vinte e dois) Microcomputadores Positivo POS – AT ao custo total de R\$ 30.316,00 (Trinta mil, trezentos e dezesseis reais). Do mesmo Pregão, foram adquiridos da empresa Plugnet Comércio e Representações Ltda 05 (cinco) Notebooks HP Intel Core 2, ao custo total de R\$ 13.850,00 (Treze mil, oitocentos e cinquenta reais).

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

O principal resultado da ação foi a aquisição de diversos equipamentos de informática, tais como, nobreak's, computadores, *notebooks*, telefone sem fio, telefones IP, equipamentos tipo VOIP, rádio VHF banda baixa, torre de comunicação, servidor de rede, entre outros, renovando o parque de sistemas de tecnologia da informação da Superintendências.

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

Os principais problemas enfrentados na execução da ação foram as restrições orçamentárias que não permitiram a aquisição de outros materiais necessários.

c) CONTRATAÇÕES E PARCERIAS

Não mantemos nenhuma parceria, seja com a iniciativa privada ou mesmo pública. O resultado das ações é fruto de um trabalho interno e que apenas obedece às atribuições regimentais da área responsável na UJ.

d) TRANSFERÊNCIAS

Não houve ocorrências durante o exercício de 2009.

2.3.2.3. Ação: 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento

Dados Gerais

Tipo		Projeto
Finalidade		Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição		Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF	
Unidades Executoras	DPRF e Unidades Regionais	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Patrimônio	
Coordenador da ação	nacional	HENRIQUE LIMA

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) pelo NUCLEO DE PATRIMONIO E MATERIAL Inspetor José Calixto Suares Bispo

A principal ação nesta ação diz respeito à aquisição de veículos para patrulhamento das rodovias federais goianas no combate ao crime e ao resgate de vítimas, conforme descrição abaixo:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Restos a Pagar Não-Proc a Liquidar	Restos a Pagar Sem folha	RP não-Processados Cancelados
2008NE900575	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	00913443000173	RENAULT DO BRASIL S.A		145.320,00	

Dado à responsabilidade institucional de polícia ostensiva, a viatura é o principal instrumento de trabalho da Polícia Rodoviária Federal. O serviço de ronda, executado por meio do patrulhamento ostensivo, é decisivo na prevenção de acidentes e redução da criminalidade, exigindo dos veículos um funcionamento diuturno. Devido a intensa utilização, estes bens apresentam um desgaste acentuado, resultando em uma vida útil aproximada de 4 (quatro) anos, consideradas as condições de segurança e viabilidade econômica frente aos custos de manutenção. Neste sentido, a proposta adequada é a substituição de 25% das viaturas a cada ano, para que em 4 anos todas as viaturas estejam como prazo de vida útil respeitado.

Os veículos adquiridos foram distribuídos com base em critérios objetivos, sem deixar, contudo, de ouvir a demanda Regional. Dentre os critérios, são considerados: a estrutura física e extensão da unidade, assim como dados operacionais acerca do número de crimes e acidentes.

Devido ao empenho da despesa ter ocorrido no dia 29/12/2008, a mesma foi inscrita em Restos a Pagar, sendo a despesa somente liquidada e paga no exercício de 2009, após o recebimento definitivo dos bens.

A aquisição de viaturas de uso policial através do Sistema de Registro de Preços decorre de uma política anual de renovação da frota, onde inicialmente os veículos inservíveis, irre recuperáveis ou antieconômicos são leiloados e os recursos são disponibilizados como contrapartida pra aquisição de veículos novos.

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

O principal resultado da ação foi o recebimento de 07 (sete) viaturas novas, sendo apenas 03 (três) Renault Megane SD Expression 2.0 e 04 (quatro) FIAT Palio, onde a UJ atuou como participante de um Pregão Eletrônico SRP cujo órgão gerenciador foi o DPRF/MJ em Brasília/DF, conforme descrição a seguir, sendo os três primeiros da lista pra uso nas atividades de policiamento ostensivo nas estradas e rodovias federais e os demais para uso administrativo das Delegacias Regionais e sede da 1ª SRPRF/GO.

VIATURAS NOVAS RECEBIDAS – 2009

Nº	PLACA	ANO	MARCA/MODELO
01	NKK-9944	2009/2009	MEGANE SD EXPR 2.0
02	NKL-5001	2009/2009	MEGANE SD EXPR 2.0
03	NKL-5111	2009/2009	MEGANE SD EXPR 2.0
04	NLL-5013	2009/2010	PALIO ELX FLEX
05	NLL-5023	2009/2010	PALIO FIRE ECONOMY
06	NLL-5033	2009/2010	PALIO ELX FLEX
07	NLL-5043	2009/2010	PALIO FIRE ECONOMY

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

Os principais problemas enfrentados na execução da ação foram as restrições orçamentárias que não permitiram a aquisição de mais viaturas, principalmente para uso operacional nas rodovias, prejudicando sobretudo as atividades de policiamento ostensivo devido aos postos policiais ainda não possuírem viaturas adequadas.

c) CONTRATAÇÕES E PARCERIAS

Não mantemos nenhuma parceria, seja com a iniciativa privada ou mesmo pública. O resultado das ações é fruto de um trabalho interno e que apenas obedece às atribuições regimentais da área responsável no DPRF/MJ, unidade orçamentária responsável pela aquisição de forma centralizada pra todas as Superintendências Regionais.

d) TRANSFERÊNCIAS

Não houve ocorrências durante o exercício de 2009.

2.3.2.4. Ação 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, atender novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas DPRF/MJ

Unidades executoras DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução Divisão de Planejamento e Projeto de Infra – Estrutura

Coordenador nacional da ação ROMMEL BRANDÃO

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS Inspetor Wilton de Albuquerque Melo Jr

No exercício de 2009 não foram contratadas nenhuma obra visando prover a estrutura organizacional da 1ª SRPRF/GO, mas apenas a conclusão de obras que se encontravam em andamento e que foram contratadas no final do exercício de 2008, quais sejam:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Restos a Pagar Sem folha	RP não-Processados Cancelados
2008NE900576	449051	OBRAS E INSTALACOES	02246013000170	MATHER CONSTRUTORA L	246.062,24	-0,02
2008NE900608	449051	OBRAS E INSTALACOES	37368750000120	CNM CONSTRUTORA NEIV.	123.958,89	

As obras que foram contratadas no final de 2008 e concluídas em 2009 foram a reforma e ampliação da sede da 5ª Delegacia PRF de Jataí, obra executada pela empresa Mather Construtora Ltda e a construção de 03 (três) postos artesianos profundos no posto PRF de Itumbiara, Jaraguá e Jataí, onde a empresa CNM – Construtora Neiva Moreira Ltda foi contratada para a execução das obras.

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

Apesar de não ter havido nenhuma contratação de obra ou serviço durante o exercício de 2009, não podemos deixar de destacar o resultado positivo na execução de 02 (duas) obras que foram empenhadas em dezembro de 2008, inscritas em Restos a Pagar e com 100% de sua execução ocorrida em 2009, senão vejamos:

- a1) Reforma, adequação e ampliação da sede da 5ª Delegacia PRF de Jataí;
- a2) Construção de 03 (três) postos artesianos profundos nos postos PRFs de Itumbiara, Jaraguá e Jataí.

META	Previsão	Execução	Execução em 2009 (%)
Financeira	R\$ 246.062,26	R\$ 246.062,26	100,00%

Financeira	R\$ 123.958,89	R\$ 123.958,89	100,00%
-------------------	----------------	----------------	---------

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

Os principais problemas enfrentados em 2009 foram as restrições orçamentárias que não permitiram a aquisição de mais viaturas, principalmente para uso operacional nas rodovias, onde há ainda enfrentamos uma certa carência.

c) CONTRATAÇÕES E PARCERIAS

Não mantemos nenhuma parceria, seja com a iniciativa privada ou mesmo pública. O resultado das ações é fruto de um trabalho interno e que apenas obedece às atribuições regimentais da área responsável no DPRF/MJ, unidade orçamentária responsável pela aquisição de forma centralizada pra todas as Superintendências Regionais.

d) TRANSFERÊNCIAS

Não houve ocorrências durante o exercício de 2009.

2.3.2.5. Ação 8698 – Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Manter e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicações e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas, etc.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras, manutenção da rede de dados e telefonia do órgão, manutenção dos sistemas, manutenção dos equipamentos de informática, suprimentos de informática, pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica, contratação de sistemas, manutenção dos equipamentos de informática, suprimentos de informática, pagamento de diárias e passagens, contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas, desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF/MJ
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação	NÚCLEO DE TELEMÁTICA Inspetor Antônio Humberto Fernandes Frota

nível local (quando for o caso)

Os principais objetivos da ação são os de manter e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicações e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação da 1ª SRPRF/GO a fim de proporcionar à sociedade o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas, etc.

A rede da 1ª SRPRF/GO é constituída de diversos serviços relevantes para a Segurança Pública, tais como:

INFOSEG

Sistema em que disponibiliza informações de Justiça e Segurança Pública através de uma rede privativa em âmbito nacional. O sistema é uma ferramenta amplamente utilizada pelos órgãos de Segurança Pública, pois integra nacionalmente as informações de indivíduos com mandados de prisão não cumpridos, processos e inquéritos criminais, dados sobre veículos, condutores, armas registradas ou apreendidas pelas Polícias Civis, Federais ou pela Justiça Criminal.

BR-Brasil

Ferramenta tecnológica com a finalidade de otimizar as ações de policiamento e fiscalização, bem como consolida o banco de dados de acidentes;

ALERTA

Auxílio no combate ao roubo/furto de veículos; e

Sistema de Multas

Visando garantir a efetiva imposição da penalidade, observando os prazos e rotinas previstas em lei, dentre outros. Todos estes dados somente são integrados e compartilhados por meio da rede da PRF, já que os Estados não os compartilham entre si, razão pela qual há necessidade de sua implantação.

A 1ª SRPRF/GO possui rede em 23 (vinte e três) pontos de acesso através da rede Frame – Relay, sendo que na sede são 87 (oitenta e sete) microcomputadores, nos postos 29 (vinte e nove) e 15 (quinze) nas Delegacias. A topologia de rede atualmente utilizada é a MPLS. Com essa topologia teremos a incorporação de pontos de alguns contratos regionais.

Tal sistema trouxe aumento dos *links* com redução de custo, bem como permitiu uma maior integração entre as redes devido à topologia *full-mesh* que será utilizada para o VOIP (voz sobre IP) e *hub-and-spoke* para dados.

Com relação especificamente à área de radio comunicação ainda não conseguimos formatar um Termo de Referência adequado e que permita deflagrarmos um procedimento licitatório visando a contratação dos serviços, mas que os trabalhos continuam. Os dispêndios durante o exercício tem sido poucos e estão sendo realizados através de Dispensa de Licitação.

Veja no quadro a seguir os principais dispêndios ocorridos em 2009:

Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Restos a Pagar Não-Proc a Liquidar	Restos a Pagar Sem folha	RP não- Processados Cancelados
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	76535764000143	BRASIL TELECOM S/A	1.522,01	2.492,84	
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	76535764032851	BRASIL TELECOM S/A	776,54	10.369,28	
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	76535764000143	BRASIL TELECOM S/A	1.339,13	2.094,26	
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	76535764032851	BRASIL TELECOM S/A			-15,65
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	76535764000143	BRASIL TELECOM S/A	9.081,74	24.256,09	
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	02449992008904	VIVO S.A.			-44,24
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	05423963000111	14 BRASIL TELECOM CELU	12.370,43		
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	02449992008904	VIVO S.A.		956,76	
339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	76535764000143	BRASIL TELECOM S/A			-119,26

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Restos a Pagar Não-Proc a Liquidar	Restos a Pagar Sem folha
2008NE900471	339030	MATERIAL DE CONSUMO	04996048000152	NAVIZO MATERIAIS ELETR		3.968,00
2008NE900571	339030	MATERIAL DE CONSUMO	03381787000177	TW INFORMATICA E SOLU		3.699,00
2008NE900572	339030	MATERIAL DE CONSUMO	05281737000143	DISELETRI DISTRIBUIDORA		95,00
2008NE900573	339030	MATERIAL DE CONSUMO	73824229000114	REDE INFORMATICA LTDA		100,00
2008NE900574	339030	MATERIAL DE CONSUMO	03389599000195	CELLSYSTEM LTDA		819,00
2008NE900587	339030	MATERIAL DE CONSUMO	03381787000177	TW INFORMATICA E SOLU		5.124,00
2008NE900588	339030	MATERIAL DE CONSUMO	03389599000195	CELLSYSTEM LTDA		1.961,98
2008NE900589	339030	MATERIAL DE CONSUMO	03866503000132	VANDERLEI MARQUES DE		6.760,00
2008NE900590	339030	MATERIAL DE CONSUMO	05281737000143	DISELETRI DISTRIBUIDORA		1.999,00
2008NE900591	339030	MATERIAL DE CONSUMO	08388614000102	RODRIGO RAMALHO DE S		2.350,00
2008NE900621	339030	MATERIAL DE CONSUMO	73824229000114	REDE INFORMATICA LTDA		228,00
2008NE900622	339030	MATERIAL DE CONSUMO	73824229000114	REDE INFORMATICA LTDA		1.023,00
2008NE900629	339030	MATERIAL DE CONSUMO	07587065000124	SUPER MICRO INFORMATI		1.749,00
2008NE900630	339030	MATERIAL DE CONSUMO	02596872000190	CENTERDATA ANALISES D		1.196,00

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Emp Liquidados a Pagar	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE90000197	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	02449992008904	VIVO S.A.	3.827,04		3.827,04	
2009NE9000002	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	76535764000143	BRASIL TELECOM S/A				95.642,40
2009NE90000297	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	76535764000143	BRASIL TELECOM S/A	359.992,72		264.350,32	
2009NE9000032	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	76535764000143	BRASIL TELECOM S/A				27.408,64
2009NE900003258	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	76535764000143	BRASIL TELECOM S/A	50.104,62		22.695,98	
2009NE9000033	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	76535764032851	BRASIL TELECOM S/A				23.357,82
2009NE900003358	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	76535764032851	BRASIL TELECOM S/A	116.841,01		93.483,19	
2009NE9000038	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	76535764000143	BRASIL TELECOM S/A				2.180,19
2009NE900003858	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	76535764000143	BRASIL TELECOM S/A	20.712,64		18.532,45	
Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Emp Liquidados a Pagar	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE9000084	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	05423963000111	14 BRASIL TELECOM CELU				14.160,75
2009NE900008458	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	05423963000111	14 BRASIL TELECOM CELU	44.543,47		30.382,72	
2009NE900186	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	02449992008904	VIVO S.A.				2.163,27
2009NE90018658	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	02449992008904	VIVO S.A.	8.880,52		6.717,25	
2009NE9000355	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	00196986000117	SAULO JOSE DE SOUZA M				250,00
2009NE900035556	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	00196986000117	SAULO JOSE DE SOUZA M	250,00			
2009NE9000523	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	00196986000117	SAULO JOSE DE SOUZA M				250,00
2009NE900052397	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	00196986000117	SAULO JOSE DE SOUZA M	250,00			

Durante o exercício de 2009, os principais dispêndios com telecomunicações e informática foram os seguintes:

TELEFONIA MÓVEL – TRANSFERÊNCIA DE DADOS:

Através do Contrato nº 005/2008, firmado perante a empresa Vivo S.A.

O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação dos Serviços de Transferência de Dados, através do Serviço de Móvel Pessoal – SMP.

COMUNICAÇÃO DE DADOS – CIRCUITOS VIRTUAIS PERMANENTES – MPLS

Através do Contrato nº 018/2004, firmado perante a empresa Brasil Telecom S.A.

O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica do ramo especializada em prestação de serviço de Comunicação de Dados, para a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/GO

TELEFONIA FIXA LONGA DISTÂNCIA NACIONAL - LDN

Através do Contrato nº 013/2005, firmado perante a empresa Brasil Telecom S.A.

Contratação de empresa concessionária prestadora de SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO – STFC na modalidade Longa Distância Nacional - LDN com origem em terminais fixos ou móveis do Serviço Móvel Pessoal - SMP utilizados pela 1ª SRPRF/GO, cujo destino destas chamadas sejam outros terminais do STFC ou do SMP localizados nas Regiões I, II e III. Conforme descrito no presente Edital e em seus anexos.

TELEFONIA FIXA COMUTADA - LOCAL

Através do Contrato nº 002/2005, firmado perante a empresa Brasil Telecom S.A.

O presente contrato tem por objeto a prestação pela CONTRATADA do serviço denominado PABX VIRTUAL NET, conforme a configuração solicitada pelo CONTRATANTE.

Compreende-se como serviço de PABX Virtual NET, o conjunto de serviços fornecidos pela CONTRATADA, viabilizados por meio de servidores PABX (IP Centrex) na camada de aplicação da Rede IP, utilizando uma estrutura NGN (Next Generation Network), na área de concessão da Brasil Telecom S/A, agregando ramais distribuídos em diferentes centrais e localidades com as facilidades existentes em um PABX tradicional, possibilitando a conexão de voz entre usuários em diversos sites (endereços diferentes) através das modalidades SRTT e STFC.

RASTREAMENTO, CAPTAÇÃO E MONITORAMENTO TELEFÔNICO

Através do Contrato nº 011/2006, firmado perante a empresa Brasil Telecom S.A.

A contratação de empresa detentora do Contrato de Concessão ou Termo de Autorização do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), destinado ao uso do público em geral, prestado em regime público ou em regime privado, respectivamente, na modalidade Local, exclusivamente para atender as ligações originadas nos acessos telefônicos da 1ª SR/DPRF/GO, e para acesso a Internet.

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC): Local, incluindo o serviço DDR (Discagem Direta a Ramal) composto por 200 ramais e 02 (dois) entroncamentos no padrão E1 contendo cada um 30 (trinta) canais bidirecionais, redundantes, e que suporte telefonia analógica (no mínimo 50 pares), cujo destino das chamadas seja outros terminais do STFC e do SMP (Sistema

de telefonia Móvel Pessoal) localizados na área cujo código é 62, conforme definição contida no Plano Geral de Outorgas da Anatel.

Serviço de Acesso a Internet: com taxa de recepção de dados a 400Kbps e taxa mínima de transmissão de dados a 200kbps.

TELEFONIA CELULAR - SMP

Através do Contrato nº 007/2008, firmado perante a empresa 14 Brasil Telecom Celular S.A.

O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica prestadora do Serviço Móvel Pessoal - SMP, serviço de telecomunicação móvel terrestre, na modalidade local, *Roaming* nacional, tipo pós-pago, modo digital, distribuídos nos municípios constantes do ANEXO II e área de cobertura para os municípios listados no ANEXO III, em conformidade com o Plano Geral de Autorizações da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, compreendendo 36 (trinta e seis) acessos, de acordo com as especificações e condições constantes do Edital e seus anexos.

INTERNET – BANDA LARGA – POSTO PRF DE JUSSARA/GO

Através do Contrato nº 002/2009, firmado perante a empresa Saulo José de Souza – ME – Tele Vídeo.

Contratação de serviços de telecomunicações, utilizando sistema de transmissão via Rádio ponto-a-ponto, com frequência de 5.8 GHZ com capacidade para prover serviço de Internet Banda Larga para o Posto de Polícia Rodoviária Federal, localizado na BR-070 km 334 no município de Santa Fé/GO, denominado Posto de Jussara, compreendendo o fornecimento de todo o equipamento (Comodato), instalação e manutenção dos mesmos e do circuito que compõe a rede.

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados com as contratações na área de Tecnologia da Informação foram a manutenção dos serviços contratados, tais como: telefonia móvel celular, telefonia fixa comutada local e a longa distância, serviço de transferência de dados via celular utilizando de *palm tops*, comunicação de dados através de circuitos virtuais permanentes, etc.

Um resultado específico e proveitoso foi também a contratação de serviços de acesso a Internet Banda Larga, para o posto PRF de Jussara/GO, subordinado à 4ª Delegacia PRF de Rio Verde, uma vez que os policiais desempenhavam suas funções sem nenhum acesso à tecnologia da informação, prejudicando sobretudo as atividades policiais rotineiras, tais como consulta a dados de pessoas e veículos, fichas criminais, etc.

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

Os principais problemas enfrentados em 2009 foram as restrições orçamentárias que não permitiram novas contratações e a não prorrogação do Contrato nº 011/2006 firmado perante a empresa Brasil Telecom S.A visando o rastreamento, captação e monitoramento telefônico, em função da ausência de dotação orçamentária suficientemente capaz de cobrir com os custos decorrentes da execução do contrato por mais 12 (doze) meses, conforme o Inciso II do Art. 57 da

Lei 8.666/93.

c) CONTRATAÇÕES E PARCERIAS

Para a implementação da ação não mantivemos nenhuma parceria no exercício de 2009, seja com a iniciativa privada ou mesmo pública. O resultado das ações é fruto de um trabalho interno e que apenas obedece às atribuições regimentais da área responsável na UJ.

d) TRANSFERÊNCIAS

Não houve ocorrências durante o exercício de 2009.

2.3.3. PROGRAMA 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Dermen
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais Segurança nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

2.3.4. Principais Ações do Programa

2.3.4.1. Ação: 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário

Federal

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento

em disciplinas de conteúdo teórico.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	Ricardo de Oliveira Betat
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Jander Eustáquio Barbosa – Consultor Interno de Capacitação

As principais ações dizem respeito a formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal.

Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.

O programa de atualização para o efetivo policial do quadro da 1ª SRPRF/GO, tem como objetivo padronizar e atualizar nossos policiais com conhecimentos necessários para o desempenho de suas atividades.

O Programa foi dividido em módulos de forma a ser realizado com pequena carga horária cada um deles e propiciar a participação de um maior número de policiais tendo em vista o nosso regime de escalas de serviço e dos módulos estarem sendo ministrados em todas as Delegacias da 1ª SRPRF/GO.

Nesta forma de capacitação utilizamos instrutores e multiplicadores das próprias regionais minimizando os custos de execução tendo em vista não haver necessidade de deslocamentos aéreos dentro de cada regional, tendo os recursos destinados apenas para pagamento de diárias para os instrutores.

Desta forma conseguimos atingir um grande número de policiais capacitados com um custo reduzido.

As principais despesas ocorridas em 2009 foram as seguintes, envolvendo diárias e deslocamentos aéreos:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE00002314	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	770,98	770,98
2009NE00004614	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	25.663,37	25.663,37
2009NE00013614	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	15.551,94	15.551,94
2009NE00018914	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	17.472,42	17.472,42
2009NE90004101	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	66459116000100	GET AGENCIA DE VIAGENS	9.042,36	9.042,36
2009NE90016501	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	66459116000100	GET AGENCIA DE VIAGENS	1.328,88	1.328,88
2009NE90029301	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	66459116000100	GET AGENCIA DE VIAGENS	2.321,54	2.321,54

Os dispêndios com diárias e deslocamentos aéreos referem-se única e exclusivamente a área de capacitação dos Policiais Rodoviários Federais do órgão.

A informação mais significativa sobre a execução da ação trata da realização de algumas atividades de capacitação de policiais rodoviários federais, cujos resultados, problemas, contratações, parcerias e transferências narramos a seguir:

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados alcançados com a realização de eventos de capacitação foram os seguintes:

CURSO	LOCAL	PARTICIPANTES
Curso Formação de Motociclistas Policiais e Uso de Equipamentos menos letais.	1ª Delegacia - Goiânia	13
Curso de Atualização Policial – Módulo IV (Telemática)	1ª SRPRF/GO	355
TOTAL		368

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

Os principais problemas enfrentados na execução do projeto foram os de sempre, ou seja, resultantes da limitação principalmente de recursos orçamentários para empreender outros cursos de capacitação que não aqueles executados pelo próprio órgão.

c) CONTRATAÇÕES E PARCERIAS

Não houve nenhuma contratação ou parceria durante o exercício de 2009 visando a capacitação ou qualificação de policiais do órgão.

d) TRANSFERÊNCIAS

Não houve nenhuma ocorrência durante o exercício de 2009.

2.3.4.2. Ação: 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF/MJ
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local	SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO Inspetor Marcelo Queiroz de Paula

As principais ações visam promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

A maior despesa desta ação é a que trata da aquisição de combustíveis. Esta despesa é essencial para o bom funcionamento da atividade fim da polícia rodoviária federal. As despesas com manutenção de viaturas também ocupam uma posição de destaque. A 1ª SRPRF/GO tem procurado realizar um amplo programa de substituição de viaturas antieconômicas, através da compra de novas viaturas e leilões de viaturas inservíveis.

O conjunto sistema de iluminação possibilitará a realização de comandos noturnos em rodovias, em lugares que não possuem iluminação, pois trata-se de um sistema de iluminação autônomo, com isto espera-se maior efetividade nas ações de combate à criminalidade nas rodovias. A aquisição de lanternas era uma reivindicação antiga dos policiais, devido a demanda de atividades de vistorias em veículos no período noturno, além da questão da segurança do policial em operações noturnas nas rodovias. Dentro desta ação, trataremos aqui dos tópicos que julgamos mais relevantes para o órgão.

DIÁRIAS:**DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL**

NOTA DE EMPENHO	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	EMPENHO LIQUIDADO	VALORES PAGOS
2009NE0000214	339014	Diárias – Pessoal Civil	361.331,79	361.331,79
2009NE00024014	339014	Diárias – Pessoal Civil	10.645,46	10.645,46

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:**MANUTENÇÃO DAS VIATURAS POLICIAIS:**

NE	NAT DESP	DESCRIÇÃO	CNPJ	EMPRESA	RESTOS A PAGAR	RP NÃO PROCESSADOS - CANCELADOS
2008NE900008	339030	Mat Consumo	01534056/0001-99	CICAL VEÍCULOS LTDA	5.083,84	-
2008NE900009	339039	Serviços	01534056/0001-99	CICAL VEÍCULOS LTDA	9.349,46	-
2008NE900466	339039	Serviços	01534056/0001-99	CICAL VEÍCULOS LTDA	-	-3,46
2008NE900465	339030	Mat Consumo	01534056/0001-99	CICAL VEÍCULOS LTDA	4.197,62	-291,38
NE	NAT DESP	DESCRIÇÃO	CNPJ	EMPRESA	EMPENHO LIQUIDADO	VALORES PAGOS
2009NE90002139	339030	Mat Consumo	01534056/0001-99	CICAL VEÍCULOS LTDA	205.082,06	195.435,44
2009NE90002219	339039	Serviços	01534056/0001-99	CICAL VEÍCULOS LTDA	145.723,95	140.786,60

NE	NAT DESP	DESCRIÇÃO	CNPJ	EMPRESA	RESTOS A PAGAR	RP NÃO PROCESSADOS - CANCELADOS
2008NE900424	339030	Mat Consumo	01692763/0001-03	Pinheiros Veículos Ltda	3.316,94	-1,01
NE	NAT DESP	DESCRIÇÃO	CNPJ	EMPRESA	EMPENHO LIQUIDADO	VALORES PAGOS
2009NE90002339	339030	Mat Consumo	01692763/0001-03	Pinheiros Veículos Ltda	39.793,64	39.793,64
2009NE90002419	339039	Mat Consumo	01692763/0001-03	Pinheiros Veículos Ltda	42.508,80	42.508,80

FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL:

NE	NAT DESP	DESCRIÇÃO	CNPJ	EMPRESA	RESTOS A PAGAR	RP NÃO PROCESSADOS - CANCELADOS
2008NE900344	339039	Serviços	47866934/0001-74	Ticket Serviços S.A.	2.212,00	-3.431,12
2008NE900345	339030	Mat Consumo	47866934/0001-74	Ticket Serviços S.A.	70.466,13	-3.722,69
NE	NAT DESP	DESCRIÇÃO	CNPJ	EMPRESA	EMPENHO LIQUIDADO	VALORES PAGOS
2009NE90007201	339030	Mat de Consumo	47866934/0001-74	Ticket Serviços S.A.	554.508,68	554.508,68
2009NE90007303	339039	Serviços	47866934/0001-74	Ticket Serviços S.A.	26.468,00	23.912,00
2009NE90041501	339030	Mat Consumo	47866934/0001-74	Ticket Serviços S.A.	122.492,97	42.004,40
2009NE900280001	339030	Mat Consumo	47866934/0001-74	Ticket Serviços S.A.	79.501,24	79.501,24
2009NE90048901	339030	Mat Consumo	47866934/0001-74	Ticket Serviços S.A.	46.000,00	46.000,00

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO:**PNEUS:**

NE	NAT DESP	DESCRIÇÃO	CNPJ	EMPRESA	RESTOS A PAGAR	RP NÃO PROCESSADOS - CANCELADOS
2008NE900461	339030	Mat Consumo	04618302/0002-60	Melo Distribuidora de Peças Ltda	10.886,00	-
NE	NAT DESP	DESCRIÇÃO	CNPJ	EMPRESA	EMPENHO LIQUIDADO	VALORES PAGOS
2009NE90021539	339030	Mat Consumo	59527572/0001-76	Malachias & Pavan Ltda	12.695,76	12695,76

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:**SERVIÇOS COM MANUTENÇÃO, REPAROS, CALIBRAGEM E**

AFERIÇÃO DE ETILÔMETROS DA MARCA INXOTIMETERS, MODELO ALCO SENSOR IV, NUM TOTAL DE 14 EQUIPAMENTOS, AQUISIÇÃO DE FORMULÁRIOS OPERACIONAIS

NE	NAT DESP	DESCRIÇÃO	CNPJ	EMPRESA	EMPENHO LIQUIDADO	VALORES PAGOS
2009NE90038717	339139	Serviços	18302518205	Superint Regional do INMETRO - GO	5.700,00	5.700,00
2009NE90020017	339039	Serviços	61924981/0001-58	Instituto de Pesos e Medidas – IPEM	4.725,00	4.725,00
2009NE90015317	339039	Serviço	08480723/0001-47	F G Gera	7.980,00	7.980,00
2009NE90042517	339039	Serviço	08480723/0001-47	F G Gera	3.910,60	3.910,60
2009NE90044663	339039	Serviço	63201867/0001-25	Gráfica e Editora Mesquita	3.735,95	-

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO:

AQUISIÇÃO DE BLOQUEADORES ANTI FUGA POLICIAL, AQUISIÇÃO DE 75 (SETENTA E CINCO) PISCA-PISCAS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, KIT DE LIMPEZA DE ARMAS:

NE	NAT DESP	DESCRIÇÃO	CNPJ	EMPRESA	EMPENHO LIQUIDADO	VALORES PAGOS
2009NE90014927	339030	Mat Consumo	01656008/0001-73	Dimensão Comércio Ltda	11.175,00	11.175,00
2009NE90015044	339030	Mat Consumo	00211131/0001-18	World Center Comércio	12.750,00	12.750,00
2009NE90026237	339030	Mat Consumo	10596399/0001-79	Atlantis – Comércio	1.978,07	1.978,07

FARDAMENTO - CINTO TÁTICO OPERACIONAL, PORTA CARREGADOR DUPLO, COLDRE TÁTICO DE PERNA, CALÇA OPERACIONAL MASCULINA E FEMININA, SAPATO SOCIAL MASCULINO E FEMININO, CALÇA SOCIAL MASCULINA E FEMININA, SAIA SOCIAL, CAMISA MANGA CURTA OPERACIONAL MASCULINA E FEMININA, BARREIRA PLÁSTICA VERTICAL, BALIZADOR CÔNICO REFLETIVO, CONES PARA SINALIZAÇÃO, BARREIRA PLÁSTICA HORIZONTAL E CAVALETE:

NE	NAT DESP	DESCRIÇÃO	CNPJ	EMPRESA	RESTOS A PAGAR	RP NÃO PROCESSADOS - CANCELADOS
2008NE900478	339030	Mat Consumo	02345002/0001-48	Patrulha Ind e Com de Uniformes, Artigos Especiais Ltda	115.283,00	-
2008NE900479	339030	Mat Consumo	02345002/0001-48	Patrulha Ind e Com de Uniformes, Artigos Especiais Ltda	75.852,00	-

2008NE900578	339030	Mat Consumo	05336143/0001-92	RL Com Varejista de Confecções Ltda		-28.460,26
2008NE900579	339030	Mat Consumo	61094355/0001/81	JW Comércio e Confecções Ltda	7.596,50	-
2008NE900580	339030	Mat Consumo	01699525/0001-20	Commanders Ind e Com de Confecções Ltda	17.885,00	-
2008NE900603	339030	Mat Consumo	59527697/0001-04	Abex – Coml Imp e Exportação Ltda	12.534,00	-
2008NE900604	339030	Mat Consumo	59527697/0001-04	Abex – Coml Imp e Exportação Ltda	8.460,00	-
2008NE900605	339030	Mat Consumo	00211131/0001-18	World Center Com Imp e Exp Ltda	10.194,00	-
2008NE900632	339030	Mat Consumo	00211131/0001-18	World Center Com Imp e Exp Ltda	10.194,00	-
2008NE900633	339030	Mat Consumo	59527697/0001-04	Abex – Coml Imp e Exportação Ltda	25.484,60	-
2008NE900634	339030	Mat Consumo	00211131/0001-18	World Center Com Imp e Exp Ltda	15.936,00	-
2008NE900635	339030	Mat Consumo	00211131/0001-18	World Center Com Imp e Exp Ltda	13.931,80	-

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE:

01 KIT DE ILUMINAÇÃO COM 02 PONTOS, ALIMENTADOS POR BATERIA, 75 LANTERNAS COM ILUMINAÇÃO POR LUXEON, ACIONAMENTO POR BOTÃO NA LATERAL:

NE	NAT DESP	DESCRIÇÃO	CNPJ	EMPRESA	RESTOS A PAGAR	RP NÃO PROCESSADOS - CANCELADOS
2008NE900620	449052	Mat Permanente	01656008/0001/73	Dimensão Com e Imp de Prod de Segurança Ltda	78.643,65	-

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados para a promoção da segurança no trânsito foram o pagamento de diárias para operações policiais, aquisição de manutenção, combustível e pneus para operacionalidade das viaturas policiais, serviços com manutenção, reparos, calibragem e aferição de etilômetros e radares, aquisição de bloqueadores anti fuga policial, equipamentos para sinalização de trânsito, kit para limpeza de armas de fogo, fardamento, cintos táticos operacionais, porta carregadores pra pistola, coldres táticos de perna, calças operacionais masculinas e femininas, camisas em manga curta operacionais masculina e femininas, barreiras plásticas verticais, balizadores cônicos refletivos, cones para sinalização, barreiras plásticas horizontais e cavaletes, aquisição de kit de iluminação pra uso em operações policiais, etc.

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

Os principais problemas enfrentados em 2009 foram as restrições orçamentárias que não permitiram aquisições em quantitativos ideais para distribuição de materiais que promovem a segurança no trânsito junto aos nossos postos policiais.

c) **CONTRATAÇÕES E PARCERIAS**

Para a implementação da ação não mantivemos nenhuma parceria no exercício de 2009, seja com a iniciativa privada ou mesmo pública. O resultado das ações é fruto de um trabalho interno e que apenas obedece às atribuições regimentais da área responsável na UJ.

d) **TRANSFERÊNCIAS**

Não houve ocorrências durante o exercício de 2009.

2.3.4.3. **Ação: 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal**

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA Inspetor Élvio Andrade Vêncio

O principal objetivo da ação visa, atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate aos crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.

A Área de Inteligência do órgão atua de forma bastante sigilosa, no sentido de planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência do órgão, tendo como objetivo principal das atividades de inteligência a atuação preventiva no combate ao crime organizado nas suas mais diversas formas, dando condições para que o órgão promova suas ações policiais de segurança

pública de forma a combater eficazmente o crime, seja o assalto a ônibus, roubo de cargas, etc.

Dentro desse objetivo, o NUINT promove e mantém o intercâmbio com as áreas de inteligência da Polícia Militar e Polícia Civil do Estado de Goiás, dando suporte às demandas oriundas do Ministério Público Federal em Goiás. As atividades de inteligências desenvolvidas recentemente pela PRF/GO têm logrado êxito positivo no combate ao crime organizado.

Os principais dispêndios públicos nesta ação em 2009 ocorreram com o pagamento de diárias e passagens aéreas, conforme quadro a seguir:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE00000114	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	22.742,58	22.742,58
2009NE90015501	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	66459116000100	GET AGENCIA DE VIAGENS	2.286,08	2.286,08

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados alcançados em 2009 foram:

08 (oito) Planos de Operação – documentos de inteligência que estabelecem o foco da atuação sobre um determinado assunto), tratam de assuntos relativos ao narcotráfico, roubo de carga e veículo de carga, assalto a ônibus, combate à prostituição infanto-juvenil, dentre outros pertinentes à criminalidade dentro do Estado de Goiás e seus vizinhos.

39 (trinta e nove) Ordens de Missão – documentos de inteligência que motivam um deslocamento para cumprimento de um determinado trabalho. Normalmente é vinculado a um plano de operação anteriormente estabelecido, do mesmo modo sendo usual a confecção da mesma quantidade de relatórios de missão.

13 (treze) Relatórios de Informação - é a produção do conhecimento com resultado dos relatórios de missão ou de assuntos de interesse e/ou relevância.

20 (vinte) Relatórios de Inteligência - é a produção do conhecimento com resultado dos relatórios de informação ou de assuntos de interesse e/ou relevância.

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

O principal problema enfrentado durante o exercício de 2009 foi a suspensão da execução do Contrato nº 011/2006 firmado perante a empresa Brasil Telecom S.A no mês de outubro de 2009, prejudicando sobremodo as atividades de inteligência da área, uma vez que o serviço contratado previa o rastreamento, captação e monitoramento telefônico.

Tal serviço era executado em decorrência de demandas que partiam do Ministério Público Federal e Estadual desencadeando uma série de ações que culminavam com a prisão de assaltantes de ônibus e quadrilha de roubo de cargas ao longo das estradas e rodovias federais.

c) CONTRATAÇÕES E PARCERIAS

Não houve nenhuma contratação durante o exercício de 2009, mas apenas a manutenção das parcerias firmadas perante o Ministério Público Federal e Estadual, bem como as atuações conjuntas com a Polícia Civil e Polícia Militar visando o combate ao crime organizado.

d) TRANSFERÊNCIAS

Não houve nenhuma ocorrência durante o exercício de 2009.

2.3.4.4. Ação: 2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	LUCIANO DA SILVA FERNANDES
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NÚCLEO DE TELEMÁTICA Inspetor Antônio Humberto Fernandes Frota

O objetivo desta ação visa garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.

Os recursos dessa ação foram utilizados basicamente na ampliação do sistema de monitoramento de pátios e rodovias, e na aferição e manutenção de equipamentos de fiscalização. A execução financeira foi baixa, devido a problemas na licitação de radares feita pelo DPRF/MJ, o que inviabilizou o empenho dos recursos de capital desta ação.

Mas, dentro da gestão da ação pelo órgão, temos os principais enfoques dados à:

- a) Manutenção e reparação de radares medidores de velocidade;
 b) Aquisição de serviços pelo INMETRO/GO referente a aferição e emissão de Laudos Técnicos para radares medidores de velocidade; e
 c) Aquisição de serviços pelo INMETRO/GO referente a calibragem e aferição da Balança de Pesagem do posto PRF João Batista de Lima, subordinado à 1ª Del PRF de Goiânia.

Os principais gastos em 2009 com essa ação foram os seguintes:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE90016317	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	04463885000116	LT COMERCIAL LTDA	4.770,00	4.770,00
2009NE90020117	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	61924981000158	INSTITUTO DE PESOS E ME	1.872,00	1.872,00
2009NE90039117	339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	18302518205	SUPERINTENDENCIA REGIC	8.424,00	8.424,00
2009NE90044417	339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	18302518205	SUPERINTENDENCIA REGIC	8.424,00	8.424,00

A despesa de R\$ 4.770,00 (Quatro mil setecentos e setenta reais) refere-se a manutenção e reparos em 02 (dois) radares da marca Laser Technology/Marksman Ultralyte realizados perante a empresa LT Comercial Ltda. A despesa de R\$ 1.872,00 (Um mil oitocentos e setenta e dois reais) refere-se a aferição dos referidos medidores de velocidade (radares) perante o IPEM – Instituto de Pesos e Medidas em São Paulo/SP.

A despesa de R\$ 8.424,00 (Oito mil quatrocentos e vinte e quatro reais) refere-se a aferição, com emissão dos Laudos Técnicos, de 09 (nove) radares, tipo portátil, marca Tribar, modelo Muniquip a serem utilizados em operações policiais. A despesa foi realizada perante o INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia em Goiás.

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados com as contratações na área de Tecnologia da Informação foram a manutenção dos serviços contratados, tais como: telefonia móvel celular, telefonia fixa comutada local e a longa distância, serviço de transferência de dados via celular utilizando de *Palm Tops*, comunicação de dados através de circuitos virtuais permanentes, etc.

Um resultado específico e proveitoso foi também a contratação de serviços de acesso a Internet Banda Larga, para o posto PRF de Jussara/GO, subordinado à 4ª Delegacia PRF de Rio Verde, uma vez que os policiais desempenhavam suas funções sem nenhum acesso à tecnologia da informação, prejudicando sobretudo as atividades policiais rotineiras, tais como consulta a dados de pessoas e veículos, fichas criminais, etc.

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

Os principais problemas enfrentados em 2009 foram as restrições orçamentárias que não permitiram novas contratações e a não prorrogação do Contrato nº 011/2006 firmado perante a empresa Brasil Telecom S.A visando o rastreamento, captação e monitoramento telefônico, em função da ausência de dotação orçamentária suficientemente capaz de cobrir com os custos decorrentes da execução do contrato por mais 12 (doze) meses, conforme o Inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93.

c) **CONTRATAÇÕES E PARCERIAS**

Para a implementação da ação não mantivemos nenhuma parceria no exercício de 2009, seja com a iniciativa privada ou mesmo pública. O resultado das ações é fruto de um trabalho interno e que apenas obedece às atribuições regimentais da área responsável na UJ.

d) **TRANSFERÊNCIAS**

Não houve ocorrências durante o exercício de 2009.

2.3.4.5. Ação: 2C78 – Acompanhamento Psicossocial de Servidores do DPRF/MJ

Dados

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia e serviço social, promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF/MJ
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	LEJANDRE MONTEIRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS Inspetor Jairo Braga

O objetivo desta ação visa propiciar o acompanhamento psicossocial e a promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos da 1ª SRPRF/GO que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.

Os dispêndios com o pagamento de diárias e a promoção preventiva da saúde dos servidores decorreram da execução da atividade denominada Patrulha da Saúde, desenvolvida pela Seção de Recursos Humanos e seus gastos em 2009 ficaram assim detalhados:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE00015214	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	5.566,85	5.566,85

A informação mais significativa sobre a execução da ação trata da realização da PATRULHA DA SAÚDE, sistema criado e gerido pela Seção de Recursos Humanos da 1ª SRPRF/GO, cujos resultados, problemas, contratações, parcerias e transferências narramos a seguir:

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

Foram beneficiados pela ação 277 (duzentos e setenta e sete) servidores do quadro da UJ. Os resultados alcançados com o projeto Patrulha da Saúde foram extremamente positivos redundando nas seguintes informações:

Lotação		Diabético		Ind Gordura (%) Homem		Força Manual (Kgf)	
Lotação		Sim	6	Alto risco < 5,9%	3	Direita > 30 Aceitável	258
Sede	101	Não	271	Abaixo 6 - 14,9%	36	Direita < 30 Alerta	19
1ª Del	65	Total	277	Média 15 - 15,9%	9	Total	277
2ª Del	35	Tabagista		Acima 16 - 24,9%	110	Esquerda > 30 Aceitável	248
3ª Del	23	Sim	15	Alto Risco > 25%	66	Esquerda < 30 Alerta	29
4ª Del	19	Não	262	Total	224	Total	277
5ª Del	11	Total	277	Ind Gordura (%) Mulher		Acuidade Auditiva (db)	
6ª Del	22	Etilista		Alto risco < 8,9%	0	Direita < 30 Aceitável	274
7ª Del	1	Sim	68	Abaixo 9 - 22,9%	11	Direita > 30 Alerta	3
Total	277	Não	209	Média 23 - 23,9%	5	Total	277
Função		Total	277	Acima 24 - 31,9%	22	Esq < 30 Aceitável	270
PRF	210	Tontura/Desmaio		Alto Risco > 32%	15	Es. > 30 Alerta	7
ADMINIST	12	Sim	17	Total	53	Total	277
ESTAGIÁRIO	32	Não	260	Pressão Arterial		Acuidade Visual (°)	
CONTRATADO	12	Total	277	Ótima	91	Dir > 20/30 - Aceitável	70
Fonoaudiólogo	0	Medicação Uso Contínuo		Normotenso	170	Dir < 20/30 - Alerta	207
Segurança	5	Sim	35	Hipertenso	16	Total	277
Func DNIT	0	Não	242	Total	277	Esq > 20/30 - Aceitável	66
Func Banco	1	Total	277	Glicemia Capilar		Esq. < 20/30 - Alerta	211
Limpeza	5	Escala do Sono		Hipoglicêmico	27	Total	277
Total	277	Menor q/ 10	276	Normoglicêmico	182	Ofuscamento	

Sexo		Maior q/ 10	1	Intolerância a Glicose	52	Aceitável < 5"	277
Masculino	220	Total	277	Alerta (126 – 140)	7	Alerta > 5"	0
Feminino	57	Índice Massa Corpórea		Hiperglicêmico > 140	9	Total	277
Total	277	Baixo Peso	5	Total	277	Visão Esteroscópica	
Jejum		Eutrófico (saudável)	142	Colesterolemia (mg/dl)		SIM	257
Sim	49	Sobrepeso	93	Ideal < 200	196	NÃO	20
Não	228	Obeso I (leve)	30	Limítrofe (200 – 239)	62	Total	277
Total	277	Obeso II (moderado)	5	Hipercolesterolemia > 240	19	Alinhamento Central	
Envolveu em Acidente		Obeso III (grave)	2	Total	277	SIM	258
Sim	53	Super obeso (mórbido)	0	Trigliceridemia		NÃO	19
Não	224	Total	277	Aceitável < 150	118	Total	277
Total	277			Hipertrigliceridemia > 150	159	Atividade Física	
Hipertenso				Total	277	SIM	10
Sim	28					NÃO	267
Não	249					Total	277
Total	277					NURAM/1ª SRPRF/GO	

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

Os principais problemas enfrentados na execução do projeto foram os de sempre, ou seja, resultantes da limitação do quadro de recursos humanos e os de ordem orçamentária e financeira, pois não houve o atendimento médico aos servidores junto à 7ª Delegacia PRF de Porangatu, por falta de dotação orçamentária para o pagamento de diárias aos servidores.

c) CONTRATAÇÕES E PARCERIAS

Dentro do desenvolvimento da ação não foram feitas contratações e tampouco parcerias, sendo as atividades da ação desenvolvidas internamente pelos próprios servidores da área médica, quadro este composto por um policial médico, uma policial enfermeira e uma agente administrativa também enfermeira.

d) TRANSFERÊNCIAS

Não houve ocorrências dentro do exercício de 2009.

2.3.4.6. Ação: 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias

Federais

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	Lejandre Monteiro
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS Inspetor Jairo Braga

A ação visa prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias. Dentro das atividades de saúde nas rodovias federais sob fiscalização da 1ª SRPRF/GO, temos como principal ação a realização dos Comandos Médicos de saúde preventiva realizadas ao longo das rodovias federais, cujo público alvo são os motoristas de caminhões, carretas, bi-trens, etc.

Com o objetivo de atender as necessidades previstas pela ação, foi planejada a aquisição de equipamentos de forma centralizada, de modo a tornar a compra mais vantajosa para administração, com posterior distribuição para as Regionais. Dentro dessa filosofia foram montados processos de aquisição para equipar as unidades, de modo a possibilitar o atendimento pré-hospitalar e resgate, bem como a realização dos Comandos de Saúde nas Rodovias e Patrulha da Saúde.

Dentre as proposições feitas, tem-se as seguintes aquisições:

- a) Compra de equipamentos para utilização nos Comandos de Saúde Preventivos nas rodovias, neste caso equipamentos para triagem em sanidade física em medicina de tráfego dos motoristas profissionais que participaram dos Comandos de Saúde Regionais; e
- b) Compra de equipamentos para utilização nos Comandos de Saúde Preventivos nas Rodovias, neste caso aparelhos para a determinação de Glicemia, Triglicérides e Colesterol.

Para realização destes Comandos Médicos foram dispendidos recursos na aquisição de diversos tipos de materiais de consumo, conforme descrição a seguir:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Restos a Pagar Sem folha	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2008NE900532	339030	MATERIAL DE CONSUMO	04186630000153	COMLAB PARTES E SERVI	8.034,11		
2009NE00007814	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI		4.278,83	4.278,83
2009NE90028736	339030	MATERIAL DE CONSUMO	04186630000153	COMLAB PARTES E SERVI		1.162,50	1.162,50
2009NE90037936	339030	MATERIAL DE CONSUMO	04186630000153	COMLAB PARTES E SERVI		1.420,00	1.420,00
2009NE90038036	339030	MATERIAL DE CONSUMO	04186630000153	COMLAB PARTES E SERVI		930,00	930,00

A 1ª SRPRF/GO atuou como participante do Pregão Eletrônico SRP nº 038/2008 onde o DPRF/MJ promoveu o Registro de Preços para aquisições futuras dos materiais hospitalares, os quais foram adquiridos para serem empregados nos Comandos de Saúde Preventivos realizados nas rodovias federais durante o exercício de 2009. Da empresa Comlab Partes e Serviços Ltda foram adquiridas lancetas para perfuração capilar e fitas reagentes para colesterol e glicose. Os materiais foram adquiridos no final do exercício de 2008 para serem utilizados dentro do exercício de 2009.

O dispêndio de R\$ 4.278,83 foi feito com o pagamento de diárias aos servidores que participaram da organização dos Comandos Médicos Preventivos em 2009. No exercício de 2009 foram adquiridos da mesma empresa, mas em outro Pregão Eletrônico SRP nº 047/2008, 10 (dez) tubos com 25 (vinte e cinco) tiras reagentes Accutrend p/ Triglicerídeos no valor total de R\$ 1.162,50 (Um mil, cento e sessenta e dois reais, cinquenta centavos).

O gasto de R\$ 1.420,00 (Um mil, quatrocentos e vinte reais) foi efetuado também perante a empresa Comlab Partes e Serviços Ltda e resultou da aquisição de 08 (oito) tubos c/ 25 (vinte e cinco) tiras reagentes para Glicose. Um último dispêndio de R\$ 930,00 foi feito com a empresa Comlab Partes e Serviços Ltda referente a aquisição de 08 (oito) tubos c/ 25 (vinte e cinco) tiras reagentes para Triglicerídeos.

A informação mais significativa sobre a execução da ação trata da realização de 04 (quatro) COMANDOS MÉDICOS, projeto criado para verificar a saúde do motorista, principalmente daquele que conduz veículos pesados de transporte de cargas e produtos perigosos, cujos resultados, problemas, contratações, parcerias e transferências narramos a seguir:

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados alcançados com a realização dos **COMANDOS MÉDICOS** foram extremamente positivos redundando nas seguintes informações:

MODALIDADE DE EXAME (*)	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	TOTAIS	Varição (%)
	18/03/09	30/06/09	17/09/09 (***)	01/12/09	-	-
Efetivo de PRFs	17	20	-	20	47	-
Efetivo Externo	29	24	-	23	76	-
Motoristas Examinados	155	159	-	117	431	-

Acima do Peso	102	9	-	84	195	45,24%
Circunferência Abdominal	82	7	-		89	20,65%
Gordura Corporal	64	12	-	41	117	27,14%
Hiper triglicérides	79	6	-	75	160	37,12%
Hiperglicemia	29	3	-	45	77	17,86%
Hipertensos	29	63	-	30	122	28,30%
Carga Horária Excessiva	69	10	-	65	144	33,41%
Medicamentos Impróprios	25	4	-	0	29	6,72%
Etilismo	54	8	-	37	99	22,97%
Acuidade Auditiva	20	2	-	2	24	5,57%
Tabagismo	32	38	-	22	92	21,34%
Acuidade Visual	63	45	-	33	141	32,71%
Visão Estéreos	23	4	-	7	34	7,88%
Visão Cromática	0	1	-	0	1	0,23%
Ofuscamento	3	3	-	0	6	1,40%
Campimetria	0	0	-	0	0	0,00%
Envolvidos em Acidentes	33	22	-	14	69	16,00%
Força Manual D	2	2		1	5	11,60%
Força Manual E	4	8		1	12	2,61%
Hipercolesterolemia	6	14	-	13	33	7,65%
Grau de Sonolência	10	6	-	6	22	5,10%
Tontura/Desmaio	8	3	-	9	20	4,65%
Intercorrências	3	6	-	-	9	2,09%

Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária

(*) Os motoristas examinados podem ser enquadrados em mais de um fator de risco. Algumas modalidades de exame deixaram de ser realizados pela carência de equipamento adequado.

(**) A variação percentual foi obtida dividindo-se o número total de cada modalidade de exame pelo total de Motoristas Examinados multiplicando o índice por 100.

Ex.: Número de Motoristas Hipertensos/ Número de Motoristas Examinados = (175/542) x 100 = 32,29%

(***) Devido ao surto da gripe H1N1 neste período, foi suspenso o comando pelo Sr. Superintendente da Regional de acordo com a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e foi substituído por um comando temático que tivemos o apoio da Secretaria de Saúde representado pela Secretária de Saúde: Dra. IRANÍ, SEST SENAT, CONSELHO TUTELAR DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, HEMOCENTRO e outras ONGs que nos apoiaram na panfletagem em todas as delegacias e coordenação da 1ª delegacia PRF/ Posto 01/01. Neste comando foram distribuídos cerca de 5.000 (cinco mil) panfletos relativos ao tema: GRIPE H1N1.

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

Os principais problemas enfrentados na execução do projeto foram os de sempre, ou

seja, resultantes da limitação do quadro de recursos humanos e de ordem orçamentária e financeira. A ação não pode ser desenvolvida junto à 7ª Delegacia PRF de Porangatu/GO por falta de recursos para o pagamento de diárias aos servidores que realizariam os exames médicos.

c) CONTRATAÇÕES E PARCERIAS

Não houve contratações no exercício de 2009 para o bom desempenho da ação, mas apenas a realização de uma parceria com o SEST/SENAT – Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte. O SEST/SENAT ficou com a incumbência de fornecer mão-de-obra qualificada, recursos materiais, etc no auxílio aos trabalhos desenvolvidos pela UJ nas rodovias federais.

d) TRANSFERÊNCIAS

Não houve ocorrências dentro do exercício de 2009.

2.3.4.7. Ação: 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF/MJ
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCC/CGO
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS Inspetor Márcio Almeida Barreto

A ação visa fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral, com a realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e

de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim.

Visa ainda a realização de operações policiais sistemáticas e organizadas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.

Das diversas operações policiais deflagradas ao longo das rodovias federais, resultou no dispêndio com diárias, conforme detalhamento a seguir:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE00001014	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	42.785,43	42.785,43

A informação mais significativa sobre a execução da ação trata da realização de Operações Policiais no sentido de combater a criminalidade ao longo das rodovias federais, cujos resultados, problemas, contratações, parcerias e transferências narramos a seguir:

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

O resultado da ação pode ser percebido no número de apreensões de armas, munições, drogas, pessoas detidas ou presas, apreensão de mercadorias oriundas do contrabando ou do descaminho, etc.

O combate ao trabalho escravo também foi um grande resultado resultante da ação conjunta entre a Polícia Rodoviária Federal e o Ministério do Trabalho e Emprego em Goiás.

Os resultados alcançados com a realização das OPERAÇÕES POLICIAIS foram extremamente positivos redundando nas seguintes informações com relação à CRIMINALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS:

OPERAÇÕES POLICIAIS EM 2009

OPERAÇÕES	Quantidade
ONN (OPERAÇÕES NOE NACIONAL)	6
APOIO A OUTRO ÓRGÃO	6
OPERAÇÃO NOE LOCAL (REGIONAL)	48
CONVOCAÇÃO DPRF (NOE)	15

Fonte: Núcleo de Operações Especiais

CRIMINALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS – 2007/2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	2009
ARMAS APREENDIDAS (em unidades)			
Revólver	15	44	38
Pistola	03	0	4
Rifle	00	0	0
Espingarda	08	0	11
Carabina	01	0	0
Submetralhadora	00	0	0
Armas Brancas	06	8	1
Outras	02	0	0
MUNIÇÕES/PROJÉTEIS (em unidades)			
Munições e Projéteis	22783	657	649
DROGAS			
Cocaína (em gramas)	186,315gr	219,914 gr	233,608gr
Maconha (em Kg)	104,877kg	516,256kg	28,765kg
Merla (lata)	0	0	0
“Crack” (em unidades)	0	288	1069g
Lança Perfume (em frascos)	12	0	0
Anfetaminas (em unidades)	0	0	0
Barbitúricos (em unidades)	0	0	0
Outras	4555	262 Haxixe	0
CONTRABANDO/DESCAMINHO			
Cigarros	22783	52051	1169
CD's/DVD's	57302	49868	121432
Equipamentos de Informática	1326	1975	1445
Equipamentos Eletrônicos	5520	6503	23993
Combustível (em litros)	0	240	0
Bebidas (em litros)	7048	0	1169
Outros	63663	0	63835

EXPLOSIVOS			
Explosivos (em Kg)	1,05	0	0
DOCUMENTOS APREENDIDOS			
Documentos Apreendidos/Recolhidos	2082	0	8039
CNH's recolhidas (und)	0	2201	2192
CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE			
Crimes contra o meio ambiente (em ocorrências)	109	0	38
Animais Silvestres (und)	0	44	755
Madeira (m3)	0	1245	605
PESSOAS PRESAS/DETIDAS			
Pessoas presas e/ou detidas	897	1220	1297
ROUBO A CARGA			
Roubo de Cargas (em ocorrências)	19	0	35
CARGAS RECUPERADAS			
Cigarros (ocorrência)	01	1	0
Combustível (em litros)	00	240	45000
Outros (und)	02	0	37689
REGISTRO DE OCORRÊNCIAS			
Registro de Ocorrências	150	0	-
VEÍCULOS			
Veículos Recuperados	111	79	93
Veículos Apreendidos – Restrição Judicial	15	0	3637
Veículos Apreendidos – Restrição Administrativa	00	0	
Veículos Retidos - para Regularização	4098	0	

Fonte: Núcleo de Operações Especiais

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

Os principais problemas enfrentados na execução do projeto foram os de sempre, ou seja, resultantes da limitação do quadro de recursos humanos e de ordem orçamentária. A grande carência de efetivo de policiais tem prejudicado muito as atividades de policiamento ostensivo das estradas e rodovias federais.

O grande número de aposentadorias, licenças médicas, posse de policiais em outros cargos públicos tem prejudicado muito o bom desempenho operacional da UJ. Os concursos públicos recentemente deflagrados não tem logrado êxito na recuperação ideal

c) **CONTRATAÇÕES E PARCERIAS**

Não houve nenhuma contratação ou parceria estabelecida no exercício de 2009, todavia, em algumas ações isoladas contou-se com apoio da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e o Ministério do Trabalho e Emprego no combate ao trabalho escravo.

d) **TRANSFERÊNCIAS**

Não houve ocorrências dentro do exercício de 2009.

2.3.4.8. **Ação: 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF/MJ
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	RICARDO DE OLOIVEIRA BETAT
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Jander Eustáquio Barbosa da Costa – Consultor Interno de Capacitação

A Ação visa promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. A Ação visa ainda a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Não houve no exercício nenhuma atividade na ação no sentido de promover a qualificação e requalificação de pessoal.

2.3.4.9. Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias, pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF/MJ
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FARIA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Jander Eustáquio Barbosa da Costa – Consultor Interno de Capacitação

O objetivo da ação é aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais. Dentro da Educação para o Trânsito vários públicos foram atingidos, abrangendo motoristas profissionais, motoristas eventuais e os futuros motoristas (crianças e adolescentes).

A 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, através do Núcleo de Comunicação Social, fez-se presente em agro-industriais, congressos, feiras e ministrou campanhas e palestras educativas de trânsito em escolas, empresas de transporte de cargas e passageiros, órgãos públicos municipais, estaduais e empresas privadas durante a semana nacional de prevenção de acidentes, no estado de Goiás totalizando 18 (dezoito) palestras ou eventos que atingiram um público alvo de 5079 (cinco mil, setenta e nove) pessoas que trabalham direta ou indiretamente com atividades ligadas ao trânsito.

A informação mais significativa sobre a execução da ação trata da realização de vários eventos, principalmente palestras, executadas pelo Núcleo de Comunicação Social e pelo Consultor Interno de Capacitação, cujos resultados, problemas, contratações, parcerias e transferências narramos a seguir:

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados alcançados com a realização de eventos, palestras, seminários, etc foram extremamente positivos redundando nas seguintes informações:

PALESTRAS REALIZADAS EM 2009

INSTITUIÇÃO/EMPRESA	LOCAL	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Hospital Geral de Goiânia	Goiânia - Auditório	100
Sindicato Rural de Anápolis	Anápolis	100
Fokus Logística	Aparecida de Goiânia	80
Chesp	Ceres	100
Federação de Agricultura e Pecuária	Goiânia	80
Diversas Palestras	Goiânia	164
Batalhão de Caçadores – EB	Goiás	80
Hotel Castelo	Goiânia	15
Suécia Veículos	Goiânia	40
Diversas Palestras	Goiás	321
Transportadora Ramos	Goiânia	30
Biblioteca pública	Jussara	80
Braspel	Senador Canedo	65
Mabel	Aparecida de Goiânia	70
Prefeitura Municipal Palmeiras de Goiás	Palmeiras	80
Faculdade São Luiz	São Luiz Montes Belos	150
Diversos	Catalão	109
Comando Educativo de Trânsito	1ª SRPRF/GO	3415
TOTAL		5079

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

Os principais problemas enfrentados na execução do projeto foram os de sempre, ou seja, resultantes da limitação do quadro de recursos humanos. Com um quadro maior de policiais capacitados, principalmente no domínio de falar em público, talvez conseguíssemos atingir um público alvo muito maior.

c) CONTRATAÇÕES E PARCERIAS

Não mantemos nenhuma parceria, seja com a iniciativa privada ou mesmo pública. O

resultado das ações é fruto de um trabalho interno e que apenas obedece às atribuições regimentais da área responsável na UJ no sentido de promover ações preventivas de educação para o trânsito.

Com relação a uma contratação muito importante não podemos deixar de citar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO consistindo no rastreamento eletrônico de mídia televisiva, visando acompanhar, conhecer e arquivar os fatos ou acontecimentos que interessem à 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM GOIÁS.

Como a UJ possui, além de sua sede administrativa localizada na cidade de Goiânia, temos ainda 07 (sete) Delegacias Regionais e 15 (quinze) postos policiais localizados no interior do Estado de Goiás, onde o volume de notícias da mídia televisiva que envolve o nome da instituição Polícia Rodoviária Federal é muito grande.

Seja a notícia positiva ou negativa em relação ao órgão, é necessário que a UJ que se promova ações no sentido de realizar palestras e seminários, enfim, eventos que associados ao tema trânsito que possam permitir um aumento do grau de conscientização e de reeducação do cidadão em relação ao trânsito, onde o objetivo maior

d) TRANSFERÊNCIAS

Não houve ocorrências durante o exercício de 2009.

Os principais dispêndios na ação em 2009 referem-se ao pagamento de diárias e deslocamento aéreo e foram os seguintes:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE00004114	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	14.615,10	14.615,10
2009NE90043601	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	66459116000100	GET AGENCIA DE VIAGENS	292,00	292,00

2.3.4.10. Ação 8703 – Atividade Correicional

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF/MJ e assegurar o cumprimento das Leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.
Descrição	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras, pagamento de diárias e passagens para corregedores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF/MJ
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou exe-	Corregedoria Geral

cução

Coordenador nacional da ação CIDENOR GUERRA

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) CORREGEDORIA REGIONAL
Inspetor Célio Constantino da Costa

O objetivo da ação visa atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF/MJ e assegurar o cumprimento das Leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias. O produto da ação, "processos concluídos", não é o mais adequado, porque, em torno do dado, não é possível demonstrar o resultado de ações preventivas e repressivas (palestras e operações correicionais). Assim, somente foram contabilizados as denúncias apuradas e encerradas. Para o próximo exercício, será estabelecido outro produto para a ação.

Entre as ações preventivas, informe-se a realização, em todas Delegacias Regionais da 1ª SRPRF/GO, de palestras correicionais, inspeções correicionais (acompanhamento gerencial de serviço). Tais ações visam o ajustamento de conduta de servidores e desestimular ocorrência de infrações disciplinares, e, entre as atividades executadas, boa parte dos eventos não demandaram gastos com diárias ou com deslocamento de servidores. Os principais dispêndios na ação em 2008 referem-se a deslocamentos da Corregedoria Regional, no atendimento a convocações do DPRF/MJ em Brasília e deslocamentos aéreos, ficando assim descritos:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE00001714	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	84.305,86	84.305,86
2009NE90001401	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	66459116000100	GET AGENCIA DE VIAGENS	13.040,69	13.040,69

A informação mais significativa sobre a execução da ação trata da realização de vários eventos, principalmente palestras, executadas pelo Núcleo de Comunicação Social e pelo Consultor Interno de Capacitação, cujos resultados, problemas, contratações, parcerias e transferências narramos a seguir:

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados alcançados foram a manutenção da atualização do Mapa Cartorial, realização de ações preventivas junto ao ambiente de trabalho do servidor, acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos servidores através do Acompanhamento Gerencial de Serviço e redução do número de procedimentos disciplinares pendentes.

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

Os principais problemas enfrentados no cumprimento das metas foram:

- a) Baixo efetivo de servidores;
- b) Falta de capacitação de servidores para atuarem na área disciplinar;

- c) Recursos orçamentários escassos; e
- d) Carência de infra-estrutura adequada.

c) CONTRATAÇÕES E PARCERIAS

Pela natureza da atividade correicional, onde requer a atuação exclusiva de servidores do órgão, não houve nenhum firmamento de contratação de serviço, tampouco de parcerias firmadas no exercício que vistas a potencializar as ações da área.

d) TRANSFERÊNCIAS

Não houve ocorrências durante o exercício de 2009.

2.3.5. PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

2.3.6. Principais Ações do Programa

2.3.6.1. Ação: 2000 – Administração da Unidade

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável	DPRF

pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DIVISÃO DE PLANEJAMENTO
Coordenador nacional da ação	ERINALDO RODRIGUES ROBERTO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA Inspetor Marcelo Gomes Martins

O objetivo desta ação visa constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas. A maior parte dos recursos desta ação é para pagamento dos contratos de terceirização de mão de obra.

A dotação orçamentária alocada nesta ação se destina ao custeio de despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico, tais como: fornecimento de água e tratamento de esgoto, energia elétrica, material de consumo, locação de mão-de-obra, estagiários, manutenção de bens móveis e imóveis, imprensa nacional, diárias administrativas, locação de bens móveis e imóveis, remoção de servidores, frete e transporte de encomendas, licenciamento da frota de veículos, correios, serviços gráficos, cópia e reprodução de documentos, publicação de editais de licitação.

A 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encontra séria dificuldade em garantir o custeio da área meio, pois é inevitável a expansão dos gastos em função do reajuste de preços de bens e serviços, ingresso de novos servidores, repactuação dos contratos continuados, ampliação das atribuições do Órgão.

No entanto, o limite orçamentário do Órgão, segundo o DPRF/MJ, está estagnado desde 2007, o que na prática se mostra insuficiente para cobrir as despesas com o custeio, investimentos e os benefícios (auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-creche e assistência médica). Tal restrição orçamentária inviabiliza os investimentos tão necessários ao reaparelhamento e modernização da 1ª SRPRF/GO, podendo comprometer as metas previstas no PPA 2008/2011.

Também são adquiridos na citada ação os seguintes materiais permanentes: móveis, aparelhos e utensílios domésticos, veículos administrativos, coleções e materiais bibliográficos, peças não incorporáveis a imóveis, máquinas e equipamentos energéticos.

Essas despesas compreendem ainda os serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins) e demais atividades meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Dentro da gestão desta ação, temos as mais diversos de despesas, todavia,

informaremos a seguir as de maior relevância para a Unidade:

- a) Pagamento de Diárias – Pessoal Civil;
- b) Aquisição de serviços de vigilância e segurança armada;
- c) Aquisição de serviços de locação de mão-de-obra para recepcionistas, técnicos em informática e em telecomunicações;
- d) Aquisição de serviços de limpeza, asseio e conservação e copeiragem;
- e) Aquisição de estagiários de nível Médio e nível Superior através do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE;
- f) Aquisição de serviços públicos diversos, tais como: publicação de matérias oficiais junto ao Diário Oficial da União, energia elétrica, fornecimento de água e esgoto, licenciamento anual de veículos oficiais, etc;
- g) Aquisição de serviço de rastreamento televisivo (clipping eletrônico) de matérias jornalísticas de interesse da 1ª SRPRF/GO;
- h) Aquisição de serviço de locação de impressoras multi-funcionais;
- i) Aquisição de assinatura do jornal de grande circulação no Estado de Goiás;
- j) Aquisição de carimbos e chaves, troca de segredos, abertura de fechaduras, etc;
- k) Aquisição de serviço de publicidade legal;
- l) Aquisição de serviços gráficos; e
- m) Aquisição de material permanente em geral;

Os principais dispêndios ocorridos no exercício de 2009 foram os seguintes:

DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE0000314	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	44.012,13	44.012,13
2009NE00001314	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	15.425,36	15.425,36
2009NE00005214	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	24.963,20	24.963,20
2009NE00009614	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	2.369,95	2.369,95
2009NE00010014	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	2.677,10	2.677,10
2009NE00013014	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	5.453,45	5.453,45
2009NE00013414	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	5.033,88	5.033,88
2009NE00020414	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	8.281,35	8.281,35
2009NE00023014	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	13.077,65	13.077,65
2009NE00024614	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	590,87	590,87

Os dispêndios com o pagamento de Diárias acima referem-se às várias atividades administrativas que a UJ desenvolve ou se subordina, tais como:

- a) Diárias Administrativas para servidores que atuam como motoristas oficiais em deslocamento fora de sua sede, seja para atender às demandas da UJ ou de outros órgãos, tais como Ministério do Trabalho e Emprego, Controladoria Geral da União e Gerência Regional de Patrimônio da União;
- b) Diárias pagas ao Superintendente em seus encontros/reuniões anuais de trabalho com outros Superintendentes;
- c) Atendimento de convocações da Coordenação Geral de Administração, Coordenação Geral de Operações, Coordenação Geral de Planejamento, todas coordenações que compõem a estrutura administrativa do DPRF/MJ em Brasília/DF;
- d) Diárias Administrativas para deslocamento de servidores para Curso de Formação de novos policiais, principalmente para os policiais que atuam como instrutores de curso;

e) Diárias pagas a policiais que atuam na área de investigação social de novos policiais a serem empossados ou funcionários terceirizados de empresas.

LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE90000339	339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	01765213000177	COPYSYSTEMS-COPIADOR	4.637,80	4.637,80	
2009NE90001283	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	01765213000177	COPYSYSTEMS-COPIADOR	41.740,20	41.740,20	
2009NE900479	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	03793622000102	SUPRICOPY SUPRIMENTOS			2.900,00
2009NE90047983	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	03793622000102	SUPRICOPY SUPRIMENTOS	2.900,00		

As despesas acima referem-se ao Contrato nº 014/2005 perante a empresa Copysystems – Copiadoras e Serviços Ltda, contrato este que encerrou definitivamente em outubro de 2009, não podendo mais ser prorrogado, sendo contratada por licitação na modalidade Pregão Eletrônico a empresa Supricopy Suprimentos e Equipamentos Reprográficos Ltda.

O valor mensal contratado perante a empresa Supricopy Ltda é de R\$ 2.900,60, totalizando uma despesa anual de R\$ 34.807,20. O total de equipamentos locados no procedimento licitatório é de 31 (trinta e uma) impressoras e copiadoras multifuncionais para uso de 15 postos policiais, 07 Delegacias Regionais e a sede da 1ª SRPRF/GO. Foram disponibilizadas 22 (vinte e duas) máquinas para o interior e 09 (nove) junto à sede da 1ª SRPRF/GO. A contratação feita possui vigência inicial de 12 (doze), iniciando-se em 29/10/2009 a 28/10/2010.

QUADRO RESUMO DA NOVA CONTRATAÇÃO

QUANTIDADE IMPRESSORAS	MARCA/MODELO	FRANQUIA MENSAL	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL
23	Samsung – SCX 5635 FN	26500	R\$ 65,00	R\$ 1.495,00
08	Samsung – SCX 4828 FN	25000	R\$ 175,70	R\$ 1.405,60
31	VALOR TOTAL (51.500) cópias mês			R\$ 2.900,60
VALOR POR CÓPIA E IMPRESSÃO EXCEDENTE				R\$ 0,0563

Dentro da ação, a atividade de locação de máquinas copiadoras/impressoras multifuncionais, podemos citar resultados positivos, quais sejam:

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

O principal resultado com a locação de equipamentos multifuncionais é a excelente relação custo/benefício. A aquisição de equipamentos dessa natureza implica no obsolescência precoce dos equipamentos, devido ao intenso uso aliado ao fato de que as tecnologias na área de informática estão em constante desenvolvimento onde praticamente a cada 06 (seis) meses tem-se no mercado equipamentos oferecendo mais recursos a custos menores.

Com a locação, a UJ fornece apenas o papel utilizado nas cópias e impressões, ficando a manutenção dos equipamentos e o fornecimento de cartuchos de toner ou de tinta às custas da empresa contratada.

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

Não enfrentamos problema na execução da ação durante o exercício de 2009.

c) CONTRATAÇÕES E PARCERIAS

Houve a contratação dos serviços de reprografia em 2009, no entanto, nenhuma parceria foi executada uma vez que para a concretização do sucesso da ação, tal ato depende única e exclusivamente de ações administrativas da UJ, onde a contratação deve ocorrer por processo licitatório pertinente.

d) TRANSFERÊNCIAS

SERVIÇOS DE RECEPCIONISTA E TELEFONISTA

As despesas com Locação de Mão-de-Obra referentes às atividades auxiliares de Recepcionista e Telefonista decorreram do Contrato nº 005/2004, oriundo da Tomada de Preços nº 002/2003, firmado perante a empresa META – Limpeza e Conservação Ltda, para um total de 03 (três) Recepcionistas e 02 (duas) Telefonistas, totalizando um dispêndio para esses profissionais em 2009 no valor de R\$ 14.391,86, referente ao 6º Termo Aditivo firmado e que compreendeu o período de 01/01/2009 até 04/03/2009.

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE90000601	339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	01209928000143	META LIMPEZA E CONSERV	14.391,86	14.391,86

De março até o fim do exercício de 2009 permanecemos sem os profissionais ligados às atividades de Recepção e Telefonista. Um novo procedimento licitatório foi elaborado e deflagrado, onde em janeiro de 2010 foram firmados os seguintes contratos, decorrentes do Pregão Eletrônico nº 012/2009:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE900500	339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	01209928000143	META LIMPEZA E CONSERV			1,00
2009NE90050001	339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	01209928000143	META LIMPEZA E CONSERV	1,00		
2009NE900501	339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	09328844000130	ALTERNATIVA EMPREENDI			1,00
2009NE90050101	339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	09328844000130	ALTERNATIVA EMPREENDI	1,00		
2009NE900503	339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	00588541000263	IPANEMA EMPRESA DE SEI			1,00
2009NE90050301	339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	00588541000263	IPANEMA EMPRESA DE SEI	1,00		

Empresas contratadas:

CONTRATADA: ALTERNATIVA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
CONTRATO Nº: 013/2009

CNPJ N°: 09.328.844/0001-30

ITEM	CATEGORIA	QTDE	VALOR ESTIMADO (R\$)	
			MENSAL	ANUAL
1	Serviço de Recepção	3	3.801,583	45.619,00
TOTAL		3	3.801,583	45.619,00

CONTRATADA: META LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**CONTRATO N°:** 014/2009**CNPJ N°:** 01.209.928/0001-43

ITEM	CATEGORIA	QTDE	VALOR ESTIMADO (R\$)	
			MENSAL	ANUAL
3	Técnico em Telecomunicações	1	2.932,72	35.084,64
TOTAL			2.932,72	35.084,64

CONTRATADA: IPANEMA EMPREENDIMENTOS DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSP LTDA**CONTRATO N°:** 015/2009**CNPJ N°:** 00.588.541/0002-63

ITEM	CATEGORIA	QTDE	VALOR ESTIMADO (R\$)	
			MENSAL	ANUAL
2	Técnico em Informática	2	6.500,34	78.004,08
TOTAL			6.500,34	78.004,08

Dentro da ação, a atividade de locação de mão-de-obra com recepcionistas, técnicos em informática e técnicos em telecomunicações trouxe pontos positivos nas atividades auxiliares desempenhadas por estes profissionais, onde podemos citar resultados positivos, quais sejam:

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

O principal resultado com a locação de mão-de-obra com as atividades mencionadas é de melhorar a eficiência e eficácia nas ações que envolvem conhecimentos técnicos de informática e de telecomunicações. A UJ não possui servidores com capacitação nas atividades mencionadas, gerando a necessidade de terceirizar tais serviços de suma importância às rotinas de trabalho diárias

do órgão.

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

O principal problema encontrado ainda reside no fato de que mão-de-obra terceirizada revela-se muito volátil em relação ao servidor concursado. É muito comum, nos casos de terceirização de mão-de-obra, ocorrer a saída do funcionário terceirizado quando o mesmo já tomou conhecimento de todas as rotinas diárias do órgão, havendo a necessidade de que se faça todo um treinamento e avaliação de um novo contratado, o que gera certos contratempos e um retrabalho.

c) CONTRATAÇÕES E PARCERIAS

Não houve nenhuma parceria visando a execução da ação, uma vez que os objetivos a serem alcançados dependem única e exclusivamente de ações desencadeadas pela UJ que só podem ser executadas mediante processo licitatório adequado.

d) TRANSFERÊNCIAS

Não houve ocorrências durante o exercício de 2009.

LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO E COPEIRAGEM

As despesas com Locação de Mão-de-Obra referentes a Limpeza, Asseio e Conservação e Copeiragem decorrem do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 010/2005, oriundo da Concorrência nº 002/2005, firmado perante a empresa CONTAL – Empreiteira de Reformas e Serviços Ltda, para um total de 26 (vinte e seis) Serventes, 01 (um) Encarregado e 01 (uma) Copeira, totalizando um dispêndio para esses profissionais em 2009 distribuídos conforme tabela abaixo:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE900007	339037	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	02669075000195	CONTAL EMPREITEIRA DE F			39.945,32
2009NE90000702	339037	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	02669075000195	CONTAL EMPREITEIRA DE F	431.546,66	391.600,34	
2009NE900008	339037	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	02669075000195	CONTAL EMPREITEIRA DE F			2.551,84
2009NE90000805	339037	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	02669075000195	CONTAL EMPREITEIRA DE F	16.307,88	13.756,03	
2009NE90006637	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	02669075000195	CONTAL EMPREITEIRA DE F	29.342,73	29.342,73	

O Contrato nº 005/2005 está em vigência pelo seu 4º Termo Aditivo cujo prazo máximo de vigência vai até 29/05/2010. Um novo procedimento licitatório está em andamento com a elaboração de um Termo de Referência visando detalhar todos os quesitos para uma nova contratação, onde deverá ser deflagrado um Pregão Eletrônico.

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

O principal resultado com a contratação dos serviços de limpeza, asseio, conservação e copeiragem é a manutenção e conservação de ambientes de trabalho saudáveis ao bom desempenho das atividades laborais dos servidores. Com 02 (duas) sedes administrativas localizadas na cidade de Goiânia, 07 (sete) Delegacias Regionais e 15 (quinze) postos policiais, o órgão tem a necessidade de que sejam disponibilizados um total de 26 (vinte e seis) serventes de limpeza, asseio e conservação, 01 (um) encarregado de equipe e 01 (uma) copeira para desempenhar

suas atividades na sede da 1ª SRPRF/GO.

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

Não enfrentamos problemas na execução do contrato durante o exercício de 2009.

c) CONTRATAÇÕES E PARCERIAS

Não houve nenhuma parceria visando a execução da ação, uma vez que os objetivos a serem alcançados dependem única e exclusivamente de ações desencadeadas pela UJ que só podem ser executadas mediante processo licitatório adequado, cuja execução limitada a 60 (sessenta) meses, nos termos do Inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93, encerra-se em 29/05/2010, onde um novo processo licitatório está em tramitação.

d) TRANSFERÊNCIAS

Não houve ocorrências durante o exercício de 2009.

ENERGIA ELÉTRICA

Durante o exercício de 2009 os dispêndios com energia elétrica foram os seguintes:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE90000943	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	01543032000104	CELG DISTRIBUICAO S.A. -	365.920,14	365.920,14

Vale ressaltar que a estrutura da 1ª SRPRF/GO é composta por 02 (duas) sedes administrativas localizadas no município de Goiânia/GO, 07 (sete) Delegacias e 15 (quinze) postos policiais conforme localização a seguir:

SEDE	ENDEREÇO
Sede da 1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/GO	GOIÂNIA – Rua P23-A Lote 04 – S/N – Setor dos Funcionários
Seda da 1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/GO	GOIÂNIA – Av. do Desvio, Chácara N. Sra da Piedade, Lotes 25/26 – Jardim Guanabara
1ª Delegacia PRF – GOIÂNIA Posto PRF Leônidas Sisterolli Posto PRF João Batista de Lima Posto PRF Clayton Santos	GOIÂNIA/GO – Jardim Guanabara BR 060 – saída p/ Brasília BR – 060 – saída p/ Guapo BR – 153 – saída p/ São Paulo
2ª Delegacia PRF – ANÁPOLIS Posto PRF de Anápolis Posto PRF de Jaraguá	ANÁPOLIS – Bairro São Francisco BR – 060 – Anápolis BR – 153 – Rianápolis
3ª Delegacia PRF – MORRINHOS	MORRINHOS

Posto PRF de Morrinhos Posto PRF de Itumbiara	BR – 153 – Morrinhos BR – 153 – Itumbiara
4ª Delegacia PRF – RIO VERDE Posto PRF de Rio Verde	RIO VERDE BR – 060 – Rio Verde
5ª Delegacia PRF – JATAÍ Posto PRF de Jataí Posto PRF de São Simão Posto PRF de Sta Rita do Araguaia	JATAÍ BR – 364 - Jataí BR – 364 – São Simão BR – 364 – Sta Rita do Araguaia
6ª Delegacia PRF – CATALÃO Posto PRF de Catalão	CATALÃO BR – 050 – Catalão
7ª Delegacia PRF – PORANGATU Posto PRF de Uruaçu Posto PRF de Porangatu	PORANGATU BR – 153 – Uruaçu BR – 153 – Porangatu

VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA

As despesas com Vigilância e Segurança Armada decorrem do Contrato nº 004/2008, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2008, firmado perante a empresa VIP – Vigilância Intensiva Patrimonial Ltda, para um total de 06 (seis) postos de vigilância 12x36 diurnas e 06 (seis) postos de vigilância 12x36 noturnas, envolvendo cada posto um total de 02 (dois) vigilantes, sendo disponibilizados então 24 (vinte e quatro) vigilantes.

O Contrato nº 004/2008 foi firmado inicialmente ao custo por posto conforme detalhamento a seguir:

VALOR CONTRATADO (CONTRATO Nº 004/2008)			
TIPO DE POSTO	PREÇO POR POSTO	Nº DE POSTOS	PREÇO MENSAL
DIURNO de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turno de 12x36 horas	R\$ 2.946,37	06	R\$ 17.678,22
NOTURNO de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turno de 12x36 horas	R\$ 3.241,55	06	R\$ 19.449,28
VALOR TOTAL MENSAL			R\$ 37.127,50
VALOR TOTAL ANUAL			R\$ 445.530,00

Em 22/04/2009 foi firmado o 1º Termo Aditivo ao referido contrato, onde além de prorrogarmos de execução dos serviços mais 12 (doze) meses, a partir do dia 29/04/2009, foi concedido a 1ª Repactuação do Contrato nº 004/2008, onde o valor mensal de R\$ 37.127,50 passou ao valor de R\$ 39.456,06, ocorrendo um aumento de 6,27% (seis vírgula vinte e sete) pontos percentuais, resultantes do aumento do valor do salário normativo da categoria e do vale-alimentação, em conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho com vigência a partir de 1º

de janeiro de 2009.

Tal repactuação foi analisada pela área administrativa e financeira da UJ, quanto aos cálculos e aplicação dos índices de reajuste dos salários e do auxílio alimentação e quanto ao aspecto jurídico da legalidade da repactuação, os autos foram analisados pela Advocacia Geral da União – AGU.

Os dispêndios com os serviços de vigilância e segurança armada em 2009, considerando-se a repactuação concedida, foram os seguintes:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE90001003	339037	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	01160949000111	VIP VIGILANCIA INTENSIV#	473.922,69	434.016,59

a) **PRINCIPAIS RESULTADOS**

O principal resultado com a contratação dos serviços de vigilância e segurança armada é a manutenção da vigilância do patrimônio público sob a responsabilidade da UJ. A 1ª SRPRF/GO conta com 02 (duas) sedes administrativas localizadas na cidade de Goiânia, 02 (duas) Delegacias Regionais, 7ª Del - Porangatu e 2ª Del - Anápolis, que possuem estrutura predial fora de sua área de fiscalização e que requer os serviços de vigilância diuturna, evitando a exposição do patrimônio público à ação de vândalos, arrombadores e ladrões.

b) **PRINCIPAIS PROBLEMAS**

Não enfrentamos problemas na execução do contrato durante o exercício de 2009.

c) **CONTRATAÇÕES E PARCERIAS**

Não houve nenhuma parceria visando a execução da ação, uma vez que os objetivos a serem alcançados dependem única e exclusivamente de ações desencadeadas pela UJ que só podem ser executadas mediante processo licitatório adequado, cuja execução limitada a 60 (sessenta) meses, nos termos do Inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93, tem seu 1º Termo Aditivo encerrando-se em 28/04/2010, podendo ou não ser ainda prorrogado se houver vantajosidade e vontade entre as partes.

d) **TRANSFERÊNCIAS**

Não houve ocorrências durante o exercício de 2009.

ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL MÉDIO E NÍVEL SUPERIOR

As despesas com Estagiários de Médio e Nível Superior decorrerem do Convênio nº 001/2008, firmado perante o CIEE – CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA e visa desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES que, obrigatório ou não, deverá ser de interesse curricular, desenvolvido ao longo do curso e permitindo ao estudante receber um treino prático no papel de futuro profissional, na linha de sua formação, em situações reais de vida e trabalho.

As Bolsas Auxílio pagas aos estudantes são nos valores, para uma carga horária de 30 (trinta) horas semanais, de: R\$ 520,00 para Nível Superior e R\$ 290,00 para Nível Médio e R\$ 6,00 de auxílio transporte por dia efetivamente estagiado, em conformidade com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e a Orientação Normativa MPOG nº 07, de 30 de outubro de 2008.

O dispêndio total com o convênio em 2009 ficou assim discriminado:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE00003501	335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	61600839000902	CENTRO DE INTEGRACAO	2.280,00	2.280,00	
2009NE000127	335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	61600839000155	CENTRO DE INTEGRACAO			1.750,00
2009NE00012701	335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	61600839000155	CENTRO DE INTEGRACAO	6.690,00	4.940,00	

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

O principal resultado com a contratação dos serviços de estágios remunerado de estudantes de Nível Médio e Superior é a manutenção da qualidade da mão-de-obra no desempenho das atribuições diárias do órgão e no incentivo à inserção do jovem estudante no mercado de trabalho, principalmente na questão do primeiro emprego.

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

Não enfrentamos problemas na execução do contrato durante o exercício de 2009, mas não podemos deixar de destacar aqui a volatilidade deste tipo de mão-de-obra, uma vez que quando os trabalhos e rotinas são assimilados pelo estudante é comum sua saída para para outro tipo de emprego, principalmente na iniciativa privada, causando um transtorno muito grande ao órgão no sentido de selecionar, entrevistar, alocar e treinar um novo estudante.

c) CONTRATAÇÕES E PARCERIAS

Não houve nenhuma parceria visando a execução da ação, uma vez que os objetivos a serem alcançados dependem única e exclusivamente de ações desencadeadas pela UJ que só podem ser executadas mediante processo licitatório adequado, cuja execução limitada a 60 (sessenta) meses, nos termos do Inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93, encerra-se em 29/05/2010, onde um novo processo licitatório está em tramitação.

d) TRANSFERÊNCIAS

Não houve ocorrências durante o exercício de 2009.

RASTREAMENTO TELEVISIVO (CLIPPING ELETRÔNICO)

As despesas com os serviços de *clipagem* eletrônica ou rastreamento televisivo decorreram do Contrato nº 008/2008, proveniente do Pregão Eletrônico nº 012/2008, firmado perante a empresa Em Tempo Clipping Ltda e visou a prestação de serviços de ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO consistindo no rastreamento eletrônico de mídia televisiva, visando acompanhar, conhecer e arquivar os fatos ou acontecimentos que interessem ao Órgão.

O dispêndio total com o Contrato em 2009 ficou assim discriminado:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE900011	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	04592927000119	EM TEMPO CLIPPING LTDA			820,00
2009NE90001159	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	04592927000119	EM TEMPO CLIPPING LTDA	8.200,00	7.380,00	

A contratação encerrou-se em outubro de 2009, após decorridos 12 meses, onde um novo procedimento licitatório foi deflagrado.

a) PRINCIPAIS RESULTADOS

O principal resultado com a contratação dos serviços de estágios remunerado de estudantes de Nível Médio e Superior é a manutenção da qualidade da mão-de-obra no desempenho das atribuições diárias do órgão e no incentivo à inserção do jovem estudante no mercado de trabalho, principalmente na questão do primeiro emprego.

b) PRINCIPAIS PROBLEMAS

Não enfrentamos problemas na execução do contrato durante o exercício de 2009, mas não podemos deixar de destacar aqui a volatilidade deste tipo de mão-de-obra, uma vez que quando os trabalhos e rotinas são assimilados pelo estudante é comum sua saída para para outro tipo de emprego, principalmente na iniciativa privada, causando um transtorno muito grande ao órgão no sentido de selecionar, entrevistar, alocar e treinar um novo estudante.

c) CONTRATAÇÕES E PARCERIAS

Não houve nenhuma parceria visando a execução da ação, uma vez que os objetivos a serem alcançados dependem única e exclusivamente de ações desencadeadas pela UJ que só podem ser executadas mediante processo licitatório adequado, cuja execução limitada a 60 (sessenta) meses, nos termos do Inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93, encerra-se em 29/05/2010, onde um novo processo licitatório está em tramitação.

d) TRANSFERÊNCIAS

Não houve ocorrências durante o exercício de 2009.

SERVIÇOS DE MALOTE E SERVIÇOS POSTAIS

O dispêndio com os serviços de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada (MALOTE) e serviços postais, decorrem, respectivamente, dos Contratos nº 010/2008 e 010/2006, firmados perante a ECT – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

O serviço de malote consiste na coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada, conhecido como serviço de malote. O serviço impõe o percurso entre a sede da 1ª SRPRF/GO em Goiânia, suas 07 (sete) Delegacias Regionais e 15 (quinze) postos policiais, e ainda o percurso entre a sede da 1ª SRPRF/GO e a sede do DPRF/MJ em Brasília.

Os serviços postais compreendem os seguintes serviços: comercialização de produtos postais, de serviços postais, telemáticos e adicionais, nas modalidades nacional e internacional que são disponibilizados em Unidades de Atendimento da ECT, para venda avulsa na rede de varejo e, também, a carga em máquina de franquear.

É permitida, ainda, a utilização, no presente contrato, dos serviços a seguir relacionados: a) SEED – Serviço Especial de Entrega de Documentos; b) Impresso Especial; c) Carta/Cartão-Resposta e Envelope Encomenda-Resposta; d) Transmissão de Telegrama via Internet; e) Transmissão de Telegrama Fonado; e f) Encomenda PAC.

Os valores gastos em 2009 ficaram assim discriminados:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE900013	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	34028316001347	EMPRESA BRASILEIRA DE			872,67
2009NE90001347	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	34028316001347	EMPRESA BRASILEIRA DE	17.566,00	16.693,33	
2009NE90002547	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	34028316001347	EMPRESA BRASILEIRA DE	9.317,98	9.317,98	
2009NE900417	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	34028316001347	EMPRESA BRASILEIRA DE			2.643,25
2009NE90041747	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	34028316001347	EMPRESA BRASILEIRA DE	3.653,02	1.009,77	

FORNECIMENTO DE ÁGUA TRATADA E ESGOTO SANITÁRIO

Durante o exercício de 2009 os dispêndios com água tratada e esgoto sanitário foram os seguintes:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE900028	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	01616929000102	SANEAMENTO DE GOIAS S			4.315,05
2009NE90002844	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	01616929000102	SANEAMENTO DE GOIAS S	45.289,40	40.974,35	

Vale ressaltar que a estrutura da 1ª SRPRF/GO é composta por 02 (duas) sedes administrativas localizadas no município de Goiânia/GO, 07 (sete) Delegacias e 15 (quinze) postos policiais conforme localização a seguir:

SEDE	ENDEREÇO
Sede da 1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/GO	GOIÂNIA – Rua P23-A Lote 04 – S/N – Setor dos Funcionários
Seda da 1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/GO	GOIÂNIA – Av. do Desvio, Chácara N. Sra da Piedade, Lotes 25/26 – Jardim Guanabara
1ª Delegacia PRF – GOIÂNIA	GOIÂNIA/GO – Jardim Guanabara
Posto PRF Leônidas Sisterolli	BR 060 – saída p/ Brasília

Posto PRF João Batista de Lima Posto PRF Clayton Santos	BR – 060 – saída p/ Guapo BR – 153 – saída p/ São Paulo
2ª Delegacia PRF – ANÁPOLIS Posto PRF de Anápolis Posto PRF de Jaraguá	ANÁPOLIS – Bairro São Francisco BR – 060 – Anápolis BR – 153 – Rianápolis
3ª Delegacia PRF – MORRINHOS Posto PRF de Morrinhos Posto PRF de Itumbiara	MORRINHOS BR – 153 – Morrinhos BR – 153 – Itumbiara
4ª Delegacia PRF – RIO VERDE Posto PRF de Rio Verde	RIO VERDE BR – 060 – Rio Verde
5ª Delegacia PRF – JATAÍ Posto PRF de Jataí Posto PRF de São Simão Posto PRF de Sta Rita do Araguaia	JATAÍ BR – 364 - Jataí BR – 364 – São Simão BR – 364 – Sta Rita do Araguaia
6ª Delegacia PRF – CATALÃO Posto PRF de Catalão	CATALÃO BR – 050 – Catalão
7ª Delegacia PRF – PORANGATU Posto PRF de Uruaçu Posto PRF de Porangatu	PORANGATU BR – 153 – Uruaçu BR – 153 – Porangatu

ASSINATURA DE UM PERIÓDICO

Assinatura de um jornal de grande circulação no Estado de Goiás, pelo período de 12 (doze) meses, perante o jornal “O Popular”, da J Câmara & Irmãos S.A, para uso do Núcleo de Comunicação Social do Órgão, visando acompanhar as matérias de interesse da 1ª SRPRF/GO ou que envolva a instituição no que se refere à Segurança Pública nas rodovias federais, conforme discriminação a seguir:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE90006501	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	01536754000123	J CAMARA & IRMAOS S/A	418,00	418,00

A assinatura do jornal O Popular atende a uma demanda do Núcleo de Comunicação Social da 1ª SRPRF/GO visando o acompanhamento, monitoramento e registro dos principais fatos que envolveram atos, fatos e ações da UJ no exercício de 2009, no cumprimento de sua missão institucional. O acompanhamento das notícias que envolvem a ação da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Goiás permite uma resposta rápida e precisa às demandas que a sociedade impõe, no sentido, de esclarecer, complementar ou mesmo prestar informações acerca das ações da UJ.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM CARIMBOS E CHAVES

As despesas com fornecimento de carimbos e chaves decorreram do Contrato nº 003/2009, proveniente da Dispensa de Licitação nº 001/2009, firmado perante a empresa Gold Serviços de Chaves Ltda, visa a aquisição de cópias de chaves, instalações de fechaduras, aberturas de fechaduras, troca de segredos e confecção de carimbos diversos para uso da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/MJ.

A vigência do Contrato nº 001/2009 ocorreu até 31/12/2009, sendo o seu prazo de execução improrrogável.

As despesas em 2009 ficaram assim discriminadas:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE90003116	339030	MATERIAL DE CONSUMO	03719937000100	GOLD SERVICOS DE CHAV	720,00	720,00
2009NE90003128	339030	MATERIAL DE CONSUMO	03719937000100	GOLD SERVICOS DE CHAV	889,00	889,00

PUBLICIDADE LEGAL – RADIOBRÁS S.A

As despesas com publicidade legal do órgão decorreram do Contrato nº 005/2009, firmado perante a EBC S.A – Empresa Brasileira de Comunicação, visou a distribuição, pela Radiobrás, da publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse do Órgão, obedecidas as determinações contidas no Decreto nº 4.799, de 4 de agosto de 2003, na Lei nº 6.650, de 23 de maio de 1979, na Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965, no Decreto nº 57.690, de 1º de fevereiro de 1966, no Art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nas demais normas complementares específicas, principalmente as diretrizes e orientações técnicas do Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo – SICOM.

Tal contratação, em síntese, visa dar publicidade aos atos administrativos do Órgão perante os jornais de grande circulação no Estado ou mesmo no país, exceção feita às publicações perante a Imprensa Nacional (Diário Oficial da União). As publicações são em geral as seguintes: avisos de licitação de Pregões Eletrônicos e Presenciais, Pregões SRP, Tomadas de Preços, Concorrências, Leilões Públicos, citações em Procedimentos Administrativos Disciplinares, avisos de notificação, chamamentos, comunicações, etc.

A vigência Contrato é de 60 (sessenta) meses, com início em 01/06/2009 e término em 31/05/2014, conforme o limite estabelecido no Inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666/93. O valor do contratado ficou estimado em R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).

As despesas em 2009 ficaram assim discriminadas:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE900158	339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	11540620415	EMPRESA BRASIL DE COM			871,68
2009NE90015847	339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	11540620415	EMPRESA BRASIL DE COM	12.529,90	11.658,22	

LICENCIAMENTO ANUAL DA FROTA - DETRAN/GO

O tráfego das viaturas oficiais é regulamento também pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB, instituído pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 devendo a UJ promover o licenciamento anual da frota de veículos, bem como o pagamento das demais taxas inerentes ao Seguro Obrigatório – DPVAT, isentando-se apenas do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE90002969	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	02872448000120	GOIAS DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	10.828,15	10.828,15
2009NE90003910	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	02872448000120	GOIAS DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	12.864,93	12.864,93
2009NE90004236	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	02872448000120	GOIAS DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	787,44	787,44

Normalmente, tais despesas originam-se de uma inexigibilidade de licitação, fundamentada no Artigo 25 da Lei 8.666/93, uma vez que os serviços de licenciamento de veículos automotores é uma atividade exclusiva do DETRAN – DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO nos Estados, não havendo possibilidade de concorrência no mercado entre executantes no mercado.

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS OFICIAIS JUNTO AO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Os serviços originam-se da necessidade de dar publicidade aos atos oficiais de interesse da 1ª SRPRF/GO junto ao Diário Oficial da União, Seções 1, 2 e 3.

Tais publicações, feitas pela Imprensa Nacional, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, consistem, no âmbito da 1ª SRPRF/GO, das seguintes publicações:

- a) Publicação de avisos de licitação (convites, tomadas de preço, concorrências, pregões eletrônicos/presenciais, pregões para registro de preços, dispensas ou inexigibilidades de licitação);
 - b) Publicação de resultados de habilitação;
 - c) Publicação de resultados de julgamento;
 - d) Publicação de avisos de anulação/revogação de procedimentos licitatórios;
 - e) Publicação de editais de leilão, concurso público;
 - f) Publicação de avisos de notificação, de chamamento público;
 - g) Publicação de extratos de contrato, convênio, termos de cooperação,
- etc.

As despesas no exercício de 2009 foram as seguintes:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE900030	339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	11024500001	FUNDO DE IMPRENSA NAC			5.499,49
2009NE90003047	339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	11024500001	FUNDO DE IMPRENSA NAC	10.358,69	4.859,20	

PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS

As despesas com passagens aéreas decorreram da necessidade de deslocamento aéreo dos servidores vinculados ao quadro funcional da 1ª SRPRF/GO.

A contratação visou não somente o fornecimento de passagens aéreas (nacionais e internacionais), como também o fornecimento de passagens terrestres. Através de um procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2009, foi celebrado o Contrato nº 004/2009 perante a empresa GET – Agência de Viagens e Turismo Ltda, cuja vigência foi até 31/12/2009, no montante estimado de R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais).

Os dispêndios realizados em 2009 foram os seguintes:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE90003501	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	66459116000100	GET AGENCIA DE VIAGENS	88,77	88,77
2009NE90005401	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	66459116000100	GET AGENCIA DE VIAGENS	7.325,92	7.325,92
2009NE90007001	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	66459116000100	GET AGENCIA DE VIAGENS	3.120,39	3.120,39
2009NE90009001	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	66459116000100	GET AGENCIA DE VIAGENS	1.552,48	1.552,48
2009NE90009201	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	66459116000100	GET AGENCIA DE VIAGENS	59,50	59,50
2009NE90016101	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	66459116000100	GET AGENCIA DE VIAGENS	119,02	119,02
2009NE90024801	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	66459116000100	GET AGENCIA DE VIAGENS	8.193,66	8.193,66
2009NE90035701	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	66459116000100	GET AGENCIA DE VIAGENS	1.523,55	1.523,55

Tais deslocamentos referem-se a convocações para participação no Projeto UNACI, Reuniões de Trabalho da ANTT, convocações da CGRH, reuniões de trabalho das Seções da 1ª SRPRF/GO, encontro de Superintendentes, etc.

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – MODALIDADE CARTÃO DE PAGAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL – CPGF

As despesas com material de consumo decorreram da utilização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF ou Cartão Corporativo, utilizado para despesas de pequeno vulto, eventuais ou emergenciais em que não se poderia aguardar o trâmite normal de um procedimento licitatório, seja por dispensa, inexigibilidade ou o pregão.

Como exemplo destas despesas emergenciais ou eventuais destacamos a queima de um fusível da rede elétrica, vazamento de água, rompimento de canos, quebras de uma pia, vaso sanitário, etc, ou seja, despesas que existem o pronto pagamento em espécie.

Na 2ª Delegacia PRF de Anápolis, que abrange o posto PRF de Anápolis e o Posto PRF de Jaraguá, o responsável detentor da utilização do referido cartão corporativo é o PRF José Elzo Antônio.

As despesas realizadas em 2009 foram as seguintes:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE90005722	339030	MATERIAL DE CONSUMO	06924573134	JOSE ELZO ANTONIO	18,58	18,58
2009NE90005724	339030	MATERIAL DE CONSUMO	06924573134	JOSE ELZO ANTONIO	414,60	414,60
2009NE90005725	339030	MATERIAL DE CONSUMO	06924573134	JOSE ELZO ANTONIO	207,79	207,79
2009NE90005726	339030	MATERIAL DE CONSUMO	06924573134	JOSE ELZO ANTONIO	346,85	346,85
2009NE90005728	339030	MATERIAL DE CONSUMO	06924573134	JOSE ELZO ANTONIO	14,00	14,00
2009NE90005731	339030	MATERIAL DE CONSUMO	06924573134	JOSE ELZO ANTONIO	93,40	93,40
2009NE90005816	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	06924573134	JOSE ELZO ANTONIO	380,00	380,00
2009NE90005817	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	06924573134	JOSE ELZO ANTONIO	670,00	670,00
2009NE90024524	339030	MATERIAL DE CONSUMO	06924573134	JOSE ELZO ANTONIO	116,50	116,50
2009NE90024526	339030	MATERIAL DE CONSUMO	06924573134	JOSE ELZO ANTONIO	109,90	109,90

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – PREGÃO SRP

As despesas com material de consumo referem-se a aquisição de 3225 (Três mil, duzentos e vinte e cinco) garrações de água mineral de 20 litros, decorrentes da Ata de Reg de Preços nº 002/2008, oriunda do Pregão Eletrônico SRP nº 011/2008, firmada perante a empresa RR Comércio de Água Ltda, onde foram registrados um total de 4.000 garrações para serem consumidos no prazo de 12 (doze) meses, ao preço unitário de R\$ 5,37 (Cinco reais, trinta e sete centavos), devendo o fornecimento obedecer à seguinte logística:

A água mineral teve como estratégia de fornecimento fornecimento a seguinte rotina semanal, nas quantidades e locais de entrega constantes da tabela abaixo:

Local	Qtde	ENDEREÇO PARA ENTREGA
Sede - Goiânia	20	Rua P23-A - Lote 04 - S/N – Setor dos Funcionários - Goiânia/GO
1ª Del - Goiânia	10	Av. do Desvio, Ch. N. S. da Piedade, Lotes 25/26 – Jd. Guanabara II - Goiânia/GO
2ª Del - Anápolis	10	BR 060 - Km 91 – Bairro Santo Antônio - Anápolis/GO
3ª Del - Morrinhos	08	Av. Cel Fernando Barbosa - CJ Residencial DNIT – Setor Sta Terezinha - Morrinhos/GO
4ª Del – Rio Verde	05	BR 452 - KM 1.5 - Edifício do DNIT – Setor Industrial – Rio Verde/GO
5ª Del - Jataí	15	BR 364 - KM 192 – Zona Rural - Jataí/GO
6ª Del - Catalão	05	BR 050 - KM 278,7 – Pontal Norte – Catalão/GO
7ª Del – Porangatu ou Uruaçu	10	Av. Adelino Américo de Azevedo, 261 – Centro – Porangatu/GO ou ou BR 153 - Km 193 – Zona Rural - Uruaçu/GO

A água mineral adquirida foi utilizada para consumo da sede administrativa da 1ª SRPRF/GO, 07 (sete) Delegacias Regionais e 15 (quinze) postos policiais.

Os dispêndios em 2009 foram os seguintes:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE90006907	339030	MATERIAL DE CONSUMO	37041068000129	RR COMERCIO DE AGUA L'	3.887,88	3.887,88
2009NE90020707	339030	MATERIAL DE CONSUMO	37041068000129	RR COMERCIO DE AGUA L'	4.446,36	4.446,36
2009NE90030707	339030	MATERIAL DE CONSUMO	37041068000129	RR COMERCIO DE AGUA L'	3.614,01	3.614,01
2009NE90033307	339030	MATERIAL DE CONSUMO	37041068000129	RR COMERCIO DE AGUA L'	5.370,00	5.370,00

As despesas com material de consumo referem-se a aquisição de 48 (Quarenta e oito) botijões de gás GLP, de 13 Kg, decorrentes da Ata de Reg de Preços nº 004/2008, oriunda do Pregão Eletrônico SRP nº 011/2008, firmada perante a empresa Miranda Comércio e Representações Ltda, onde foram registrados um total de 100 botijões de gás para serem consumidos no prazo de 12 (doze) meses, ao preço unitário de R\$ 35,00 (Trinta e cinco), devendo o fornecimento ocorrer sempre que solicitado pelo órgão, diferentemente da estratégia de fornecimento da água mineral.

Os botijões de gás GLP adquiridos foram utilizados para consumo da sede administrativa da 1ª SRPRF/GO, 07 (sete) Delegacias Regionais e 15 (quinze) postos policiais.

Os dispêndios em 2009 foram os seguintes:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE90007104	339030	MATERIAL DE CONSUMO	02941761000173	MIRANDA COMERCIO E REI	525,00	525,00
2009NE90020604	339030	MATERIAL DE CONSUMO	02941761000173	MIRANDA COMERCIO E REI	560,00	560,00
2009NE90030804	339030	MATERIAL DE CONSUMO	02941761000173	MIRANDA COMERCIO E REI	595,00	595,00

As despesas com material de consumo referem-se a aquisição de 900 (Novecentos) pacotes de açúcar de 2 Kg, 600 (Seiscentos) pacotes de café 500 gramas, 300 (Trezentas) caixas com 10 saches contendo chá para infusão em diversos sabores, decorrentes da Ata de Reg de Preços nº 003/2008, oriunda do Pregão Eletrônico SRP nº 011/2008, firmada perante a empresa Isenilda Maria Chaves Uto - ME, onde foram registrados um total de 2000 pacotes de café de 500 gramas ao valor unitário de R\$ 3,50, 2000 pacotes de açúcar em pacotes de 2 kg ao valor unitário de R\$ 1,50 e 500 caixas com 10 saches de chá para infusão em diversos sabores ao valor unitário de R\$ 1,35.

Os materiais foram utilizados para consumo da sede administrativa da 1ª SRPRF/GO, 07 (sete) Delegacias Regionais e 15 (quinze) postos policiais.

Os dispêndios em 2009 foram os seguintes:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE90008707	339030	MATERIAL DE CONSUMO	09175192000141	ISENILDA MARIA CHAVES	652,50	652,50
2009NE90015407	339030	MATERIAL DE CONSUMO	09175192000141	ISENILDA MARIA CHAVES	450,00	450,00
2009NE90015607	339030	MATERIAL DE CONSUMO	09175192000141	ISENILDA MARIA CHAVES	1.050,00	1.050,00
2009NE90025207	339030	MATERIAL DE CONSUMO	09175192000141	ISENILDA MARIA CHAVES	2.100,00	2.100,00
2009NE90025307	339030	MATERIAL DE CONSUMO	09175192000141	ISENILDA MARIA CHAVES	202,50	202,50
2009NE90025407	339030	MATERIAL DE CONSUMO	09175192000141	ISENILDA MARIA CHAVES	450,00	450,00

As Atas de Reg de Preços nº 002, 003 e 004/2008, decorrentes do Pregão Eletrônico nº 011/2008 venceram no mês de outubro de 2009, onde um novo procedimento licitatório foi defla-

grado também na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 008/2009, sendo registrados os seguintes preços perante a empresa Empório Gourmet Ltda:

ITEM	DESCRIÇÃO	Qtde	Preço Unitário Registrado
2	Café em pó, acondicionado em embalagem à vácuo (tijolo), pacote com 500 gramas, com validade mínima de 12 meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem, aspecto: em pó homogêneo, torrado e moído, classificação: no máximo 20% PVA (grãos pretos, verdes e ou ardidos), tipo de Café: gosto predominante de café arábica, aroma e sabor característico do produto, obedecendo à Resolução 277, de 22/09/05, da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Nível Mínimo de Qualidade de 4,5 pontos de Qualidade Global da Bebida, na escala sensorial de 0 a 10 pontos, determinada por meio de Análise Sensorial realizada em laboratório capacitado, com Certificado de Qualidade emitido pela ABIC. Em sua embalagem está visível o Selo de Pureza da ABIC, com Certificado de Autorização ao uso do Selo de Pureza ABIC. Apresentação de certificado de análise do produto nos últimos 6 meses. Marca: Anapolino.	2.500	R\$ 4,05
3	Açúcar cristal, pacote de 02 quilos, embalagem plástica transparente, de 1ª qualidade. Marca: Pérola.	2.500	R\$ 3,10
4	Chá para infusão em saches, caixa com 10 saches, sabores diversos, de 1ª qualidade. Marca: Leão.	500	R\$ 1,00

Os preços dos materiais de consumo foram registrados para consumo da sede administrativa da 1ª SRPRF/GO, 07 (sete) Delegacias Regionais e 15 (quinze) postos policiais, cuja vigência da nova Ata de Reg de Preços nº 001/2009 vai do período de 13/11/2009 a 12/11/2010.

Os dispêndios em 2009 foram os seguintes:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE900445	339030	MATERIAL DE CONSUMO	06352497000193	EMPORIO GOURMET LTDA.			2.955,00
2009NE90044507	339030	MATERIAL DE CONSUMO	06352497000193	EMPORIO GOURMET LTDA.	2.955,00		
2009NE900497	339030	MATERIAL DE CONSUMO	06352497000193	EMPORIO GOURMET LTDA.			2.955,00
2009NE90049707	339030	MATERIAL DE CONSUMO	06352497000193	EMPORIO GOURMET LTDA.	2.955,00		

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – MODALIDADE CARTÃO DE PAGAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL – CPGF

As despesas com material de consumo decorreram da utilização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF ou Cartão Corporativo, utilizado para despesas de pequeno vulto, eventuais ou emergenciais em que não se poderia aguardar o trâmite normal de um procedimento licitatório, seja por dispensa, inexigibilidade ou o pregão.

Como exemplo destas despesas emergenciais ou eventuais destacamos a queima de um fusível da rede elétrica, vazamento de água, rompimento de canos, quebras de uma pia, vaso sanitário, etc, ou seja, despesas que existem o pronto pagamento em espécie.

Na 7ª Delegacia PRF de Porangatu, que abrange o posto PRF de Uruaçu e o Posto PRF de Porangatu, o responsável detentor da utilização do referido cartão corporativo é o PRF Leandro Borba de Sousa.

As despesas realizadas em 2009 foram as seguintes:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE90011811	339030	MATERIAL DE CONSUMO	85450855168	LEANDRO BORBA DE SOU	61,00	61,00
2009NE90011821	339030	MATERIAL DE CONSUMO	85450855168	LEANDRO BORBA DE SOU	240,00	240,00
2009NE90011825	339030	MATERIAL DE CONSUMO	85450855168	LEANDRO BORBA DE SOU	120,00	120,00
2009NE90011826	339030	MATERIAL DE CONSUMO	85450855168	LEANDRO BORBA DE SOU	464,32	464,32
2009NE90011917	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	85450855168	LEANDRO BORBA DE SOU	30,00	30,00
2009NE90039226	339030	MATERIAL DE CONSUMO	85450855168	LEANDRO BORBA DE SOU	235,00	235,00

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – CONDICIONADOR DE AR

A despesa refere-se a aquisição de condicionadores de ar para uso da 1ª SRPRF/GO, sendo 01 (uma) de 7.000 BTU e 01 (um) de 30.000 BTU, tipo Split.

A 1ª SRPRF/GO aderiu ao Pregão Eletrônico SRP nº 40/2008, deflagrado pela Universidade Federal da Grande Dourados/MS, que redundou na Ata de Reg de Preços nº 25/2008, firmada perante a empresa S.T.R. Service Comércio e Refrigeração Ltda – EPP.

Os valores unitários foram de R\$ 764,70 para o ar condicionado de 7.000 BTU e de R\$ 2.235,00 para o de 30.000 BTU, totalizando o montante de R\$ 2.999,70, conforme descrição abaixo:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE90020512	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	07722501000120	S.T.R. SERVICE COMERCIO	2.999,70	2.999,70

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – MODALIDADE CARTÃO DE PAGAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL – CPGF

As despesas com material de consumo decorreram da utilização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF ou Cartão Corporativo, utilizado para despesas de pequeno vulto, eventuais ou emergenciais em que não se poderia aguardar o trâmite normal de um procedimento licitatório, seja por dispensa, inexigibilidade ou o pregão.

Como exemplo destas despesas emergenciais ou eventuais destacamos a queima de um fusível da rede elétrica, vazamento de água, rompimento de canos, quebras de uma pia, vaso sanitário, etc, ou seja, despesas que existem o pronto pagamento em espécie.

Na 3ª Delegacia PRF de Morrinhos, que abrange o posto PRF de Morrinhos e Itumbiara, o responsável detentor da utilização do referido cartão corporativo é o PRF Leomar de Melo Barbosa.

As despesas realizadas em 2009 foram as seguintes:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE90030524	339030	MATERIAL DE CONSUMO	38570742134	LEOMAR DE MELO BARBO	790,60	790,60
2009NE90030616	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	38570742134	LEOMAR DE MELO BARBO	780,00	780,00

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL

Realização de serviços com a manutenção predial das instalações da sede da 1ª Delegacia PRF de Goiânia e do posto PRF Clayton Santos, com fornecimento de materiais.

Os serviços executados foram os seguintes:

UND	INSTALAÇÃO	RESUMO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS
01	Sede da 1ª Delegacia - Jardim Guanabara, da 1ª SR/DPRF/MJ.	Serviços diversos de reparos e vazamentos com substituição de peças diversas (registros, válvulas, vaso sanitário, torneira, sifão, etc). Aplicação de acabamento adequado (cerâmica) nos locais onde houveram intervenções.
02	Posto de Hidrolândia da 1ª SR/DPRF/MJ.	Reconstrução da rede de coleta de esgoto com montagem de nova tubulação em PVC, bem como das novas caixas de passagem. Substituição de reparos diversos nas válvulas de descargas existentes.

O montante dispendido em 2009 com a execução destes serviços segue abaixo:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE900477	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	02946730000105	COBRETUDO SERVICOS L1			4.392,82
2009NE90047716	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	02946730000105	COBRETUDO SERVICOS L1	4.392,82		

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – CAPAS PARA PROCESSO

Através do Pregão Eletrônico SRP nº 010/2009, a 1ª SRPRF/GO atuou como participante do referido Pregão, sendo adquiridas 6.000 capas de processo ao valor unitário de R\$ 0,21 (Vinte e um) centavos de real, totalizando R\$ 1.260,00.

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE900490	339030	MATERIAL DE CONSUMO	00212655000123	PERFIL - GRAFICA E EDITO			1.260,00
2009NE90049016	339030	MATERIAL DE CONSUMO	00212655000123	PERFIL - GRAFICA E EDITO	1.260,00		

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – COLCHETES DE FIXAÇÃO

Através do Pregão Eletrônico SRP nº 010/2009, que redundou na Ata de Reg de Preços nº , a 1ª SRPRF/GO atuou como participante do referido Pregão, sendo adquiridas 367 caixas com 72 unidades de colchetes ao valor unitário de R\$ 1,20, totalizando R\$ 440,00.

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE900491	339030	MATERIAL DE CONSUMO	08894946000150	INDUSTRIA E COMERCIO DE			440,40
2009NE90049116	339030	MATERIAL DE CONSUMO	08894946000150	INDUSTRIA E COMERCIO DE	440,00		

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – ETIQUETAS AUTO ADESIVAS P/ IMPRESSORA LASER

Através do Pregão Eletrônico SRP nº 010/2009, a 1ª SRPRF/GO atuou como participante do referido Pregão, sendo adquiridas 144 caixas contendo 100 folhas de etiquetas auto adesivas R\$ 10,46, totalizando R\$ 1.510,56.

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE900492	339030	MATERIAL DE CONSUMO	09437338000180	FELLIPE RIQUETTO DE SOL			1.510,56
2009NE90049216	339030	MATERIAL DE CONSUMO	09437338000180	FELLIPE RIQUETTO DE SOL	1.510,56		

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – BARBANTE, CAIXA ARQUIVO DE PLÁSTICO (AZUL) E CAIXA ARQUIVO PLASTICO (AMARELA)

Através do Pregão Eletrônico SRP nº 010/2009, a 1ª SRPRF/GO atuou como participante do referido Pregão, sendo adquiridos 30 (trinta) rolos de barbante ao valor unitário de R\$ 5,20, totalizando R\$ 156,00, 180 (cento e oitenta) unidades de caixa arquivo plástico na cor azul, ao valor unitário de R\$ 1,97, totalizando R\$ 354,60 e 180 (cento e oitenta) unidades de caixa arquivo plástico na cor amarela, ao valor unitário de R\$ 1,99, totalizando R\$ 358,00.

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE900493	339030	MATERIAL DE CONSUMO	05075962000123	MAXIM QUALITTA COMERC			868,80
2009NE90049316	339030	MATERIAL DE CONSUMO	05075962000123	MAXIM QUALITTA COMERC	868,80		

QUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – BOLSA EM POLIESTER NA COR VERDE C/ CAPACIDADE PARA ATÉ 4 KG, COM VISORES FRONTAIS

Através do Pregão Eletrônico SRP nº 010/2009, a 1ª SRPRF/GO atuou como participante do referido Pregão, sendo adquiridos 10 (dez) unidades de bolsas em poliéster, ao valor unitário de R\$ 12,90, totalizando R\$ 129,00.

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE900494	339030	MATERIAL DE CONSUMO	05942609000101	PHOSPHORU INDUSTRIA E			129,00
2009NE90049416	339030	MATERIAL DE CONSUMO	05942609000101	PHOSPHORU INDUSTRIA E	129,00		

QUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO – CINTA ELÁSTICA PARA REUNIR VOLUME DE PROCESSOS

Através do Pregão Eletrônico SRP nº 010/2009, a 1ª SRPRF/GO atuou como participante do referido Pregão, sendo adquiridos 200 (duzentas) unidades de cinta elástica para reunir volume de processos, em poliéster, tipo circular branco, personalizado em azul, ao valor unitário de R\$ 0,40, totalizando R\$ 80,00.

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE900495	339030	MATERIAL DE CONSUMO	04166943000140	TRES R VIDAL COMERCIO I			80,00
2009NE90049516	339030	MATERIAL DE CONSUMO	04166943000140	TRES R VIDAL COMERCIO I	80,00		

RESSARCIMENTO DESPESAS MÉDICO ODONTOLÓGICAS

No exercício de 2009 houve apenas um ressarcimento de despesas médico odontológicas conforme segue:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE00010693	339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLÍ	3.266,78	3.266,78

PAGAMENTO DE AUXÍLIO FUNERAL

No exercício de 2009 houve o pagamento de um auxílio funeral à família do servidor falecido, PRF Rui Borges Pinto – Matrícula SIAPE 0166127, em decorrência do processo administrativo nº 08662005852/2009-58, conforme discriminação abaixo:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE00023801	319008	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLÍ	9.661,12	9.661,12

2.3.6.2. Ação: 2003 – Ações de Informática

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.

Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, serviços de atendimento e manutenção na área de informática, desenvolvimento de aplicações na área de informática, manutenção de equipamentos de informática, contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços), locação e aquisição de equipamentos de informática, aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DITEL/CGPLAM
Coordenador nacional da ação	Ednilson Bruno
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Telemática Inspetor Antônio Humberto Fernandes Frota

A ação de informática consiste em proporcionar os recursos relacionados à área de informática que contribuam para a manutenção e o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal. Neste sentido, durante o exercício de 2009 houve alguns investimentos na área, quais sejam:

Aquisição de 39 (trinta e nove) No Breaks de 1200VA da empresa Force – Line Indústria e Comércio de Componentes, ao valor unitário de R\$ 267,00, totalizando R\$ 10.413,00. A aquisição decorreu do Pregão Eletrônico nº 013/2008, que redundou na Ata de Reg de Preços nº 010/2008, cuja vigência encerrou-se em dezembro de 2009.

Com relação a contratação de serviços, houve o procedimento licitatório que culminou com a deflagração do Pregão Eletrônico nº 011/2009 que redundou na celebração do Contrato nº 010/2009 perante a empresa Supricopy Suprimentos e Equipamentos Reprográficos Ltda.

O valor mensal contratado perante a empresa Supricopy Ltda é de R\$ 2.900,60, totalizando uma despesa anual de R\$ 34.807,20. O total de equipamentos locados no procedimento licitatório é de 31 (trinta e uma) impressoras e copiadoras multifuncionais para uso de 15 postos policiais, 07 Delegacias Regionais e a sede da 1ª SRPRF/GO. Foram disponibilizadas 22 (vinte e duas) máquinas para o interior e 09 (nove) junto à sede da 1ª SRPRF/GO. A contratação feita possui vigência inicial de 12 (doze), iniciando-se em 29/10/2009 a 28/10/2010.

QUADRO RESUMO

QUANTIDADE IMPRESSORAS	MARCA/MODELO	FRANQUIA MENSAL	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL
23	Samsung – SCX 5635 FN	26500	R\$ 65,00	R\$ 1.495,00
08	Samsung – SCX 4828 FN	25000	R\$ 175,70	R\$ 1.405,60

31	VALOR TOTAL (51.500) cópias mês	R\$ 2.900,60
VALOR POR CÓPIA E IMPRESSÃO EXCEDENTE		R\$ 0,0563

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos	RESPAG Do Exercício RESPAG Por Empenho
2009NE90029230	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	03762480000116	FORCE-LINE INDUSTRIA E C	10.413,00	10.413,00	
2009NE900358	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	03793622000102	SUPRICOPY SUPRIMENTOS			10,00
2009NE90035883	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	03793622000102	SUPRICOPY SUPRIMENTOS	2.910,00	2.900,00	

2.3.6.3. Ação: 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	Getúlio Câmara
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Seção de Recursos Humanos Inspetor Jairo Braga

A ação visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

Nesta ação, no exercício de 2009, houve apenas um ressarcimento de despesa médico odontológica conforme segue:

Conta Corrente Original	Natureza	Descrição da Natureza	Entidade	Descrição da Entidade	Empenho Liquidado	Valores Pagos
2009NE00013893	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	20012100001	1A.SUPERINTEND.DE POLI	360,00	360,00

a) RESULTADO

Não há como analisar os resultados da Ação em questão, apenas podemos afirmar que as metas pactuadas foram atendidas em quase sua totalidade. Apenas entendemos que dentro das demandas por apoio administrativo, todas elas foram atendidas, embora com constantes restrições orçamentárias. Dentro dos recursos disponibilizados, o nível de execução das despesas encontra-se num patamar adequado, sem, contudo, comprometer a atividade finalística do órgão.

A presente Ação não possui meta física, mas o DPRF/MJ pretende criar indicadores que mensurem a adequação das Unidades Gestoras à logística necessária para o desempenho dos serviços administrativos, considerando as deficiências estruturais e de pessoal.

O Coordenador desta ação em Brasília/DF procurou adequar os custos administrativos, visando à alocação de mais recursos nos Programas Finalísticos, sempre analisando a relação custo-benefício e sem comprometer o funcionamento da área meio.

Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa; quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)**

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ	30107	200109

- **Programação das Despesas Correntes**

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	1.664.593.373,00	1.959.165.733,00	-	-	340.817.518,00	288.700.814,00	
	PLOA	1.664.593,00	1.959.165.733,00	-	-	189.044.452,00	193.446.50,00	
	LOA	1.664.593,00	1.959.165.733,00	-	-	189.044.452,00	185.102.742,00	
CRÉDITOS	Suplementares		59.923.996,00	9.900.000,00	-	-	18.849.554,00	58.183.993,00
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	10.000,00
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	4.658.811,00	-

Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-
Outras Operações	-	-	-	-	-	-
Total	59.923.996,00	-	-	-	21.425.865,00	51.808.993,00

• **Programação das Despesas de Capital**

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	126.055.794,00	109.779.370,00	-	-	-	-	
	PLOA	31.008.548,00	26.633.400,00	-	-	-	-	
	LOA	55.560.388,00	48.483.400,00	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	16.811.828,00	34.485.000,00	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	5.501.000,00	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	230.754,00	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações	-	-	-	-	-	-	-	
Total		(-) 3.057.786,00	8.984.000,00	-	5.501.000,00	-	-	

• **Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência**

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	2.005.410.891,00	2.247.866.547,00	126.055.794,00	109.779.370,00	-	-	
	PLOA	1.853.637.825,00	2.152.612.583,00	31.008.548,00	26.633.400,00	-	28.601.553,00	
	LOA	1.853.637.825,00	2.144.268.475,00	55.560.388,00	48.483.400,00	-	28.601.553,00	
CRÉDITOS	Suplementares	78.773.550,00	68.083.993,00	16.811.828,00	34.485.000,00	-	-	
	Especiais	Abertos	-	10.000,00	-	5.501.000,00	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	4.658.811,00	-	230.754,00	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações	-	-	-	-	-	-	-	
Total		81.349.861,00	61.708.993,00	(-) 3.057.786,00	14.485.000,00	-	-	

• **Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200109-DPRF/MJ	-	1.968.097.535,00	-	146.836.399,00
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	1. 170009 -ESAF 2. 153103 - UFRN 3. 200006 – CGR	- - -	- - -	- - -	6.250,00 627.433,00 11.528.481,00
	Recebidos	1. 153978 – INEP 2. 200094 – CGOF 3. 200001 – FNPS 4. 257001 - FNS 5. 393001 – ANTT	- - - - -	- - - - -	- - - - -	62.810,00 2.931.780,00 181.855,00 3.358.295,00 5.666.159,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
Movimentação Interna	Concedidos	200109 – DPRF	-	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
	Recebidos	-	-	14.329.642,00	5.501.000,00	-
Movimentação Externa	Concedidos	153103 – UFRN	-	232.268,00	-	-
	Recebidos	1. 110244 – FNCA 2. 200094 – CGOF	- -	224.370,00 8.874.975,00	- -	- -

2.4.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários da UJ.

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	0,00	0,00	0,00	0,00
Convite	123.958,89	0,00	123.958,89	0,00
Tomada de Preços	318.707,78	345.809,39	325.058,82	312.977,99
Concorrência	1.146.819,28	1.023.798,55	1.146.819,28	1.023.798,55
Pregão	2.244.042,92	2.269.872,97	2.178.340,46	2.269.872,97
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
Dispensa	62.441,73	44.105,84	55.606,16	40.668,74
Inexigibilidade	598.808,35	636.578,97	586.477,73	618.013,34
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	26.900,00	13.000,00	5.040,42	5.092,54

Pagamento de Pessoal	5.042,29	27.365,20	5.042,29	27.365,20
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	479.838,85	896.246,78	478.220,52	896.156,78
Outros	-	-	-	-

• **Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ.**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
08 – Outros Benefícios Assistenciais	-	27.365,20	-	27.365,20	-	-	-	27.365,20
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

• **Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ.**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
30 – Material de Consumo	-	1.316.648,28	-	1.317.533,00	-	9.115,00	-	1.317.533,78
2º elemento de despesa								
39 – Outros Serv de Terceiros	13.000,00	146.933,00	-	1.698.576,00	-	-	-	1.698.576,12
3º elemento de despesa								
51 – Obras e Instalações	-	-	-	-	-	-	-	-

52 – Material Permanente	-	170.818,20	-	170.818,20	-	-	-	170.818,20
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

• **Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos pela UJ.**

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	0,00	0,00	0,00	0,00
Convite	123.958,89	0,00	123.958,89	0,00
Tomada de Preços	318.707,78	345.809,39	325.058,82	312.977,99
Concorrência	1.146.819,28	1.023.798,55	1.146.819,28	1.023.798,55
Pregão	2.244.042,92	2.269.872,97	2.178.340,46	2.269.872,97
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
Dispensa	62.441,73	44.105,84	55.606,16	40.668,74
Inexigibilidade	598.808,35	636.578,97	586.477,73	618.013,34
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	26.900,00	13.000,00	5.040,42	5.092,54
Pagamento de Pessoal	5.042,29	27.365,20	5.042,29	27.365,20
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	479.838,85	896.246,78	478.220,52	896.156,78
Outros	-	-	-	-

• **Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Recebidos pela UJ.**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
08 – Outros Benefícios Assistenciais	-	27.365,20	-	27.365,20	-	-	-	27.365,20
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

• **Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Recebidos pela UJ.**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
30 – Material de Consumo	-	1.316.648,28	-	1.317.533,00	-	9.115,00	-	1.317.533,78
2º elemento de despesa								
39 – Outros Serv de Terceiros	13.000,00	146.933,00	-	1.698.576,00	-	-	-	1.698.576,12
3º elemento de despesa								
51 – Obras e Instalações	-	-	-	-	-	-	-	-
52 – Material Permanente	-	170.818,20	-	170.818,20	-	-	-	170.818,20
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

• **Execução Orçamentária por Programa de Governo**

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: APOIO ADMINISTRATIVO				
Dotação(*)		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.351.558.328	1.377.301.989	1.349.539.057	1.338.935.988	10.603.068	1.338.887.954	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não se aplica					
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Programa padronizado, comum a toda a Administração, utilizado para apropriar as despesas não relacionadas a programas finalísticos ou ações orçamentárias específicas, não possuindo índice de mensuração de resultado.						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Não há como analisar os resultados do programa em questão, pois não existe uma meta física a ser pactuada. Apenas entendemos que dentro das demandas por apoio administrativo, todas elas foram atendidas, embora com constantes restrições orçamentárias. Dentro dos recursos disponibilizados, o nível de execução das despesas encontra-se num patamar adequado, sem, contudo, comprometer a atividade finalística do órgão.</p> <p>É nesta ação onde são executados os serviços como a locação de mão-de-obra, água, energia elétrica, manutenção predial, postagens, publicações, diárias e passagens administrativas e aquisição de materiais de expediente. Essas despesas de garantia de funcionamento da área administrativa representam uma das maiores demandas do órgão.</p> <p>A execução tem sido impactada pelas constantes repactuações de contratos, justificadas por convenções coletivas de trabalho que aumentam o salário-base das categorias contratadas, além da elevação dos valores dos insumos utilizados durante a realização dos trabalhos. No entanto, o valor disponibilizado a UJ não acompanha os reajustes de mercado, fazendo com que a ação seja objeto de constantes solicitações de suplementação. Por vezes a prestação de alguns dos serviços e aquisições citadas ficam comprometidas por insuficiência orçamentária. A UJ fica impossibilitada de contratar a mão-de-obra adequada e os serviços necessários pela ausência de recursos orçamentários.</p> <p>Ressalta-se que durante o exercício de 2009, com o aumento do valor das diárias pagas aos servidores do Poder Executivo, a execução da ação ficou ainda mais comprometida.</p>						

(*) Valores informados sob responsabilidade de nossa Unidade Orçamentária – UO – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ em Brasília/DF.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0663	Denominação: SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

Dotação(*)		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos									
Inicial	Final													
78.591.629	103.918.131	89.482.375	78.605.831	10.876.545	78.585.414									
Informações sobre os resultados alcançados														
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício								
		Data	Índice inicial	Índice final										
1	Não se aplica													
Fórmula de Cálculo do Índice:														
<p>Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais – Pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia)</p> <p>Fórmula de Cálculo: $Im = (N^{\circ} \text{ Mortos} / N^{\circ} \text{ Vítimas}) \times 100$, responsável pelo cálculo: SPF</p> <p>Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – Pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia)</p> <p>Fórmula de Cálculo: $Ia = (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Anterior} - 1) \times 100$, responsável pelo cálculo: SPF</p> <p><i>Obs:</i> As fórmulas dos indicadores do programa 0663, foram readequadas no novo PPA 2008-2011</p>														
Análise do Resultado Alcançado:														
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Número de Mortos</th> <th>Número Total de Vítimas</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2008</td> <td>270</td> <td>2910</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>314</td> <td>3962</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fórmula de Cálculo: $\text{Índice de Mortalidade}(2008) = (270/2910) \times 100 = 9,28\%$</p> <p>Fórmula de Cálculo: $\text{Índice de Mortalidade}(2009) = (314/3962) \times 100 = 7,92\%$</p>						Ano	Número de Mortos	Número Total de Vítimas	2008	270	2910	2009	314	3962
Ano	Número de Mortos	Número Total de Vítimas												
2008	270	2910												
2009	314	3962												
<p>Durante o exercício de 2009 a execução orçamentária das ações que compõem o programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, demonstra a necessidade de um aporte maior de recursos para o desempenho das atividades finalísticas do DPRF/MJ.</p> <p>A realização das Operações Especiais de Combate ao Crime, Inteligência, Corregedoria e Capacitação de Servidores utilizaram quase a totalidade dos recursos que lhes foram disponibilizados. Em alguns casos os objetivos traçados no planejamento não puderam ser atingidos em decorrência do bloqueio orçamentário imposto ao Órgão.</p> <p>Note-se que houve um decréscimo na taxa de mortalidade nas rodovias federais de 2009 em relação ao apurado em 2008, ou seja, de 9,28% em 2008 diminuiu para 7,92% em 2009.</p> <p>As operações policiais desencadeadas pelo Núcleo de Operações Especiais e os núcleos operacionais das 07 (sete) Delegacias Regionais foram dirigidas não somente ao combate aos vários tipos de crimes que ocorreram ou que se originam nas rodovias federais, tais como o roubo de cargas, roubo de veículos, etc, mas também na aplicação do Código Brasileiro de Trânsito.</p>														
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Número de Acidentes Registrados</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2008</td> <td>4985</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>5629</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fórmula de Cálculo: $\text{Índice de Variação de Acidentes} = (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Anterior} - 1) \times$</p>						Ano	Número de Acidentes Registrados	2008	4985	2009	5629			
Ano	Número de Acidentes Registrados													
2008	4985													
2009	5629													

$$100 =$$

$$Ia = (5629/4985) - 1 \times 100 = 12,9\%$$

O percentual de aumento de acidentes registrados considera números absolutos, ou seja, não leva em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como não observa a melhoria da trefegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte.

Com a economia aquecida e com estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados. Ressalte-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceu em torno da rodovia e esta se tornou uma grande "avenida" por onde a população se locomove. Por isso, o maior número de acidentes registrados é de colisão traseira, os quais ocorrem nesses aglomerados urbanos.

A redução do índice de acidente, além da preservação da maior riqueza da nação, a vida do cidadão, possibilitaria reduzir o impacto econômico dos acidentes. O custo de acidentes em rodovias federais, segundo o estudo do IPEA, passa de 6,5 bilhões de reais por ano. A majoração do orçamento do DPRF/MJ, ou seja, o seu aumento, possibilitaria aumentar substancialmente o efetivo de policiais e melhorar o custeio e investimento do órgão no programa de segurança pública nas rodovias.

Além da economia quanto aos impactos econômicos dos acidentes, seria produzido outro efeito - aumentar o combate à criminalidade organizada, que se utiliza das rodovias para escoar os produtos de suas ações criminosas. O aumento da ostensividade, conseguida com efetivo maior e em melhores condições quanto a equipamento, viaturas, etc, teria o poder de dar ao cidadão, usuário das rodovias, bem como à população linceira, uma maior segurança. Isso significa melhor avaliação do órgão junto à opinião pública, bem como confere maior credibilidade ao Governo Federal no sentido de dar o exemplo necessário aos entes federados, quanto à preocupação com a segurança pública e com a qualidade de vida da população."

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido duro combate ao tráfico de drogas, ao contrabando/descaminho, aos crimes ambientais (apreensões de madeira e animais silvestres) e, principalmente, aos crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos, etc).

A PRF/GO, nesse exercício, mapeou os pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, notificou todos os seus proprietários e procura exercer uma vigilância contínua.

O ano de 2009 apresentou um índice de acidentes em 12,9% maior que o ano de 2008.

Todavia, resumimos aqui as principais dificuldades na gestão operacional do órgão:

- Aumento do número de veículos e pessoas transitando nas rodovias federais;
- Melhoria no estado geral das rodovias federais, principalmente devido às duplicações, o que ocasiona aumento da velocidade dos veículos e, por consequência, um maior número de acidentes (principalmente saídas de pista, excesso de velocidade e colisões traseiras);
- Melhoria do poder aquisitivo de determinada classe da sociedade brasileira, o que acarretou melhores condições ao cidadão para realizar suas viagens de veículo próprio;
- Aumento expressivo da frota circulante de veículos em função da melhoria do poder aquisitivo, longos prazos de financiamento e baixas taxas de juros no mercado;
- Baixo valor das multas de trânsito que estimulam o desrespeito às Leis de trânsito; e
- Baixo efetivo de policiais rodoviários federais.

(*) Valores informados sob responsabilidade de nossa Unidade Orçamentária – UO – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ em Brasília/DF.

Identificação do Programa de Governo

Código no PPA: **1386**

Denominação: **DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

Dotação(*)		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
64.157.000	79.337.000	59.943.848	18.232.147	41.711.701	17.930.466	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não se aplica					
Fórmula de Cálculo do Índice:						
<p><i>Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas</i> – Pretende-se medir o (%) de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI - Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia)</p> <p>Fórmula de Cálculo: $Iadq = (Unid. Adequadas / Total de Unidades) \times 100$, responsável pelo cálculo: SAF</p>						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>(%) de postos adequados Fisicamente: 75,00% (%) de postos adequados quanto à Tecnologia da Informação: 51,11% (%) de postos adequados quanto a Viaturas: 50,00%</p> <p>$Icaif = (75,00 \% + 51,11 \% + 50,00\%) / 3 = 58,70\%$</p> <p>O Programa é composto por ações que estão voltadas para o desenvolvimento e modernização da PRF. O indicador informa que houve melhora nas instalações físicas dos postos, uma piora sensível nas instalações quanto à Tecnologia da Informação dos postos e uma piora também sensível quanto ao número de viaturas adequadas aos trabalhos de policiamento ostensivo das estradas e rodovias federais.</p> <p>Dentro do programa podemos destacar as principais ações: Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária, Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da PRF, Reforma de Bases Operacionais e Unidades da PRF, Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação.</p>						

(*) Valores informados sob responsabilidade de nossa Unidade Orçamentária – UO – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ em Brasília/DF.

2.4.3. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

Ao longo dos dos últimos 03 (três) anos temos a seguinte composição de gastos gerais da UJ:

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	R\$ 32.741,68	R\$ 70.520,04	R\$ 55.042,89
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	R\$ 693.765,06	R\$ 478.220,52	R\$ 896.156,78
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	-	-	-
3.1. Publicidade (Imprensa Nacional e Radiobrás S.A)	R\$ 49.685,88	R\$ 16.237,39	R\$ 22.888,59
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	R\$ 839.451,64	R\$ 913.784,16	R\$ 921.776,23

3.3. Tecnologia da Informação	R\$ 488.282,92	R\$ 499.250,74	R\$ 605.152,02
3.4. Outras terceirizações (CIEE)	R\$ 135.233,25	R\$ 100.200,98	R\$ 23.364,86
4. SUPRIMENTO DE FUNDOS	-	-	-
5. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	R\$ 21.672,67	R\$ 4.990,79	R\$ 5.092,54
TOTAIS	R\$ 2.260.833,10	R\$ 2.083.204,62	R\$ 2.529.473,91

2.4.4. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

- **Execução Física das Ações Realizadas pela UJ**

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida
06	181	0663	2B11	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade
06	303	0663	2C78	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade
06	128	0663	2524	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade
06	183	0663	2720	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade
06	181	0663	2723	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade
06	183	0663	2816	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade
06	181	0663	4290	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade
06	181	0663	4526	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade
06	181	0663	86A1	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade
06	452	0663	8692	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade
06	181	0663	8703	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade
06	301	0750	2004	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade
06	365	0750	2010	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade
06	331	0750	2011	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade
06	306	0750	2012	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade
06	181	1386	200C	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade
06	181	1386	200G	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade
06	181	1386	8623	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade
06	181	1386	8698	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	% de manutenção
06	122	1386	1D49	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade
06	183	1386	1835	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade

2.4.5. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores de desempenho estão relacionados às atividades realizadas pela

Unidade Jurisdicionada, sendo importante sua apresentação no sentido da avaliação do esforço e da eficiência das atividades desencadeadas pela 1ª SRPRF/GO no cumprimento de sua missão institucional.

Para os Programas 0663, 1386 temos os seguintes indicadores para avaliação de seus desempenhos operacionais:

**INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DO PROGRAMA,
PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA**

Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

Programa 1386

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas

Programa 0750

Não há indicador

OBJETIVOS DOS PROGRAMAS

O objetivo do **Programa 0663** é aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito e os beneficiários são os usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais.

O objetivo do **Programa 1386** é prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública e os beneficiários são o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais.

O objetivo do **Programa 0750** é o Apoio Administrativo, este programa é comum a todos os órgãos da Administração Pública Federal.

**NOME, DESCRIÇÃO E TIPO DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA
AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME DAS CONTAS**

Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais – Pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia)

Fórmula de Cálculo: **Im** = (Nº Mortos/Nº Vítimas) x 100, responsável pelo cálculo: SPF

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – Pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia)

Fórmula de Cálculo: **Ia** = (Nº Acidentes Ano Atual)/(Nº Acidentes Ano Anterior) - 1) x100, responsável pelo cálculo: SPF

Obs: As fórmulas dos indicadores do programa 0663, foram readequadas no novo PPA 2008-2011

Programa 1386

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas – Pretende-se medir a % de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI - Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia)

Fórmula de Cálculo: **Iadq** = (Unid. Adequadas/ Total de Unidades)x100, responsável pelo cálculo: SAF

ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

PROGRAMA 0663

METAS FÍSICAS: REDUÇÃO DO NÚMERO DE ACIDENTES E MORTES EM RELAÇÃO A 2007

TAXA DE MORTALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS

Ano	Número de Mortos	Número Total de Vítimas
2008	270	2910
2009	314	3962
Fórmula de Cálculo: <i>Índice de Mortalidade(2008) = (270/2910) x 100 = 9,28%</i>		
Fórmula de Cálculo: <i>Índice de Mortalidade(2009) = (314/3962) x 100 = 7,92%</i>		

Note-se que houve um decréscimo na taxa de mortalidade nas rodovias federais de 2009 em relação ao apurado em 2008, ou seja, de 9,28% em 2008 diminuiu para 7,92% em 2009.

As operações policiais desencadeadas pelo Núcleo de Operações Especiais e os núcleos operacionais das 07 (sete) Delegacias Regionais foram dirigidas não somente ao combate aos vários tipos de crimes que ocorreram ou que se originam nas rodovias federais, tais como o roubo de cargas, roubo de veículos, etc, mas também na aplicação do Código Brasileiro de Trânsito.

TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS

Ano	Número de Acidentes Registrados
2008	4985
2009	5629
Fórmula de Cálculo: <i>Índice de Variação de Acidentes = (Nº Acidentes Ano Atual)/(Nº Acidentes Ano Anterior) - 1 x 100 =</i> <i>Ia = (5629/4985) - 1 x 100 = 12,9%</i>	

O percentual de aumento de acidentes registrados considera números absolutos, ou seja, não leva em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte.

Com a economia aquecida e com estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados. Ressalte-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceu em torno da rodovia e esta se tornou uma grande "avenida" por onde a população se locomove. Por isso, o maior número de acidentes registrados é de colisão traseira, os quais ocorrem nesses aglomerados urbanos.

A redução do índice de acidente, além da preservação da maior riqueza da nação, a vida do cidadão, possibilitaria reduzir o impacto econômico dos acidentes. O custo de acidentes em rodovias federais, segundo o estudo do IPEA, passa de 6,5 bilhões de reais por ano. A majoração do orçamento do DPRF/MJ, ou seja, o seu aumento, possibilitaria aumentar substancialmente o efetivo de policiais e melhorar o custeio e investimento do órgão no programa de segurança pública nas rodovias. Além da economia quanto aos impactos econômicos dos acidentes, seria produzido outro efeito - aumentar o combate à criminalidade organizada, que se utiliza das rodovias para escoar os produtos de suas ações criminosas.

O aumento da ostensividade, conseguida com efetivo maior e em melhores condições quanto a equipamento, viaturas, etc, teria o poder de dar ao cidadão, usuário das rodovias, bem como à população lindeira, uma maior segurança. Isso significa melhor avaliação do órgão junto à opinião pública, bem como confere maior credibilidade ao Governo Federal no sentido de dar o exemplo necessário aos entes federados, quanto à preocupação com a segurança pública e com a qualidade de vida da população.”

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido duro combate ao tráfico de drogas, ao contrabando/descaminho, aos crimes ambientais (apreensões de madeira e animais silvestres) e, principalmente, aos crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos, etc).

A PRF/GO, nesse exercício, mapeou os pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, notificou todos os seus proprietários e procura exercer uma vigilância contínua. O ano de 2009 apresentou um índice de acidentes em 12,9% maior que o ano de 2008.

Todavia, resumimos aqui as principais dificuldades na gestão operacional do órgão:

- Aumento do número de veículos e pessoas transitando nas rodovias federais;
- Melhoria no estado geral das rodovias federais, principalmente devido às duplicações, o que ocasiona aumento da velocidade dos veículos e, por consequência, um maior número de acidentes (principalmente saídas de pista, excesso de velocidade e colisões traseiras);
- Melhoria do poder aquisitivo de determinada classe da sociedade brasileira, o que acarretou melhores condições ao cidadão para realizar suas viagens de veículo próprio;
- Aumento expressivo da frota circulante de veículos em função da melhoria do poder aquisitivo, longos prazos de financiamento e baixas taxas de juros no mercado;
- Baixo valor das multas de trânsito que estimulam o desrespeito às Leis de trânsito; e
- Baixo efetivo de policiais rodoviários federais.

Em 1º de julho de 2009 entrou em vigor a Portaria 30/2009-DG, a qual mudou a forma de avaliar o desempenho das Regionais, principalmente no número de acidentes e mortos, que não mais será apenas o quantitativo e sim a taxa, levando-se em consideração a frota de veículos.

Segue abaixo o texto do Art. 1º da referida Portaria.

“Art. 1º Estabelecer os seguintes Indicadores de Desempenho para as Unidades Regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal:

- I – Percepção de Segurança;
- II – Taxa de Variação de Acidentes;
- III – Taxa de Mortalidade;
- IV – Procedimentos de Fiscalização.

§ 1º O indicador Percepção de Segurança será aferido por pesquisa quantitativa com usuários das rodovias federais brasileiras, estratificada por critérios de gênero, faixa etária e tipo de veículo, observando as metas e as orientações contidas no Anexo A.

§ 2º O indicador Taxa de Variação de Acidentes será aferido pelo número de acidentes registrados na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional, tendo por meta o quadro constante do Anexo B.

§ 3º O indicador Taxa de Mortalidade será aferido pelo número de mortes registradas na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional, tendo por meta o quadro constante do Anexo C.

§ 4º O indicador Procedimentos de Fiscalização será aferido pela quantidade de veículos fiscalizados, quantidade de pessoas fiscalizadas e testes de alcoolemia realizados, tendo por meta o quadro constante do Anexo D.”

PROGRAMA 1386

METAS FÍSICAS: COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

	POSTOS ADEQUADOS FISICAMENTE				
	ESPAÇO FÍSICO	ASPECTO EXTERNO	INSTALAÇÕES	INFRA-ESTR	SOMA PONTOS / 4
1º DEL. – GOIÂNIA					
POSTO 1/1 – Goiânia	1	1	1	1	1
POSTO 1/2 - Guapó	1	1	1	1	1
POSTO 1/3 – Hidrolândia	0	0	0	0	0
2º DEL. – ANÁPOLIS					
POSTO 2/1 – Anápolis	1	0	0	0	0,25
POSTO 2/2 – Jaraguá	1	1	1	1	1
3º DEL. – MORRINHOS					
POSTO 3/1 – Morrinhos	1	1	1	1	1
POSTO 3/2 – Itumbiara	1	1	1	1	1
4º DEL. – RIO VERDE					
POSTO 4/1 – Rio Verde	1	1	1	1	1
POSTO 4/2 – Jussara	0	0	0	0	0
5º DEL. – JATAÍ					
POSTO 5/1 – Jataí	1	1	1	1	1
POSTO 5/2 – São Simão	0	0	0	0	0
P 5/3 – Sta Rita Araguaia	1	1	1	1	1
6º DEL. – CATALÃO					
POSTO 6/1 – Catalão	1	1	1	1	1
7º DEL. – PORANGATU					
POSTO 7/1 – Porangatu	1	1	1	1	1
POSTO 7/2 – Uruaçu	1	1	1	1	1
15 POSTOS					
TOTAL DO SUB-INDICADOR	80,00%	73,33%	73,33%	73,33%	75,00%

POSTOS ADEQUADOS QUANTO A TI			
EQUIP. INFORMÁTICA	REDE DPRF/INTERNET	SISTEMA DE RÁDIO	SOMA PONTOS / 3
1	0	0	0,33
1	0	0	0,33
1	0	0	0,33
1	1	0	0,67
1	1	0	0,67
1	1	0	0,67
1	1	0	0,67
1	1	0	0,67
1	0	0	0,33
1	1	0	0,67
1	0	0	0,33
1	0	0	0,33
1	1	0	0,67
1	1	0	0,67
1	0	0	0,33
1	0	0	0,33
1	1	0	0,67
1	1	0	0,67
1	0	0	0,33
100,00%	53,33%	0,00%	51,11%

	POSTOS COM VIATURAS ADEQUADAS			INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
	QUANTIDADE SUFICIENTE ?	IDADE ADEQUADA ?	SOMA PONTOS / 2	QUANTIDADE MÉDIA DE POLICIAIS NA ESCALA EM 2007	QUANTIDADE MÉDIA DE VIATURAS EM FUNCIONAMENTO	O POSTO RECEBEU ALGUMA MANUTENÇÃO / REFORMA NOS ÚLTIMOS 4 ANOS ? SIM / NÃO
1º DEL. – GOIÂNIA						
POSTO 1/1 – Goiânia	1	0	0,5	4	2	NÃO
POSTO 1/2 - Guaporé	1	0	0,5	3	2	SIM
POSTO 1/3 – Hidrolândia	1	0	0,5	3	2	NÃO
2º DEL. – ANÁPOLIS						
POSTO 2/1 – Anápolis	1	0	0,5	4	3	NÃO
POSTO 2/2 – Jaraguá	1	0	0,5	3	2	SIM
3º DEL. – MORRINHOS						
POSTO 3/1 – Morrinhos	1	0	0,5	3	2	SIM
POSTO 3/2 – Itumbiara	1	0	0,5	2	1	SIM
4º DEL. – RIO VERDE						
POSTO 4/1 – Rio Verde	1	0	0,5	3	2	SIM
POSTO 4/2 – Jussara	1	0	0,5	2	1	NÃO
5º DEL. – JATAÍ						
POSTO 5/1 – Jataí	1	0	0,5	3	2	SIM
POSTO 5/2 – São Simão	1	0	0,5	1	1	NÃO
P 5/3 – Sta Rita Araguaia	1	0	0,5	1	1	NÃO
6º DEL. – CATALÃO						
POSTO 6/1 – Catalão	1	0	0,5	3	2	SIM
7º DEL. – PORANGATU						
POSTO 7/1 – Porangatu	1	0	0,5	2	2	SIM
POSTO 7/2 – Uruaçu	1	0	0,5	3	2	SIM
15 POSTOS						
TOTAL DO SUB-INDICADOR	100,00%	0,00%	50,00%			

(%) de postos adequados Fisicamente: **75,00%**
 (%) de postos adequados quanto à Tecnologia da Informação: **51,11%**
 (%) de postos adequados quanto a Viaturas: **50,00%**

$$Icaif = (75,00 \% + 51,11 \% + 50,00\%)/3 = 58,70\%$$

O indicador informa que houve melhora nas instalações físicas dos postos, uma piora sensível nas instalações quanto à Tecnologia da Informação dos postos e uma piora também sensível quanto ao número de viaturas adequadas aos trabalhos de policiamento ostensivo das estradas e rodovias federais.

PROGRAMA 0750

METAS FÍSICAS: ESTE É UM PROGRAMA COMUM A TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Para este tipo de programa (Apoio Administrativo) não existem indicadores e metas físicas.

DESCRIÇÃO DAS DISFUNÇÕES ESTRUTURAIS DETECTADAS E AS PRINCIPAIS MEDIDAS IMPLEMENTADAS PARA TRATAR AS CAUSAS DE INSUCESSO E SEUS RESPONSÁVEIS

PROGRAMA 0663

DISFUNÇÃO ESTRUTURAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS TRAÇADOS.

Em 2009, considerando que o número de acidentes registrados e de mortos aumentou em relação aos números apurados em 2008, entendemos que os objetivos e metas do programa em questão não foram atingidos satisfatoriamente, uma vez que a diminuição do número de acidentes registrados e de mortos não foi atingida. Em 2009, houve também um aumento do número de feridos graves e leves em 36,15% em relação ao ano de 2008. De um modo geral, os indicadores de desempenho do Programa não foram satisfatórios.

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009	Variação (%): 2008/2009
ACIDENTES REGISTRADOS	3224	4177	4985	5629	12,92%
MORTOS	199	256	270	314	16,29%
FERIDOS GRAVES/LEVES	1780	3108	2910	3962	36,15%
ACIDENTES SEM VÍTIMAS	1757	2219	2774	3090	11,39%
ACIDENTES COM VÍTIMAS	1321	1745	2005	2258	12,62%
ACIDENTES COM MORTOS	146	213	206	250	21,35%
VEÍCULOS ENVOLVIDOS	4994	6473	7980	9052	13,43%

OCUPANTES ENVOLVIDOS	6528	11906	17336	10508	-39,38%
VÍTIMAS SOCORRIDAS PELA PRF/GOIÁS	212	340	379	232	-38,78%

Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária

MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO.

Considerando que os objetivos e metas traçados para o programa em questão não foram alcançados plenamente, entendemos que o órgão deve intensificar os procedimentos operacionais atualmente em utilização para o atingimento destas metas.

Algumas medidas podem ser adotadas, tais como:

- a) Intensificar o uso do Cartão Programa para fiscalização dos pontos críticos em ocorrências de acidentes de trânsito;
- b) Intensificar a utilização de radares medidores de velocidade;
- c) Realização de concurso público para o provimento de vagas ao cargo de Policial Rodoviário Federal.

RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS.

Considerando que os objetivos e metas traçados não foram atingidos satisfatoriamente, os procedimentos da área operacional deverão continuar a serem aplicados de forma a melhorar a eficiência e eficácia das ações desenvolvidas.

A Seção de Policiamento e Fiscalização é a seção responsável pela implementação das medidas para o exercício de 2010.

PROGRAMA 1386

DISFUNÇÃO ESTRUTURAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS TRAÇADOS.

Considerando que as demandas para 2009 foram atingidas parcialmente, entendemos que os objetivos e metas traçados restaram muito prejudicados em função das restrições orçamentárias e financeiras impostas ao DPRF/MJ.

Houve o planejamento para algumas demandas, com a autuação de processo, elaboração de projetos básicos, de engenharia e arquitetura, todavia, não fomos contemplados com a dotação orçamentária capaz de cobrir os custos com a execução das demandas.

MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO.

Procurar manter atualizado o osso órgão central das necessidades de investimentos no programa em questão para o exercício de 2010, cobrando pela descentralização de recursos orçamentários e intensificando o Planejamento Administrativo do Órgão.

RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS.

Considerando que os objetivos e metas traçados foram atingidos parcialmente, os procedimentos da área administrativa e financeira deverão ser intensificados e aprimorados visando uma melhor forma de gerir os recursos escassos em função das demandas ilimitadas.

A Seção Administrativa e Financeira é a seção responsável pela implementação das medidas para o exercício de 2010.

PROGRAMA 0750

Não há como analisar os resultados do programa em questão, pois não existe uma meta física a ser pactuada. Apenas entendemos que dentro das demandas por apoio administrativo, todas elas foram atendidas, embora com constantes restrições orçamentárias. Dentro dos recursos disponibilizados, o nível de execução das despesas encontra-se num patamar adequado, sem, contudo, comprometer a atividade finalística do órgão.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	375	NA ⁽¹⁾	822
Próprios	375	NA ⁽¹⁾	822
Requisitados	NA	NA	NA
Celetistas	NA	NA	NA
Cargos de livre provimento	NA	NA	NA
Estatutários	NA	NA	NA
Não Estatutários	NA	NA	NA
Terceirizados⁽²⁾	42	50	50
Total	417	50	872

(1) - Não há distribuição de vagas regionalizadas pelo DPRF.

(2) - Incluídos os estagiários.

COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2007, 2008 E 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	QT.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	394	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF
2008	384	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF
2009	375	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF

Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	01	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF		
2008	01	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF	CGRH/ DPRF		
2009	00	NA	NA	NA	NA	NA		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	00	NA	NA	NA	NA	NA		
2008	00	NA	NA	NA	NA	NA		
2009	00	NA	NA	NA	NA	NA		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	45	825.857,44	5	73.460,37	-	-	10	R\$ 61.772,88
2008	51	821.195,08	5	78.996,56	-	-	42	R\$ 100.200,98
2009	51	478.868,35	5	14.394,86	-	-	40	R\$ 185.517,34

As despesas com pessoal são centralizadas pelo DPRF.

DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE ÁREA-FIM NO EXERCÍCIO DE 2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
			Início	Fim	Médio		Superior		
					AT	EF	AT	EF	
O	004/2008	VIP – Vigilância Intensiva Patrimonial Ltda	29/04/09	28/04/10	24	-	-	-	P
O	010/2005	Contal – Empreiteira de Reformas e Serviços Ltda	30/05/09	29/05/10	28	-	-	-	P
O	013/2009	Alternativa Empreendimentos e Serviços Ltda	04/01/10	03/01/11	3	-	-	-	A
O	014/2009	Meta Limpeza e Conservação Ltda	04/01/10	03/01/11	1	-	-	-	A
O	015/2009	Ipanema Empreendimentos de Serviços Gerais Ltda	04/01/10	03/01/11	2	-	-	-	A

Observação:

ANÁLISE CRÍTICA

Em relação à gestão de Recursos Humanos desta Unidade descentralizada, enfatizamos os seguintes itens:

ADEQUAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS QUADROS À MISSÃO ORGANIZACIONAL

Podemos verificar conforme Quadro de Recursos Humanos Situação Apurada em 31/12/2009, que o número de servidores ativos e em exercício está muito aquém do quantitativo ideal, desta forma, urge providências para fins de contratação/lotação de servidores nesta Unidade Jurisdicionada.

ADEQUAÇÃO DOS QUANTITATIVOS DE ÁREA-MEIO EM RELAÇÃO À ÁREA-FIM

Em virtude da inexistência de um quadro de servidores administrativos próprios, há um deslocamento de servidores policiais provenientes da área fim visando suprir as demandas da área meio.

DESEMPENHO FUNCIONAL DOS SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS

Apesar de ser usado o Sistema de Avaliação regulamentado pelo Decreto 84.669/80, este não se mostra como um método de avaliação eficiente, capaz de mensurar o desempenho real de cada servidor.

NECESSIDADES DE REDUÇÃO OU AMPLIAÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS, TANTO PRÓPRIO, QUANTO TERCEIRIZADO

Conforme mencionado no primeiro item, é evidente a urgência na ampliação do quadro de servidores da área fim e a criação do quadro de servidores administrativos, com o imediato preenchimento de tais vagas, a fim de que os servidores ocupantes do cargo de Policial Rodoviário Federal, que se encontram deslocados, sejam remanejados para a função primordial.

NECESSIDADES DE RENOVAÇÃO DO QUADRO PRÓPRIO DE RECURSOS HUMANOS NO MÉDIO E LONGO PRAZO

É necessária a realização de concursos públicos com maior frequência, visando não somente a renovação, como também o preenchimento das vagas ociosas em razão de aposentadoria, falecimento, demissões e demais modos de vacância.

PLANOS DE CAPACITAÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS

Foram desenvolvidas ao longo do ano de 2009 pelo Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal - NUCAP, algumas ações de capacitação, destacando-se os

Cursos de Técnicas de Abordagem, Tiro, Fiscalização e Atendimento a Acidentes.

EFEITOS DOS PLANOS DEMISSIONAIS, QUANDO EXISTENTES

Atualmente não existe nenhum plano demissional no DPRF.

IMPACTOS DA TERCEIRIZAÇÃO NA PRODUTIVIDADE DA UJ

Não houve mão de obra terceirizada de forma significativa no ano de 2009 que promovesse um impacto na produtividade da UJ.

POLÍTICA REMUNERATÓRIA DA UJ

A política remuneratória é realizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

SITUAÇÃO E EVOLUÇÃO DO PASSIVO TRABALHISTA VINCULADO À UJ

O pagamento do passivo trabalhista é de responsabilidade da unidade central do DPRF, o qual é feito após liberação orçamentária pelo ministério do planejamento, orçamento e gestão, sendo que no exercício de 2009 não houve nenhuma liberação para este fim.

4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não foram registradas ocorrências desta natureza no exercício de 2009.

5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	R\$ 1.779.402,77	R\$ 63.868,67	R\$ 1.690.444,25	R\$ 25.089,85
2007	R\$ 1.082.331,49	R\$ 19.547,84	R\$ 1.022.399,93	R\$ 40.383,72
Observações:				

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Não foram registradas ocorrências desta natureza no exercício de 2009.

7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não foram registradas ocorrências desta natureza no exercício de 2009.

8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não foram registradas ocorrências desta natureza no exercício de 2009.

9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não foram registradas ocorrências desta natureza no exercício de 2009.

10. OPERAÇÕES COM FUNDOS

Não foram registradas ocorrências desta natureza no exercício de 2009.

11A. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

a) Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

1. Número de Relatório	Não foram registradas ocorrências desta natureza no exercício de 2009.
2. Descrição da Recomendação	Não foram registradas ocorrências desta natureza no exercício de 2009.
3. Setor Responsável pela Implementação	Não foram registradas ocorrências desta natureza no exercício de 2009.
4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)	Não foram registradas ocorrências desta natureza no exercício de 2009.

Apesar de não ter ocorrido nenhuma ocorrência contendo recomendações da Controladoria Geral da União em Goiás, houve apenas o encaminhamento do Ofício Circular nº 00234/2009/GAB/CGU-Regional/GO, de 22.07.2009 onde a CGU promoveu um levantamento das medidas implementadas pelas Unidades Jurisdicionadas relativas à exclusão da CPMF dos pagamentos contratuais a partir de 01/01/2008, onde solicitou a cada UJ sob sua jurisdição o preenchimento de ma planilha contendo o relato sintético das situações reais, inclusive com anotação, quando for o caso, das providências e o envio de documentos (aditivos, informes, ofícios, atas, dentre outros) que demonstrem a atuação na regularização, ou seja, a exclusão da CPMF dos custos contratuais.

A planilha foi preenchida e remetida à CGU/GO na data de 27/07/2009, onde demonstramos a exclusão da composição dos custos com relação à CPMF e também aproveitamos o

ensejo e demonstramos também a não inclusão dos custos com IRPJ e CSLL, embora não tenha vido questionamentos com relação a estes dois itens. Foram comprovados através de documentação anexa ao e-mail que os contratos de vigilância, limpeza, asseio, conservação e copeiragem estão sendo pagos mensalmente sem a inclusão dos impostos mencionados.

11B. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

b) Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Primeira Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás					2820
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	013.540/2008-6	3824/2009	1.5.1	Comunicação	Ofício nº 797/2009-TCU/SECEX-GO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Primeira Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás					2820
Descrição da Deliberação:					
<p>1.5.1 À 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás que:</p> <p>1.5.1.1. observe as condições e exigências legais para utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, inclusive quanto à excepcionalidade de saque, à necessidade de sua justificativa e à utilização do processo normal de aquisição, atendendo ao disposto no §2º do Art. 4º da Portaria/MPOG n. 041/2005, Art. 45 do Decreto n. 93.872/1986 e Art. 68 da Lei n. 4.320/1964 e efetivando o planejamento de suas compras e licitações;</p> <p>1.5.1.2. adote medidas para não receber documentos fiscais comprobatórios de despesas realizadas por Cartão de Pagamento do Governo Federal com falhas nas respectivas emissões, tais como: prazo de validade vencido e falta de indicação da autoridade competente para emissão das referidas notas;</p> <p>1.5.1.3. observe a relação custo-benefício e a atualização da classificação dos veículos oficiais, evitando a manutenção e utilização onerosa e antieconômica de alguns veículos e, noutro extremo, a alienação precoce de veículos econômicos (caso dos sete VW Gol leiloados em 2008), buscando subsidiar tempestivamente o órgão central quanto ao momento e à forma mais adequados de renovação da frota, em cumprimento dos princípios da economicidade e da eficiência e do disposto na IN/Sedap n. 205/1998, IN/Mare n. 09/1994 e Decreto n. 99.658/1990;</p> <p>1.5.1.4. adote medidas, em conjunto com a Direção do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF, no sentido de que seja observado o princípio da segregação de funções relativamente à ordem/solicitação e ratificação das despesas, de forma inclusive a compatibilizar operacionalmente o disposto nos Inc. III e VII do Art. 107 do Regimento Interno/DPRF, aprovado pela Portaria/MJ n. 1.375/2007, com o disposto no Art. 26 da Lei n. 8.666/1993;</p> <p>1.5.1.5. adote medidas junto à Direção do DPRF para prover sua força de trabalho de acordo com a demanda de serviços e a necessidade de pessoal, fazendo frente à redução de quantitativo de policiais e ao significativo corte de estagiários e terceirizados, ocorridos em 2007, e evitando prejuízos às suas ações e a seu planejamento, a exemplo do que ocorre na 3ª Delegacia, em Morrinhos/GO, como anotado pelo Controle Interno quando fiscalizou aquela Delegacia (detectando notória insuficiência de pessoal com inevitável reflexo no planejamento operacional);</p> <p>1.5.1.6. confeccione o Cartão – Programa e utilize a Ficha de Verificação de Trabalho na forma exigida pelas normas vigentes, no âmbito do Programa “Policciamento Ostensivo nas Estradas Federais”;</p> <p>1.5.1.7. providencie acondicionamento adequado e seguro dos armamentos de grosso calibre no Posto de Morrinhos/GO e demais unidades da Superintendência;</p> <p>1.5.1.8. siga as normas vigentes de pagamento de diárias, exigindo a apresentação das justificativas de viagem, complementarmente à descrição dos serviços a executar, das justificativas para prorrogação, quando houver, e do relatório de viagem pelos servidores policiais contemplados.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação:					Código SIORG

Seção de Policiamento e Fiscalização, Núcleo de Orçamento e Finanças e Núcleo de Serviços Gerais.	Não possui
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>Com relação aos subitens 1.5.1.1. e 1.5.1.2. o Núcleo de Orçamento e Finanças da UJ foi orientado para que tais fatos não mais ocorram o que poderá ser comprovado em auditorias posteriores. Com relação ao subitem 1.5.1.3. esclarecemos que os veículos VW Gol possuíam um baixo valor de mercado onde as despesas para cada veículo estavam superando a 50% sobre este valor com muita facilidade e os mesmos já possuíam 15 (quinze) anos de uso, revelando-se obsoletos e “inchavam” o patrimônio o que não nos permitia receber viaturas novas. O valor angariado com o Leilão realizado em 2008 foi revertido na aquisição de viaturas novas pelo DPRF/MJ. Com relação ao subitem 1.5.1.4. esclarecemos que as normas ainda mencionadas ainda vigoram e aguardamos posicionamento do DPRF/MJ. Com relação ao subitem 1.5.1.6 a Seção de Policiamento e Fiscalização mantém a implementação do sistema denominado Cartão – Programa no policiamento ostensivo das estradas federais. Em relação ao subitem 1.5.1.7. esclarecemos que foi inaugurado recentemente o novo Posto PRF de Morrinhos/GO onde melhorou e muito a segurança no acondicionamento seguro dos armamentos utilizados no policiamento ostensivo diário. Com relação ao subitem 1.5.1.8. informamos que com a implementação do SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens em 2008 tais problemas não mais ocorreram, uma vez que tal sistema entrelaça todas as informações de modo a não permitir ocorrências da natureza apontada.</p>	
Síntese dos resultados obtidos:	
Dos apontamentos realizados em nenhum momento foram detectadas impropriedades da mesma natureza.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:	
<p>Em relação ao subitem 1.5.1.5. esclarecemos que o problema da insuficiência de pessoal tem se agravado a cada exercício tendo em vista as aposentadorias, saídas de servidor devido ao ingresso em outros cargos públicos decorrentes de concurso, invalidez, mortes, problemas de saúde aliado ao fato de que os concursos recentes passaram por graves dificuldades de execução desde a divulgação do edital até a realização das provas, inclusive com denúncias de fraudes havidas nos dois últimos concursos, sendo que o último deles encontra-se suspenso temporariamente. O efetivo de policiais e de servidores do quadro administrativo de apoio tem ficado muito aquém do necessário para o bom cumprimento da missão institucional da UJ. A realização de concurso público é um ato de gestão pública que deve partir do órgão central, DPRF/MJ em Brasília/DF e não das UJ jurisdicionadas.</p>	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Primeira Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás					2820
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	Não há menção	Não há menção	-	-	Ofício Circular nº 001/2009-SECEC/GO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Primeira Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás					2820
Descrição da Deliberação:					
Solicita a indicação, por meio de ofício à Secretaria de Controle Externo do TCU em Goiás, até 27/03/2009, o nome dos servidores indicados e que tiveram que se cadastrar previamente por meio do link “Cadastre-se” no Portal do TCU, conforme procedimentos descritos no tutorial disponível no mesmo Portal no link www.tcu.gov.br/contas .					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação:					Código SIORG
Seção Administrativa e Financeira					Não possui
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					

A solicitação foi cumprida pelo Ofício nº 909/2009/1ª SR/DPRF/GO, de 27 de março de 2009, sendo indicado o nome do servidor Marcelo Gomes Martins – Matrícula SIAPE 1072942, chefe da Seção Adm e Financeira, inscrito no CPF nº 471.987.451-72 como responsável da UJ pelo envio do Relatório de Gestão de 2008. O referido servidor providenciou seu cadastro junto ao Portal do TCU conforme determinação.
Síntese dos resultados obtidos:
Do cadastramento feito pelo servidor, restou cumprida a determinação de envio do Relatório de Gestão de 2008, em formato .pdf, podendo tal relatório ser consultado no sítio do TCU: www.tcu.gov.br .
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:
Não houve nenhum fator, seja positivo ou negativo que tenha prejudicado a adoção das providências determinadas pelo TCU em Goiás, sendo a determinação cumprida com o rigor merecido.

12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC - QUANTIDADE
ADMISSÃO	00	00
DESLIGAMENTO(*)	04	00
APOSENTADORIA	07	07
PENSÃO	09 (05 instituidores)	07 (05 instituidor)

(*)Os atos de desligamentos dos servidores estão em fase de implantação no Sistema SISAC.

13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO			
Denominação Completa da UJ:			Código SIAFI:
1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			200121
Declaro que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o Art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.			
Local	Goiânia/GO	Data	04 de março de 2010
Área Responsável	Seção Adm e Financeira	CPF do responsável	471.987.451-72

14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

14.1.1 ARRECADAÇÃO DE MULTAS

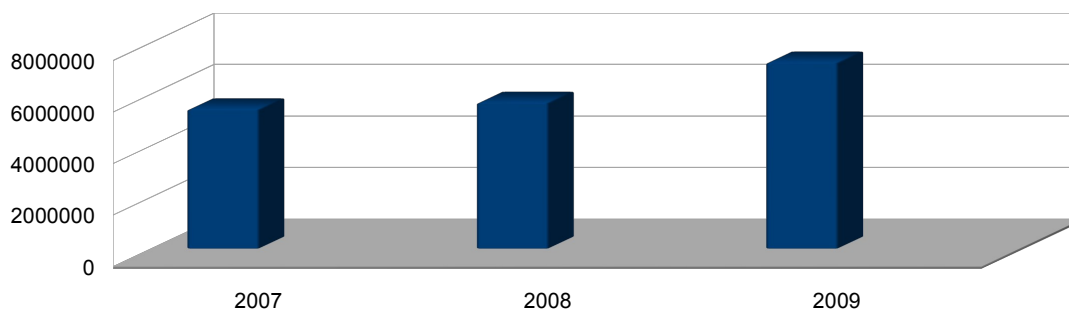
Impulsionada pela implantação do Registro Nacional de Infrações de Trânsito (RENAINF), administrado pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN/Ministério das Cidades), a arrecadação líquida de multas de trânsito aplicadas pela 1ª Sup de Polícia Rodoviária Federal em Goiás cresceu em relação ao exercício de 2008, resultando numa arrecadação de R\$ 7.203.347,39 (Sete milhões, duzentos e três mil, trezentos e quarenta e sete reais, trinta e nove centavos) em 2009.

Esse resultado só foi possível porque o RENAINF permitiu a cobrança das multas pendentes da Polícia Rodoviária Federal, que não possuía meio coercitivo para realizar tal cobrança. Em 2009, a arrecadação de multas aplicadas em decorrência da Lei nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, aumentou em 27,67% em relação ao ano de 2008 e ficou assim distribuída mensalmente.

ARRECADAÇÃO DE MULTAS – 2007/2008/2009

PERÍODO	2007	2008	2009	Variação (%) (2009-2008)
JANEIRO	R\$ 301.429,67	R\$ 276.093,35	R\$ 384.727,26	39,30%
FEVEREIRO	R\$ 296.898,85	R\$ 301.293,70	R\$ 507.577,57	68,50%
MARÇO	R\$ 485.513,81	R\$ 401.030,20	R\$ 984.358,76	145,50%
ABRIL	R\$ 440.942,53	R\$ 307.835,20	R\$ 279.287,59	-9,27%
MAIO	R\$ 480.072,16	R\$ 281.098,71	R\$ 562.210,97	100,00%
JUNHO	R\$ 500.386,56	R\$ 268.843,39	R\$ 733.207,11	172,70%
JULHO	R\$ 509.747,50	R\$ 476.346,14	R\$ 708.512,70	48,70%
AGOSTO	R\$ 569.750,99	R\$ 523.733,42	R\$ 684.259,36	30,65%
SETEMBRO	R\$ 496.211,79	R\$ 690.549,85	R\$ 610.620,58	-11,60%
OUTUBRO	R\$ 513.116,78	R\$ 904.043,11	R\$ 715.260,36	-20,88%
NOVEMBRO	R\$ 469.167,06	R\$ 831.838,55	R\$ 681.026,61	-18,13%
DEZEMBRO	R\$ 324.442,88	R\$ 379.349,13	R\$ 352.298,52	-7,13%
TOTAL ARRECADADO	<u>R\$ 5.387.679,58</u>	<u>R\$ 5.642.054,75</u>	<u>R\$ 7.203.347,39</u>	<u>> 27,67%</u>

Fonte: Núcleo de Multas e Penalidades

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS**14.1.2 LEILÃO DE VIATURAS OFICIAIS**

As viaturas consideradas antieconômicas estão sendo objeto de Leilão público, cuja contrapartida dos recursos angariados é a aquisição de novas viaturas policiais. As viaturas foram discriminadas na Tabela acima considerando percentuais de gastos que ultrapassaram 50% frente ao seu valor de mercado (Tabela FIPE) e, caso persistam os dispêndios com as referidas viaturas, possivelmente, em 2010, as mesmas poderão ser alienadas através de Leilão público.

No exercício de 2009, como já mencionado anteriormente, houve um Leilão público de viaturas oficiais, na data de 26/11/2009, realizado na cidade de São José do Rio Preto/SP, onde os trabalhos foram conduzidos pela Comissão Nacional de Leilão com apoio da 6ª SRPRF/SP. Neste Leilão, viaturas de vários Estados foram também leiloadas. A 1ª SRPRF/GO encaminhou 12 (doze) viaturas oficiais para leilão público, redundando numa arrecadação total de R\$ 108.000,00 (Cento e oito mil reais), conforme detalhamento abaixo.

VIATURAS LEILOADAS – 2009

DISCRIMINAÇÃO	VALOR MÍNIMO DE ARREMATAÇÃO	VALOR DA ARREMATAÇÃO	VARIAÇÃO (%)
GM / BLAZER 4.3, V6, KDR-6374, Ano: 1998 (Sucata)	R\$ 1.000,00	R\$ 2.250,00	125,00%
GM / ASTRA SEDAN ADVANTAGE, NGY-4314, Ano: 2007 (Sucata)	R\$ 1.800,00	R\$ 2.850,00	58,33%
GM / ZAFIRA CD, NFH-9945, Ano: 2004 (Sucata)	R\$ 1.000,00	R\$ 3.900,00	290,00%
MMC / L-200 4x4 GL, NGG-3772, Ano: 2006	R\$ 8.000,00	R\$ 25.600,00	220,00%
GM / BLAZER 4.3, V6, KDR-6054, Ano: 1998	R\$ 3.200,00	R\$ 7.800,00	143,75%
GM / BLAZER 4.3, V6, KDR-6154, Ano: 1998	R\$ 3.500,00	R\$ 7.900,00	125,71%
GM / VERANEIO, AMB, KCZ-6876, Ano: 1995	R\$ 4.000,00	R\$ 12.600,00	215,00%
GM / VERANEIO, AMB, KDD-3598, Ano: 1996	R\$ 4.500,00	R\$ 13.500,00	200,00%

GM / ZAFIRA CD, NFH-9975, Ano: 2004	R\$ 5.500,00	R\$ 15.300,00	178,18%
FIAT / MAREA SX, JZJ-2047, Ano: 2001	R\$ 3.500,00	R\$ 5.800,00	65,71%
FIAT / MAREA SX, KEN-7067, Ano: 2001	R\$ 3.000,00	R\$ 5.800,00	93,33%
FIAT / MAREA SX, KEN-7267, Ano: 2001	R\$ 1.300,00	R\$ 4.700,00	261,54%
TOTAL ARRECADADO	R\$ 40.300,00	R\$ 108.000,00	167,99%

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais

VIATURAS NOVAS RECEBIDAS – 2009

Nº	PLACA	ANO	MARCA/MODELO
01	NKK-9944	2009/2009	MEGANE SD EXPR 2.0
02	NKL-5001	2009/2009	MEGANE SD EXPR 2.0
03	NKL-5111	2009/2009	MEGANE SD EXPR 2.0
04	NLL-5013	2009/2010	PALIO ELX FLEX
05	NLL-5023	2009/2010	PALIO FIRE ECONOMY
06	NLL-5033	2009/2010	PALIO ELX FLEX
07	NLL-5043	2009/2010	PALIO FIRE ECONOMY

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais

As viaturas novas recebidas em 2009 são oriundas da realização de Pregões Eletrônicos efetuados pelo nosso DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Brasília/DF. A aquisição é feita de forma centralizada e os veículos são distribuídos pelo país consoante num cronograma de entrega a ser cumprido em contrato.

14.1.3 GASTOS COM MANUTENÇÃO DA FROTA

Os gastos com manutenção da frota tem-se reduzido nos últimos e foram assim realizados mensalmente no período de 2006 a 2009:

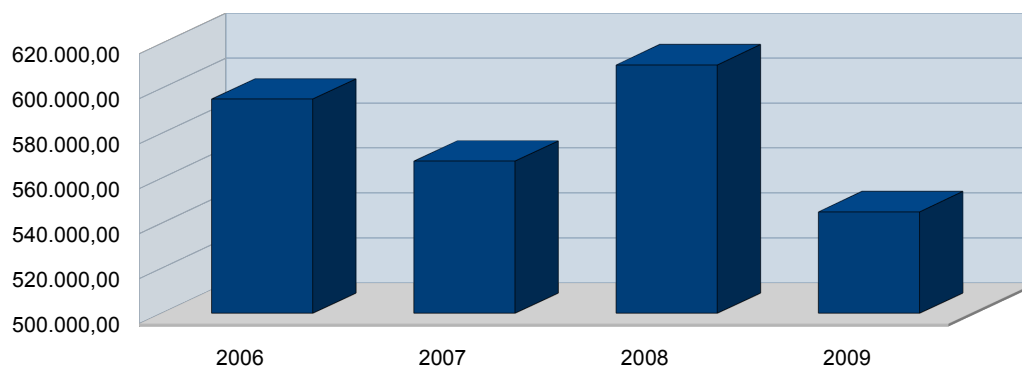
GASTOS COM MANUTENÇÃO – 2006 a 2009

MÊS	2006	2007	2008	2009	Varição (%) (2008/2009)
JANEIRO	R\$ 83.111,01	R\$ 62.844,32	R\$ 32.306,26	R\$ 20.958,52	-35,13
FEVEREIRO	R\$ 59.967,27	R\$ 69.748,83	R\$ 44.807,69	R\$ 55.520,62	23,91
MARÇO	R\$ 72.596,58	R\$ 36.495,00	R\$ 43.433,17	R\$ 74.189,35	70,81
ABRIL	R\$ 32.864,80	R\$ 42.358,18	R\$ 42.204,11	R\$ 48.717,61	15,43

MAIO	R\$ 51.211,87	R\$ 45.811,05	R\$ 45.730,45	R\$ 42.200,53	-7,72
JUNHO	R\$ 19.980,06	R\$ 42.491,32	R\$ 50.005,56	R\$ 41.484,48	-17,04
JULHO	R\$ 51.845,89	R\$ 28.864,26	R\$ 39.951,79	R\$ 43.526,42	8,95
AGOSTO	R\$ 67.602,73	R\$ 57.091,82	R\$ 48.949,20	R\$ 66.385,30	35,62
SETEMBRO	R\$ 59.820,06	R\$ 41.943,21	R\$ 65.942,34	R\$ 53.102,90	-19,47
OUTUBRO	R\$ 29.206,68	R\$ 55.819,57	R\$ 58.051,66	R\$ 0,00	-100,00
NOVEMBRO	R\$ 38.028,61	R\$ 38.176,92	R\$ 44.205,64	R\$ 38.898,94	-12,00
DEZEMBRO	R\$ 29.027,89	R\$ 46.094,66	R\$ 94.947,09	R\$ 60.194,11	-36,60
TOTAIS	R\$ 595.263,45	R\$ 567.739,14	R\$ 610.534,96	R\$ 545.178,78	< 10,70 %

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais – Contratos de prestação de serviços em vigência.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM MANUTENÇÃO DA FROTA – 2006 a 2009



Nota-se uma sensível diminuição nos gastos com manutenção da frota na ordem de 10,70% (dez vírgula setenta pontos percentuais). Tal decréscimo ocorreu em função dos seguintes fatos:

a) LIMITAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – limites de dispêndio impostos pela DIVISÃO DE PLANEJAMENTO/DPRF/MJ em Brasília/DF, onde, apesar de ter um valor limite previsto em contrato, fomos obrigados a contingenciar os recursos escassos que foram descentralizados, obrigando a UJ a gerir um recurso menor para um montante maior de viaturas, pois houve a aquisição de 07 (sete) viaturas novas para uso administrativo das 07 (sete) Delegacias Regionais.

b) LEILÕES PÚBLICOS – apesar da aquisição de veículos novos, houve o Leilão Público de 12 (doze) viaturas oficiais consideradas antieconômicas e/ou irrecuperáveis. Este Leilão foi realizado na cidade de São José do Rio Preto/SP, ficando a condução dos trabalhos sob a responsabilidade da 6ª SRPRF/SP.

14.1.4 ACOMPANHAMENTO DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

No que se refere ao desempenho administrativo na gestão dos contratos, a 1ª SRPRF/GO tem implementado, efetivamente desde de 2004, ações com vistas à melhorar a atuação

dos gestores dos contratos públicos celebrados. No exercício de 2009, com a prática de uma gestão qualificada, conseguiu-se conscientizar os gestores da importância da atuação diligente quanto às minúcias contratuais, diminuindo as incidências ou evitando o acúmulo de transtornos.

Por via de consequência, o reflexo tem sido positivo em vários aspectos, quais sejam: planejamento, com estimativa real de despesas; obtenção de melhores serviços e materiais; otimização no tempo para deflagração de nova licitação; diminuição de riscos de perdas e prazos para liquidação de despesas; garantia de que os pagamentos sejam realizados corretamente (quantitativo e qualitativo); redução dos riscos trabalhistas e previdenciários relacionados aos contratos de terceirização; maior agilidade e confiabilidade nos procedimentos licitatórios; maior economia para Administração; eliminação da ocorrência de multas; segurança na aplicação de penalidades às contratadas; e por fim, maior transparência nos atos administrativos.

Assim, os procedimentos de gestão dos contratos no exercício de 2009, a exemplo do que ocorrera em 2008, passaram a fazer parte do cotidiano da seara administrativa. Os gestores são previamente orientados a recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, na proposta e/ou no contrato. Ademais, acompanham e controlam o prazo de vigência do contrato, notificando, se necessário, a contratada e à Administração sobre o interesse e oportunidade para deflagração de novo processo licitatório, prorrogação ou alteração contratual.

Nos casos de prorrogação, alteração ou deflagração de nova contratação, os procedimentos respeitam a antecedência mínima de 90 (noventa) dias para a preparação da nova licitação. Em 2008, esse prazo era de 60 (sessenta) dias, mas que em função de problemas internos de ordem administrativa foi ampliado. Os gestores também elaboram Relatórios da gestão para cada contrato, fazendo as medições (SIASG/Cronograma) de todas as faturas. Por fim, a Seção Adm e Financeira acompanha, auxilia e fiscaliza a atuação dos gestores dos contratos.

No exercício de 2009 não foram aplicadas sanções às empresas contratadas, seja de qualquer natureza (advertência, multa, etc), uma vez que não ocorreram fatos que merecessem tais penalizações.

15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação Completa da UJ:	Código SIAFI:
1ª SUP DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	200121
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária,</p>	

financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e			
A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília/DF	Data	04 de março de 2010
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

16. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Não foram registradas ocorrências desta natureza no exercício de 2009.

17. CONCLUSÃO

A realidade sócio-econômica é marcada pelas tensões sociais, inovações tecnológicas, novas estruturas organizacionais e também pela ascensão da criminalidade, conflitos sociais e o conseqüente nervosismo fruto deste contexto de inseguranças, agravado ainda pela expectativa que gera uma nova relação entre o Estado, a sociedade e os indivíduos. Neste cenário de mudanças e riscos, as organizações policiais têm que reestruturar seus processos gerenciais e suas metas estratégicas que são cuidadosamente planejadas, orçadas, controladas e acompanhadas em sua execução e avaliação.

Neste cenário de mudanças e riscos, as organizações policiais tem que reestruturar seus processos gerenciais e suas metas estratégicas que são cuidadosamente planejadas, orçadas, controladas e acompanhadas em sua execução e avaliação. Os gestores em geral, aqui compreendidos na 1ª SRPRF/GO, que objetivam dar maior eficiência e eficácia ao agregar valores aos resultados operacionais do programa, persistem no objetivo social de primeiro satisfazer as demandas por segurança e restauração do equilíbrio de convivência harmônica, regulado pelos direitos de manutenção da propriedade e integridade física.

Neste sentido, as instituições de segurança são obrigadas a se adaptarem às exigências da sociedade, com contínua renovação de seus métodos operacionais e sistemas de organização do trabalho, devendo estabelecer modelos de suporte gerenciais capazes de gerar informações tempestivas para tomada de decisão, que satisfaçam as necessidades dos diversos usuários, com segurança e confiança, de formas ágeis, rápidas e satisfatórias. De outro modo, o impacto social e econômico dos acidentes de trânsito impõe a necessidade de nova metodologia de atuação voltada para a segurança viária, para o que se faz essencial o incremento tecnológico e de recursos humanos especialmente voltados para a fiscalização de trânsito.

Compete a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais. Mesmo com a capacidade física organizacional insuficiente para atender a demanda por segurança, destacando-se a necessidade de ampliação da capacidade física instalada e o aumento do efetivo operacional que está aquém da capacidade laborativa do Órgão, podemos classificar como apenas satisfatório o desempenho organizacional com base nos resultados obtidos pelos programas “*Segurança Pública nas Rodovias Federais e Desenvolvimento Institucional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal*”.

Assim, considerando que os indicadores de eficiência estabelecem relação entre resultados alcançados e insumos utilizados e que se destinam a dimensionar o rendimento operacional da organização e de seus processos, a fim de possibilitar melhorias operacionais, a 1ª SRPRF/GO, no exercício 2009, obteve um grau satisfatório de eficiência médio, haja vista os valores orçamentários disponibilizados, que não obstante tais recursos terem sido bastante aquém da demanda existente, a 1ª SRPRF/GO se empenhou em atender as ações operacionais previstas otimizando os recursos liberados.

As principais metas traçadas para o exercício de 2009 foram as seguintes:

- a) Diminuição do número de acidentes registrados, de feridos graves/leves e de mortos;
- b) Reforçar as ações de combate à criminalidade; e
- c) Modernizar a infra-estrutura das unidades operacionais, bem como de seu aparelhamento operacional (armamento, parque de informática, rádio-comunicação, viaturas, capacitação do policial rodoviário federal, etc).

Analisando o desempenho da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal a partir dos princípios da eficácia, correspondente ao atingimento das metas estabelecidas no exercício de 2009, podemos considerar que o órgão foi apenas eficaz.

As metas estabelecidas para a atividade finalística do Órgão não foram totalmente concretizadas, pois em 2009, comparando-se com 2008, houve um aumento do número de acidentes registrados em 12,92%, aumento do número de mortos em 16,29% e um aumento também no número de feridos graves e leves em 36,15%, bem como o aumento de 13,43% no número de veículos envolvidos.

Todavia, não podemos deixar de esclarecer que embora o ano de 2009 tenha apresentado índices nada desejáveis, resumimos aqui as principais dificuldades na gestão operacional do órgão:

- a) Aumento do número de veículos e pessoas transitando nas rodovias federais;
- b) Melhoria no estado geral das rodovias federais, principalmente devido às duplicações, o que ocasiona aumento da velocidade dos veículos e, por consequência, um maior número de acidentes (principalmente saídas de pista, excesso de velocidade e colisões traseiras);
- c) Melhoria do poder aquisitivo de determinada classe da sociedade brasileira, o que acarretou melhores condições ao cidadão para realizar suas viagens de veículo próprio;
- d) Aumento expressivo da frota circulante de veículos em função da melhoria do poder aquisitivo, longos prazos de financiamento e baixas taxas de juros no mercado;
- e) Baixo valor das multas de trânsito que estimulam o desrespeito às Leis de trânsito; e
- f) Baixo efetivo de policiais rodoviários federais.

Quanto com a atuação direta na área de segurança pública, a Polícia Rodoviária Federal foi, de uma forma geral, em 2009, a Instituição de Segurança Pública que mais apreendeu drogas, armas e contrabando, bem como obteve os maiores índices de combate a prostituição infantil em todo o país.

Como já mencionado, as atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo o território nacional, dada a sua estruturação que contempla uma unidade Administrativa Central, sediada em Brasília, com unidades administrativas regionais representadas por 21 (vinte e uma) Superintendências e 5 (cinco) Distritos, além de 151 (cento e cinquenta e uma) sub-unidades administrativas, denominadas Delegacias, e 416 (quatrocentos e dezesseis) postos fixos de fiscalização, totalizando, deste modo, uma estrutura com 593 (quinhentos e noventa e três) pontos de atendimento em todo o território nacional.

Com relação à modernização da infra-estrutura das Unidades Operacionais, bem como de seu aparelhamento operacional (armamento, parque de informática, rádio-comunicação, viaturas, capacitação do policial rodoviário federal, etc), acreditamos que o ano de 2009 foi bastante proveitoso

No que tange à efetividade da ação institucional, podemos assinalar que o público-alvo passou a sentir a transformação da área de atuação da PRF/GO num ambiente mais seguro, portanto, uma transformação social que marca o modo de vida da sociedade. É importante destacar que esse impacto promovido pela Polícia Rodoviária Federal trouxe mudanças no público-alvo, que conta com a PRF não como uma polícia de trânsito, mas como um braço do Estado atuante na Segurança Pública em todos os pontos do país, afeiçoando-se por vezes como o único representante do Poder Público na localidade.

No ano de 2009, a Polícia Rodoviária Federal demonstrou mais uma vez sua importância dentro do contexto nacional e consagrou-se como Órgão imprescindível à consecução da Segurança Pública, o que ficou largamente demonstrado nas operações de segurança dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos.

Pelo desenvolvimento de ações integradas, embora com grandes restrições orçamentárias, a instituição obteve sucesso em boa parte de suas ações de governo frente à criminalidade, possibilitando uma situação de mais segurança aos usuários das rodovias federais goianas. Por meio da intensificação das ações de prevenção e de repressão ao tráfico ilícito de armas, entorpecentes, crimes contra o patrimônio, foram realizadas operações complexas, de grande vulto e abrangência, as quais contaram com a integração dos esforços das Unidades Regionais e de outras forças de segurança no Estado de Goiás.

O exercício de 2009 foi encerrado com louvor, permeado pelo sentimento do dever cumprido e a certeza de que, a cada dia, a Polícia Rodoviária Federal reafirma-se como uma instituição de credibilidade nacional, trabalhando pela verdade e justiça.

É nosso Relatório de Gestão,

Goiânia/GO, 31 de dezembro de 2009.

CLODOALDO JOSÉ DA SILVA JR
Superintendente Regional